

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AÇÕES COLETIVAS, MOVIMENTOS SOCIAIS: Aderências,
Conflitos e Antagonismo Social**

Remo Mutzenberg

Tese elaborada por Remo Mutzenberg, sob orientação da Profª Drª Silke Weber e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Recife, outubro de 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**AÇÕES COLETIVAS, MOVIMENTOS SOCIAIS: Aderências,
Conflitos e Antagonismo Social**

Remo Mutzenberg

Tese elaborada por Remo Mutzenberg, sob orientação da Profª Drª Silke Weber e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Recife, outubro de 2002

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Silke Weber (Presidente – Orientadora, PPGS - UFPE)

Dr. Josimar Jorge Ventura de Moraes (Titular Interno, PPGS - UFPE)

Dr. Russel Parry Scott (Titular Interno, PPGS - UFPE)

Dr. Renato Athias (Titular Externo, PPG em Antropologia - UFPE)

Dr^a Maria Célia Pinheiro Machado Paoli (Titular Externa - USP)

Dr^o Marcos Ferreira da Costa Lima (Suplente Externo, PPG em Ciências Políticas - UFPE)

Dr^o Breno Augusto Souto-Maior Fontes (Suplente Interno – PPGS - UFPE)

AGRADECIMENTOS

São múltiplas as contribuições e formas as quais confluíram ao longo do doutorado e que permitiram a realização desta tese. Não seria possível nomear todos aqueles que estão de uma ou de outra forma presentes e a nomeação de pessoas não significa desconsideração às demais, a quem devo também meus agradecimentos.

Quero agradecer, de forma especial, o estímulo, a disponibilidade, a compreensão e a orientação precisa da professora Silke Weber, fundamentais para a elaboração da tese.

Uma contribuição preciosa, para a perspectiva aqui desenvolvida, foi proporcionada pelo Grupo de Estudo sobre Identidade através das discussões, reflexões, esclarecimentos e colocação de questões que mantêm os desafios e motivações para o estudo permanente. As falas dos integrantes do Grupo estão presentes, nas vozes de Silke, Aécio, Josias, Rosana, Andréa, Tereza ...

Agradeço, também, aos demais professores do Programa de Pós-Graduação pelas discussões, pelo aprendizado vivido em sala de aula ou fora dela, assim como pela atenção e estímulo sempre presentes.

Aos colegas do curso que, além das discussões e troca de informações, proporcionaram momentos de convívio e amizade, fundamentais para a superação das dificuldades enfrentadas no trabalho acadêmico. De forma especial agradeço à Auxiliadora Ferraz pelo apoio, solidariedade e discussões enriquecedoras.

À Secretaria, na pessoa de Zuleika, pelos serviços e o atendimento prestativo.

À Universidade Federal de Pernambuco, particularmente ao PPGS, que proporcionaram a oportunidade e os recursos acadêmicos para a realização da tese.

À bolsa concedida pela CAPES, que tornou possível a realização do curso de doutorado.

Não poderia deixar de agradecer a disponibilidade dos participantes dos grupos pesquisados em conceder momentos de seu tempo para a realização das entrevistas e disponibilizarão de informações e documentos, objetos de nossa análise.

Quero agradecer de forma carinhosa à Maria Helena e aos filhos Demétrio e Dimas pela compreensão e apoio para que pudesse dedicar-me ao Curso e apresentar a tese.

Resumo

Confrontando as principais linhas que orientam o debate contemporâneo a respeito da ação coletiva em um mundo permeado pelo confronto global/local, pela afluência de uma multiplicidade de manifestações coletivas, colocando desafios para análise, situados para além de sua temática e relacionados a um processo de reinvenção permanente das sociedades e da Sociologia, este estudo propõe uma formulação de modelo de análise das ações coletivas, situando-as simultaneamente nas esferas econômica, política e cultural, como processos de interação de construção social. Campo onde atores compõem semelhanças e diferenças, mediadas pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos na luta hegemônica, onde ações podem ser de aderência, conflito e de uma manifestação antagônica. O modelo é posto à prova no estudo de quatro “grupos de saúde popular”, entendidos como portadores de ações coletivas, inseridos num processo de fixação de sentidos no campo do direito à saúde. A análise dos grupos revela escolhas, a partir das quais eles articulam novos discursos, redirecionam orientações, objetivos e trajetórias. Demonstra-se sua independência nas escolhas, e dependência das redes de relações para a constituição e afirmação de suas identidades. É no campo destas relações que eles assumem posições diante dos direitos. A análise demonstra o potencial do modelo para um outro olhar das ações coletivas.

Abstract

In a world permeated by the global/local confrontation and by the multiplicity of manifestations of collective action, this study proposes a reformulation of the collective action model of analysis situating collective action simultaneously in the economic, political and cultural spheres and taking it to understand both a process of social interaction and social construction. The study confronts the principal approaches which orient contemporary debate on collective action. Such an analysis has implications beyond its thematic by relating collective action to the process of the permanent reinvention of society and sociology. Collective action is a field of similarities and differences, mediated by discourse, where becoming potential or effective participants in the struggle for hegemony, actions can be in agreement or in manifest antagonism. The model is tested in a study of four “people’s health groups”; collective actors inserted in a process of fixation of meanings in the field of health rights. Group analysis reveals choices in a context in which new discourses are articulated, redirectioning orientations objectives and trajectories. The result demonstrates the independence of choices, and the dependence of networks of relations for the constitution and affirmation of identities. It is in the field of these relations which collective actors assume positions in terms of rights. The analysis demonstrates the potential of the model as an alternative approach to collective action.

Résumé

En confrontant les principaux courants qui orientent le débat contemporain à propos l'action collective, dans un monde imprégné de l'opposition global/local, d'une multiplicité de manifestations collectives, qui mettent au défi de l'analyse aude-là de sa propre thématique, en un processus de réinvention permanente des sociétés et de la Sociologie, cette étude propose la formulation d'un modèle d'analyse des actions collectives. Elle les situe simultanément dans les sphères économique, politique et culturelle, en tant que processus d'interaction de la construction sociale. Le champ où les acteurs composent similitudes et différences, par l'intermédiaire du discours, les rend parties prenantes potentielles ou effectives à la lutte hégémonique, où les actions peuvent être d'adhésion, de conflit et de manifestation antagonique. Le modèle est mis à l'épreuve dans l'étude de quatre « Groupes de Santé Populaire », compris comme porteurs d'actions collectives, insérés dans un processus de fixation de sens dans le domaine du Droit à la Santé. L'analyse des groupes révèle des choix, à partir desquels ils articulent de nouveaux discours, modifient leurs orientations, objectifs et trajectoires. Leur indépendance se manifeste dans les choix, ainsi que leur dépendance des réseaux de relations pour la constitution et l'affirmation de leur identité. C'est dans le champ de ces relations qu'ils se positionnent par rapport aux droits. L'analyse démontre le potentiel du modèle pour lancer un nouveau regard sur les actions collectives.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------	----

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, TEATRO DE UMA AVENTURA INDOMESTICÁVEL	14
1. <i>Desafios analíticos</i>	14
2. <i>Globalização, cenário das manifestações coletivas</i>	18
3. <i>Atores e temas neste novo cenário</i>	27
4. <i>Tempos sociais múltiplos não sincronizados.</i>	32

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS, UM FENÔMENO ANTIGO COM NOVOS SIGNIFICADOS.	41
1. <i>Marxismo e movimentos sociais</i>	44
2. <i>Ação coletiva e equilíbrio social</i>	50
3. <i>Ação racional e contingência</i>	54
4. <i>Nova face para velhas questões</i>	59
4.1. <i>Ação coletiva e movimento social: identidade e diferença conceitual</i>	60
4.2. <i>Movimento social na definição de Alain Touraine</i>	65
4.3. <i>Definição analítica de movimento social de Alberto Melucci</i>	67

CAPÍTULO III

O SOCIAL COMO REAFIRMAÇÃO DO POLÍTICO	74
1. <i>Política, a afirmação do extraordinário</i>	74
2. <i>Hegemonia e política numa sociedade plural</i>	82
3. <i>Discurso, para além de um centro e aquém de um fluxo</i>	97

CAPÍTULO IV	
MOVIMENTO SOCIAL, MANIFESTAÇÃO DE ANTAGONISMO	117
<i>1. Do comportamento à ação política</i>	<i>118</i>
<i>2. Caminhos para a constituição de um corpus</i>	<i>131</i>
 CAPÍTULO V	
“GRUPOS POPULARES DE SAÚDE”: DEFINIÇÃO E CONTEXTO	136
<i>1. O Movimento de Saúde: conquistas e desafios</i>	<i>138</i>
<i>2. Contexto local e escolha dos grupos pesquisados</i>	<i>151</i>
 CAPÍTULO VI	
TRAJETÓRIAS, SEDIMENTAÇÕES E RECOMPOSIÇÕES	160
<i>1. Momentos e trajetórias</i>	<i>160</i>
<i>1.1. Do comunitário ao sócio-político</i>	<i>163</i>
<i>1.2. Sócio-político como momento pluriarticulatório</i>	<i>188</i>
<i>1.3. Dinâmica do jogo de relações</i>	<i>201</i>
<i>1.4. Autonomia: possibilidades e limites</i>	<i>210</i>
 CONCLUSÃO	213
 BIBLIOGRAFIA	223
 ANEXOS	

Lista de quadros

QUADRO 01 – Uma tipologia das ações coletivas segundo Melucci	72
QUADRO 02 – Caracterização dos três níveis de ação dos movimentos sociais segundo Touraine e Melucci, da vida activa segundo Arendt e da consciência coletiva segundo Gramsci	120
QUADRO 03 – Composição do modelo analítico	123
QUADRO 04 – Grupos pesquisados e suas características gerais	159
QUADRO 05– Âmbitos de atuação dos grupos.	200
QUADRO 06– Entidades com as quais os grupos pesquisados mantêm contato	208

APRESENTAÇÃO

A questão central tratada neste trabalho é a ação coletiva e a formulação de um modelo analítico que permita estabelecer os diferentes níveis de seu significado. O eixo que orienta o percurso da elaboração da tese afirma-se no entendimento da política como processo criador, que suscita novas identidades e revela uma face contingente da vida social. Desta forma, uma definição mais genérica de ação coletiva é proposta como sendo um processo interativo de construção social, no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediados pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos, do “jogo” político. É neste “jogo” que são criadas, também, as possibilidades de mudança de suas regras. Considera-se que as ações coletivas ocorrem dentro de condições dadas e, ao mesmo tempo, na presença de contingências; isto é, situam-se elas dentro de um *continuum* entre a manutenção de uma ordem e de sua transformação. Estas proposições constituem o fio condutor que organiza o texto, apresentado em seis capítulos, os quais podem ser visualizados em três subconjuntos.

No primeiro subconjunto, formado pelos capítulos um e dois, o esforço é o de oferecer um quadro geral no qual se insere o debate atual sobre a ação coletiva. Quadro este que, marcado por transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, impõe desafios teóricos e metodológicos para sua compreensão. Aborda-se, ainda, a forma particular do processo de globalização, cujas interpretações oscilam entre a afirmação de uma homogeneização e fragmentação, onde temas e atores são redefinidos. Em seguida,

apresenta-se uma retrospectiva dos debates teóricos sobre ação coletiva e movimentos sociais no campo da Sociologia. São arroladas, assim, abordagens da Sociologia clássica tendentes a serem situadas a partir da polaridade entre agência e estrutura, bem como tentativas de superar esta polarização, desencadeadas particularmente a partir da década de 1960.

O segundo subconjunto, capítulos três e quatro, privilegia o debate teórico dos pressupostos para a composição de um modelo de análise da ação coletiva. Para tanto, apresenta uma releitura das perspectivas de Hannah Arendt e de Antonio Gramsci, assim como da Teoria do Discurso na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O elo que liga estes autores, apesar de perspectivas distintas, é fornecido pela reafirmação da política. A partir deste eixo e da articulação de elementos presentes nas análises dos autores mencionados, investe-se esforço na articulação de um quadro teórico para a elaboração do modelo que resulta explicitado no capítulo quatro.

No último subconjunto, capítulos cinco e seis, o modelo de análise é posto à prova no estudo da formação e trajetórias de quatro grupos populares atuantes no campo da saúde, entendidos como portadores de ações coletivas, e inseridos num processo de definição do direito à saúde. O *corpus* para a realização da análise foi construído a partir dos relatos de participantes daqueles grupos, assim como de material secundário que forneceu elementos para uma caracterização dos contextos nacional e local onde os mesmos se inserem. Tendo presente este quadro, seguem-se as análises da presença daqueles grupos a partir das visões e fatos indicados pelos entrevistados em seus próprios relatos.

Na conclusão é retomado o fio condutor e apresentados os resultados da investigação realizada. A análise aponta como diferentes trajetórias são marcadas por escolhas, que levam os atores rearticularem sentidos, redefinirem orientações, e revelando, ainda, simultaneamente, as possibilidades e os limites presentes nas histórias particulares dos grupos. São feitas também considerações sobre a pertinência do modelo proposto.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, TEATRO DE UMA AVENTURA INDOMESTICÁVEL

“Tudo o que é sólido se esfuma no ar” (Marx).

Assistimos, em particular nas últimas quatro décadas, a uma afluência de grupos e movimentos, em que formas, conteúdos e sentidos das ações coletivas foram reinventados, diversificados e difundidos. Na busca de significados desta presença, diferentes interpretações foram propostas e os mais diversos sentidos lhes foram atribuídos, muitas vezes confundindo o objeto construído com os fenômenos empíricos. Houve quem vislumbresse, nestes grupos ou movimentos, uma nova vanguarda libertária; outros os identificaram como sintomas de uma patologia social, ou sendo eles mesmos uma patologia, e outros, ainda, como sendo constitutivos das sociedades “pós-modernas”. Diferentes teorias foram desenvolvidas e diversas abordagens emergiram, constituindo um campo temático específico (Machado, 1985) e o seu objeto adquiriu *status* científico (Gohn, 1997).

1. Desafios analíticos

O “saltar aos olhos” de movimentos étnicos, éticos, ecológicos, culturais, homossexuais, nacionalistas, pacifistas, feministas e alternativos a diferentes “coisas”, onde tudo e todos parecem estar organizados ou serem organizáveis (Jamenson, 1997),

prossegue desafiando os analistas sociais. Esta presencialidade aparece hoje como sintoma de profundas transformações ubíquas às sociedades contemporâneas, manifestando uma obsolescência de instrumentos de análise, desnudando certezas e recolocando questões teóricas e metodológicas. As teorias sociológicas, organizadas em torno do conceito de “sociedade do trabalho”, como eixo estruturador (Offe, 1989), a partir do qual destaca-se um fator decisivo para a teorização¹, eram tidas em sua origem como capazes de explicar o social, cujas lacunas metodológicas e teóricas dependiam de seu desenvolvimento. Na atualidade, há um reconhecimento da insuficiência daquele eixo e unilateralidade daqueles fatores diante da ampliação do campo de investigação e da complexidade dos fenômenos sociais, que põem em relevo diferenças irreduzíveis aos conceitos no interior de modelos tradicionais. Isto acentua-se num mundo que se mostra mais próximo pelo processo da globalização, onde há margem tanto para acentuação de uma homogeneidade como de uma heterogeneidade.

Diante das incertezas, parece haver uma nova forma de “desencantamento do mundo” ao qual se referia Max Weber no início do século passado. É neste sentido que J.B. Thompson (2000) faz menção a um sentimento de “falta de fundamentos” de mesma natureza àquela sensação de falta identificada em relação à destruição dos estilos de vida e a morte (decomposição parece mais adequado) de cosmovisões religiosas e míticas das “sociedades tradicionais”, quando as ideologias assumiram a função de proporcionar “*marcos de referência de sentidos*”². Neste novo desencantamento identificou-se uma

¹ Nesta direção, por exemplo, democracia, no caso de Tocqueville, capitalismo em Marx, racionalidade em Weber, divisão do trabalho em Durkheim, eram fatores decisivos a partir dos quais foram construídos seus modelos teóricos (Avritzer e Domingues, 2000) assentados naquela visão da “sociedade do trabalho”.

² Marcos de referência, tradução de *framing*, proveniente de Goffman (1974), e diz respeito à evocação de temas culturais ressonantes para legitimação e motivação da ação.

descrença na História e um refluxo nas esperanças da humanidade em um mundo novo de justiça, de liberdade e de igualdade, que as ideologias haviam proporcionado. Podemos falar, assim, concordando com José de Sousa Martins (1998), numa emergência de condições para um processo de reinvenção da sociedade e também da sociologia.

Neste contexto, grupos e movimentos são interpretados seja como arautos de uma mudança possível no presente e não em futuro distante (Melucci, 1996), seja apenas como celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo. Neste último caso, conforme Fredric Jamenson (1997: 323), tratar-se-ia de um conjunto de representações fantasmáticas abalizado em três pseudoconceitos: democracia, mídia e mercado. A exemplo destes autores, as interpretações oscilam entre possibilidades e limites da ação dos atores sociais. Vera Silva Telles (1999), em sua análise da “nova questão social brasileira”, observa em outros termos essa tensão, quando atenta para a possibilidade solidarista em torno dos direitos e um retraimento comunitário encapsulado no particularismo de grupos sociais os mais variados.

Estas observações preliminares autorizam-nos fazer uma primeira afirmação de caráter mais geral, a partir da qual propomos um recorte inicial, entre outros possíveis, para a análise desses grupos e movimentos. A afirmação diz respeito ao *locus* da ação desses grupos situada entre uma “ordem social” e ação individual, num campo de determinações e aspirações de autonomia, criatividade e flexibilidade. Em outros termos, colocam-se as aspirações emancipatórias, por um lado, e um processo de regulação, por outro. A busca de um equilíbrio entre estes dois termos constituiu, segundo Boaventura de Sousa Santos (1997), o projeto da modernidade e que persiste como horizonte na atualidade. Assim, os grupos e movimentos inserem-se neste conflito e suas ações podem

ser situadas num *continuum* entre a reprodução de uma ordem social e as possibilidades para influir ativamente no processo de (re)construção do social. Este é o recorte de análise aqui adotado e, nessa perspectiva, ganham sentido as questões do por quê, do como e em que circunstâncias estes grupos se manifestam.

A presença de grupos e movimentos é historicamente situada, o que coloca a questão da interpretação do próprio cenário, onde os mesmos imprimem as suas marcas. Não cabe aqui se enredar numa discussão sobre as inúmeras categorizações das sociedades contemporâneas, cujas nomeações recorrem a conceitos antepostos do prefixo “pós”, sugerindo ruptura, ou acrescentando outros qualitativos como “tardio”, denotando o mesmo sendo outro, ou, ainda, utilizando-se de conceitos antepostos da partícula “des”, denunciando uma ação contrária. Para os propósitos desta pesquisa, é bastante destacar aspectos do processo que marcam o atual cenário, no interior do qual surgiram diferentes movimentos e onde o debate sobre *ação coletiva/movimentos sociais*³ ocupou o seu espaço.

Para orientar este traçado, optamos aqui pelo uso do termo “globalização”, por expressar uma idéia composta de diferentes fenômenos de natureza social, econômica, política e cultural, entre os extremos da uniformização e da multiplicação de espaços de expressão e acentuação de diferenças, configurando um processo de natureza multiforme e de extrema complexidade das interações culturais⁴, sociais e econômicas. É também o solo para a manifestação de outros “regimes de significação”, onde se redefinem as

³ Os conceitos de *Ações Coletiva e Movimentos Sociais* são utilizados, aqui, como termos intercambiáveis. Nos capítulos subseqüentes ficará claro que, mais que uma questão terminológica, os referidos conceitos denotam perspectivas teóricas distintas.

⁴ Mike Featherstone (1996), por exemplo, observa, por um lado, uma tendência de uma mcdonaldização em nome da eficiência econômica e, por outro, salienta o surgimento de novas interdependências entre estados e blocos regionais, assim como o surgimento de espaços para expressão de diferenças.

relações de produção de objetos culturais, condições de recepção, mediações institucionais entre produção e recepção e formas da circulação dos objetos, assim como as relações entre significante, significado e referente⁵.

2. Globalização, cenário das manifestações coletivas

Faz-se necessário definir “globalização”, cujo significado é diversificado e polêmico. O recurso ao termo esteve inicialmente ligado ao campo da cultura e da comunicação, a exemplo da teoria da “aldeia global” de McLuhan, posteriormente utilizado nas análises sociais e econômicas. Grosso modo, o termo tem três conotações. Numa acepção econômica, cuja generalização está ligada particularmente às escolas americanas de administração de empresas, refere-se a uma economia mundial sem fronteiras, à introdução de novas tecnologias de comunicação e controle em tempo real e conseqüente reestruturação da gestão e do sistema estratégico de atuação no mercado mundial, particularmente financeiro (Chesnais, 1995; Castells, 1996). Neste caso, teóricos de filiação marxiana, a exemplo de François Chesnais⁶, preferem utilizar o termo “mundialização” por compreenderem que a internacionalização do capital é inerente ao capitalismo. Há, no entanto nestes autores, o reconhecimento de mudanças neste processo. François Chesnais, retomando os três modos de existência do movimento de capital, definidos por Marx [capital industrial, capital-mercadoria e capital-dinheiro], aponta para uma mudança qualitativa que diz respeito ao que denomina *‘crepusculo de um*

⁵ A expressão “Regime de significação”, adaptação de “regime de acumulação”, é utilizada por Scott Lash (1990: 4s) para definir a produção de objetos culturais.

⁶ A insistência de François Chesnais em manter o termo mundialização está relacionada a sua crítica à ótica restrita das “*Business schools*” aos aspectos estratégicos, tornando a globalização um fenômeno de tipo microeconômico (Chesnais, 1995: 5).

ciclo unificado de valorização sob o domínio do capital industrial” (Chesnais 1995: 7). Tendo o capital-mercadoria e, particularmente, o capital-dinheiro adquirido autonomia perante o capital industrial, o capital-dinheiro imprime a sua marca e representa um *“salto qualitativo no processo de reestruturação do ‘poder repressor’ do capital rentista do qual Keynes tanto temia e denunciava”* (Idem: 9).

Na assimilação do termo pelo discurso hegemônico neoliberal, globalização assume uma segunda conotação, esta de caráter ideológico. Tratar-se-ia, neste caso, de processo econômico inevitável, decorrente do jogo livre das leis do mercado. O termo torna-se, assim, uma palavra-chave na apologia de um mercado liberado das amarras instituídas pelo Estado, inspiradas nas teorias de Keynes em conter o poder do *“capital rentista”* (Idem: 2). Ainda segundo Chesnais, o uso ideológico da expressão globalização exerceria peso maior que a expressão *“progresso técnico”*, pois *“estariamos frente a um processo em relação ao qual a sociedade mundial contemporânea (...) não teria opção à não ser **se adaptar**”* (Ibidem. Grifo do autor).

Uma terceira visão, assumida aqui, tem um sentido mais amplo, que busca diferenciar o processo atual de processos anteriores, não restritos ao fenômeno econômico e nem à redução dos fenômenos superestruturais como efeitos deste. Designa uma nova dinâmica em âmbito planetário em tempo real, composta de diferentes fatores, de transformação do espaço e do tempo (a chamada ação à distância, cuja expansão e intensificação recentes relacionam-se com o surgimento de meios de comunicação global instantânea e ao transporte de massa), envolvendo a emergência de uma ordem social pós-tradicional e uma expansão da reflexividade social, cuja análise transcende ao fenômeno econômico e não se apresenta como processo homogêneo, mas como composição

complexa e contraditória, onde novos conflitos e novas formas de estratificação e poder tornam-se presentes. Este processo de complexificação e crescente incerteza coloca como desafio a criação de sistemas em grande escala e também mudanças nos contextos locais e pessoais de experiência social⁷ (Giddens, 1991 e 1996; Gomes, 1997).

Há diferentes critérios para estabelecer uma “passagem” entre uma formação social e outra. Tomamos, como pontos de referência, a reestruturação econômica e as transformações iniciadas no Pós-Guerra, as manifestações de cunho cultural da década de 1960 e o processo político da década de 1970. Como processo simultâneo ao pós-modernismo, pode-se afirmar, em concordância com Jamenson (1997: 223), que as condições tecnológicas básicas, com seus desdobramentos posteriores, estavam dadas no final da Segunda Guerra, e que tiveram efeito reorganizador das relações internacionais, bases para a emergência de um sistema econômico global⁸. As condições culturais eclodem nas manifestações dos anos 1960, expressando um novo contexto cultural e psicológico. Não se trata de um processo espontâneo, mas de um processo orientado por conflitos e confrontações de diferentes projetos políticos, articulados por diferentes atores sociais, e do qual emerge um novo quadro político na década de 70 que imprime suas marcas. A crise econômica desta década, que atingiu os países capitalistas, e sua interdependência com a crise do modelo do Estado intervencionista e de Bem-Estar,

⁷ Roland Robertson (1994), a partir de quatro componentes (sociedades nacionais, relações internacionais, cidadania e humanidade) e as relações de ascendência destes elementos, distingue cinco fases da densidade e complexidade global. a) Fase embrionária (Séc. XV a meados do séc. XVIII); b) Fase incipiente (Séc. XVIII a década de 1870); c) Fase da decolagem (1870-1920); d) Fase da luta pela hegemonia (1920-1960); e) Fase da incerteza (1960 ...)

⁸ Fredric Jamenson (1997: 22) utiliza a expressão “capitalismo tardio”, originalmente utilizada por teóricos da Escola de Frankfurt, para designar mais que uma nova organização das empresas e indo além do “estágio monopolista”. Trata-se de um novo sistema capitalista mundial, distinto do antigo imperialismo. Há, no entanto, autores que se contrapõem a esta interpretação, mantendo uma interpretação a partir da referência ao imperialismo. É o caso de Otávio Ianni (1995).

hegemônico no contexto da Guerra-Fria, e o próprio fim da Guerra-Fria com o colapso da União Soviética, abrem espaço para o modelo neoliberal, que passa a orientar as agendas políticas, independentemente das opções ou posições políticas, consolidando sua hegemonia na década de 1980 (Anderson, 1996).

Para fixar aspectos que consideramos relevantes, distinguimos dois momentos, não só em relação à ampliação de tipos e formas da presença de grupos e movimentos e reorientações na organização social, mas também do ponto de vista das análises e de um novo olhar sobre as ações coletivas. Nesta direção, afirmamos que as transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e o debate teórico, ocorrido no Pós-Guerra até a década de 1970, dão suporte às tendências emergentes a partir daquela década e que levaram a atribuir um novo significado às sociedades atuais.

Podemos afirmar que as categorias predominantes, em torno das quais as sociedades são definidas até a década de 1970, permaneceram sendo aquelas relativas à “sociedade do trabalho”, embora já na década de 1960 analistas apontassem para transformações que colocaram em questão estas categorias baseadas no que se denominou de paradigma da produção (Habermas, 1990: 81s). É nesta direção que Claus Offe (1989) pergunta quais seriam, então, os conceitos estruturadores e as noções de conflito sociologicamente aplicáveis à descrição de uma sociedade que não mais é uma sociedade do trabalho ou, como afirma Hannah Arendt, a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho e sem a única atividade que lhes resta (Arendt, 2000: 13). De forma mais radical, a interrogação é se existe possibilidade em manter a vigência de tais conceitos estruturadores fundacionais.

De forma sintética, apesar de diferentes perspectivas, as análises das sociedades no período Pós-Guerra, no Ocidente, tendem a acentuar o processo de racionalização técnica, a primazia do conhecimento, a especialização e emergência de uma nova estrutura de classe, com preeminência da classe profissional e técnica, ampliação do consumo e de uma economia de serviço. Neste contexto há uma concordância quanto ao deslocamento dos conflitos sociais do campo do trabalho para outros campos e crescente enfraquecimento dos estados e protagonistas nacionais, cuja visibilidade no Pós-Guerra foi preponderante.

Neste sentido, mencionamos alguns autores cujas análises apontam na direção aqui indicada. Na sociedade “pós-industrial”, caracterizada por Daniel Bell (1973), o conhecimento passa a ser o recurso básico do poder, ocupado pela *intelligentsia* técnica. Desta forma, o campo de tensão situa-se entre decisões técnicas e decisões políticas, na sublevação da sociedade contra a “profissionalização” e decisões tecnocráticas. Esta reação levaria a um crescente desejo de participação, para o qual se coloca a exigência de pessoal capacitado para influir sobre questões relativas à existência. No plano político, aguçar-se-iam os conflitos entre valores, entre critérios técnicos e opções sociais, preferências individuais e/ou comunitárias (Bell, 1973: 402).

Para Dahrendorf (1982), na sociedade “pós-industrial”, as classes sociais são substituídas pelos conflitos de grupos de interesse e estes conflitos se efetivam em torno da democracia e do totalitarismo, pluralismo versus monismo. Neste sentido, o processo industrial seria a referência para a análise tanto do capitalismo como do socialismo.

Nas sociedades “pós-industriais”, ou “programadas”, conforme Alain Touraine, os investimentos não estariam mais voltados para a organização do trabalho, mas para os

bens simbólicos que modificam os valores, as necessidades e representações (Touraine, 1984: 223). A crescente mobilidade geográfica e social, a difusão da publicidade e ampliação da participação política afetariam de forma mais intensa os particularismos da vida privada, as sociedades locais e os estilos de vida (Touraine, 1969: 9). A resistência da vida privada nas sociedades “programadas” não estaria localizada, assim, no campo do trabalho, mas frente ao poder de integração, de manipulação e de opressão que atinge todos os domínios da vida social. Os problemas e conflitos sociais situam-se, desta forma, com maior intensidade, no domínio do consumo e nos propósitos mesmos da produção protagonizados pelos novos movimentos sociais (Touraine, 1990: 21).

Este aspecto já no início da década de 1960 fôra observado por Henri Lefebvre. Este autor parte do conceito de cotidianidade, como fio condutor da análise da sociedade contemporânea, e chama a atenção para o deslocamento e para a transformação da ideologia da produção e do sentido da atividade criadora numa ideologia do consumo, onde os significantes, mal ligados a seus significados, flutuam à disposição da publicidade e da propaganda. Para integrar o caráter racional da organização do consumo, Lefebvre define esta sociedade como “*sociedade burocrática de consumo dirigido*” (Lefebvre, 1991: 64), cujo domínio se dá na vida cotidiana. Daí seu interesse pelo cotidiano, objeto da organização social, e ao apelo para transforma-lo em *obra* através da apropriação de suas condições e de sua natureza [corpo, desejo, tempo e espaço]. Obra que, em termos sociais, “*designa a atividade de um grupo que toma em suas mãos e a seu cargo seu papel e seu destino social, ou seja, uma autogestão*” (Lefebvre: 215).

Numa outra perspectiva, a Escola de Frankfurt denuncia o processo de racionalização e burocratização. Os termos “sociedade administrada” e “capitalismo

tardio”, por eles cunhados, tentam expressar a centralidade da racionalidade instrumental, como concretização histórica do manto tênue de Baxter, transformado numa prisão de ferro, da qual falou Max Weber (1994: 131). Conforme Herbert Marcuse (1967: 155), a racionalidade técnica resulta numa paralisia da crítica e numa sociedade sem oposição, onde a subjetividade é colonizada e a tecnologia torna-se o grilhão da libertação, a instrumentalização do homem. Marcuse vê alguma possibilidade, não uma promessa, da Grande Recusa realizar-se na rebeldia e oposição ao sistema procedente de fora dele mesmo, isto é, dos párias e estranhos, perseguidos de outras raças, desempregados e não empregáveis (*Ibid*: 234). O pessimismo acaba prevalecendo ao concluir o seu livro, citando uma frase de Walter Benjamin, dita no início da era fascista: “*Somente em nome dos desesperados nos é dada esperança*”. Cabe mencionar, ainda, a perspectiva de Jürgen Habermas, o qual denuncia uma colonização do *mundo da vida* através dos meios dinheiro e poder, mas também afirma o mundo da vida como *locus* de conflitos que denunciam padrões da distribuição institucionalizada pelo Estado, colocando questões relativas à “gramática das formas de vida” expressas pelos movimentos sociais (Habermas 1987 e 1990)⁹.

A acentuação do processo de regulação foi objeto central também nas análises de Foucault, que denuncia o excesso de controle social pelo poder disciplinador e de normatização técnico-científico, em que se maximiza a utilidade em detrimento do potencial político da população (Foucault, 1978). Mesmo considerando que as relações de poder não são restritas às relações de classe e aos aparelhos de Estado, conforme Foucault, concordamos com Nikos Poulantzas no sentido de que, pelo menos no período Pós-Guerra, a

⁹ Jürgen Habermas defende uma racionalidade comunicativa, organizadora da solidariedade e da identidade no mundo da vida, contraposta à racionalidade instrumental. Habermas rompe com a tradição do pensamento crítico da Escola de Frankfurt fundamentalmente em relação ao conceito de razão. A concepção de razão comunicativa e sua dimensão libertadora não têm espaço no pensamento crítico daquela Escola (Rouanet, 1987: 331).

organização do tempo e do espaço tem no Estado-Nação o ponto de condensação das relações de força (Poulantzas, 1990: 113, 137).

Os Estados-Nação desempenharam papel fundamental naquele período a partir de dois eixos: a intervenção na economia e a institucionalização dos conflitos através de um pacto social. No primeiro caso, são fundamentais as intervenções do Estado no planejamento da economia e no desenvolvimento de um processo de integração social via trabalho e consumo. No segundo, sob a égide do Estado, consolida-se um pacto social nas sociedades capitalistas do Pós-Guerra, no qual os trabalhadores renunciam a reivindicações mais radicais e o patronato renuncia a uma margem de lucro através da tributação para manutenção da política social (Santos 1995). Neste caso, levou a uma ampliação da compreensão da cidadania e uma nova forma de percepção e inclusão dos direitos sociais aos direitos civis e políticos, universalizados pelo Estado¹⁰. É reconhecido o fato que este modelo, conhecido como Estado do Bem-Estar, efetivou-se num pequeno número de países, mas colocou-se como imaginário alternativo ao socialismo e serviu como promessa e justificativa para regimes autoritários, que se colocavam como necessários para a consolidação da democracia¹¹.

¹⁰ O desenvolvimento da concepção sobre os direitos sociais é analisado por Marshall (1978), atribuindo peso às razões políticas. Segundo o autor, o desenvolvimento da democracia e crescimento do poder político das organizações operárias, que tiveram como suporte a conquista dos direitos civis no século XVIII, dos direitos políticos no século XIX, dão origem ao problema dos direitos sociais. Como afirma Norberto Bobbio (1998), a questão social ou da indigência tida como sinal da vontade divina nas sociedades tradicionais, ou indício do demérito individual segundo a ética protestante, na sociedade industrial passa a ser concebida como tendo origem social, estando fora do controle dos indivíduos e assumindo caráter político. No sentido moderno, implementado pelo Estado do Bem-Estar, os direitos sociais se definem como direito político que garante renda mínima, alimentação, saúde, habitação e educação a todo cidadão.

¹¹ São particularmente ilustrativos os discursos veiculados pelo Regime Militar do Brasil. Danielle Forget (1994) oferece uma ótima análise das transformações do tema da democracia presente naqueles discursos. Citamos aqui apenas alguns trechos destes discursos, transcritos na análise de Forget, para exemplificar o nosso argumento. “Lamentável, mas não surpreendente, é também o envolvimento do marxismo na vida nacional, abraçando as causas que mais sensibilizam a opinião pública, procurando apoderar-se dessa maneira das reivindicações legítimas, pretendendo tornar seu o estandarte da justiça social e do progresso, e, em nome desses propósitos, fomenta a luta de classe (...) Não se pode, destarte, admitir que a liberdade seja utilizada para matar a liberdade, e o Estado democrático tem o dever indeclinável de assegurar a sua própria sobrevivência, atributo que é da Nação” (“Segurança é missão para todos” 18/12/68). Estes conteúdos se mantêm também no período de Ernesto Geisel, conforme discurso presidencial proferido em 1º de abril de 1977. “O objetivo que nos moveu, nos move e sem dúvida nos moverá nos próximos anos é, como já disse muitas vezes, o bem-estar do homem brasileiro (...) Dentro desse objetivo, a nossa doutrina, como também muitas vezes foi definida, é uma doutrina em que procuramos o desenvolvimento e, junto com o desenvolvimento, ligado, fortemente, a segurança (...) Digo que vivemos numa democracia e que vivemos com liberdade, e torno a dizer, o que muitas vezes já disse, que não há liberdade para aqueles que querem utilizá-la para destruir nossa Nação”.

Naquele contexto o espaço-tempo nacional tem primazia sobre os espaços e tempos regionais, locais e supranacionais (Santos 1998). Isto não significou soberania dos Estados, particularmente em se tratando dos países do Terceiro Mundo, mas o Estado ocupa lugar central na definição das políticas econômicas e sociais internas, mesmo que pensadas a partir de interesses externos e condicionados pela geopolítica polarizada entre países capitalistas e socialistas.

Ainda, como observa Boaventura de Sousa Santos (1995: 13), os protagonistas e os interesses que representam organizam-se em nível nacional (Estado nacional, sindicatos nacionais, burguesia nacional...); e as lutas e conquistas dos direitos sociais, predominantemente pertinentes aos direitos do trabalho, diferenciam-se entre os Estados-Nação, conforme as relações de forças internas. Nesta direção, apesar do debate se os direitos sociais foram uma conquista ou concessão do Estado capitalista, há que se considerar que a noção de Estado de direito, remetendo à ascensão da burguesia, possibilitou uma oposição ao poder fundado neste direito e também se constituiu em sustentação da longa tradição da luta dos movimentos operários¹², sem a qual tais concessões não teriam sido feitas. Tradição esta básica para uma cultura de direitos, extensiva a outros campos para além das relações de trabalho (Lefort, 1983: 55ss). No entanto, a atomização e a estatização da cidadania, na “sociedade administrada”, levaram a um processo crescente de burocratização na prestação de serviços e conseqüente crítica ao Estado de Bem-Estar, de sua incapacidade em reconhecer e incorporar novos padrões,

¹² Não afirmamos com isto que os operários foram os únicos atores presentes, mas que efetivamente tiveram maior visibilidade e força política e cujas análises, de forma geral, subordinavam outras iniciativas à lógica da luta de classes.

assim como a passividade e incapacidade dos cidadãos gerirem suas próprias vidas em razão do recebimento passivo dos benefícios do Estado (Costa 1994: 39; Santos, 1998).

Aceitando-se que o Estado Keynesiano e de Bem-Estar, no contexto da Guerra-Fria, constituíram-se como referências à organização das sociedades capitalistas, as crises tanto do capitalismo organizado como do socialismo, esta identificada com a desagregação da União Soviética, cujo trovão se fez ouvir com a queda do Muro de Berlim, conjugadas à nova tecnologia informacional e da comunicação, criam as condições para uma reestruturação do capitalismo. Tal reestruturação, resultando numa nova forma de expansão do capital, redefiniu a geopolítica, que passa a se orientar na formação de blocos regionais e elegem locais estratégicos, as cidades globais, onde se localizam as sedes das grandes empresas multinacionais e concentram-se os serviços complexos e especializados. Redefinem-se também os cortes tradicionais entre Leste/Oeste e Norte/Sul (Castells 1989; Santos 1998).

A conjugação destes diferentes fatores, a reestruturação econômica e política, implementada pelo neoliberalismo, e concomitante disponibilidade das novas tecnologias, impulsionaram o que Jamenson (1997) denomina de “*novo momento do capitalismo multinacional*”. Neste quadro emerge um novo regime concorrencial, levando à reestruturação de empresas, num processo de flexibilização, descentralização geográfica da produção e controle centralizado da informação e gerenciamento. Inaugurou, também, uma nova dinâmica de fluxos de capital financeiro, tornando as economias nacionais vulneráveis a estes fluxos. A nova forma de produção e distribuição gerou uma crise do trabalho tradicional, precarização das suas relações, segmentação do mercado de trabalho, terceirização de serviços e conseqüente crise do sistema de seguridade social, assim como

a uma perda de poder dos protagonistas nacionais, particularmente os movimentos operários tradicionais, que já haviam perdido poder com a crescente substituição da mão-de-obra em decorrência das novas tecnologias. Segundo Harvey (1989), estas novas condições possibilitaram um novo processo de acumulação, ao que denomina “*regime de acumulação flexível*”.

3. Atores e temas neste novo cenário

A combinação destes fatores modificou as condições de produção das sociedades. Para nossos objetivos queremos salientar duas características da organização social, salientadas pelos mais diferentes autores, que incidem diretamente sobre a presença de grupos e movimentos. Uma primeira característica é a fragilização do poder dos Estados-Nação sobre a organização do tempo e do espaço com a crescente importância do âmbito transnacional, por um lado, e do local e do regional, por outro. Como consequência, ressalta-se uma polaridade entre transnacional e local, onde o Estado põe-se como mediador para assegurar competitividade, embora as políticas de regulação sejam em grande medida decididas fora dos espaços nacionais (Castells, 1999; Santos 1995). Processo este que aponta também a uma desestruturação e redefinição da presença dos protagonistas nacionais tradicionais e ao que poderia ser designado como bifurcação do governo. Neste caso o governo central se põe num âmbito multilateral e os governos locais, como nódulos de uma rede global, competem entre si para tornar as economias

locais competitivas em nível transnacional¹³, assumindo cada vez mais a responsabilidade pelos serviços de infra-estrutura social. O novo sistema de poder torna mais transparente a pluralidade de fontes de autoridade em que o Estado-Nação é apenas uma destas fontes (Held, Apud, Castells 1999: 352). Mesmo considerando a perda de autonomia dos Estados-Nação quanto à definição da política econômica, estes não perdem sua importância, particularmente no que diz respeito à regulamentação das instituições e das relações sociais¹⁴.

A desestruturação dos protagonistas nacionais, a dependência aos mercados de capital global, a espiral decrescente da concorrência em relação aos custos sociais, a crise da política fiscal, desestruturaram também o modelo do Estado do Bem Estar Social, seja onde conseguiu ser implementado, seja como perspectiva de futuro.

A globalização e a assunção da política liberal, como observa Anthony Giddens, criam uma situação inusitada, onde

“o conservadorismo, em alguns aspectos mais influentes nos dias atuais, na Europa e, em certa medida, no resto do mundo, passam a adotar quase exatamente aquilo que repudiou em determinada época: o capitalismo competitivo e os processos de mudança espantosos e de longo alcance que o capitalismo tende a provocar. Muitos conservadores atualmente mostram-se radicais atuantes com relação ao mesmo fenômeno que anteriormente mais prezavam: a tradição” (Giddens, 1996: 16).

Neste caso, o conservadorismo, tornado radical, se confronta com o socialismo, o qual passaria a concentrar suas energias na proteção do Estado do Bem-Estar diante das

¹³ Como ilustração podemos lembrar as disputas entre os estados de uma federação para atrair investimentos disponíveis em nível interno ou externos oriundos de empresas, agências financeiras e ou recursos estatais, o que não significa uma autonomia absoluta em relação ao governo central.

¹⁴ No caso da regulamentação das relações do trabalho, os Estados-Nação vêm perdendo seu poder na medida em que as negociações passam a ser feitas diretamente entre sindicatos e empresas sem a tradicional mediação daquele. Caso mais significativo, nesta direção, podemos lembrar as negociações do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo feitas diretamente com a matriz da Volkswagen sediada na Alemanha.

pressões que este passou a sofrer, tornando-se, assim, conservador. O autor conclui que “*a direita (cuja principal forma atual é a referência ao neoliberalismo) tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do welfare state*” (Ibid: 17).

Isto coloca a segunda característica importante para o nosso tema, ou seja, o desmanche das conquistas de direitos e a tendência de privatização das aspirações de autonomia, criatividade e flexibilidade, na qual o indivíduo-cidadão passa a ser conclamado a assumir seu destino quando tudo parece estar fora de seu controle. Aspirações que, conforme Boaventura de Souza Santos (1995), passam a integrar os indivíduos através do consumismo compulsivo, apontando para um conseqüente esvaziamento político do conceito de cidadania. Numa análise recente do caso do Brasil, Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles (2000: 115) falam de uma despolitização e filantropização da cidadania.

No entanto, paralelo a esta polaridade entre transnacional e local e em contraposição ao desmanche de direitos, abrem-se espaços para novos protagonistas em nível internacional, a exemplo do movimento ecológico, que colocam questões normativas transnacionais¹⁵ e, em nível local, para a crescente afirmação de particularismos. Neste sentido, há uma nova compreensão dos direitos para além daqueles sustentados pela igualdade (direitos civis, políticos e sociais), afirmando-se direitos de coletividades¹⁶, de

¹⁵ Tema que envolve questões administrativas sobre situações-problema, que vão além dos limites nacionais, de legitimidade das instituições internacionais, relações de poder, do pluralismo cultural. Questões estas que se põem em nível de espaços públicos transnacionais. Sobre o debate teórico ver Sérgio Costa (2000). Como exemplos empíricos poderiam ser mencionados Fóruns de Mulheres, o Fórum Mundial, Anistia Internacional, Comissão Internacional dos Direitos Humanos, assim como redes pontuais em apoio a lutas locais.

¹⁶ Tratar-se-ia, aqui, de direito de quarta geração, cujos titulares do direito são coletividades em contraste com os direitos de primeira, segunda e terceira geração, cujos titulares são os indivíduos. Os titulares dos

sua autodeterminação, na afirmação de identidades culturais e de suas concepções sobre a vida social. Segundo Ilse Scherer-Warren (1999), o reconhecimento destes protagonistas e de seus direitos levaria a uma interpelação à construção de uma “cidadania sem fronteiras”, que respeitaria a diversidade cultural e desenvolveria uma ética de respeito à vida, à natureza e à alteridade¹⁷. Como observa José Maria Gomes (1997: 6), mencionando Scott Lash e John Urry, cria-se uma situação paradoxal que *“obriga a pensar globalmente e agir localmente - do global no local e do local no global - quanto do fato de que toda ação supõe agentes e estes são, antes de mais nada, corpos, e corpos que sempre têm uma localização espaço-temporal”*. Nesta direção, Roland Robertson afirma ser um processo crescente de individualização e de sentido de pertença ao global; de crescente relativização das sociedades locais, da cidadania, das referências sociais e da própria identidade, o que coloca a questão de uma cidadania global¹⁸. Na formulação de Manuel Castells (1998), as sociedades hoje são crescentemente estruturadas numa polarização entre a Rede e o *Self*. Este autor afirma, ainda, que a busca pela identidade individual ou coletiva, atribuída ou construída, torna-se fundamental para o pensamento social num mundo de fluxos globais de riquezas, de poder e de imagens. Há uma concordância em considerar que o processo de globalização cria uma situação em que se intensificam também os fluxos de informações, intercâmbios culturais decorrentes da migração ou do acesso aos meios de comunicação, o que põe frente a frente valores,

direitos de quarta geração podem ser grupos específicos (mulheres, crianças, etnias, minorias...) ou iniciativas em nome da própria humanidade. Neste sentido, se manifestam de outra forma conflitos entre direitos individuais e coletivos (Lafer, 1988).

¹⁷ A afirmação das diferenças e mesmo a noção de “direito a ter direito” é uma questão polêmica, visto que a defesa da diferença leva potencialmente à defesa da desigualdade e que não se soluciona no campo teórico, mas no campo ético-político, portanto, no espaço público.

¹⁸ Cf. palestras proferidas no Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPE nos dias 20 e 21 de novembro de 1997.

práticas e significados oriundos de diferentes culturas, podendo vir a ser matéria prima para a afirmação de identidades marcadas por relações de poder.

No entanto, os desdobramentos e possíveis cenários, decorrentes da convivência de diferentes culturas, constituem-se num dos eixos de discordância entre os autores. Neste sentido, Ilse Scherer-Warren, fazendo referência a diferentes autores, destaca quatro possíveis cenários. Um primeiro cenário seria o de uma tendência à homogeneização pelo consumismo e pela cultura de massa. Outro cenário seria o da fragmentação da vida societária, que traz consigo o fim das ideologias e utopias, num processo de individualização e emergência de tribos identitárias. Como reação à globalização constituir-se-iam dois outros cenários, um de (re)afirmação dos fundamentalismos de cunho religioso, étnico, regional ou político e outro de um intercâmbio ecumênico entre as culturas. Este último, seria mais favorável para o desenvolvimento de uma cidadania planetária ou sem fronteiras (Scherer-Warren, 1999: 12). Em termos empíricos estas tendências se confrontam e compõem diferentes relações numa “intriga” onde diferentes hierarquias estão presentes, muitas vezes ofuscadas pela própria intriga. Isto leva ao reconhecimento de uma crescente complexidade das interações que parecem adaptar-se mais à morfologia da rede para expressar uma maior flexibilidade e imprevisibilidade destas interações (Castells, 1999: 61).

4. Tempos sociais múltiplos não sincronizados

É neste contexto que, ao lado das visões das sociedades onde predominam as noções de “sociedades administradas” ou “programadas”, expressões como

“flexibilidade”, “heterogeneidade”, “indeterminação” assumem o seu lugar, seja na *Soft city* de Raban ou nas versões da “pós-modernidade” (Harvey, 1989: 15).

Neste quadro assume pleno sentido o tema do “fim das ideologias” , como esgotamento das ideologias políticas, estas como sistemas seculares de crenças mobilizadoras e legitimadoras¹⁹. Numa acepção mais ampla, não apenas as ideologias políticas, em suas corporificações do liberalismo ao comunismo, foram postas em questão, mas também o que John B. Thompson (2000: 104) denomina de “*a grande narrativa da transformação cultural*” otimista do iluminismo, baseada na idéia de progresso, no desenvolvimento da ciência objetiva, na possibilidade de uma moralidade e leis universais, e na racionalidade (Harvey, 1989: 22).

Os acontecimentos e deslocamentos teóricos revelaram um entibramento das “metanarrativas”, tornando transparentes as fissuras, contradições e ambigüidades da modernidade e, conforme observa Antony Giddens (1996: 324), onde a própria tradição construída por ela está em questão. De forma emblemática, este esgotamento é representado pelo “*movimento estudantil*” de 1968, cuja ressonância repercutiu para além de seu epicentro nos eventos de Maio de 1968, em Paris, não ficando restrito aos estudantes (Torfing, 1999).

O cepticismo em relação às “grandes narrativas” tem orientado o debate e se colocou como elemento de classificação, através da noção de “pós-moderno”, tanto das sociedades atuais como de seus analistas. Consideramos, neste sentido, dois aspectos

¹⁹ A utilização aqui da expressão “fim das ideologias”, conforme utilizado por Daniel Bell (1973: 49), tem um significado preciso, referindo-se ao esgotamento de ideologias específicas, do liberalismo ao comunismo. Não faz sentido falar-se em fim das ideologias em termos absolutos, o que equivaleria afirmar que o neoliberalismo constitui-se como ponto final de um processo de reconhecimento, marcando o fim da História (Giannotti, 1992: 3).

distintos e que dizem respeito à própria modernidade, isto é, o processo de desencantamento, cuja meta era dissolver os mitos, substituindo a imaginação pelo saber e o processo de nomeação, fixação e explicação, que resultou numa redução das diferenças, recriando o mito na forma de ideologia (Adorno, 1975: 143). Ou seja, os pressupostos imanentes da modernidade permitiram a dessacralização, por um lado, e as fixações de sentido criadas por ela no processo histórico, por outro. Neste caso, o pós-moderno assentar-se-ia sobre a modernidade para “desconstruir” o que foi por esta fixado²⁰. A recusa de valores da modernidade, que seria uma característica do pós-moderno, é, no entanto, anterior às últimas décadas.

Diferentes análises têm mostrado que a recusa das “grandes narrativas” e de um “fundacionalismo”, assim como uma oposição entre o efêmero e o imutável está na raiz da modernidade²¹. Na afirmação de Baudelaire, “*a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável*” (Apud. Harvey 1989). Já Maquiavel suspeitava de que tínhamos domínio sobre uma metade, ficando a outra a cargo da sorte. Impulso este que subjaz ao pensamento de Marx em relação ao capitalismo, onde o aberto se contrapõe aos seus desejos (Berman, 1988: 20) e onde nada se ossifica e tudo que é sólido e estável se esfuma, numa contínua perturbação e interminável incerteza e agitação (Marx e Engels, 1977: 24). Não é nosso objetivo pormenorizar o debate sobre uma condição pós-moderna. Queremos, no entanto, reter a

²⁰ Um aspecto distinto da pós-modernidade está relacionado ao que Lash (1990) denomina de “regimes de significação” que diz respeito à comunicação privilegiando a imagem em detrimento da palavra.

²¹ Berman menciona escritores como Goethe, Marx, Baudelaire, Dostoievski, Biely que se confrontaram com essa sensação de fragmentação, efemeridade e mudanças caóticas. Frisby mostra este interesse em Simmel, Kracauer e Benjamin. Whimster e Lash analisam, a propósito, proposições de Max Weber como eminentemente pós-iluministas e pós-metanarrativas. Não poderia ser esquecido Nietzsche. (Berman, 1988; Lash 1990; Harvey, 1989).

idéia do aberto e do fechado, do fugidio e do eterno da modernidade para afirmar, concordando com Claude Lefort, que esta indeterminação é também constitutiva do Estado democrático, como “*fenômeno de desincorporação do poder, do direito e ao desaparecimento do ‘corpo do rei’, no qual se encarnava a comunidade e se mediatizava a justiça*” (Lefort, 1983: 56). Inaugura-se uma experiência de uma sociedade indomesticável, onde o Estado democrático torna-se o teatro de uma contestação que não se reduz à conservação de um pacto, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente (*Ibidem*). Nesta perspectiva, a ideologia assume pleno sentido como ocultamento deste lugar vazio e basilar para esclarecer a experiência moderna do totalitarismo (*Ibid*: 116). Concordando com o desaparecimento do “*corpo do rei*”, Hannah Arendt analisa o totalitarismo como decorrente da ausência de instituições duráveis e da não fixação, resultando num permanente fluir onde tudo é possível (Arendt, 2000)

Reencontramos em Lefort a polaridade entre o indeterminado e a tentativa de sacralização das instituições e o culto à ordem. Se a sociedade moderna “*torna-se teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecimento permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela indomável, combinando tempos sociais múltiplos não sincronizados uns em relação aos outros na simultaneidade...*” (*Ibid*: 119), no outro extremo, o totalitarismo apresenta-se como um dos dispositivos para banir esta indeterminação, a instituição do social é necessariamente um processo político não restrito à sociedade política. Nesta direção os movimentos de contestação não seriam simples resultado de uma crise das instituições, entre as quais o sistema representativo, mas aparecem como face do que não pode ser dominado inteiramente pelo poder. É também nesta perspectiva que se evidencia a

dimensão simbólica do direito, da irredutibilidade da consciência do direito à toda objetivação num corpo jurídico (*Ibid*: 57). No entanto, a consciência dos direitos não está separada da declaração dos mesmos, de alguém que os declara e os torna visíveis, seja pelo Estado ou organização multilateral. Daí também a ambigüidade da relação entre consciência de direito e sua institucionalização. Seguindo o raciocínio de Lefort, isto implica que a institucionalização possibilita *“uma ocultação dos mecanismos indispensáveis ao exercício efetivo dos direitos pelos interessados, em decorrência da constituição de um corpo jurídico e de uma casta especializada; por outro lado, fornece o apoio necessário à consciência do direito”* (*Ibidem*). Nesta perspectiva validam-se as críticas à regulação e ao caráter ideológico da representação do direito, que leva a acreditar numa liberdade e numa igualdade válida para todos, encobrindo e legitimando desigualdades, conforme denunciado por Marx, assim como se torna elemento de crítica e de uma ação política²².

A afirmação da dimensão simbólica do direito, a partir do qual se torna possível a crítica e ação política, conduz a um distanciamento de visões economicistas ou deterministas e introduz-se uma ênfase aos significados e aos processos políticos, estes não restritos às instâncias institucionalizadas. Isto tende a acentuar a condição contingente dos processos sociais, num contexto de des-tradicionalização e de contínuos confrontos entre culturas, onde as tradições e padrões convencionados tornam-se relativos, gerando

²² Além dos exemplos mencionados por Lefort, das lutas de mulheres, homossexuais, consumidores, cidadãos por seus direitos, lembramos a evolução do “novo sindicalismo” ocorrido no Brasil no período do Regime Militar, que se organiza a partir da reivindicação de direitos, mesmo dentro da estreita margem legal imposta, conforme análise feita por Eder Sader (1991). Apenas como mais um exemplo, o MST, de origem eclesial tinha no início como palavra de ordem “Terra de Deus, terra de irmãos” , evoluindo para uma concepção de direito inserido num discurso sobre a democracia – “ Sem reforma agrária não há democracia” , o que redefiniu suas estratégias de ação, de alianças e de presença pública (Queiroz, 1999: 149).

uma situação de *incerteza artificial* (Giddens, 1996). Neste campo é que a questão da comunicação, ou daquilo que Lash denomina “regime de significação”, passa a ter impacto, em que a mídia assume potencialidade para a (re)organização das relações sociais, detendo papel central, não único, para análise da ideologia (Thompson 2000: 286 e 341).

Quanto à interpretação desta instabilidade/incerteza, que caracterizaria a atualidade, e conseqüente margem para o surgimento de movimentos plurais, podemos identificar duas linhas interpretativas distintas. Por um lado, para certos autores, a exemplo de Giddens (1996) e Manuel Castells (1984, 1989 e 1999), a pluralidade de movimentos seria decorrente dos rumos e transformações econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas. Nesta linha podemos lembrar ainda Habermas (1990), que situa os movimentos como reação à crescente racionalização da vida moderna, isto é, a contradição entre o *mundo da vida* e o sistema. Por outro lado, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1989) situam a construção de identidades na impossibilidade do social situado no nível simbólico, portanto como construção discursiva sempre incompleta, resultante de uma prática articulatória sempre aberta, onde a ambição de uma totalidade sempre pode ser subvertida, num transbordamento do social. Neste sentido, o social só existiria como um esforço parcial, em que o antagonismo se coloca como experiência do limite do social, revelando as fissuras e que permitem a construção discursiva a subverter uma pretensa ordem natural (*Ibid*: 126). Perspectiva que se aproxima àquela de Claude Lefort ao afirmar a dimensão simbólica do direito, a partir da qual se abre espaço para o político.

Retomando nossa afirmação inicial de que as ações coletivas inserem-se num campo de conflitos entre possibilidades e limites, situadas num *continuum* entre a reprodução de

uma ordem social e a (re)construção do social, enfatizando os processos de significação e processos políticos, leva-nos a considerar que seus conteúdos não são determinados *a priori*, mas forjados nestes mesmos processos. Seguindo o raciocínio precedente, a ação é, assim, um processo interativo de construção no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediadas pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos, do “jogo” de forças e com possibilidade de influir nas próprias regras desse “jogo” político, como processo ativo de construção do social. É neste conflito que se constroem identidades a partir da articulação de diferentes elementos, criando sentidos a partir dos quais podem ser identificados atores, razões, mecanismos e objetivos pertinentes a estas composições. Conforme Castells (1999: 23),

“a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço”.

No entanto, a forma das composições opera-se na própria ação, daí também a imprevisibilidade de suas concretizações.

Num contexto tal como procuramos caracterizar, não se poderia falar de um sistema total onipresente e onipotente, mas também não de um pluralismo destituído de processos onde o poder não seja de alguma forma hierarquizado. Nessa interação é que situamos o que denominamos como articulação de projeto político-social hegemônico, ou projetos “contra-hegemônicos”, num quadro pluralista. Nesse sentido, as relações de poder

inserem-se em processos hegemônicos e, como tais, incluem “*várias contraforças e novas tendências em seu interior, forças residuais assim como forças 'emergentes' que ele tem que tentar administrar ou controlar*” (Jameson, 1996: 402). O conceito de hegemonia, conforme formulado por Gramsci, não se reduz a um sistema de idéias, mas se efetiva como prática social no terreno do jogo de forças sociais e cujo espaço político não é restrito à Sociedade Política, mas inclui a Sociedade Civil. Gramsci usa a palavra hegemonia para designar a forma como o poder conquista o consentimento e por vezes também a designa como coerção. A hegemonia inclui a ideologia, os mecanismos econômicos para favorecimento de grupos, de cujo apoio necessita, podendo exercer-se, ainda, através do Estado. Neste último sentido, Terry Eagleton (1997: 105), referindo-se ao que Perry Anderson considera um erro em Gramsci, observa que o processo de hegemonia não se restringe apenas à Sociedade Civil, pois a forma política do Estado capitalista é ela própria um órgão vital de tal poder.²³

A hegemonia, portanto, nunca é uma conquista definitiva, mas tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada (Eagleton, 1997). Um processo hegemônico é sempre relacional posto que, de qualquer ponto, o outro está presente; tanto o subjugado traz as marcas impressas por quem exerce o poder, quanto este último carrega as marcas daquele. Finalmente, considerando a natureza plural e fragmentada das sociedades contemporâneas, os processos hegemônicos tornam-se também mais plurais (Laclau, 1997). Neles não há um conteúdo determinado *a priori*, mas construído através

²³ Eagleton aponta como exemplo o sistema parlamentar enquanto “reforço de autogoverno”. Nesta direção, poderíamos lembrar os Conselhos criados pelo Estado e sua ambigüidade. Estes, por um lado, podem ser um controle do Estado e, por outro, colocam-se como espaço de expressão e manifestação do processo instável de disputas hegemônicas.

de sucessivos atos de identificação; atos estes que sustentam, modificam, resistem ou rejeitam uma ordem concreta (Laclau, 1994: 1997).

Tendo como ponto de partida estas delimitações, coloca-se o desafio da construção de um quadro analítico que permita apreender as ações coletivas no interior daquele *continuum*, no qual situamos tais ações. Nesta direção, põe-se a questão da definição da ação, o que recoloca o debate sobre a relação entre ação e estrutura. Tema que tem norteado a discussão no interior do campo temático dos movimentos sociais, particularmente identificado pelo debate entre Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)²⁴. Para os nossos objetivos, retomamos particularmente as contribuições de Alberto Melucci quanto às reflexões sobre ações coletivas e movimentos sociais. Quanto à ação e ao processo da política, retomamos as contribuições de Gramsci, Hannah Arendt e Laclau & Mouffe.

Adiantando a nossa proposta de modelo, que será desenvolvida nos capítulos seguintes, propomos três níveis de análise. O primeiro nível denominamos aderência ao poder hegemônico. Um segundo nível, ao qual referimos como de conflito em relação ao poder hegemônico, identificado como expressão dos conflitos no interior da própria composição hegemônica. Finalmente, as ações que expressam um antagonismo que coloca em questão o poder hegemônico, seus objetivos e regras.

Como antes observado, as ações coletivas inserem-se num campo de conflitos onde os atores se reconhecem e se fazem reconhecer, num espaço público, não restrito ao âmbito institucional. Isto impõe uma definição do que se entende por espaço público.

²⁴ A produção teórica sobre movimentos sociais foi particularmente marcada por este debate nas décadas de 80 e 90 (Gohn 1997; Nascimento, 1998; Melucci, 1990, 1991 e 1996).

Como procuraremos demonstrar, este quadro deverá permitir também o estabelecimento de uma distinção analítica entre movimento social e ação coletiva, sendo aquele uma forma desta. Para a concretização da análise das ações coletivas priorizamos como eixo a questão dos direitos na medida em que podem explicitar o porquê da formação de grupos, como e em que circunstâncias e sua caracterização a partir do quadro analítico proposto.

CAPÍTULO II

MOVIMENTOS SOCIAIS, UM FENÔMENO ANTIGO COM NOVOS SIGNIFICADOS

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente...”

(Marx – O 18 Brumário de Luís Bonaparte)

“Os movimentos são um signo. Não são produtos só de uma crise, o último efeito de uma sociedade que morre. São, ao contrário, mensagens daquilo que está nascendo...Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra.”

(Melucci – A invenção do presente)

Na História formas de “ações coletivas discordantes” têm sido classificadas de modo distinto, seja positiva ou negativamente. A sua positividade geralmente é salientada *a posteriori* e passam a integrar o repertório de quadros de referência ou de percepção, mesmo quando derrotadas. O processo de classificação depende de quem classifica, a partir de onde e de quais parâmetros. Nas sociedades tradicionais, com base num discurso hegemônico teológico-religioso, recorre-se a categorias como “heresias”, “feitiçaria” etc.

Com o advento da modernidade e sua forma de conceber e construir o conhecimento através da ciência, não apenas novas explicações do fenômeno são postas, como também novos sentidos são atribuídos às manifestações coletivas. Estas, por sua vez, integram-se de forma crescente neste novo cenário. No campo da ciência, a análise das ações coletivas tem-se referenciado num amplo leque de teorias e abordagens, que foram ou são classificadas e identificadas, por diferentes autores, como paradigmas²⁵, entendidos como

²⁵ Compreendemos que a designação de paradigmas para a identificação das abordagens sobre as ações coletivas e mais especificamente sobre movimentos sociais é problemática, tendo em vista a multiplicidade e

modelos que geram tradições coerentes e específicas de análise (Kuhn, 1975). Mesmo que o domínio de suas abordagens tenha alcançado uma autonomia relativa no campo conceitual (Melucci, 1984: 16) consideramos que tais teorias são desdobramentos de teorias sociais mais gerais. Estas classificações ou mapeamentos têm obedecido a diferentes critérios, seja a partir de seus autores, de suas temáticas ou mesmo de referências nacionais por refletirem seus contextos sociais e culturais. Apesar destes critérios poderem se sobrepor, um critério mais amplo geralmente tem norteado tal classificação, ou seja, a dualidade entre estrutura e agência, expressa na frase de Marx, que serve de epígrafe ao presente capítulo. Esta é também uma marca na constituição da Sociologia como uma disciplina acadêmica. Para Émile Durkheim, *"a totalidade constitui-se numa propriedade acima dos indivíduos e se define por uma hiperespiritualidade"* (Durkheim, 1970: 34), cujo método consiste em partir dos fatos sociais, identificáveis como “coisas”, que *"consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotados de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem"* (Durkheim, 1978: 48). Max Weber parte da *ação social* e sua metodologia assenta-se no sentido mentado pelo sujeito ou sujeitos da ação e que está referido à conduta de outros (Weber, 1944: 5).

Esta dualidade constituiu-se numa das bases do pensamento moderno, ou seja, a afirmação da vontade humana, por um lado, e do determinismo externo a esta vontade, por

mesmo composições de elementos, oriundos de diferentes perspectivas, presentes nestas análises. Nesta direção, não seria pertinente falar-se em crise do paradigma nas Ciências Sociais. Se as condições de crise são rotina nas Ciências Sociais, como afirma Alexander (1987), esvazia-se o próprio sentido de crise e coloca no centro a questão dos pressupostos ou dimensões não-empíricas. O dissenso que é paradigmático, mesmo que em determinadas circunstâncias uma determinada leitura se torne hegemônica, o que está mais relacionado a condições externas a uma lógica de ciência normal, no sentido kuhniano, isto é, relativas às relações no interior do campo científico e deste com outros campos.

outro. Esta dualidade traduziu-se na trajetória epistemológica das ciências sociais, entre a explicação e a interpretação, e sua superação é um dos temas centrais no campo da Filosofia da Ciência, particularmente no segundo quartel deste século, e na Sociologia especialmente a partir dos anos 1960. No bojo deste debate estão também as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas ao longo do século, intercaladas por duas guerras mundiais, assim como de previsões e sonhos não realizados, um “desencantamento” do imaginário social iluminista.

As Ciências Sociais, fundamentadas naquele imaginário, constituíram-se e buscaram seu reconhecimento a partir do Século XIX, impondo-se a oferecer explicações, interpretações da sociedade moderna, quanto ao seu funcionamento, continuidade, tensões e possíveis transformações, visando um sentido prático em propor soluções (Bottomore e Nisbet, 1980: 9). Histórica e geograficamente situados, podemos afirmar que os autores, considerados clássicos, partem de uma universalização do desenvolvimento ocorrido no Ocidente e, de uma forma ou de outra, suas teorizações estão relacionadas à Filosofia da História²⁶. De modo geral, encontramos em cada um destes autores a identificação de um fator crucial, ou “chave histórica”, para a caracterizar ou teorizar a sociedade moderna – modo de produção capitalista em Marx, divisão do trabalho em Durkheim, democracia em Tocqueville, racionalidade em Weber (Bell, 1973; Avritzer e Domingues, 2000).

²⁶ A universalização deste desenvolvimento não se põe como um ato de vontade, mas como processo histórico que, apesar dos impulsos dos interesses mais mesquinhos, permite exclamar como Goethe: “*Quem lamenta os estragos se os frutos são prazeres?*”. Verso citado por Karl Marx em artigo publicado no *New York Daaily Tribune* em 25 de junho de 1953 sob o título, *O domínio britânico na Índia*. Neste artigo Marx afirma, ainda, que “*apesar de todos os seus crimes, a Inglaterra foi o instrumento inconsciente da história ao realizar essa revolução*”. Referia-se à revolução social provocada pela introdução do “vapor e das ciências britânicas” que revolucionaram a agricultura e a indústria artesã de todo o Hindustão e com elas dissolveram as pequenas comunidades semibárbaras e semicivilizadas contaminadas por diferenças de castas e pela escravidão, onde a vida estática, vegetativa e de existência passiva, transforma o assassinato em rito religioso (Marx 1977b). Esta citação expressa o “*espírito*” do Século XIX e ao mesmo tempo revela o desencantamento frente à história do século XX.

Interessa-nos identificar estes eixos e as marcas deixadas para o debate sobre os movimentos sociais.

Estas análises, portanto, situam-se, de modo geral, no interior do imaginário iluminista, com características distintas quanto aos pressupostos epistemológicos, isto é, a relação entre sujeito-objeto e conseqüentes opções metodológicas. Estas opções são organizadas ordinariamente a partir da unidade de análise, numa oposição entre estrutura e agência. No campo do que caracterizamos como “ações coletivas discordantes”, tendeu-se a uma distinção a partir da utilização dos conceitos movimentos sociais e ações coletivas. O primeiro identificado com uma abordagem que prioriza a estrutura e o segundo com aquelas abordagens que priorizam a ação. Ao contrapor estes dois conceitos, encobre-se uma questão de caráter político, vez que o conceito movimentos sociais estava originalmente relacionado à tradição marxista, enquanto ação coletiva vinculava-se tanto ao funcionalismo e, portanto, com certo viés estruturalista, como a correntes que acentuavam a capacidade dos indivíduos agirem intencionalmente. Nas últimas décadas prevaleceu a tendência de autocrítica e crítica mútua destas correntes em busca de uma superação do dualismo entre agência e estrutura.

O que propomos aqui, é retomar de forma sintética as perspectivas que consideramos mais relevantes ao debate sobre movimentos sociais objetivando a construção de um conceito analítico que não dilua o sentido mais radical de um antagonismo social no interior do amplo campo das ações coletivas.

1. Marxismo e movimentos sociais

Não é incomum e nem sem razão que se faça uma associação entre movimentos sociais e a tradição do movimento operário, que por sua vez é associado ao socialismo. No interior desta larga tradição é reconhecida a centralidade do pensamento de Karl Marx e do marxismo em suas diferentes vertentes. Não é objetivo e nem necessário traçar aqui esta longa trajetória. As considerações feitas aqui destacam alguns pontos que consideramos importantes para a análise dos Movimentos Sociais²⁷.

A obra de Karl Marx, como se sabe, é extensa e variada, cujos escritos remetem a diferentes contextos e a múltiplos destinatários, constituindo-se em objeto de interpretações divergentes. A partir da análise feita por Marx, centrada no modo de produção capitalista, destacamos, aqui, questões que nos permitem identificar a influência do marxismo e desdobramentos para a teorização e análise dos movimentos sociais. Segundo afirma o próprio Marx, no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*, o que se constitui a “*pedra de toque*”, resultado da revisão crítica da filosofia hegeliana, foi a conclusão

“de que tanto as relações jurídicas, como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida, cujo conjunto Hegel resume (...) sob o nome de ‘sociedade civil’ e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política” (Marx, 1977b: 301).

É esta premissa que reorienta seus estudos para a economia, cujo resultado é resumido no mesmo texto, afirmando que

²⁷ Uma referência no Brasil, quanto à influência do marxismo na teorização sobre movimentos sociais, encontra-se em Ilse Scherrer-Warren (1987), cuja leitura parte das noções de práxis, ideologia, organização e projeto. Em 1997, Maria da Glória Gohn publicou o livro *“Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”*. Como o subtítulo esclarece, trata-se de um mapeamento mais amplo das diferentes correntes teóricas presentes nas análises dos movimentos sociais.

“na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política, espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculo a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela”(p. 301).

Partindo desta citação, bastante conhecida, podemos destacar três pressupostos da construção teórica empreendida por Marx. O primeiro é que o modo de produção da vida material é que determina a consciência. Segundo, a concepção de um desenvolvimento histórico linear e, terceiro, uma visão da sociedade como uma totalidade. Estes pressupostos levam a considerar as mudanças como resultados de uma lógica interna ao sistema econômico, cujo desenvolvimento está dado *a priori*. A mudança se põe como necessidade à medida que as forças produtivas entram em contradição com as relações de produção. É também este desenvolvimento das forças produtivas que forja os sujeitos, cujas ações a que se propõem só brotam quando existem as condições materiais (Marx, 1977b: 302). Assim, as mudanças, tal como os agentes da mudança, são desdobramentos, em última instância, do econômico como nível específico que governa o desenvolvimento social, segundo uma lógica interna própria. É a partir desta lógica que as contradições se impõem entre forças produtivas e relações de produção. No caso do capitalismo, estas contradições forjam o proletariado que, submetido e unificado pelo capital, coloca-se

como a única classe verdadeiramente revolucionária por ser a única capaz de representar a totalidade. É a partir desta lógica que se colocam as condições para a passagem de um tipo de sociedade a outra. Ainda que se afirme no Manifesto Comunista, escrito por Marx e Engels, que toda luta de classe é uma luta política, em última instância esta luta é determinada pelo econômico. É neste campo que se manifesta um dualismo que marcará a trajetória do marxismo. Por um lado, afirma-se uma sobre-determinação apriorística do econômico, impondo uma necessidade histórica e, por outro, a contingência da política. O enfrentamento deste dilema tendeu a confirmar a primazia, em última instância, do econômico e conseqüentemente uma inaptidão do marxismo para desenvolver uma teoria da ação e da política. Desta forma, a ação, a luta de classe, é determinada por estruturas objetivas e reflexo de interesses objetivos. Como afirma Torfing, em relação às tentativas de superação deste dilema por autores como Althusser, Balibar e Poulantzas, extensivo ao marxismo clássico, a *“luta de classe faz o mundo girar, mas as classes sociais são concebidas como meros suportes da estrutura e a luta política é meramente substância de um adiantamento de interesses previamente dados”* (Torfing, 1999: 19).

Esta tensão entre o homem como agente-paciente é expressa também na afirmação de que *“a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois (...) vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua utilização”* (Marx, 1977b: 302).

Os pressupostos, referidos acima, põem o dilema entre a liberdade política como condição para a emancipação e uma determinação econômica. Considerando que *“não é a consciência do homem que determina o seu ser”* e que o capitalismo se funda num processo de crescente socialização do trabalho e apropriação privada dos seus frutos e que

se reproduz em nível da privatização dos aparelhos de poder (Coutinho 1983: 66), há uma subordinação das condições para a ação ao reino da necessidade²⁸. Esta contradição, nos termos colocados, soluciona-se em Marx a partir de sua visão da História, de um *telos* que independe da vontade.

Os nexos entre infraestrutura e superestrutura traduziram-se na contraposição entre uma visão economicista e do objetivismo histórico, por um lado, e, por outro, a afirmação de uma autonomia relativa da superestrutura, a partir da qual formularam-se diferentes concepções sobre o “papel” da classe operária. Segundo Marx, esta seria a única classe verdadeiramente revolucionária no capitalismo, assim como a burguesia o fora no feudalismo (Marx e Engels, 1959 e 1977). Em outros termos, o desenvolvimento do marxismo manteve uma visão epifenômica do econômico e um reducionismo classista.

A acentuação de uma visão economicista ou antieconomicista não se colocou num nível puramente teórico, mas esteve relacionada aos contextos históricos específicos. Na experiência da Revolução russa, compreendida no seu longo processo, houve uma acentuação da estratégia política assentada numa visão economicista e historicista, onde o socialismo se punha como transição através da conquista do poder centralizado pelo partido. Este, como organização rígida de profissionais, impôs-se como o interprete do desenvolvimento histórico e, em nome da classe, apoderou-se do Estado. Assim, as políticas de alianças na construção de uma hegemonia têm sentido puramente estratégico e contingente de caráter reducionista. Para a análise das ações coletivas, esta perspectiva significou a exclusão das ações não redutíveis ao modelo de partido (Melucci, 1990: 85).

²⁸ Neste caso, encontramos no pensamento de Marx o imaginário da *polis* grega, isto é, a liberdade e a não subordinação ao reino da necessidade como condição para a democracia.

Em contraste à experiência russa, as questões postas no Ocidente são de outra ordem, onde a industrialização gerou uma crescente diferenciação entre categorias e demandas dos trabalhadores, assim como a força e a complexidade da dominação diferia-se mais pelo grau de consentimento do que de uma dominação pela coerção. Dentro deste contexto acentua-se uma crítica ao economicismo, onde a análise, a partir da releitura de Marx, volta-se para os aspectos culturais e ideológicos. Estas análises passam a ser identificadas como marxismo ocidental que compreende autores tão diversos quanto Georg Lukács, Ernst Bloch, Karl Korsch, Antonio Gramsci, membros da Escola de Frankfurt, Jean-Paul Sartre e Jürgen Habermas em sua primeira fase (Anderson, 1977). De particular interesse para nós será o pensamento não dogmático de Antonio Gramsci, que abriu caminho para a formação de um terreno teórico pós-marxista. Gramsci, ao deslocar a hegemonia do campo puramente estratégico político, conforme Lênin, para o campo *“intelectual e moral”* abre espaço para o questionamento de uma leitura naturalista da história, visto que o conceito de hegemonia em Gramsci, entendido como articulação, veicula a idéia de pluralismo democrático e abertura do campo da política (Laclau & Mouffe, 1989; Torfing, 1999; Buriti, 1994). A discussão a ser desenvolvida sobre um possível modelo analítico dos movimentos sociais, que será desenvolvida adiante, partirá destas considerações.

Na análise sobre os movimentos sociais, o marxismo ofereceu uma interpretação estrutural para o seu surgimento e a premissa de que a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes, conforme o Manifesto Comunista, proporcionou o recorte que orientou e deu significado a diferentes elementos e manifestações (Torfing, 1999: 99). Seja como processo geral de solidariedade para a emancipação como obra da própria

classe (Marx, 1973: 17), seja através da conquista do poder político pela classe operária, a única classe capaz de representar os interesses gerais (Marx e Engels, 1959: 34), o movimento operário proporcionou o critério de classificação entre “*verdadeiros movimentos sociais*” e aqueles considerados “*arcaicos*” ou “*pré-capitalistas*”, a exemplo das análises feitas por Hobsbawn (1970a; 1970b).

A partir destes três pontos – relação entre infraestrutura e superestrutura e a visão de História, classe como sujeito da história – podemos situar as análises sobre os movimentos sociais que antecederam os anos 1960, assim como as análises de orientação marxista que emergiram a partir do final daquela década. Neste sentido, podemos situar, entre outros autores, Manuel Castells (1970) que, dentro de uma perspectiva classista, desloca as contradições do capitalismo monopolista para a esfera da reprodução gerida pelo Estado; Alain Touraine que se distancia do marxismo ortodoxo, destacando os novos atores derivados fundamentalmente dos conflitos em torno do controle dos modelos culturais; Claus Offe que identifica a presença das novas formas de ação coletiva como elementos de uma nova ordem, não colocando em questão os valores da modernidade, mas o modo de realizá-los através de novos códigos éticos; Alberto Melucci que iniciou sua teorização dentro de uma moldura marxista, integrando posteriormente contribuições de diferentes orientações. A concepção de História, a centralidade da economia e a concepção de um sujeito histórico foram progressivamente colocadas em questão que levaram a rejeição destes pressupostos, recolocando problemas propostos pelo marxismo ou mesmo ao seu total abandono

2. Ação coletiva e equilíbrio social

Se o marxismo, a partir da análise do modo de produção capitalista, debateu-se em torno das questões da transformação social através de uma ruptura e a possibilidade da construção do socialismo, outra orientação desenvolveu-se no sentido de uma integração ou mesmo de promover reformas para um equilíbrio social. Neste sentido identificamos uma clara distinção entre o conceito de “*movimento*” e “*ação coletiva*”, este último referido particularmente à sociologia norte-americana que se estruturou a partir da década de 1920 em torno da Escola de Chicago (Melucci 1990; Gohn, 1997; Bottomore e Nisbet, 1980). No desenvolvimento da sociologia norte-americana há uma continuidade em sua tradição, mas também oposições.²⁹ Um dos elementos comuns foi, sem dúvida, a acentuação empírica. Uma das exceções mais visível é a teorização de Talcott Parsons, cuja preocupação foi o de criar uma teoria sociológica que compatibilizasse determinações estruturais e a ação coletiva (Alexander, 1987 e 1992).

É dispensável aqui um detalhamento das diferentes teorias, salientamos apenas alguns aspectos para o nosso argumento. No interior do desenvolvimento da sociologia norte-americana, o estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons exerceu grande influência até a década de 1960, e que representou uma tentativa para integrar ação social voluntária e determinações estruturais. No entanto, o interesse de Parsons na socialização dos indivíduos, direcionou sua teorização ao controle normativo, acentuando-se, portanto, a dimensão estrutural (Alexander, 1987). A visão de sistema sobrepôs-se e a ação passa a ser uma decorrência das normas institucionalizadas ou de um desequilíbrio do processo de integração. Para Parsons, a ação coletiva coloca-se no mesmo patamar de comportamento

²⁹ Maria da Glória Gohn (1997) identifica cinco grupos teóricos no período clássico nos EUA predominantes até da década de 1960.

desviantes, vez que estes comportamentos apresentam-se como um desequilíbrio do processo de institucionalização, cuja solução se daria através da (re)socialização para a integração. Dentro desta tradição, particularmente em Smelser (1963), a categoria de comportamento coletivo, assentado numa crença generalizada, é central e as pesquisas se direcionaram para o “como” da constituição das ações coletivas. Smelser vai além de uma concepção da ação coletiva como desvio, mas a considera também como uma resposta adaptativa à disfunção do sistema e restabelecimento do seu equilíbrio. A ação coletiva estrutura-se a partir da tensão e incerteza através de uma crença generalizada que mobiliza a ação a restabelecer o equilíbrio em que as mudanças estão referidas a adaptabilidade do sistema (Melucci 1990 e 1996).

O Interacionismo, considerado como “oposição leal” à teoria de Talcott Parsons e às abordagens empíricas quantitativas, tem sua origem num período anterior ao estrutural-funcionalismo. Seu interesse voltado à ação, no caso dos fundadores desta perspectiva, está relacionado a motivos práticos, cuja visão assentava-se originalmente numa perspectiva evolucionária e progressista da sociedade. O que estava posto era o processo de integração ao novo contexto histórico conseqüente das transformações acionadas pelo progresso. Os interacionistas concebiam a mudança como inevitável, progressista e como processo de crescente individualização, cujo desafio era construir instituições de forma racional e criativa para solucionar os problemas resultantes das mudanças. Neste sentido, a sociologia deveria explicar e promover mudanças, encontrando um equilíbrio entre a liberdade individual e a ordem social (Fisher e Strauss 1980: 603).

Há, a despeito da distância epistemológica e metodológica, uma proximidade com as preocupações de Émile Durkheim, quando este defende a criação de corporações para

preencher um vazio deixado pela crescente divisão do trabalho. Estas corporações teriam esta função de elaborar uma regulamentação, fixando as mútuas relações e fazer frente à anomia, isto é, a subordinação da lei física a uma lei mais forte, cabendo ao Estado coordenar tal processo (Durkheim, 1999). Para Durkheim, a falta de disciplina ou regramento econômico teria conseqüências na diminuição da moralidade pública (*Ibidem*).

Se em Durkheim a criação das corporações, como instituições situadas entre o estado e o indivíduo, ocorre no campo econômico das relações de trabalho, para os fundadores da Escola de Chicago estas instituições têm caráter comunitário, relacionado à vida urbana. Não por acaso encontramos um paralelo com a obra de Alexis Tocqueville em sua perspectiva de preservar a liberdade do cidadão dotado de vontade, cuja forma para sua concretização ele identifica no impulso para a criação de espaços diversificados no plano social (Tocqueville, 1977; Cohn, 2000) e não no plano econômico como em Durkheim. Esta acentuação de um comunitarismo evidentemente tem como suporte a História americana e as bases culturais de sua formação, a qual se faz referência ao desembarque dos peregrinos puritanos do “Mayflower”, na baía de Plymouth.

Para os interacionistas, estas instituições não se restringem a uma funcionalidade dentro de um sistema, mas são espaços abertos para a criatividade e estão além das normas formais. A sociedade é vista como uma questão de comunicação, visão particularmente acentuada por Robert Park, base para a associação e esta como facilitadora para uma maior consciência e entendimento. Isto é, condição para uma comunidade democrática e um público democrático que poderia dirigir o próprio destino (Fischer e Strauss, 1980: 605). Há uma ênfase no “ator ativo” e um antideterminismo, particularmente presente na Psicologia Social de George Mead, que marcou a rivalidade dos interacionistas com o

behaviorismo. Para aqueles, as condições estruturais são necessárias, mas não suficientes para explicar a ação humana. Neste sentido, Goffman propõe o conceito marcos de referências (*frames*), valores culturais, experiências e normas que possibilitam a interação. Ervin Goffman (1974) reconhece a necessidade de regras, mas as próprias regras constituem as possibilidades de seu não cumprimento (Neveu 1996:11). Os comportamentos desviantes, segundo Goffman, não se colocam como patologias, mas estão relacionados ao poder de definir regras ou normas e ao poder de estigmatizar tais procedimentos como desviantes. Em relação ao aspecto político, Howard Becker recoloca o problema do mundo dos desviantes como relação entre grupos de proteção mútua e grupos mais poderosos que impõem um controle do espaço social. Observa-se, assim, que há uma mudança na compreensão da equidade e da justiça se confrontadas estas perspectivas mais recentes do Interacionismo com àquela evidenciada pelos fundadores. Para W. I. Thomas este problema seria resolvido pela própria evolução e para Robert Park através de uma maior humanidade e racionalidade. Não obstante a introdução de um componente político, a sua análise permanece na relação entre grupos, em que o poder dos desviantes encontra-se na associação e na combinação deste poder e a educação para conquistar maior equidade e conter o poder de outros grupos (Fischer e Strauss, 1980: 642). Os conflitos e limites seriam controlados ou transformados através da interação.

As críticas a esta perspectiva voltam-se a sua análise dirigida às relações face a face ou de nível mediano e sua pouca ênfase a fatores estruturais. Vão nesta direção, por exemplo, as críticas de Freidson (1988: 335ss), que chama a atenção, em seus estudos sobre a profissão médica, sobre os limites de uma visão autônoma dos profissionais, apontando valores e regulamentações que transcendem as relações face a face. Há que se

salientar a importância das abordagens interacionistas à crítica ao estruturalismo, assim como para o debate sociológico, particularmente a partir da década de 1960, que colocou na ordem do dia a busca a articulação entre ação e estrutura (Alexander, 1987: 5).

3. Ação racional e contingência

A questão da organização e institucionalização de grupos e movimentos tem sido também a referência para análises que retomam alguns aspectos da sociologia de Max Weber. A discussão sobre os movimentos sociais e a sociologia de Weber ocorre de forma indireta e está referida à sociologia interpretativa, no caso da análise da ação coletiva, por um lado, e, por outro, aos conceitos de racionalidade, burocracia e formas de dominação, em particular à dominação carismática. No caso do conceito de burocracia, salienta-se a tendência ao processo de burocratização e mudanças dos objetivos iniciais de um movimento social, ligados à quebra da rotina que caracterizam a dominação carismática. Esta perspectiva é paralela à perspectiva de Roberto Michels. Isto é, a tendência de distorção dos fins, os quais se voltam para a manutenção da organização e tende perder a força dinâmica e o impulso da liderança carismática, processo que Michels denomina oligarquização das lideranças. (Melucci 1990: 17; 1996: 121; Neveu 1996: 24).

A partir da crítica ao funcionalismo, a Teoria da Mobilização de Recursos retomou o conceito de racionalidade na perspectiva da sociologia das organizações. O conceito de “*grupo associativo*”, elaborado por Weber, caracterizado pela motivação/orientação racional para associação, é central na origem da TMR (Olson 1971). Pode afirmar-se que as análises centradas na organização formal e na ação racional ficaram presas à lógica da

“prisão de ferro”. As críticas feitas à Teoria da Mobilização de Recursos levaram autores desta corrente, como McCarthy, Zalt, McAdam e Tilly, a efetuar uma revisão, integrando contribuições do interacionismo e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (Laraña e Gusfield, 1994).

Consideramos, no entanto, a influência de Max Weber sob uma outra ótica, cujo peso é maior do que a explicitação de tal influência, que está relacionada às teses macro-históricas e macro-sociológicas.

A vasta obra de Max Weber, como nos demais autores do final do século XIX e início do século XX, defronta-se com o desenvolvimento ocorrido no Ocidente. O ponto de partida é a indagação, que é ponto de partida da *A ética protestante e o espírito do capitalismo*³⁰, sobre “a combinação de fatores a que se pode atribuir o fato de na Civilização Ocidental, e somente na Civilização Ocidental, haverem aparecido fenômenos culturais dotados (como queremos crer) de um desenvolvimento **universal** em seu valor e significado” (Weber, 1994: 1). Para Max Weber, no desenvolvimento científico, artístico, político e econômico no Ocidente, distingue-se uma forma peculiar de racionalidade e desenvolvimento de uma “*ética racional na conduta da vida*” (Schluchter 1990: 230). Os processos de modernização são resultados não intencionais, mas uma composição de fatores e circunstâncias desprovidas de um sujeito. Para Weber, no entanto, a forma específica de racionalidade, desenvolvida no Ocidente, coloca-se como um fator primordial, sem o qual não se poderia entender a especificidade do capitalismo aí ocidental. A influência da concepção de vida puritana, de origem calvinista, favoreceu,

³⁰ Como se sabe, este texto trata-se de “observações preliminares” (Vorbemerkungen) ao conjunto dos Ensaio Reunidos sobre a Sociologia da Religião, voltados para as grandes religiões mundiais e cuja questão é buscar a especificidade não das religiões em si, mas da sua influência econômica para a sua tese do desenvolvimento específico do Ocidente cujo fator distintivo encontra-se no ascetismo calvinista.

segundo Weber, uma vida econômica racional e representa o berço do moderno *homo-oeconomicus* e “um dos elementos fundamentais do espírito do capitalismo moderno, e não apenas dele, mas da própria modernidade, a saber, a conduta racional fundada sobre a idéia de vocação, nasceu do espírito da ascese cristã” (*Ibid*: 125).

A gênese deste espírito apóia-se num ethos, que se desgarrar e se desenvolve independentemente e, lembrando a alienação apontada por Marx, onde os bens adquirem um poder crescente e inelutável sobre os homens (*Ibid*: 131). O capitalismo, ou a modernidade, é um processo de superação e passagem da magia, do rito, da ação afetiva ou emocional para a ação racional (Motta, 1995: 75). Neste sentido, como afirma Gabriel Cohn, “o processo de racionalização é expansivo e, abandonado à sua lógica própria, irreversível e irresistível” (2000: 34).

Encontramos um sentido evolutivo, mas não na direção de uma lei única progressiva, significando o abandono de uma teoria do desenvolvimento histórico. Conforme analisa Claus Offe, para Weber as constelações relativamente estáveis e mesmo necessárias são decorrentes de uma concatenação de circunstâncias (Henrich et alli, 1990: 233). Diante do mundo moderno, da inexorabilidade da racionalidade, da nova servidão, de um aparato racional e impessoal, as últimas reservas para resistir a esta “servidão” encontrar-se-iam “no nível de uma ética heróica de cunho pessimista referida à personalidade e à elite” (*Ibid*: 246). Estas últimas reservas, sendo de caráter pessoal, não encontram um fundamento e não são reguladas institucionalmente.

“O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo desencantamento do mundo. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental de vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais.” (Weber, 1963: 182).

No ensaio “*O sentido da ‘Neutralidade Axiológica’ nas Ciências Sociais e Econômicas*”, Weber situa o antagonismo entre a tendência trivializadora da vida cotidiana, onde o homem vegeta sem ter consciência de sua servidão, numa acomodação oportunista; um homem passivo, num processo naturalizado da consciência deste antagonismo e da possibilidade de escolha do destino, isto é do “*sentido do seu fazer e de seu ser*” (Weber, 1992: 374). Para Weber, a possibilidade de fazer frente à servidão existe através da tomada de consciência da servidão e de uma atitude baseada numa “*ética da responsabilidade*” (Weber, 1992). Este antagonismo é retomado por Habermas, mas situando-o entre uma racionalidade instrumental própria do sistema e uma racionalidade comunicativa própria do mundo da vida, em que a resistência não se dá a partir de uma resistência heróica pessoal, mas através da ação comunicativa.

Weber recoloca, em certo sentido, a angústia provocada pela doutrina da predestinação diante da incerteza da salvação, na direção das incertezas na tomada de decisões e atender “*às exigências do momento nas relações humanas*” (Weber 1963: 183).

Neste jogo entre o inexorável e o possível

“ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou se, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou ainda um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda nenhuma dessas duas – a eventualidade de uma petrificação mecanizada, caracterizada por esta convulsiva espécie de autojustificação. Nesse caso, os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural poderiam ser designados como ‘especialistas’ sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado” (Weber, 1994: 131).

Esta visão pessimista marcará a perspectiva desenvolvida pela Escola de Frankfurt em suas análises do capitalismo tardio. Nesta “*sociedade administrada*” a racionalidade

resulta numa paralisia da crítica e onde, segundo Marcuse, a possibilidade de uma recusa ao sistema seria possível apenas a partir de fora dele. Nesta direção, os agentes sociais discordantes perdem seu poder de crítica e de contestação. Reencontramos esta perspectiva na sociedade de consumo descrita por Fredric Jamenson, onde os grupos emergentes são novos mercados para novos produtos ou apelos para imagens de anúncios, incapazes de totalizações ou de projetos coletivos (Jamenson, 1997: 335).

Há em Weber uma aguda percepção da dualidade e ambigüidade inerente à construção da modernidade, onde se confrontam o inexorável e o possível e as escolhas se colocam num repertório de valores propostos pela própria modernidade. Se na primeira metade do Século XX prevaleceu uma visão de um determinismo social, particularmente a partir da década de 1960 busca-se recuperar a visão que afirma um não determinismo. Nesta direção, como ilustração, podemos lembrar Castoriadis na afirmação de uma sociedade autônoma que se

“auto-institui, que sabe que é ela própria que estabelece suas instituições e significações, isso também quer dizer que ela sabe que estas não têm nenhuma fonte além de sua própria atividade instituinte e doadora de significados, bem como nenhuma garantia extra-social.” (Castoriadis, 1982: 427).

4. Nova face para velhas questões

Nesta relação dialética entre visões deterministas e não deterministas, manifestam-se formas de resignação ou de resistência. A afirmativa de um não determinismo, acentuada particularmente a partir dos anos 1960, estende-se à afirmação da possibilidade de construção do social que imprimiu novas perspectivas para a análise dos movimentos

sociais, inextricavelmente inter-relacionada aos fenômenos coletivos que marcaram aquela década. Esta reorientação acentuou os aspectos culturais e políticos, recolocando a questão da relação entre estrutura e ação. Três questões passam a orientar a discussão sobre movimentos sociais, particularmente nos últimos vinte anos. A primeira, oriunda da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, é relativa à “razão” ou o porquê se constituem novas *identidades*. A segunda questão é como se estruturam e como se constitui um “nós”, acentuando-se os aspectos estratégicos. E, finalmente, o foco volta-se aos momentos e oportunidades nas quais se manifestam tais ações. Estas questões estão presentes respectivamente na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, na Teoria da Mobilização de Recursos e da Mobilização Política.

Se as teorias clássicas tenderam a apontar um fator para a teorização da modernidade, as transformações e o próprio debate científico levou a teorias mais complexas, considerando diferentes fatores já apontados pelos clássicos para tentar explicar ou interpretar as sociedades contemporâneas. (Avritzer e Domingues, 2000: 9) O recurso a imagens e metáforas, para caracterização ou nomeação das sociedades atuais, além de revelar a natureza ambígua destas, exacerba a opinião da impossibilidade de reduzir a realidade aos conceitos. Isto coloca de antemão o fracasso de uma tentativa de síntese única. O debate constituir-se-ia também num campo político de significações e re-significações e de processos hegemônicos a partir de regras estabelecidas no interior do próprio campo científico.

Tendo presente as reflexões dos capítulos anteriores, procuramos, nos capítulos seguintes, recolocar algumas questões na direção de propor um “modelo” de análise para as ações coletivas. Queremos ressaltar, aqui, duas observações feitas por Melucci (1996,

16), que consideramos cruciais. Inicialmente concebemos “movimentos sociais” como um objeto construído para análise, não uma transferência do plano fenomênico ao plano conceitual. Os movimentos sociais não têm, assim, uma consistência ontológica, evidentes em si mesmos (Melucci, 1996: 14; 1991: 16). Um segundo aspecto é que nesta construção se estabeleça uma distinção entre “ação coletiva” e “movimento social”, sendo este uma forma de manifestação daquela (Melucci, 1996: 30), não diluindo o caráter antagonista do conceito de movimento social e evitando também uma unificação de dimensões e significados das ações coletivas.

4.1. Ação coletiva e movimento social: identidade e diferença conceitual

Tendo como objetivo a análise do que, por ora, denominamos ações coletivas/movimentos sociais, coloca-se, como ponto inicial, a dificuldade e os problemas na utilização destes termos. Como conceitos oriundos de correntes teóricas distintas, do marxismo e da sociologia americana, conforme exposto no item acima, quando aquelas teorias passam a redefinir os conceitos de ação coletiva e o de movimento social tenderam a tornar-se equivalentes, eliminando, assim, as suas especificidades. Isto está presente tanto na literatura como no senso comum. Esta equivalência no campo da literatura decorre, a nosso ver, particularmente a partir de dois pontos de origem. Um dos quais se situa na acentuação na busca em responder *como* surgem as ações coletivas e o outro está ligado ao afastamento do marxismo como campo teórico capaz de explicar as ações coletivas presentes nas sociedades contemporâneas, onde novos atores são analisados não a partir da estrutura e da ação das classes.

Partindo-se do legado da tradição funcionalista e interacionista, centrado sobre a ação coletiva e tendo subjacente tanto uma teoria de crenças compartilhadas como do processo de interação, há uma identificação de fatores que ativam a ação, mas não as suas causas. Estes elementos permitem a análise do como se constituem tais ações, compreendidas numa gama diferenciada de fenômenos que vão do pânico à revolução (Melucci, 1996: 14). Esta mesma tendência encontra-se na Teoria da Mobilização de Recursos que acentua os aspectos estratégicos da ação. Apesar das distinções entre os autores identificados com esta última corrente³¹, as análises das ações coletivas partem de uma lógica da interação estratégica e do cálculo de custos e benefícios (Cohen, 1985: 675). Nesta direção, a exemplo de Charles Tilly (1978), a análise centra-se não numa crença, mas na disputa política. Seu modelo de análise, ao qual denomina “modelo de mobilização”, é construído sobre cinco variáveis: interesse, organização, mobilização, ação coletiva e oportunidades. Este autor considera, no entanto, que os interesses, a organização e a mobilização, que criam a capacidade da ação e não sua efetivação, estão subordinados à avaliação dos custos e benefícios, resumidos sob o frontispício da repressão ou facilitação, poder e oportunidades ou ameaças (Tilly, 1978: 55 e 98). Também encontramos esta questão nas análises de Sidney Tarrow, o qual desloca a questão da ação coletiva do “como” para a intervenção crucial das variáveis políticas ou oportunidades políticas (Tarrow, 1994: 84). Particularmente dois aspectos distinguem a Teoria de Tarrow da outros autores da Teoria da Mobilização de Recursos: sua ênfase no papel do Estado, do qual decorre o segundo aspecto, a acentuação das oportunidades

³¹ Há diferentes interpretações e classificações dos autores deste corrente. Comumente se faz uma distinção entre autores mais ligados à economia – McCarthy e Zald – e outra à sociologia política – Charles Tilly e Oberschall (Nascimento, 1998: 102)

externas em detrimento das oportunidades internas e da organização tal como enfatizado por outros autores da Mobilização de Recursos (Gohn, 1997: 100).

Tanto a ênfase dada aos recursos, sejam estes simbólicos ou materiais, como o relevo dado às oportunidades políticas contribuem para a compreensão do processo da organização das ações coletivas, porém não respondem à questão do porquê da ação e o que leva a “aproveitar” os recursos e oportunidades. Em outra direção podemos perguntar se as oportunidades e disponibilidade de recursos não são decorrentes da própria ação e constituição de identidades coletivas. As perguntas de como e quando surgem as ações coletivas trouxeram contribuições importantes para a análise, no entanto, sendo pertinentes à análise das ações coletivas, num sentido amplo, levam à diluição do objeto “movimentos sociais”. Tendo em vista que recursos e oportunidades políticas são pertinentes a diferentes formas de ações coletivas, incluindo ações institucionalizadas até aquelas de caráter espontâneo e pontual, são categorias que não oferecem um critério para diferenciações e classificação das mesmas. Estas categorias, assim, não proporcionam recursos para uma interpretação dos diferentes significados que permitem uma distinção dos movimentos sociais no rol das diferentes expressões coletivas.

O segundo fator relacionado a esta diluição do objeto “movimentos sociais”, como afirmado acima, está referido ao afastamento da análise marxista, esta centrada sobre a estrutura e as classes sociais que proporcionavam um critério de distinção entre movimentos e destes com outras formas de ação coletiva. Fundamentalmente, este distanciamento é expresso pela introdução do conceito de “novos movimentos sociais”. Sob esta nova designação, as análises voltaram-se para atores outrora negligenciados e para novos atores emergentes no novo contexto social, político e cultural. O adjetivo

“novos” têm diferentes significados e, segundo Alberto Melucci (1996: 5), é ainda uma questão aberta, mesmo na atualidade. Estes diferentes significados decorrem tanto de concepções distintas, como também de seus contextos. Neste último caso, na Europa tende-se a contrapor o novo aos movimentos tradicionais, sejam agrários ou operários. Na América Latina acentuou-se a novidade frente à crise do desenvolvimentismo e do populismo, passando a se acentuar o caráter espontâneo, democrático e o desatrelamento dos partidos tradicionais (Foweraker, 1995: 40). Num e noutro contexto o foco voltou-se tanto para as novas formas de organização de caráter descentralizado, flexível, hierarquicamente fluído e participativo, como também para novos conteúdos (cidadania, valores e significados ou conteúdos “pós-materiais”). Há uma acentuação na afirmação de identidades não mais como expressão de uma classe ou categoria sócio-profissional, mas expressão de um conjunto variado de princípios de identidade (Foweraker, 1995; Neveu, 1996; Gohn, 1997; Melucci 1996).

Os vários autores, adotando o termo “*novos movimentos sociais*”³², deslocam suas análises para os aspectos culturais, ideológicos, assim como para as lutas do cotidiano e para solidariedade constitutiva de novas identidades. Isto gerou uma elasticidade e uma imprecisão do uso deste termo. O uso frouxo do conceito carrega consigo o risco de não se saber mais do que se está falando e diluir os sentidos das diferentes manifestações. Assim, tanto o foco sobre as ações coletivas e o alargamento do conceito de movimento

³² Os autores que recorrem a esta terminologia têm como ponto em comum a sua relação com o marxismo e progressivo afastamento daqueles pressupostos, com desenvolvimento de abordagens diferenciadas e até opostas. As tentativas de agrupar tais abordagens são também distintas. Maria da Glória Gohn (1997) identifica dois grandes grupos, os neomarxistas e culturalistas-acionistas. O primeiro subdivide-se entre os historiadores [Eric Hobsbawn, Georg Rude, E. P. Thompson] e histórico-estruturalistas [Manuel Castells, Borja, Lojkine], O segundo estaria composto por três orientações: a histórico-política [Claus Offe], psico-social [Alberto Melucci, Laclau e Mouffe] e acionista [Alain Touraine].

social dilui o último como objeto. Este uso vago tem sido alvo de crítica e constituiu-se numa das questões centrais, particularmente presentes nas teorizações de Alain Touraine e de Alberto Melucci. O primeiro reconhecidamente identificado como um teórico que forneceu uma estrutura teórica mais ampla, orientada pela identidade (Cohen, 1985: 695). Alberto Melucci, por sua vez, buscou integrar as contribuições teóricas sobre as ações coletivas para a análise dos movimentos sociais e construir um modelo analítico para a definição mais precisa do conceito “movimento social”.

Atemo-nos, aqui, às contribuições destes dois autores que se situam entre os autores mais influentes, em períodos diferentes, e cujos projetos de pesquisa acentuaram a busca de uma definição mais precisa do conceito de “movimentos sociais” (Nascimento, 1999: 55).

4.2. Movimento social na definição de Alain Touraine

Além da reconhecida contribuição teórica sobre os movimentos sociais, a trajetória de Alain Touraine é ilustrativa da flexibilização da abordagem marxista. Em suas primeiras pesquisas, a definição de movimentos sociais inseria-se ainda no campo teórico das classes sociais. Aquela definição assentava-se sobre três critérios, mencionados a seguir, que proporcionaram a estrutura básica para a definição de movimentos sociais. Estes três critérios serão redefinidos ao longo de sua trajetória e os reencontramos na definição de movimento social desenvolvido por Alberto Melucci.

Nos idos da década de 1960, Touraine defendeu que um movimento social consiste numa *ação conflitual*, conduzida por *ator de classe* e que se opõe a um adversário de classe em vista do *controle do sistema de ação histórica* (Chazel, 1995: 285). Estes três pontos são reformulados e constituirão os três princípios defendidos pelo autor para a definição de um movimento social: o princípio de *identidade*, de *oposição* e de *totalidade* (Touraine, 1978: 84). A estes princípios correspondem os conceitos de *identidade*, *conflito* e *mudança social*. Alicerçando-se numa teoria da ação social, na qual figuram os conceitos de relações sociais e dominação, a sua teoria sobre movimento social constitui-se no interior de uma teoria geral do conflito e em torno das ações coletivas, das lutas e dos atores. Segundo Touraine, “*a dimensão do conflito é fundamental em todo movimento social*” e é o conflito que organiza o ator e faz surgir o adversário (Touraine, 1978: 345). No entanto, nem todo conflito leva à formação de um movimento social. Nesta direção, o autor define três modalidades de presença de conflitos na realidade observável: a) as **condutas coletivas** decorrentes de constrangimentos econômicos ou políticos ou, ainda, arrastados por uma liderança ou chefe; b) as **lutas** que visam a transformação de certas relações de força ou mecanismos particulares de tomada de decisão; e c) movimentos sociais como ação conflitual em relação às **orientações culturais** dentro de um campo de historicidade (Touraine, 1984: 147ss). Nesta classificação o conflito e a identidade estão presentes nas três modalidades, mas o princípio de totalidade é característica da última modalidade, a qual põe em questão a forma da organização da sociedade. A presença destes três elementos caracteriza um movimento social, segundo o autor.

Cabe observar, ainda, que apesar de reconhecer que os conflitos de classe não são mais os instrumentos das mudanças históricas, as diferentes manifestações colocam-se em

tomo de um conflito fundamental entre classes dirigentes e dirigidas. “*O próprio do conflito social numa sociedade programada é que a classe dirigente parece dominar sobre o conjunto dos campos da vida social, o que impede os dominados de falar e agir, em apoiar-se sobre uma autonomia social e cultural*” (Ibid: 148). Neste sentido, os conflitos sociais numa sociedade programada se efetivam entre os grandes aparelhos de produção e de gestão com os consumidores.

Há em Touraine, assim, uma acentuação dos aspectos estruturais e, além da crítica quanto aos critérios restritivos do conceito de movimento social, expresso num antagonismo dual (Chazel, 1995: 285), levantou-se, ainda, a crítica de que os movimentos sociais representariam um papel na “sociedade programada” atribuído à classe trabalhadora na sociedade industrial. Desta forma não problematizaria a idéia de uma unicidade da força social que pode causar uma mudança radical numa determinada sociedade (Laclau e Mouffe, 1989: 169).

As três modalidades de presença de conflitos numa sociedade, mencionadas por Alain Touraine, encontram-se já em Gramsci, assim como podemos estabelecer uma certa relação às dimensões da *vita activa* encontrada em Hannah Arendt. Antes, porém, atemos-nos às reflexões de Alberto Melucci.

4.3. Definição analítica de movimento social de Alberto Melucci

Num de seus primeiros trabalhos mais sistemáticos, Melucci busca responder a “*exigência de uma integração entre os termos tradicionais da sociologia política e uma teoria dos movimentos sociais na sociedade complexa*” (Melucci, 1990: 11).

Fundamentalmente, seu ponto de partida é, por um lado, uma crítica à tradição marxista centrada nas condições estruturais da revolução, portanto, nas contradições do sistema capitalista que ignora os processos de formação das ações coletivas, as formas de agregação dos protestos, a ambivalência e multiplicidade das orientações que caracterizam os movimentos sociais. Por outro lado, critica também as abordagens centradas no comportamento coletivo, reconhecendo sua riqueza enquanto estudo empírico, mas incapazes de sair do limite de um primeiro contato que veja na ação coletiva a reação a uma crise e não conseguir entender as dimensões dos conflitos (*Ibidem*). Este autor discute diferentes tradições, incorporando diferentes elementos em sua teorização. Em sua trajetória busca superar uma visão de movimento social como a encarnação de uma essência ou efeito de leis tendenciais de uma estrutura ou produto de uma crença ou representação dos atores (Melucci, 1996: 15). Neste sentido, considera a persistência de duas posturas epistemológicas ingênuas: a suposição de que os fenômenos coletivos são uma unidade factual existente conforme a percepção ou crença do observador e, segundo, a assunção das ações coletivas como um dado óbvio que prescinde de análise posterior. Seu ponto de partida é que nas sociedades contemporâneas, afetadas por mudanças aceleradas e sob o risco permanente de catástrofes, os processos sociais são produtos de ações, escolhas e decisões (*Ibidem*).

O desenvolvimento do conceito de movimentos sociais pressupõe, segundo Melucci, uma definição de ação coletiva que englobe o conjunto de fenômenos, desde comportamentos coletivos aos movimentos sociais, eventos de protesto, comportamentos de multidão etc. Uma definição mínima de ação coletiva compreende, assim, uma série de práticas sociais que: a) envolvem simultaneamente um número de indivíduos ou grupos;

b) expõe características morfológicas semelhantes em contigüidade de tempo e espaço; c) impliquem um corpo social de relações; e d) em que a população envolvida tenha capacidade de construir sentido do que fazem (*Ibid*: 20). A partir deste amplo referencial propõe um conceito analítico de movimento social, entendido como um nível particular de ação coletiva, distinto de outros níveis de fenômenos coletivos. Daí que o conceito de movimento social é concebido como “*objeto de conhecimento construído pelo analista*” (*Ibid*: 21).

Para que as ações coletivas tenham sentido, Melucci introduz uma outra distinção importante, a distinção entre crise, que denota uma quebra de mecanismos funcionais e integrativos, e conflito, este definido pela disputa entre atores que torna visível um conflito que é antagônico e não confundível com reação a uma crise.

A partir destas distinções conceituais, Melucci propõe uma caracterização de diferentes orientações das ações coletivas centrado em três conceitos: *solidariedade*, *conflito* e *ruptura dos limites de um sistema* e seus contra-pontos, *agregação*, *consenso* e *manutenção do sistema* (*Ibid*: 23).

Estes conceitos convergem com os três princípios definidos por Touraine, mas também distanciam a perspectiva de Melucci daquele autor. Segundo o próprio Melucci, na perspectiva de Touraine falta uma clarificação do processo pelo qual os atores coletivos são construídos através da interação e negociação. Sem esta relação, as identidades simplesmente surgem como um dado (Melucci, 1996: 67). É a partir da introdução do conceito de “*ruptura com o sistema*” que Melucci procura fugir de uma metafísica do conflito e de uma essência do ator, em que se torna central o conceito de antagonismo. Seguindo o raciocínio do autor, a partir da delimitação do que denomina “ação coletiva”,

estabelecem-se aqueles três elementos analíticos (solidariedade, conflito e ruptura), cuja insistência recai sobre a capacidade e habilidade dos atores em reconhecerem-se a si mesmos e de sua capacidade de produzir ações (*Ibid*: 108). Neste sentido, solidariedade é compreendida como habilidade dos atores em reconhecer outros e serem reconhecidos como pertencentes a uma mesma unidade social; o conflito como oposição de dois ou mais atores que aspiram ao controle de recursos sociais importantes para ambos e ruptura dos limites de compatibilidade com uma lógica do sistema, como manifestação de um antagonismo.

A questão que se põe é quanto ao limite da lógica do sistema e uma definição do que se entende por sistema. Para Melucci, uma aproximação da realidade social em termos de sistema recusa conceber a realidade como tendo uma essência ou como entidade metafísica, mas a entende como sendo a coincidência de relações interdependentes. Portanto,

“um sistema é simplesmente o complexo de relações entre seus elementos. Um sistema não possui um núcleo privilegiado que conteria o sentido do todo. Cada elemento se sustenta por si mesmo em relação aos outros, e cada variação nesta relação afeta o todo. Analisar a sociedade como um complexo de relações sociais é equivalente a recusar ao mesmo tempo reduzir o social ao natural e torná-lo uma expressão de uma essência [do homem, do Espírito ou da moralidade]” (*Ibid*: 26).

Daí que a ação não é o efeito de leis, nem a encarnação de um espírito ou decorrência de valores, mas o resultado de relações que ligam uma pluralidade de atores a produzir sentido ao que fazem (*Ibidem*). Melucci considera pelo menos quatro sistemas: a) o sistema que assegura a produção dos recursos sociais; b) o sistema político constituído pelas representações e decisões; c) o sistema organizacional que compreende as relações que asseguram um equilíbrio e relações entre diferentes partes do sistema; e d) o *mundo*

da vida, ou sistema de reprodução, básico para a vida social para a manutenção e reprodução através da interação e comunicação. Estes sistemas compõem a estrutura social, no entanto, são incompletos em si mesmos. Estes sistemas relacionam-se estabelecendo hierarquias não predeterminadas ou de forma mecânica. Há nesta direção uma dependência dos sistemas, manifesta pelas possibilidades e limites de seu funcionamento e uma autonomia no sentido de que cada sistema desenvolve suas próprias regras (*Ibid*: 28).

Assim, Melucci parece não problematizar a própria noção de estrutura social e a interdependência entre os sistemas que se coloca em nível da funcionalidade destes. Isto reafirma uma dualidade entre a ação e funcionalidade dos sistemas que tem sua própria lógica, independente da ação. Ao localizar os conflitos no campo da produção, apropriação e distribuição dos recursos sociais, parece não problematizar a hierarquização e valoração dos recursos e a organização da sociedade. Conforme explicita o autor

“a formação de grupos antagônicos sempre poderá ser analiticamente referido ao colapso na reciprocidade de reconhecimento entre os atores participantes na produção dos recursos sociais básicos. A divisão entre produção e reconhecimento, de um lado, e a apropriação e orientação, de outro, coloca a forma de oposição entre grupos sociais antagônicos empenhados no controle dos mesmos recursos” (*Ibid*: 46).

Se, conforme Melucci, cada sistema é governado por uma lógica interna própria, podendo, contudo, afetar um ao outro, a questão que se coloca é quanto à relação entre estes próprios subsistemas e, usando seus termos, em que medida não se coloca também uma “lógica” nesta relação sem, no entanto, reafirmar uma lógica centrada na estrutura. É nesta acepção que consideramos fundamental retomar o sentido de uma “totalidade”, não como um *datum*, mas como construção, como “formação hegemônica” no sentido de uma

“totalidade” articulada. Nesta direção, retomamos adiante os conceitos de discurso, hegemonia e antagonismo social, conceitos básicos para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1989).

Antes, porém, cabe ainda destacar as formas específicas de ações coletivas e a distinção entre diferentes movimentos feita por Melucci, que, redefinidos, servirão de suporte metodológico para a análise aqui proposta. Partindo dos três conceitos [*solidariedade, conflito e rompimento dos limites do sistema*] e sua combinação, o autor propõe uma tipologia para as ações coletivas e dos movimentos sociais, conforme resumo no quadro I, na próxima página.

No caso dos movimentos sociais o autor distingue quatro tipos, os quais estão referidos aos sistemas:

- a) *Redes conflituais* ou ações moleculares contra regras que governam a reprodução social, do *mundo da vida*, através da criação de redes de relações sociais, como espaços que precedem ações visíveis
- b) *Movimentos reivindicatórios* localizados num sistema organizacional para uma distribuição diferente dos recursos numa organização e empenho para um funcionamento mais eficiente dos aparelhos.
- c) *Movimentos políticos* que expressam conflitos do sistema político e visam a ampliação dos critérios de participação e se contrapõem ao viés do jogo político, que privilegia determinados atores.
- d) *Movimentos antagonistas* que contestam os objetivos da produção e a direção do desenvolvimento como tal.

QUADRO 01 – Uma tipologia das ações coletivas segundo melucci.

<i>Ações coletivas</i>	<i>Elementos presentes</i>	
a) Movimentos Sociais	Solidariedade Conflito Ruptura dos limites do sistema	
b) Ações conflitivas	Solidariedade Conflito	
c) Ações de cooperação	Solidariedade	
d) Ações de reação	Solidariedade Conflito Ruptura dos limites do sistema	Obs. Há nesta caracterização uma dificuldade, pois se impõe um critério valorativo, para além dos critérios de classificação, a fim de distinguir este tipo de ação de movimento social. Isto é, “a defesa de uma ordem social uniforme ou de caráter fascista”.
e) Resistência individual	Conflito Ruptura dos limites do sistema (Comportamento atomizado)	
f) Mobilidade individual	Conflito no interior dos limites do sistema (Busca de vantagens)	
g) Rituais	Agregação que implica consenso e tem lugar no interior dos limites do sistema.	

O autor observa que nas sociedades complexas, movimentos antagonistas emergem e desaparecem, sendo constante o campo de oposição e não os atores. Atores sociais não são conflituais por essência, mas tornam-se atores antagônicos em conjunturas específicas, onde uma composição se torna visível e está relacionada fundamentalmente à habilidade dos atores avaliarem as oportunidades. A auto-apropriação da ação social é possível pelo alto potencial reflexivo do ator mesmo. Identidade é definida, portanto, como capacidade reflexiva para produzir uma ação consciente através da representação simbólica sobre o seu conteúdo específico (*Ibid*: 108). Apesar do reconhecimento da construção da identidade ser um processo que inclui pontos de vista internos e externos, a definição

privilegia os aspectos internos, daí também uma acentuação da dimensão reflexiva e das relações internas. Conforme o enunciado de Melucci, identidade coletiva é

“uma definição interativa e partilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos num nível mais complexo) concernente ‘a orientação de sua ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos em que tal ação se situa. Por ‘interativo e compartilhado’ eu entendo que estes elementos são construídos e negociados através de um processo recorrente de ativação de relações que ligam os atores continuamente” (Ibid: 70).

A identidade coletiva, como processo, envolve decisões cognitivas concernente aos fins, meios e o campo de ação e refere-se a uma rede de relações entre os atores e também um certo grau de investimento emocional, que permite os indivíduos sentirem-se como parte de uma unidade (*Ibid: 71*).

Segundo a nossa perspectiva, não desconsideramos estes elementos internos, no entanto, o aspecto político das relações entre os atores é fundamental, tanto para a definição da identidade assim como para o desenvolvimento dos movimentos sociais e também da pertença, da alteridade e dos aspectos imprevisíveis da própria ação. Neste sentido, introduzimos, no capítulo seguinte, aspectos da reflexão de Hannah Arendt quanto à ação no espaço público. Retomamos ainda nesse capítulo contribuições de Gramsci e os conceitos de discurso, hegemonia e antagonismo social desenvolvidos na teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

CAPÍTULO III

O SOCIAL COMO REAFIRMAÇÃO DO POLÍTICO

Até os anos 1960 do Século passado, a unidade de análise predominante no campo das teorias sociais foi a totalidade social ou unidades coletivas, acentuando-se variáveis explicativas subordinadas a leis sistêmicas ou determinações estruturais. Isto levou a um sociologismo, que já fora alvo da crítica de Max Weber, e também ao desaparecimento da política como objeto a ser teorizado. Tanto a visão economicista como a funcionalista relegaram o político, reduzindo-o a reflexos de lógicas internas aos sistemas ou à estrutura. Retomamos, aqui, dois autores que tiveram como preocupação central a reafirmação da ação política cujo cenário de fundo foi a ascensão do totalitarismo na primeira metade do Século. Com perspectivas bastante distintas, Antonio Gramsci e Hannah Arendt desenvolveram abordagens bastante originais para uma teorização do político, tendo em comum uma crítica ao sociologismo e afirmação da imprevisibilidade e possibilidades da ação política. Focamos, inicialmente, aspectos das reflexões de Hannah Arendt e no item seguinte concentraremos nossa atenção nas contribuições de Antonio Gramsci.

1. Política, a afirmação do extraordinário

Hannah Arendt situa-se dentro da tradição filosófica ocidental, particularmente alemã, e busca examinar as condições políticas e jurídicas que possam tornar viável um

mundo comum que afirme a pluralidade e a diversidade e que se contraponha à reconstituição de um novo “*estado totalitário de natureza*”, cujo risco continua real (Lafer, 1988: 15). Segundo esta autora, a sociedade moderna enfrenta problemas elementares de convivência humana sem as garantias prenunciadas pelas várias revoluções do século XX, como últimos meios de salvação proporcionados pela tradição, que terminaram em restaurações ou em tirania (Arendt, 1997, 187). Perspectiva próxima ao campo da análise de Walter Benjamin, em *Origens do drama barroco alemão*, num contexto em que toda a vida do homem e sua salvação passaram a ser concebidas em termos profanos, sujeita à história cega e sem fins e onde “*a função do tirano é a restauração da ordem, durante o estado de exceção: uma ditadura cuja vocação utópica será sempre a de substituir as incertezas da história pelas leis de ferro da natureza*” (Benjamin, 1984: 97).

Na ausência de um ponto de referência numa tradição ou ao que Weber denomina “desencantamento do mundo”, os critérios para a atividade humana, segundo Arendt, passam a depender da contingência da convivência humana, isto é, a capacidade de os homens construírem critérios e referências com validade intersubjetiva. No entanto, como observa Vera da Silva Telles (1990: 24), é esta validade intersubjetiva, ou senso comum, que foi posta em questão diante do fenômeno totalitário presente no Século XX. É a partir desse dilema que Arendt analisa a *vita activa* da era moderna e coloca como questão repensar a ação e o espaço público onde não apenas se torne possível o reconhecimento da diferença e confirmação pública dos direitos, mas também implica uma possibilidade permanente de questionamento sobre os fundamentos da sociedade (*Ibid*: 24).

Hannah Arendt, em sua reflexão sobre a *vita activa*, não parte de uma natureza humana, apenas solucionável dentro de uma estrutura de uma resposta divinamente revelada, mas da definição de condição humana, que é mais que as condições nas quais a vida foi dada. Os homens criam suas condições e estas passam a ser condicionantes tal como as coisas naturais. Assim,

“a objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma a outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana” (Arendt, 2000: 17).

Estas condições de existência, no entanto, jamais condicionam de modo absoluto a atividade humana. Daí sua sensibilidade ao diferente, ao extraordinário e a sua crítica à ciência moderna da economia, cuja base seria a suposição de que os homens se comportam ao invés de agirem uns em relação aos outros. A ciência econômica, segundo a autora, adquire caráter científico quando os homens se tornaram seres sociais e passaram a seguir unanimemente certas normas de conduta, de sorte que aqueles que não seguissem as regras podiam ser considerados associais ou anormais (*Ibid*: 51s). Esta afirmação assume seu pleno sentido a partir da distinção que faz entre os níveis das atividades humanas e o sentido particular atribuído à *ação*, distinto do sentido do *labor* e do *trabalho*.

A análise de Hannah Arendt é marcada pela recorrência à etimologia, que parece buscar na forma de anamnesis, uma dimensão nomeadora original da linguagem³³, esta como “repertório da experiência humana” (Lafer, 1988: 205). É assim que a partir de

³³ A influência da filosofia da linguagem desenvolvida por Benjamin parece estar presente em Hannah Arendt. Como observa Sérgio Paulo Rouanet (1984), Benjamin via a tarefa do filósofo a de restaurar a dimensão nomeadora da linguagem, cujos ecos estariam presentes nas linguagens contemporâneas.

evidências fenomenológicas e da identificação de palavras distintas, presentes em todas as línguas européias e que hoje designam a mesma atividade, que a autora faz uma distinção entre labor e trabalho³⁴, ausentes no corpo das modernas teorias do trabalho (Arendt, 2000: 90). Nesta distinção, *labor* refere-se à condição do homem na natureza e ao caráter cíclico desta, ligado ao processo vital do corpo sujeito às necessidades da existência (*Ibid*: 156). Os produtos do *labor* são os menos duráveis e sustentam o ciclo da vida biológica pelo consumo (*Ibid*: 110).

“A ‘necessidade de subsistir’ comanda tanto o labor quanto o consumo; e o labor, quando incorpora, ‘reúne’ e ‘mistura-se’ fisicamente às coisas fornecidas pela natureza, realiza ativamente aquilo que o corpo faz mais intimamente quando consome alimento. Ambos são processos devoradores que se apossam da matéria e a destroem” (Ibid: 112).

Em contraste a esta perecibilidade dos objetos, resultados do *labor* do corpo e destinados ao consumo, os produtos do *trabalho* são dotados de uma durabilidade, destinados ao uso e marcados pelo desgaste e não pelo consumo. O artifício humano, produto do trabalho, cria um mundo objetivo, contraposto à subjetividade dos homens. Sem este mundo criado não haveria objetividade, mas apenas um movimento eterno, um eterno fluxo. É o trabalho e o caráter de durabilidade dos artefatos que sobrevivem e transcendem às vidas individuais (*Ibid*: 15). Dois aspectos são inerentes à fabricação: um começo e um fim definido e orientado por um modelo. Neste caso “*o que orienta o trabalho de fabricação está fora do fabricante e precede o processo de trabalho em si, tal como as exigências do processo vital dentro do trabalho precedem o processo do labor*” (*Ibid*: 153). A fabricação tem, assim, um caráter instrumental marcado pelas categorias de

³⁴ Como observa a autora, labor e trabalho são diferenciados no grego através das palavras *ponein* e *argazesthai*, no latim, *laborare* e *facere*, no francês, *travailler* e *ouvrer*, no alemão, *arbeiten* e *werken* (Arendt, 2000: 90).

meios e fins, cujo caráter de durabilidade gera nas coisas uma relativa independência em relação aos homens. Há uma dupla consequência, o fato do homem ter o domínio sobre as coisas para fabricar e, por outro lado, o produto é condição e condicionante da vida humana.

A terceira atividade fundamental dada ao homem, o que a autora denomina *ação*, corresponde à pluralidade que se “*exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria*” (*Ibid*: 15 – Grifo nosso). Como afirma a autora, “*à pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir*” (*Ibid*: 16). A ação depende inteiramente da presença de outros numa esfera pública, onde o discurso revela o agente do ato e cuja ação só se torna “*relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez e pretende fazer*” (*Ibid*: 191). A ação é, para a autora, a atividade política por excelência, cuja categoria central do pensamento político é natalidade, como novo começo inerente a cada nascimento que possui a capacidade de iniciar algo novo (*Ibid*: 17). Mais uma vez a autora recorre aos termos gregos e latinos para definir ação, contrapondo os termos gregos *archein* [começar, ser primeiro] e *prattein* [atravessar, realizar, acabar], e os termos latinos *agere* [pôr em movimento, guiar] e *gerere* [conduzir]. Esta distinção diluiu-se e ação passou a ser identificada com realização. O que Arendt acentuará é a ação entendida como iniciar algo novo, que tem um começo, mas como a ação ocorre entre e em relação a outros capazes de agir, a reação é sempre uma nova ação com poder de afetar os outros em que todo “agente” é também um “paciente” (*Ibid.*, 203).

Esta dinâmica desencadeia processos imprevisíveis e irreversíveis, jamais restritos a um círculo fechado ou aos limites e fronteiras existentes na esfera dos negócios humanos. Nesta direção, podemos, quando muito, isolar um agente, mas não um autor ou criador, assim que ninguém é senhor dos seus atos do começo ao fim. Isto não em decorrência de uma lei da história ou força externa, mas da própria ação entre os homens. Ainda, segundo a autora, esta imprevisibilidade, irreversibilidade e anonimato dos atores históricos levou a buscar um substituto para a ação, “*na esperança de libertar a esfera dos negócios humanos da accidentalidade e da irresponsabilidade moral inerente à pluralidade dos agentes*” (*Ibid*: 233). A monarquia, o governo de um só homem, o rei-filósofo e a burocracia constituem-se como salvaguardas contra os perigos da pluralidade (*Ibidem*). A questão posta por Arendt não diz respeito a uma eficiência ou funcionalidade ou, ainda, à crueldade, mas à supressão da própria esfera pública, o que significa o banimento dos cidadãos e a insistência de que os mesmos devem dedicar-se aos seus assuntos privados, enquanto só o soberano deve cuidar dos negócios públicos (*Ibid*: 234).

A supressão da esfera pública é concomitantemente a negação da possibilidade da ação, resultando na criação de regras tendentes a “normalizar” e levar seus membros a “comportarem-se” e na abolição da ação espontânea ou reações inusitadas (*Ibid*: 50). Nesta mesma linha de raciocínio, podemos situar a distinção elaborada pela autora entre pensar e conhecer, que tem particular interesse para a questão dos direitos. Como observa Celso Lafer (1988: 87), a partir de Kant e da interpretação dos termos *Vernunft* e *Verstand*, Hannah Arendt denuncia a falácia do esforço das filosofias modernas em aplicar ao pensar os critérios dos modelos de certeza almejados pela cognição. É neste sentido que o pensar, como atributo da razão, busca os significados e conhecer tem a verdade como objetivo.

Tendo presente que a obra de Arendt tem como centro a interpretação do fenômeno totalitário, o que é posto em questão é a própria positividade jurídica. No relato sobre o julgamento de Eichman, o que causa perplexidade é que sua atuação era rigorosamente de acordo com uma legalidade que se fundava numa ordem à qual exigia-se obediência e que encontrava ressonância no que se convencionou chamar de opinião pública. (Telles, 1990: 25). O conhecer sem pensar carrega o risco do não questionamento do objeto de conhecimento. Como afirma Celso Lafer (1988: 88), o

“não pensar protege as pessoas dos riscos do exame crítico e da dúvida (...) e traduz-se numa adesão impensada às normas de conduta de uma dada sociedade, ou seja, (...) a dogmatização progressiva do conhecimento jurídico. Essa dogmatização leva as pessoas a se habituarem não com o conteúdo das normas, cujo exame detido as deixaria perplexas, mas sim com a posse de normas que permitem, com relativa facilidade e regularidade, a elas subsumir casos e situações particulares. Isto aconteceu, aponta Hannah Arendt, na Alemanha nazista e na Rússia stalinista, regimes que eficazmente inverteram os mandamentos básicos da moral ocidental”.

Esta tendência da cognição fixar e ter um fim, não distinto da fabricação pertinente ao processo científico, leva a autora a acentuar a capacidade de dar início (liberdade) e privilegiar o extraordinário. Assim, Celso Lafer considera que a reflexão de Hannah Arendt conduziu-a ao extraordinário e desconsiderar o comum e desta forma como

“a postura do igualitarismo indutivo do empirismo, que se baseia nos comportamento, fez com que apenas as formas ordinárias e regulares de uma atividade sejam levados em conta, a postura de Hannah Arendt impele-a a um exagero oposto: o de se concentrar no extraordinário sem ocupar-se adequadamente com o comum e o ordinário” (Lafer, 1988: 92).

Esta dicotomia entre conhecer e pensar revela-se num outro nível, na forma de uma ontologia das atividades da vida ativa e na leitura fenomenológica da ação. As três dimensões da atividade humana são dimensões transcendentais da condição humana e o

privilégio dado à ação não nega a relevância e pertinência das outras, mas, como observa Vera da Silva Telles (1990: 41), *‘isso supõe que cada uma destas atividades se realize no lugar que lhe é próprio no mundo para que possa, cada qual no seu limite e em sua própria esfera, convergir na construção do mundo dos homens’*. Segundo Arendt, o que define o problema das sociedades modernas é a diluição destas fronteiras, onde a esfera pública é ocupada pelo *homo faber* como mercado de troca, onde a relação é mediada e medida pela troca das coisas mundanas, como objetos de uso e durabilidade, são absorvidas pelo ciclo infindável do metabolismo como na natureza através do consumo. Esta é, segundo a autora, a marca da sociedade de consumo, na qual

“quase conseguimos nivelar todos as atividades humanas, reduzindo-as ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância. O que quer que façamos, devemos fazê-lo a fim de ganhar o próprio sustento” (Arendt, 2000: 139).

Considerando a sociedade moderna em contraposição à experiência grega, onde a esfera familiar [lugar da convivência compelida pela necessidade] distinguia-se da esfera pública [esfera da liberdade], a autora afirma que *“nas sociedades modernas esta linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos corpos de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser obtidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca”* (Ibid: 37).

Em outros termos, é o que define como “ascensão do social”, que exclui a política e que constitui o centro das críticas dirigidas ao seu pensamento. Estas críticas concentram-se, conforme sintetiza Vera da Silva Telles,

“em torno da noção de uma política autonomizada por uma ação e por um discurso desvinculado dos interesses e dos conflitos. Uma ação e um discurso que teriam, por

definição, uma vocação igualitária que exclui a dominação, a violência e a desigualdade de poderes” (Telles, 1990: 42).

O que exclui também os processos ideológicos inerentes à legitimação ou ocultamento da “*fragilidade dos negócios humanos*”. É neste sentido que retomamos o conceito de hegemonia e prática hegemônica desenvolvida por Laclau e Mouffe, por considerarmos que este conceito permite pensar as fixações como processo político, assim como a possibilidade do surgimento de processos antagônicos.

Das reflexões de Hannah Arendt, três pontos nos parecem importantes para o nosso debate: a noção de espaço público onde podemos situar os processos políticos e articulações assumem visibilidade e onde a política não se define exclusivamente em referência ao Estado, mas depende dos espaços que são criados em que novas normas, regras e acontecimentos, constrangimentos da vida podem se fazer visíveis. O segundo aspecto é a afirmação dos direitos enquanto invenção para a convivência coletiva, cujo pressuposto é o direito a ter direito, independentemente da função, mas do fato de ter nascido. Finalmente, a distinção entre comportamento e ação que será retomado em outros termos, na elaboração do quadro analítico.

2. Hegemonia e política numa sociedade plural

As reflexões de Hannah Arendt, como apontamos acima, orientaram-se para uma revisão de conceitos na busca de referenciais que dessem sustentação à crítica da sociedade contemporânea e, em particular, à

experiência do totalitarismo. Em sua construção baseada nas três dimensões das atividades humanas, o esforço direcionou-se para a afirmação da autonomia da ação política e denúncia da elisão da ação e perda da tradição em decorrência da elevação das atividades econômicas (*animal laborans*) e sua lógica ao nível público. O centro de seu esforço dirigiu-se à afirmação da autonomia da política, sem mediações, que permitisse reverter a imagem do totalitarismo. De outro modo, Antonio Gramsci parte dos escritos de Marx, alvo de críticas por parte de Hannah Arendt, para afirmar a ação política em contraposição ao economicismo no contexto marcado pela ascensão do fascismo, colocando em evidência a fragilidade da ação política da esquerda. Podemos afirmar que a experiência do totalitarismo europeu aproximou as preocupações destes autores e conseqüente “redescoberta” da política. É oportuno salientar, ainda, que foi a partir do pensamento de Antonio Gramsci que Ernesto Laclau buscou elementos para as suas reflexões sobre o populismo e posterior desenvolvimento, junto com Chantal Mouffe, de uma teoria do discurso. Aqui interessa-nos destacar aspectos do pensamento de Gramsci para buscar seus desdobramentos na *teoria do discurso* de Laclau e Mouffe³⁵.

³⁵ Para o desenvolvimento do pensamento de Laclau e Mouffe remetemos ao livro, *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Žižek*”, de Jacob Torfing (1999). Nos seis capítulos iniciais Torfing apresenta a trajetória e os conceitos centrais da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Neste sentido,

Encontramos em Gramsci indicações e problemas revestidos de um caráter polêmico, decorrente não apenas das condições das reflexões do “cárcere”, mas de sua própria concepção do marxismo como estando ainda em formação (Coutinho e Konder, 1978). Evidentemente suas reflexões têm presente o problema nacional italiano³⁶, mas transcendem este contexto, refletindo a revolução e as transformações do capitalismo no Ocidente. A despeito dos distintos momentos de suas reflexões, estes três componentes estão subjacentes a sua teorização e intuições. Há uma consciência das transformações e complexificação das sociedades industriais e seus desdobramentos para o campo da política. Numa analogia com as mudanças de estratégias na arte da guerra, referindo-se à passagem de uma estratégia da “guerra de movimentos” para uma “guerra de posições”, Gramsci considera que a “ciência política” deveria acompanhar esta mudança de estratégia, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a

“sociedade civil transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crise, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (Gramsci, 1978b: 73).

Podemos, assim, situar suas reflexões e contribuições num nível mais amplo, na afirmação da ação política, na reestruturação do capitalismo no pós-crise de 1929, a complexidade dos conflitos e crescente intervenção política e econômica. Não é o primado da ação presente em “O Moderno Príncipe” e nem dos desdobramentos teóricos da nova

Torfinng identifica três períodos do desenvolvimento daquela teoria: Uma fase propriamente gramsciana, a superação de um remanescente essencialista a partir do diálogo com o pós-estruturalismo (Derrida e Foucault) e, finalmente, uma terceira fase em que se redefine o conceito de sujeito inspirado na crítica de Žižek, que contrapôs a noção de sujeito em Lacan à posição pós-estruturalista presente em *Hegemonia and Socialist Strategy*, escrito por Laclau e Mouffe e publicado em 1985.

³⁶ Duas linhas de interpretação têm orientado a leitura dos escritos de Gramsci: a teorização do problema nacional italiano e a teorização da revolução no Ocidente. Isto leva a estabelecer um corte entre uma fase internacionalista, do tempo do “*Ordine Nuovo*” e o período do cárcere e sua insistência sobre a questão nacional italiana (Dantas Neto, 1999).

estrutura refletidos no texto *“Americanismo e Fordismo”*, mas na confluência destes dois aspectos que emerge uma teorização da ação política e sua relação com a estrutura. Assim, os nexos dos escritos de Gramsci encontram-se nas relações entre estrutura e superestrutura, cujas reflexões inscrevem-se no âmbito de dois princípios, ou cânones na expressão de Gramsci, formulados por Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*:

“1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações. Da reflexão sobre estes dois cânones pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica” (Gramsci, 1978b: 45).

É nesta tensão, entre condições e a vontade/iniciativa, que emergem conceitos como *“vontade coletiva”*, *“hegemonia”*, *“ideologia”*, *“unidade intelectual e moral”*, *“bloco histórico”* e que significaram uma inovação dentro do marxismo.

Partindo de que não existe uma natureza humana abstrata, fixa e imutável, mas historicamente determinada, o que considera como uma inovação fundamental introduzida pelo marxismo, Gramsci reafirma os conceitos de ciência política e da arte política. Contrapõe-se, assim, a uma sociologia que se concebe como estudo das condições e das leis que regulam o desenvolvimento dos homens num complexo social ou conjunto de relações sociais. Neste sentido, a análise não pode prescindir da vontade e da iniciativa humana e a própria ciência torna-se uma atividade política na medida que transforma os homens (*Ibid*: 87). A não existência de leis, em sentido absoluto ou mecânico, leva a conceber a ação política como um ato criador e suscitador. Esta criação, no entanto, não

surge do nada ou de algo que se *“move no vazio tórbido de seus (dos políticos) desejos e sonhos”* (Ibid: 43), mas da realidade factual. Esta realidade não é estática, mas marcada por relações de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio. O posicionamento diante desta realidade factual é diferenciado. Assim, por exemplo, é possível uma distinção entre o diplomata do político e o cientista político do político prático. *“O diplomata não pode deixar de se mover só na realidade factual, pois a sua atividade específica não é a de criar novos equilíbrios, mas a de conservar dentro de determinados quadros jurídicos um equilíbrio existente”* (Ibid: 42). Esta distinção nos posicionamentos diante da realidade relaciona-se às concepções e orientações para a ação que podem manter-se no âmbito da “realidade factual” ou no âmbito do “dever ser”, este como ato criador de vontade, baseado na realidade factual.

A ação política, como em Arendt, é um ato criador ou suscitador, mas em Gramsci a ação parte de um *“programa”*, de uma intencionalidade. Para Gramsci, a ação política é também uma paixão, um impulso imediato à ação, mas *“que nasce no terreno ‘permanente e orgânico’ da vida econômica, mas supera-o, fazendo entrar em jogo sentimentos e aspirações em cuja atmosfera incandescente o próprio cálculo da vida humana individual obedece a leis diversas do proveito individual, etc”* (Ibid: 14). Gramsci, ao criticar o conceito de *“política-paixão”* de Croce, afirma que este conceito exclui os partidos e todo plano de ação. Para Gramsci, não há política sem organização, já que *“não se pode pensar numa ‘paixão’ organizada e permanente; a paixão permanente é uma condição de orgasmo e de espasmo, que determina incapacidade de execução”* (Ibid: 13). Neste sentido, a ação política, relacionada a um *“programa”*, é uma ação organizada e que cria organizações permanentes. Há aqui uma distinção fundamental com a

perspectiva de Hannah Arendt, para a qual a ação política não pressupõe um modelo³⁷ ou mediações.

Em Gramsci, um “programa” se impõe em três níveis: 1) da análise da realidade factual, relacionada ao processo de previsão; 2) da construção de uma “vontade coletiva”; e, por fim, 3) da luta hegemônica. No primeiro nível, seria absurdo pensar numa previsão puramente objetiva, a qual pressupõe uma regularidade na forma de leis, uma vez que *“quem prevê, na realidade tem um ‘programa’ que quer ver triunfar, e a previsão é exatamente um elemento de tal triunfo”* (Ibid: 41). Isto não significa que a previsão seja arbitrária, gratuita ou tendenciosa. Segundo Gramsci,

“só na medida em que o aspecto da previsão está ligado a um ‘programa’, esse aspecto adquire objetividade: 1) porque só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara; 2) porque sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas (do maquinista ‘a máquina’), prescindir de todo elemento voluntário, ou calcular apenas a intervenção de vontades outras como elemento do jogo geral mutila a própria realidade” (Ibidem).

O segundo nível, a construção de uma “vontade coletiva”, implica *“indagar como se formam as vontades coletivas permanentes, e como tais vontades se propõem objetivos imediatos e mediatos concretos, isto é, uma linha de ação coletiva”* (Ibid: 90). A ideologia

³⁷ A pressuposição de um modelo seria própria da fabricação, presente também em Marx, mas que, segundo Arendt, não teve influência na sua teoria, vez que prevaleceu a noção de *homo laborans*. Segundo Marx, “o que distingue o pior dos arquitetos da melhor abelha é o que o arquiteto erige sua estrutura na imaginação antes de construí-la na realidade” (Marx, 1967: 202). Marx salienta que o operário, como vendedor de sua força de trabalho e produtor de mercadorias, não é o dono de seu trabalho, cujo produto não é um fim, pelo seu valor de uso, mas se iguala como mercadoria, que nada tem a ver como sua natureza física. Neste sentido, desaparece a imagem ou projeto que tinha conscientemente em mira. “Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto, sem o saber” (Ibid: 87). Utilizando-se a distinção entre labor e trabalho, conforme Arendt, podemos afirmar que Marx salienta justamente a sobreposição do trabalho pelo labor no momento em que o “trabalho” se destina a fazer algo que não está na própria produção. Já não está na mente de quem produz. Coerente com seu pressuposto, de que a vida material determina a consciência, a possibilidade do trabalho como criação, só seria possível a partir da superação do modo de produção capitalista em decorrência de suas contradições internas. Em Gramsci, há a afirmação de que, apesar do trabalho ser reduzido a gestos mecânicos, o operário, por ser humano, continua a pensar e levá-lo a pensamentos pouco conformistas (Gramsci 1978b: 404).

aqui assume um papel fundamental, entendida não como um dado determinado pela estrutura econômica ou pela organização social, mas definida no campo da luta política (Bottomore, 1983: 178). Reflete, portanto, o “jogo” de forças que atua na história segundo aqueles princípios, ou cânones como designado por Gramsci. A ideologia tem, assim, um papel ativo e constitui-se num processo criativo,

“no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, deste maior número. Criador, também, no sentido em que ensina como não existe uma realidade, em si mesma, em si e por si, mas apenas em relações históricas com os homens que modificam, etc” (Gramsci, 1978a: 34).

As ideologias, nesta perspectiva, *“organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc”* (Ibid: 63).

É também a partir destas concepções que os indivíduos constroem suas identidades, numa unidade *“... ‘cultural-social’, pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo”* (Ibid: 36). Fica claro que este *“clima cultural”* não é algo dado, mas resultado de uma ação política. Isto pressupõe o uso e uma concepção de linguagem, que não subentende uma *“coisa única”*, nem no tempo e nem no espaço. Linguagem significa uma cultura e é uma multiplicidade de fatos, mais ou menos organicamente coerentes e coordenados, que revelam distinções histórico-sociais (Ibidem). Em outros termos, poderíamos falar numa polissemia em que, no extremo limite, *“todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria”*, um modo de pensar e sentir (Ibidem). Daí também a dimensão pedagógica da construção de uma *“vontade coletiva”*, de uma relação ativa entre as partes e que se estende para as relações hegemônicas.

A criação de novas concepções, portanto, não significa apenas fazer descobertas individuais, mas significa “*difundir criativamente verdades já descobertas, socializá-las; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral*” (Ibid: 13). Isto implica numa publicização destas concepções para a obtenção de um mesmo “*clima cultural*”, que não decorre de uma “*situação comum*”, mas deste processo ideológico e que podem sedimentar-se na forma de um senso comum e no esquecimento de sua formação, aparecendo como um dado em si mesmo. Neste caso, funciona como um fetiche, um organismo ou legislação que se realiza e aparece como “*entidade fantástica, a abstração do organismo coletivo, uma espécie de divindade autônoma que não pensa com nenhuma cabeça concreta, mas todavia pensa, que não caminha com determinadas pernas de homem, mas mesmo assim caminha...*” (Gramsci, 1978b: 178). É também neste campo que se efetiva um processo de dominação como conquista de consentimentos e não como simples processo de coerção.

Outro aspecto presente em Gramsci é que a ação política sempre tem caráter coletivo e implica que “*às idéias e as opiniões não nascem espontaneamente no cérebro de cada indivíduo; tiveram um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentam sob forma política de atualidade*”. (Ibid: 88) Apesar de considerar que todos os homens são filósofos - uma vez que a filosofia está contida na própria linguagem, no senso comum e no bom-senso, modos de ver e agir - os intelectuais, organicamente ligados aos grupos sociais, assumem lugar destacado na criação de concepções. Nas notas sobre Maquiavel, esta função é precipuamente atribuída ao partido. A constituição de uma “*vontade coletiva*” é um processo mais ou menos longo e raramente ocorrem explosões ‘*sintéticas*’ imprevistas e, quando ocorrem, são mais destrutivas que construtivas. Neste

sentido, Gramsci considera que as análises geralmente levam em conta as correntes já constituídas e não se analisa a sua formação, que se trata

“de um processo molecular, miudíssimo (...) do qual nasce uma vontade coletiva com um determinado grau de homogeneidade, grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultaneamente no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica” (Gramsci, 1978b: 90).

Podemos estabelecer, aqui, uma relação com as abordagens sobre o “*como*” se formam os movimentos sociais, em particular com as reflexões de Alberto Melucci. Isto é, aos processos de mobilização, organização, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação que constituem um ator coletivo; aos períodos de visibilidade e latência dos movimentos e sua intervenção no espaço público, como “*espaço da palavra, espaço da nomeação, que permite dar voz, nova ou diferente enquanto na sociedade não se permite reduzir ao nome que a racionalidade técnica impõe ao mundo*” (Melucci, 1991: 123s). No caso de Gramsci, a formação de um “*momento histórico coletivo*” diz respeito aos partidos que, naquele contexto histórico, “*são até agora o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção*” (Gramsci, 1978b: 20).

Gramsci acentua a importância do processo cognitivo na constituição de uma “vontade coletiva”, mas não redutível ao mesmo. Como observamos anteriormente, este aspecto é afirmado também por Melucci ao referir-se à construção de identidades coletivas. A constituição de uma “vontade coletiva” não é um procedimento racional ou restrito à argumentação. Envolve sentimentos de pertença e relações de confiança. Como afirma Gramsci, envolve um elemento de fé, em que, mesmo não sabendo argumentar, confia-se que o argumento exista. Este elemento de fé é uma condição para a constituição de uma “vontade coletiva”, caso contrário, a cada novo argumento, em não encontrando

um contra-argumento, isto levaria a uma mudança de posição. Nesta direção, há mais que um processo reflexivo, isto é, pressupõe uma referência de pertencimento e a um “*programa*”, a partir dos quais se organiza a ação e se desenvolve a própria reflexão. Neste sentido, um programa corresponderia, num sentido mais flexível, a uma ordem narrativa ou, nos termos de Laclau, a um mito e imaginário social, como veremos adiante.

Na concepção de Gramsci, como foi afirmado acima, o “partido” tem um papel central na constituição de uma “vontade coletiva”. Segundo o autor, os partidos podem apresentar-se de duas formas:

“o partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (...); e no período mais recente, o partido de não elite, mas de massas, que como massas não têm outra função política que a de uma fidelidade genérica...”
(Gramsci, 1978b: 23s).

Paralelo a esta caracterização, encontramos uma concepção ampliada de partido que pode apresentar-se inclusive como antipartido, não-partido, mas que está inserido no jogo político. Este alargamento, na nossa interpretação, aparece como decorrência da concepção de Estado em Gramsci, não restrito ao Estado-governo. Aqui se insere o terceiro nível, no qual se impõe um “*programa*”, ou seja, a luta hegemônica.

Para as implicações de um “*programa*” na luta hegemônica é necessário esclarecer a concepção de “*programa*” em Gramsci. Um “*programa*” não corresponde a um modelo, segundo ao qual se constrói um objeto. Em analogia aos planos militares, Gramsci considera que “*eles (os planos políticos) não podem ser elaborados e fixados precedentemente em todos os detalhes, mas só no seu núcleo e rasgo central, porque as particularidades da ação dependem, em certa medida, dos movimentos do adversário*”

(Gramsci, 1978b: 14). É no campo das relações de forças que se concretiza uma composição hegemônica e se redefinem os próprios “*programas*”, uma vez que a hegemonia pressupõe levar em consideração outros programas e interesses e, ainda segundo Gramsci, onde se fazem sacrifícios econômicos corporativos sem abrir mão do essencial, pois a hegemonia é ético-política e econômica (*Ibid*: 33). Verifica-se, aqui, que, apesar do uso dos termos “partido” e “programa”, os significados destes termos vão além da visão de um marxismo ortodoxo ou de uma concepção de partido enclausurado nos limites institucionais da sociedade política. Neste sentido, há uma antevisão de questões cruciais que se constituíram num dos temas centrais retomados pelas teorias mais recentes sobre os movimentos sociais.

A concepção de hegemonia alarga o conceito de política e, com este, a noção de Estado. Cabe esclarecer que esta expansão da política, relacionada à concepção de Estado, não significa uma estatização da sociedade civil, mas a indicação do caráter político da sociedade civil (Torfing, 1999: 27). A noção de “Estado Geral” compreende a sociedade política mais a sociedade civil que se constitui no terreno da luta hegemônica. A possibilidade de uma classe “*tornar-se estado*” não decorre da tomada do poder econômico, mas o momento propriamente político da luta pela hegemonia (*Ibidem*). Poderíamos falar aqui de uma inversão da perspectiva hobesiana, onde o Estado-governo organiza e garante uma ordem social.

No sentido gramsciano, o Estado é a própria sociedade organizada, não podendo existir limites jurídicos, pois o direito pode ser modificado pelo Estado em nome das novas exigências sociais. Neste sentido, o direito se expressaria como poder de vontade e

não uma subordinação da vontade à norma³⁸. O direito é, assim, resultado da ação política e o ato do legislador, como ato de fabricação, é também político, relacionado à luta hegemônica. Da mesma forma, o acesso ao espaço público e sua construção resultam desta luta política e não uma pré-condição para a ação. O direito não se qualifica por referência ao Estado, como também na perspectiva de Hannah Arendt. No entanto, conforme Hannah Arendt, se a ação, trabalho e labor são dimensões transcendentais da *condição humana*, isto pressupõe que os espaços permanentes e o próprio direito não são objetos da política, o que não ocorre em Gramsci. No sentido de Gramsci, utilizando os termos de Hannah Arendt, o direito a ter direito resulta da ação política. Nesta direção, o reconhecimento do outro como alguém que tem direito, pelo fato de ser alguém, como condição para lutar pelos direitos da vida, se coloca como luta política e não pré-condição para tal. A vivência de um espaço de existência cidadã, ou direito à ação e opinião, é conquistado pela ação política, por isto também a possibilidade da negação deste direito, seja pela via legal, seja no campo das relações efetivas das forças políticas. A privação do aparecimento público, neste sentido, é um efeito da política e não de uma ocupação da dimensão ontológica do *labor*, conforme Hannah Arendt.

Numa perspectiva gramsciana, a luta hegemônica se efetiva no confronto de diferentes “programas” e refere-se, também, ao confronto de diferentes concepções de direito relativas às “vontades coletivas”.

³⁸ Gramsci retoma o sentido da palavra *ius*, criada pelos romanos, para designar o direito como poder de vontade, onde a “ordem jurídica como um sistema de poderes não contidos na sua esfera recíproca por normas objetivas e racionais”. O conceito de *directum*, desenvolvido pelo cristianismo, tendeu a subordinar a vontade à norma, a transformar a vontade em dever. “*O conceito de direito como potência só é referido em relação a Deus, cuja vontade se torna norma de conduta inspirada no princípio da igualdade*” (Gramsci, 1978b: 143).

Poderíamos, a partir da concepção de hegemonia, afirmar que numa sociedade plural, um “*programa*” não é uma propriedade de um partido, mas a articulação de diferentes programas no interior de redes de relações entre grupos, onde, em princípio, nenhum grupo tem um caráter definido de antemão. Neste sentido, uma articulação seria pertinente tanto à conservação ou a mudanças e, neste último caso, constituir-se-iam movimentos não identificados a uma organização, mas, conforme Gramsci, a “*um grande movimento de partidos afins*” e a um conjunto de princípios que reorientam e fixam novos significados. Estes, por sua vez, constituir-se-iam em pontos de referência para as ações, cujos resultados não seriam uniformes e nem previsíveis, mas relacionados à ação política entre atores com diferentes “programas”. Nesta direção, não se colocaria em questão a conquista do Estado-governo por um determinado grupo, mas a participação e constituição de uma hegemonia. Esta conclusão, no entanto, impõe enfrentar o problema teórico da constituição destes agentes, que em Gramsci apresenta uma ambigüidade entre sua constituição na esfera da produção e na esfera da política.

Apesar do conceito de hegemonia possibilitar uma leitura flexível das relações de forças, em última instância estas relações, na perspectiva de Gramsci, estão relacionadas às classes sociais. A análise destas forças sociais está referenciada às suas posições determinadas na produção e suas ações a determinados graus de consciência política. Assim é que, Gramsci identifica três graus de consciência política, os quais permitem fazer um paralelo com os tipos de movimentos sociais definidos por Alain Touraine e

Alberto Melucci³⁹. As formas concretas de manifestação destes graus de consciência na análise de Gramsci, são:

*O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo (...) sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organiza-lo, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se adquire a **consciência da solidariedade de interesses** entre todos os membros do mesmo grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas visando a alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes: reivindica-se o direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modifica-loas, reforma-las, mas nos quadros fundamentais já existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, **superam o círculo corporativo**, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias germinadas anteriormente se transformam em “partido”, entram em choque e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma **combinação delas**, tende a prevalecer, a se impor, a se irradiar em toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral. Coloca todas as questões em torno das quais se acende a luta não num plano corporativo, mas num **plano ‘universal’**, criando, assim, a **hegemonia de um grupo social fundamental** sobre uma série de grupos subordinados. (...) O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados (Ibid: 49s).*

A partir desta citação, podemos retomar a questão posta anteriormente em relação aos atores ou sujeitos do processo político. A interpretação do pensamento de Antonio Gramsci, feita até aqui, acentuou os aspectos relativos à ação política e aos processos de construção hegemônica. A questão que se impõe é quanto aos agentes desta ação. Como observamos acima, a ação política diz respeito a um campo de forças coletivas e não a

³⁹ Conforme páginas 49s e 56. Observamos, ainda, que nos últimos escritos de Alberto Melucci há um quarto tipo que se situa no nível das redes conflituais localizados no mundo da vida.

ações de indivíduos; mesmo que uma individualidade possa ativar uma ação, sua efetivação envolve uma coletividade. Isto remete a uma questão anterior, isto é, às origens ou bases para a constituição destas coletividades. Três caminhos de interpretação seriam possíveis. Primeiro, considerar os agentes como resultado ou sedimentações de ações políticas anteriores, ou, no sentido de redes de relações pré-existentes, conforme Melucci, para quem estas redes têm caráter social (Melucci, 1996: 64s). Segundo, considerar que um ator se constitui no próprio conflito, o que não nega a primeira possibilidade, mas que o próprio conflito gera uma identidade distinta daquela que desencadeou o mesmo. O terceiro caminho, considerar que os atores, ou identidades coletivas, têm sua origem na estrutura, portanto, num outro lugar que não o da política.

Em relação a este aspecto, os escritos de Gramsci apresentam uma ambigüidade e refletem um dualismo subjacente entre estrutura e superestrutura. Seria possível, assim, uma abordagem da ação política, do partido e da hegemonia na direção dos dois primeiros caminhos propostos. Isto está presente, por exemplo, na consideração de que no momento da ação o “partido” que atua não seria mais o mesmo que existiu antes da ação. Ou, ainda, na reflexão de um *“espírito estatal”* que *“pressupõe cada ato como um momento de um processo complexo já iniciado e que continuará”* (Gramsci, 1978b: 21). Esta continuidade refere-se à tradição sedimentada e materializada em grupos e/ou partidos. No entanto, apesar destes aspectos contingentes da ação, permanece subjacente uma referência anterior, que está presente ao referir-se a grupos fundamentais ou classes fundamentais. Daí que *“a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações econômicas”* (Gramsci, 1978a: 52). É este nível, do desenvolvimento das forças

materiais de produção, que fundamenta a constituição das classes. Assim, é no campo da superestrutura, da ideologia, que os homens tomam conhecimento dos conflitos da estrutura, no entanto, estes conflitos estão situados na estrutura e não propriamente no campo da política.

Assim, apesar da afirmação de que a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas ser a fase mais abertamente política, o “tornar-se estado” de uma classe, ou partido tornar-se hegemônico, pressupõe uma homogeneidade que emerge da posição no interior da produção. Existe, portanto, a presença de duas lógicas no pensamento de Gramsci em relação à hegemonia. Como observam Laclau e Mouffe (1989), uma hegemonia ancorada sobre interesses históricos das classes fundamentais localizados na estrutura, em última instância na estrutura econômica, e uma articulação hegemônica que emerge da composição complexa de uma “*vontade coletiva*”, como resultado de uma articulação política ideológica de forças fragmentadas e dispersas. Se a economia é o ponto de ancoragem, a política seria apenas um efeito de superfície, reflexo das condições situadas num nível mais profundo dos processos de desenvolvimento histórico, localizadas nas relações de produção.

Esta é uma leitura, outra, a partir da contingência política, também é possível e, que situa a política para além de um efeito de superfície. Para reforçar este argumento, encontramos em Gramsci a intuição de um caráter político da economia. Na sua análise sobre a implementação do fordismo na América do Norte, não a considera como um desdobramento interno de leis econômicas. Este fato é analisado como um efeito de atos de vontade, a partir de determinadas condições culturais, “*combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários,*

benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima)”, que resultaram numa racionalização da produção e do trabalho (Gramsci, 1978b: 381). A análise considera, ainda, que este fato esteve relacionado a condições culturais prévias, existentes “naturalmente”. Isto é, “*uma composição demográfica racional*”. Na Europa, no entanto, segundo essa análise, o fordismo encontrou resistências decorrentes de uma “*tradição*” e “*civilização*” formadas por classes criadas pela “riqueza” e complexidade da história passada, cuja herança deixou sedimentações passivas de fenômenos de saturação e fossilização do pessoal estatal e dos intelectuais, do clero e da propriedade agrícola e outras sedimentações de massa ou formas de vida nacional (Gramsci: 1978b: 377s). Daí também a luta política para a imposição das bases materiais de uma nova ordem (*Ibid.*, 412). É nesta segunda perspectiva que se direcionou o esforço teórico de Laclau e Mouffe de um entendimento não economicista da economia⁴⁰ e afirmação da primazia da política (Torfing, 1999: 38).

A superação de um essencialismo e as implicações de um entendimento antieconomicista da economia, para uma teoria da hegemonia, é feita por Laclau e Mouffe a partir da introdução do conceito de discurso. Este conceito ofereceu uma perspectiva teórica de superação do modelo base-superestrutura e posterior redefinição de hegemonia e antagonismo social. Discurso, hegemonia e antagonismo social são os três conceitos básicos da *teoria do discurso* desenvolvida por esses autores.

Não nos atemos à evolução desta teoria, que tem como ponto de partida o conceito gramsciano de hegemonia, posterior incorporação da crítica pós-estruturalista à visão de

⁴⁰ Neste sentido Laclau e Mouffe fazem referência a estudos recentes sobre o Taylorismo, cujas conclusões são de que a fragmentação e a especialização dos processos de trabalho não são, num primeiro momento, motivadas pela necessidade da eficiência do capital, mas pelo exercício da dominação em face da resistência dos trabalhadores (Laclau e Mouffe, 1989: 78-80).

estrutura centrada, assim como das reflexões de Žižek sobre ideologia, antagonismo social e particularmente sobre a noção de sujeito. Além da referência aos textos destes autores, recorreremos à sistematização feita por Jacob Torfing em “*New theories of discourse: Laclau, Mouffe and Žižek*”.

3. Discurso, para além de um centro e alguém de um fluxo

“O idealismo sempre quis interpretar a experiência. Ele quis, num certo sentido, pensar que o real era absolutamente igual à consciência, que não havia transbordamento, nem falta nem excesso.” (Levinas)

O caminho teórico proposto pelos autores de “*Hegemony and socialist strategy*”, para enfrentar as últimas consequências de um entendimento não-econômico do social na direção apontada por Gramsci, implicou na superação da visão essencialista da economia e do reducionismo classista. É nesta direção que incorporam as críticas à noção de estrutura centrada, particularmente a partir de Jacques Derrida.

No âmbito do pós-estruturalismo, Jacques Derrida critica a noção de estrutura centrada e considera que o conceito de estrutura tem a idade da *episteme*, mas a apreensão da estrutura, ou da estruturalidade da estrutura, embora estando em ação, sempre se viu neutralizada e reduzida. Isto porque

“consistia em dar-lhe um centro, em relacioná-la (a estruturalidade da estrutura) a um ponto de presença, a uma origem fixa. Esse centro tinha como função não apenas orientar e equilibrar a estrutura – não podemos efetivamente pensar uma estrutura inorganizada –, mas sobretudo levar o princípio de organização da estrutura a limitar o que poderíamos denominar jogo da estrutura. É certo que o centro de uma estrutura, orientando e organizando a coerência do sistema, permite o jogo dos elementos no interior da forma total” (Derrida, 1995: 230).

O centro que comanda a estrutura, no entanto, está fora da própria estruturalidade. A estrutura centrada funda o jogo, mas escapa ao jogo. Neste sentido, se o centro fizesse parte do jogo, deixaria de ser centro ou fundamento. Na história este centro recebeu formas e nomes distintos (*eidos*, *arché*, *telos*, *aletheia*, transcendentalidade, consciência, Deus, homem etc.). Desse modo, confrontamo-nos com um campo de um jogo de infinitas substituições no fechamento de um campo finito. Como afirma Derrida,

“este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, falta algo, a saber um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições. Poderíamos dizer,(...), que este movimento do jogo, permitido pela falta, pela ausência de centro ou de origem, é o movimento da suplementariedade. Não se pode determinar o centro e esgotar a totalidade porque o signo e seu lugar na sua ausência, esse signo acrescenta-se, vem a mais, como suplemento. O movimento da significação acrescenta alguma coisa, o que faz que sempre haja mais, mas esta adição é flutuante porque vem substituir, suprir uma falta do lado do significado” (Ibid:245).

O conceito de estrutura centrada expressa, assim, a busca de uma certeza para vencer a angústia implicada no jogo, de *“ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo” (Ibid: 231)*. Todos estes nomes do fundamento sempre designaram uma presença, *“que sempre foi deportada para fora de si no seu substituto”*. Estas substituições são o próprio início para pensar que *“não havia centro, que o centro não podia ser pensado na forma de um sendo-presente, que o centro não tinha lugar natural, que não era um lugar fixo mas **uma função**, uma espécie de não-lugar no qual se faziam indefinidas substituições de signos” (Ibid: 232 - Grifo nosso)*. Na ausência de um centro, de uma origem, tudo se torna discurso, isto é, *“sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A*

ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação” (Ibidem).

Na definição de discurso em Derrida, acentua-se este momento da não fixidez, que, como um sistema diferencial e ausência de um significado transcendental, estende infinitamente o jogo de significação, implicando em estruturas de “*indecibilidade*”. Esta, por sua vez, envolve uma determinada oscilação entre possibilidades pragmaticamente determinadas. Não se trata de um “*total jogo livre*”, contraposto à realização pura da presença; “*indecibilidade*” e jogo referem-se a uma determinada abertura que impede uma completa suturação da estrutura (Torfing, 1999: 119), portanto, longe de ser um estado de indeterminação e fluxo caótico⁴¹.

Isto está diretamente relacionado à noção de desconstrução, que se refere a uma dupla leitura, na qual se busca uma interpretação do texto, seus pressupostos, seus conceitos e argumentos, por um lado, e, por outro, os traços excluídos, reprimidos e uma interpretação secundária que funda uma influência oculta no texto. Ao estabelecer-se esta hierarquia, evidencia-se que a interpretação dominante é dependente daquilo que é excluído. Disto decorre que a relação é mais importante do que aquilo que é expresso pelo texto, vez que aquilo que foi excluído é condição e põe-se como suplemento de uma falta

⁴¹ Em *Limited Inc.* Derrida recorda “*que a indecibilidade é sempre uma oscilação determinada entre possibilidades (por exemplo, de meaning mas também de atos). Essas possibilidades são muito determinadas em situações estritamente definidas (por exemplo, discursivas – sintaxe ou retórica – mas também políticas, éticas). São pragmaticamente determinadas. As análises que consagrei à indecibilidade concerniam justamente a essas determinações e definições e absolutamente não a qualquer “indeterminacy”. Digo “indecibilidade” mais que “indeterminacy”, porque me interessa mais pelas relações de forças, pela diferenças de forças, por tudo o que permite, justamente, por uma decisão de escrita (no sentido amplo que dou a esta palavra, que compreende também a ação política e a experiência em geral), estabilizar determinadas situações dadas. Não existe indecisão ou double bind, se não fosse entre dois pólos (semânticos, éticos, políticos) determinados (...) É claro, para que estruturas de indecibilidade sejam possíveis (e pois decisões e pois responsabilidades), é preciso que haja jogo ou diferença, não-identidade. Não a indeterminação, mas a diferença ou a não-identidade consigo na própria determinação. A diferença não é indeterminacy. Ela torna possível e necessária a determinacy (Derrida, 1991: 204).*

constitutiva. Isto subverte a hierarquia textual. Na afirmação de Torfing, *“desconstrução não se satisfaz com uma simples inversão das hierarquias textuais, mas procura considerar a oscilação indecível entre diferentes estratégias textuais que a inscrição de uma hierarquia metafísica necessariamente precisa ser pressuposta”* (Ibid: 66).

A desconstrução não proporciona critérios para uma decisão, apenas revela a *“indecibilidade”* estrutural e faz aparecer a condição para decisões ético-políticas. É, portanto, essa *“indecibilidade”* que abre o campo para a decisão numa ordem da responsabilidade ético-política. Ainda, segundo Derrida (1991: 156), *“uma decisão só pode advir além do programa calculável que destruiria toda responsabilidade,(sic.) transformadora em efeito programável de causas determinadas. Não há responsabilidade moral ou política sem essa prova e essa passagem pelo indecível. Mesmo se uma decisão parece só tomar um segundo e não ser precedida por nenhuma deliberação, ela está estruturada por essa experiência do indecível”*.

Desta forma as decisões políticas e éticas são condicionadas pela *“indecibilidade”* e política poderia ser definida como ***“tomada de decisões constitutivas num terreno indecível”*** (Torfing, 1999: 67). Aceito isto, a estrutura conseqüentemente não proporciona um suporte para tomada de decisões de caráter racional, onde uma conclusão seja derivada logicamente de suposições axiomáticas. Estas decisões dependem antes da criação de acordos em torno de um conjunto de alternativas. Estas alternativas colocam-se como pontos de identificação e confronto entre agentes sociais e implica também um processo de persuasão e exclusão de alternativas para a criação de um acordo. Assim, persuasão apresenta-se como um meio para levar alguém a abandonar suas convicções em favor de outras, por oferecerem uma re-descrição do mundo mais adequada ou apropriada

(*Ibid.*, 68). Isto se aproxima das reflexões de Gramsci e distancia-se do processo de argumentação desenvolvido por Habermas na *Teoria da Ação Comunicativa*, à medida que a persuasão não se assenta num diálogo racional de busca de uma verdade universal. Uma “*situação ideal de fala*” encobre este caráter indecidível e a pertinência da exclusão de alternativas, cujo efeito é crer que se atua como se a situação “ideal de fala” estivesse já realizada (Žižek, 1993: 378).

A persuasão, na perspectiva da teoria do discurso, não proporciona um último fundamento e a construção de uma articulação hegemônica sempre envolve a exclusão de alternativas, onde a repressão e a força se fazem presentes. Esta repressão assume formas distintas, seja como aniquilamento das opções alternativas e das condições para a sua existência; seja como reintegração das opções e impedimento de sua realização; seja, ainda, através da incorporação parcial, modificando estas opções numa forma subordinada.

Nesta direção, diferentemente de Gramsci, força e consenso são inseparáveis, pois o consenso sempre envolve exclusão violenta de alternativas (Laclau, 1993: 182-184). Neste caso, não há uma complementaridade entre força e consenso, mas repressão e força são parte da construção de uma articulação. Coerção não tem necessariamente o sentido de um ato de violência que um sujeito exerce sobre o outro, mas a repressão de outras possibilidades que estavam postas. Conforme explicita Laclau, uma decisão

“no curso da ação que não estava predeterminada, em tal caso a decisão não surge automaticamente do que eu já era, senão que através dela me constituo a mim mesmo, e ao mesmo tempo, reprimo outras possibilidades que me estavam abertas. Os atos de interação com as coisas, o ato de constituição de minha identidade e os atos de coerção são um e o mesmo processo. Se passamos às decisões coletivas (...) é altamente provável que essas outras possibilidades que eu descarto sejam escolhidas por outros grupos. Neste ponto, a ‘repressão’ ou

a ‘coerção’ que divide a própria individualidade dos agentes sociais só chega a constituir uma identidade sobre a base de atos de identificação” (Laclau, 1993: 182).

A criação de uma articulação hegemônica, assim, subverte a identidade social na medida em que a subversão das alternativas implica também a subversão da identidade do agente que se identifica com aquelas opções. A política é, portanto, simultaneamente, uma dimensão constitutiva e subversiva da construção identitária (Torfing, 1999: 69).

A afirmação de uma “*indecibibilidade*” estrutural do social implica que a política não se deriva de algo que não é político e a decisão constitui seu próprio fundamento. Desta forma, as relações sociais são formadas através dos e nos conflitos políticos. Há, portanto, uma primazia do político sobre o social, mas isto não quer dizer que tudo seja política (*Ibid*: 70). Esta aparente contradição torna necessário um esclarecimento, que para nós tem particular interesse para a análise das ações coletivas.

Tomando como base de que toda a identidade se constitui a partir daquilo que é excluído, poderíamos argumentar que grande parte das relações e identidades não revela conflito ou exclusão alguma. Para esclarecer a primazia da política, Laclau (1993: 50s) recorre aos conceitos de “*sedimentação*” e “*reativação*”, utilizados por Husserl para analisar a crise das ciências que identificou no Ocidente. Husserl concebe esta crise como separação crescente entre as práticas ossificadas das ciências e o terreno vital primário no qual as instituições constitutivas das ciências se enraizaram. Em outros termos, houve uma “*sedimentação*”, uma rotinização e um esquecimento de suas origens. Diante disto, a tarefa que se impunha para a fenomenologia era o de recuperar estas intuições originárias, ou seja, a “*reativação*” da atividade constitutiva do pensamento (Laclau, 1993: 51).

Em analogia a este processo, o momento da instituição originária do social resulta de uma contingência e repressão de opções presentes naquele momento. Isto tende a produzir um “*esquecimento das origens*”; o sistema de possibilidades alternativas tende a desvanecer-se e ofuscar os vestígios da contingência originária (*Ibid*: 51). Em outros termos, é o que Gramsci denomina de “fetiche”, onde instituições aparecem como tendo vida própria, que não pensam com nenhuma cabeça concreta, contudo pensam (Gramsci, 1978b: 178).

A sedimentação e a rotinização tornam-se necessárias à orientação e à ação social e coloca-se como estratégia política, visando a normalização e naturalização das ações sociais (Torfing, 1999: 70). Por outro lado, a “reativação”, no campo do social, não consiste num retorno à situação originária, senão tão somente redescobrir, através da emergência de novos antagonismos, o caráter contingente da pretendida objetividade. Este redescobrimento permite uma releitura da compreensão histórica⁴² das ações originárias instituídas. Isto não significa uma volta às origens, mas uma projeção da contingência originária do instituído (Laclau, 1993: 51). Assim, a sedimentação de relações sociais, politicamente constituídas, e a reativação da origem política são concebidas como processos políticos.

Estudos sobre movimentos sociais têm demonstrado a importância da apropriação de temas culturais no interior de determinados segmentos sociais, assim como da cultura política mais ampla. Esta remissão direcionar-se-ia tanto a conteúdos como a formas,

⁴² Há nesta perspectiva algo similar no pensamento de Walter Benjamin, quando considera que “*articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como ele foi efetivamente’*. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo” (Benjamin, 1991: 156). É neste sentido que o passado pode irromper no presente e criar uma cumplicidade com os mortos, isto é, o des-ocultamento da contingência que levou a institucionalizações de conformismos.

respectivamente designados “*marcos de referência*” por McAdam (1994) e “*repertórios de ações coletivas*” identificados por Charles Tilly (1978). Considerando os “marcos de referência”, esta remissão, segundo McAdam, tem um papel legitimador e deslegitimador, assentado numa tradição. Na perspectiva da teoria do discurso, discutida aqui, tratar-se-ia de uma reativação de uma origem política contingente do que foi fixado e objetivamente apresentado. Neste caso, a “reativação” abre espaço para novos antagonismos e possibilidade de fixação de novos conteúdos e formas não presentes então.

Tomando aqui a análise feita por McAdam do movimento negro pelos direitos civis nos EUA, destaca-se a apropriação e evocação de “*temas culturais altamente ressonantes*” para a aparição e difusão da luta pelos mesmos direitos. A questão que pode ser colocada é o por que só em determinado momento eclode um movimento, uma vez que esses temas culturais já estavam “sempre” presentes. Na perspectiva desenvolvida aqui, a resposta está na reativação da contingência do sentido fixado, ativada por eventos de deslocamento, e que acentua o caráter flutuante do significante – direitos civis. Isto permite a emergência da contingência da fixação dos direitos pela hegemonia branca. Esta reativação não leva diretamente à mobilização, mas abre possibilidades para novos discursos de orientações distintos e identificados com diferentes lideranças. No caso do movimento negro esta identificação deu-se por exemplo com Malcon X e Martin Luther King. No caso deste último, o emblema desse discurso é expresso em sua fala “*Eu tenho um sonho...*”. Podemos afirmar que é o “sonho” que concretiza e atualiza os direitos civis. Isto é, a construção de uma forma discursiva particular no interior de um horizonte totalizante, concernente a um “programa” na linguagem gramsciana, ou de um mito na linguagem de Laclau e Mouffe. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Discurso e prática hegemônica são parte destes processos políticos de fixação e a desconstrução que revela a contingência de totalidades estruturadas por práticas articulatórias. Esta prática articulatória, conforme Laclau e Mouffe,

“consiste na construção de pontos nodais que fixam sentidos parcialmente; e o caráter parcial desta fixação advém da abertura do social, um resultado, em seus termos, do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (Laclau e Mouffe, 1989: 113).

Assim, discursos são estruturas descentradas, onde os sentidos são constantemente negociados e construídos. Esta estrutura descentrada, ou “totalidade” estruturada, ou ainda, discurso, é o resultado de práticas articulatórias, estabelecendo relações entre elementos com diferenças não articuladas discursivamente (*Ibid*: 105).

Uma articulação pressupõe a não fixidez constitutiva do discurso. Em contraposição a esta impossibilidade de fixação de um sentido, coloca-se a necessidade da fixação, pois sem esta não haveria sentido algum, impossibilitando a própria ação. Esta fixação parcial ocorre no campo da política, da articulação hegemônica que permite passar de uma condição de “*indecibilidade*” para uma condição da “*decibilidade*” do discurso. Em consequência, existe apenas um campo de significação no interior do qual se estabelece uma ordem ambígua e temporária através da multiplicidade de “centros” mutuamente possíveis de serem substituídos. A construção de uma relativa ordem significa a exclusão de um exterior constitutivo que ameaça permanentemente essa ordem e impede seu último fechamento (Torfing, 1999: 86).

O conceito de antagonismo social está inextricavelmente ligado a essa impossibilidade de fixação plena de sentido, isto é, ao excedente de significações irreduzíveis que escapam à lógica diferencial do discurso como condição mesma para a

política. Este campo de excedentes constitui o campo da discursividade e indica o que não é fixado⁴³. É este campo que torna possível a articulação de uma multiplicidade de discursos concorrentes. Como já afirmado acima, um discurso, ou uma formação discursiva como articulação de uma variedade de discursos numa unidade relativa, constitui-se e *“estabelece seus limites por meio da exclusão de um ‘outro’ radical que não tem medida comum com o sistema diferencial do qual é excluído e que por isso coloca uma constante ameaça àquele próprio sistema”* (Ibid: 124).

Em *Hegemonia e estratégia socialista*, Laclau e Mouffe concebem que é este “outro”, um “externo constitutivo”, que impede a uma identidade consigo mesmo. A ilusão aqui, segundo Slavoj Žižek, consiste em supor que depois do aniquilamento final do inimigo antagônico se alcançaria a identidade plena consigo mesmo (Žižek, 1993: 259). A partir da perspectiva lacaniana, Žižek radicaliza a noção de antagonismo social, invertendo a relação, isto é,

“não é o inimigo externo o que impede alcançar a identidade consigo mesmo, senão que cada identidade, liberada a si mesma, está já bloqueada, marcada por uma impossibilidade, e o inimigo externo é simplesmente a pequena peça, o resto de realidade sobre o qual ‘projetamos’ ou externalizamos esta intrínseca, imanente impossibilidade” (Ibid: 260).

⁴³ Discurso e discursividade não designam meramente uma dimensão lingüística. Laclau e Mouffe rejeitam a distinção presente em Foucault entre discursivo e não-discursivo. Afirma-se um entrelaçamento dos aspectos semânticos da linguagem com os aspectos pragmáticos das ações, movimentos e objetos. O caráter discursivo do objeto também não põe em questão a existência do objeto. Uma referência ao real só é possível através de uma experiência interpretativa. Conforme afirma Jacques Derrida, em relação ao texto que não se “limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica (...) isso quer dizer que todo referencial (uma tradução mais adequada seria referente), toda realidade tem a estrutura de um termo referencial e só nós podemos responder a esse real numa experiência interpretativa (Derrida, 1991: 203). Nesta direção não cabe falar-se de extra-texto, seja referindo-se a um “real”, seja aquilo que é excluído do discurso por ser condição do próprio discurso.

O sujeito, nesta acepção, refere-se à experiência do antagonismo como auto-obstáculo, autobloqueio, ao limite interno que impede o campo simbólico realizar sua identidade plena. O objetivo de todo processo de subjetivação, de assumir diferentes posições de sujeito diz respeito a evitar tal experiência traumática. Como afirma este autor

“o sujeito está aquém ou além da subjetivação; a subjetivação designa o momento através do qual o sujeito integra o que lhe é dado no universo do sentido, porém esta integração sempre fracassa em última instância, há sempre um resíduo que não pode ser integrado ao universo simbólico, um objeto que resiste à subjetivação, e o sujeito é precisamente o correlato deste objeto” (Ibid: 262).

Em outras palavras, o sujeito é o correlato de seu próprio limite, o elemento que não pode ser subjetivado; ele é o nome do vazio que não pode ser preenchido pela subjetivação. O sujeito é o ponto de fracasso da subjetivação (*Ibidem*) e seu preenchimento constituem novas posições de sujeito.

A crítica posta por Žižek levou os autores de *Hegemonia e estratégia socialista* a redefinirem antagonismo. Nesse texto, antagonismo é demarcado como sendo o que escapa à possibilidade de ser apreendido através da linguagem, onde a linguagem somente existe como tentativa para fixar o que o antagonismo subverte (Laclau e Mouffe, 1989: 127). Nesta acepção, antagonismo equipara-se a deslocamento, aquilo que não é simbolizável. Laclau, em *Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo*, faz uma distinção entre estes dois conceitos. Assim, deslocamento refere-se a eventos não controláveis que se confrontam e rompem com formas espaciais de representação e com as estruturas discursivas, a partir dos quais surgem possibilidades de centros. Antagonismo social coloca-se como uma resposta discursiva ao deslocamento. Conforme afirma o autor,

“a resposta ao deslocamento da estrutura será a recomposição da mesma por parte de diversas forças antagônicas, em torno de pontos nodais precisos de articulação.

O centramento – a ação de centrar – é somente possível, portanto, na medida em que há deslocamento e desnivelamento estrutural” (Laclau, 1993: 57).

É este deslocamento que abre novas possibilidades de ação, de “*construir o mundo*” através do qual os agentes sociais se transformam a si mesmos e forjam novas identidades. Estes deslocamentos não têm um sentido objetivo, na acepção de um processo cuja direção está predeterminada, assim como o sujeito não é um momento da estrutura, mas é o lugar do deslocamento – da impossibilidade de construir a estrutura como tal. Na perspectiva de Laclau e Mouffe, isto possibilitaria um novo projeto socialista, em que a possibilidade de transformação socialista e democrática da sociedade depende da proliferação de uma pluralidade de antagonismos e de sujeitos de mudança e não da emergência de um agente privilegiado. Daí também o sentido pleno do processo de hegemonia como forma política da sociedade capitalista moderno, não reduzido a uma estratégia classista (Torfing, 1999: 110)

O deslocamento como característica do capitalismo contemporâneo, apresenta, na perspectiva de Laclau (1993: 58-60), três dimensões. Uma primeira, diz respeito à temporalidade e espacialidade. Todo processo de hegemonia busca uma fixação, necessária à própria ação, onde se estabelece uma rotinização, uma espacialização do tempo submetendo-o a regras, seja através de ciclos ou de um *telos*. Sendo que toda hegemonia sempre é parcial, ela está sujeita a desdobramentos que manifestam a temporalidade do real, estabelecendo-se uma segunda dimensão, a de que os deslocamentos são a forma mesma da possibilidade. Na ausência de um *telos*, as possibilidades põem-se de uma forma radical, como ausência de um sentido *a priori*. Como o deslocamento é uma situação de falta, que pressupõe uma referência estrutural, as

possibilidades estão localizadas numa situação determinada. Há, portanto, uma ampliação relativa do campo de possibilidades plausíveis de serem pensadas⁴⁴. Em outros termos, isto se refere ao cânone mencionado por Gramsci, com base em Marx, de que “*nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existem condições necessárias e suficientes...*” (Gramsci, 1978b: 34). Observe-se, no entanto, que, em Laclau, o possível só é pensável dentro de um quadro simbólico e não a partir de um dado ou situação objetiva. Isto significa, ainda, que sem um tal quadro o próprio deslocamento deixaria de existir, reduzindo-se tudo a um fluxo caótico.

Da mesma maneira que uma hegemonia é uma forma de suprir uma falta, uma identidade estrutural não é uma determinação, mas decorrente de uma contingência que coloca uma terceira dimensão, o deslocamento como a forma da liberdade. Segundo Laclau, esta falta abre caminho à autodeterminação parcial através de atos de identificação. Está-se condenado a ser livre, não porque não se tenha nenhuma identidade como na afirmação do existencialismo, mas porque a identidade estrutural é defeituosa. A implicação mútua destas três dimensões é que constituem o paradoxo que domina o conjunto da ação social, *‘há liberdade porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva; porém toda ação social tende a constituição desse objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade’* (Laclau, 1993:

⁴⁴ Esta questão apresenta-se de outra forma na Dialética Negativa de Adorno, isto é, o desafio de pensar contra o próprio pensamento, ou como utilizar os conceitos contra os próprios conceitos, já que não é possível pensar sem referir-se ao já pensado (Adorno, 1975: 140). Ainda no campo da filosofia, Derrida, referindo-se aos discursos destruidores da metafísica, afirma que todos acabam apanhados numa espécie de círculo, daí que “*não tem nenhum sentido abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica; não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações explícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar (...)* Trata-se de colocar expressa e sistematicamente o problema do estatuto de um discurso que vai buscar a uma herança os recursos necessários para a des-construção dessa mesma herança” (Derrida, 1995: 233, 235).

60s). Este paradoxo não tem solução porque o puro deslocamento levaria a um estado caótico e a ausência de deslocamento configuraria um estado de objetivismo sociológico, ou o ponto final de um processo de reconhecimento. Neste caso teríamos, conforme a crítica de Gianotti à tese do fim da história de Fukuyama (Gianotti, 1992: 31), algo similar a um sistema filosófico que montasse uma lógica capaz de encontrar um absoluto no fluxo da temporalidade.

Dois aspectos devem ser aqui salientados. Primeiro, a multiplicidade de deslocamentos pertinentes ao capitalismo contemporâneo não leva ao desenvolvimento de nenhum projeto sem a intervenção da vontade. Portanto, podem manifestar-se antagonismos e construções hegemônicas em diferentes direções. O segundo aspecto é que os deslocamentos não levam automaticamente a uma resposta pela construção de antagonismos sociais. Tendo em vista que as possibilidades não se colocam como desdobramentos necessários, estas possibilidades podem ou não ser aproveitadas. Isto possibilita rever o conceito de “*estruturas de oportunidades políticas*”, desenvolvido por Tarrow (1994). Não negamos que as ações sociais tenham a ver com oportunidades reportadas a recursos externos e internos aos grupos. No entanto, na linha argumentativa aqui desenvolvida, consideramos que oportunidades políticas pressupõem a percepção das mesmas. De outra forma, explicar as condições de possibilidade é criar as próprias possibilidades, o que pressupõe a percepção dessas possibilidades. Nesta acepção, podemos retomar o conceito de “programa” discutido por Gramsci, na direção de proporcionar um princípio de leitura de uma situação, possibilitar a construção de uma “vontade coletiva” e possibilitar a luta no campo da prática hegemônica. Sem tal referência, outras respostas podem emergir diante do deslocamento, ou seja, atribuindo o

deslocamento a uma causa divina ou impessoal, como castigo ou causa impessoal imprevisível, entre outras. Podendo ocorrer, ainda, respostas não discursivamente produzidas, resultando num estado de anomia e desintegração da identidade social (Torfing, 1999: 131).

Antagonismo social tem, portanto, uma dupla função: a de estabilizar, por ser condição para a constituição e sustentação das identidades sociais, e de desestabilizar, por ser uma ameaça à própria identidade. Um determinado deslocamento leva à construção de um discurso que tenta absorver aquele evento. Este discurso re-orienta as ações e provoca deslocamentos não simbolizáveis no interior daquele⁴⁵. Isto coloca em questão uma pretensa objetividade e seu “desencantamento” é condição para emergência de sujeitos, como fracasso da subjetivação, cuja tentativa de preenchimento do vazio configura novas posições de sujeito. Estas posições de sujeito são a realização de um mito, constituição de uma nova objetividade, o momento de eclipse do sujeito e de sua reabsorção pela estrutura (Laclau, 1993: 77). Este espaço mítico apresenta-se como alternativa frente à forma lógica do discurso estrutural hegemônico. É o espaço mítico e o imaginário social que proporcionam um espaço homogêneo de representação porque todas as forças de negatividade são deslocadas a um externo que é ao mesmo tempo constitutivo e subversivo da identidade interna (Torfing, 1999: 129). Isto nos remete à questão da ideologia.

Na ausência de um centro, de uma origem, a partir do qual significados estariam dados *a priori*, a ideologia tem papel crucial na constituição de uma hegemonia. Este

⁴⁵ Por exemplo, o discurso que fundamentou o antiterrorismo levado a efeito pelos EUA, também fundamentou a ocupação de território palestino por Israel, que passa a redefinir antagonismos e manifestar fissuras naquele discurso.

papel tem dupla face: como processo criativo para a construção de uma unidade “cultural-social” e possibilidade de construção de identidades, conforme a acepção gramsciana, e, sendo esta unidade uma tentativa de preenchimento precário de um vazio, ideologia é ao mesmo tempo um “esquecimento” do caráter “indecidível” que impede o fechamento e, assim, é garantia do caráter limitado e precário das formas da identidade social. No dizer de Torfing, *“ideologia constrói o mundo real em termos de uma série de essências completamente constituídas e tende negar que essas essências são resultados contingentes de decisões políticas tomadas num terreno ‘indecidível’”* (Torfing, 1999: 116). Tendo como pressuposto a ausência de um centro estruturador, para além ou aquém de centros discursivamente construídos e conseqüente ausência de um mundo objetivo, já não nos é permitido falar numa “falsa consciência”, no sentido de Marx, pois não há uma referência última que possibilite o desmascaramento das construções ideológicas. O conceito de ideologia refere-se a uma totalização que embaralha e não reconhece a contingência constitutiva e o caráter precário das identidades dinamicamente construídas⁴⁶ (*Ibid*: 302).

Isto implica

“que todo processo de identificação que nos confere uma identidade sócio-simbólica fixa está, afinal, condenada ao fracasso - é exatamente a função da fantasia ideológica mascarar essa inconsistência, o fato de que ‘a sociedade não existe’, e assim nos compensar pela identificação malograda” (Žižek, 1992: 124).

Uma fantasia social é um meio de a ideologia levar antecipadamente em conta a própria falha desta fantasia (*Ibidem*).

⁴⁶ Pode falar-se de ideologia como falsa consciência e seu caráter eterno, não no sentido de Althusser, onde alienação do sujeito é o complemento necessário de uma história objetiva cujo sentido pode ser situado alhures, mas porque a noção de que “sentido objetivo” é em si mesma a própria forma de falsa consciência, aquilo que através do qual uma identidade adquire sua coerência fictícia (Laclau, 1996: 206).

Conforme insiste Laclau, a impossibilidade de um fechamento coloca ao mesmo tempo a sua necessidade, uma vez que sem esta fixação fictícia de sentido não haveria sentido algum (Laclau, 1996: 205). É nesta dialética, entre impossibilidade e necessidade de sentido, que se impõe o terreno das ideologias. Este fechamento é possibilitado através da criação de um certo conteúdo equivalente a uma série de outros conteúdos. Uma cadeia de equivalência constitui-se numa metáfora e quanto maior a elasticidade de um equivalente menor sua capacidade de estabelecer um sentido. Assim, quanto mais elástico um equivalente, maiores são as possibilidades de inscrição de sentidos e conseqüentemente ampliam-se as possibilidades de identificação. Na direção inversa, quanto mais próximo à literalidade de um equivalente, menor a possibilidade de inscrição de outros sentidos e de identificações. Temos assim uma situação paradoxal, quanto mais genérico um equivalente, maior a sua superfície de inscrição de deslocamentos e reivindicações sociais e, assim, também as possibilidades de adesão e poder de mobilização. Por outro lado, há um esvaziamento do próprio sentido, onde as diferenças, as particularidades, sucumbem diante do equivalente. A afirmação da diferença, por sua vez, restringe a superfície de inscrição e de identificação, conseqüentemente perde poder de adesão e mobilização⁴⁷. Na perspectiva de Gramsci, a capacidade de romper com este

⁴⁷ Em termos concretos poderíamos exemplificar a partir da política baseado no *marketing* e o trabalho permanente para manter esta amplitude e os contra-fatos discursivos que negam a realização daquelas promessas. No outro pólo, podemos situar uma posição sectária. A questão da diferença é um ponto polêmico na atualidade, que além da contraposição entre igualdade e diferença coloca uma questão de caráter ético e político. Vão nesta direção as reflexões de Antonio Flávio Pierucci. A partir de pesquisa realizada junto à “classe média baixa” da cidade de São Paulo, Pierucci revela um caráter conservador e avesso à abstração desta camada social. Evocando as reflexões de Manheim sobre tradicionalismo, Pierucci considera que a resistência à abstração revelaria a armadilha da diferença em que os “*discursos claramente conservadores e autoritários, para não dizer tradicionalistas, ... aproximam-se muito, muito, muito dessas interpelações que estou chamando de pós-modernas, que se condensam emblematicamente na postulação do direito à diferença* (sic)” (Pierucci, 1994: 147). O mesmo autor reconhece, no entanto, a dificuldade em separar a desigualdade da diferença, uma vez que estes termos recobrem campos e nomeiam coisas muito

limite do particular é superar um momento corporativo e chegar a um momento ético-político. Como visto anteriormente, há uma ambigüidade quanto a este processo, presente em Gramsci – hegemonia ancorada em interesses históricos e uma hegemonia como uma complexa composição de uma “vontade coletiva”. Neste último sentido, no complexo jogo hegemônico das sociedades contemporâneas, onde há um aumento de diferenças com exclusão de elementos discursivos por uma cadeia de equivalência hegemônica, uma composição de outras “vontades coletivas” poderia ser pensada como criação de uma cadeia de equivalência entre as diferenças. Nesta direção, é possível uma análise das redes movimentalistas e rede de redes⁴⁸, que constituem e se constituem como espaços públicos de articulação de diferentes “programas”, conforme visto anteriormente ao analisarmos a concepção de Gramsci (p. 84).

Aqui podemos aprofundar o sentido de mito e imaginário, já mencionados acima. Conforme definição feita por Laclau, estes dois conceitos estão estreitamente ligados, segundo a nossa interpretação, àquela concepção de “programa”. Tomando ideologia como ocultamento de uma contingência, através da criação de uma cadeia de equivalência operacionalizada por meio de significantes flutuantes, cujo caráter metafórico, numa lógica de simplificação do campo social, deixa aberta a possibilidade para a criação de

difíceis de separar e que se tornariam mais presentes nos movimentos sócias de esquerda. Neste sentido, a igualdade seria o marco que delimita o campo da esquerda (Ibidem; ver também Dagnino 1994; Pierucci, 1990). Consideramos que a igualdade e diferença situam-se num campo indecível e que passa para um campo decidível através do processo de fixação de sentidos e cria as condições para conceber a hegemonia como forma geral da política nas sociedades capitalistas modernas (Torfing, 1999: 110). Isto remete à resolução destes conflitos para o campo do espaço público, daí também a importância destes espaços como parte da ação política.

⁴⁸ Em termos analíticos, Manuel Castells estabelece o processo de globalização como ponto a partir do qual analisa diferentes grupos sociais, classificando-os como identidades de legitimadoras, de resistência e identidades de projeto. Em sua análise demonstra o surgimento de movimentos de oposição à nova ordem global, que assumem formas de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede (Castells, 1999: 426). Evidencia, ainda, que a constituição destas redes tem diferentes matizes políticas. Nos anos recentes constituíram-se redes de redes, cujo exemplo mais eloquente é o Fórum Mundial.

diferentes significados, ideologia assume um papel e uma natureza de mito e imaginário social. Conforme Laclau, mito é um princípio de leitura de uma situação dada, que emerge de um deslocamento estrutural, permitindo a constituição de uma nova objetividade (Laclau, 1993: 77). Um mito funciona como superfície de inscrição. Esta relação entre superfície de inscrição e o inscrito é essencialmente instável, podendo oscilar entre uma hegemonização da superfície de inscrição pelo que foi inscrito nela, isto é, um fechamento precário através da literalização do inscrito, por um lado, e uma abertura ilimitada para inscrições de todas reivindicações e deslocamentos possíveis. Nesse caso, constitui-se um imaginário social como horizonte que *“não é um objeto entre outros objetos, senão um limite absoluto que estrutura um campo de inteligibilidade e que é, em tal sentido, a condição e possibilidade de emergência de todo objeto”* (Laclau, 1993: 80). Isto possibilita uma outra forma de percepção da afirmação de Giddens de que *“a direita (cuja principal forma atual é a referência ao neoliberalismo) tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do Welfare state”* (Giddens, 1996: 17). Pode afirmar-se que o *Welfare State* perdeu progressivamente o poder de absorver e integrar as reivindicações sociais e os crescentes deslocamentos àquele espaço de representação, e é a partir daí que o discurso neoliberal ganha a batalha ideológica. Conforme mencionados por Torfing, estudos tem demonstrado, no caso do tatcherismo, que a vitória eleitoral foi resultado da batalha ideológica atingindo os corações e mentes do povo britânico (Torfing, 1999: 35).

Coerente com o raciocínio de que a ação, portanto, a administração, é possível através de um processo de fixação do discurso, assim um discurso hegemônico tenderia a restringir esta superfície de inscrição e, conseqüentemente, uma tendência decrescente da

capacidade de absorver demandas e eventos deslocatórios. Temos assim uma situação em que se impõe a necessidade de fixações sempre precárias e, por outro lado, uma ampliação de deslocamentos a partir dos quais se abrem novas possibilidades que são aproveitadas ou não. Isto mantém um *continuum* entre ações situadas dentro de uma ordem social e a (re)construção do social, enfatizando os processos de significação e processos políticos.

Estabelecendo-se como eixo a questão dos direitos na perspectiva aqui desenvolvida, podemos afirmar com Claude Lefort, neste caso em relação aos direitos do homem, de que

“a partir do momento que os direitos do homem são postos como referência última, o direito estabelecido está destinado ao questionamento. Ele é sempre mais questionável à medida que vontades coletivas ou, se prefere, que agentes sociais portadores de novas reivindicações mobilizam uma força em oposição à que tende a conter os efeitos dos direitos reconhecidos” (Lefort, 1983: 55).

Isto só é possível na medida que direito do homem se apresenta como uma superfície não identificada com o inscrito.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTO SOCIAL, MANIFESTAÇÃO DE ANTAGONISMO

Podemos retomar aqui nossa proposição inicial sobre a presença de manifestações coletivas. Afirmamos que estas manifestações inserem-se num campo de determinações, possibilidades e aspirações e suas ações situam-se num *continuum* entre a reprodução de uma ordem social e as possibilidades de influir ativamente no processo de (re)construção do social. Este processo implica na análise do por quê, do como e em que circunstâncias surgem tais manifestações.

Consideramos que na atualidade estas manifestações ocorrem num contexto cujas análises acentuam tanto os processo de homogeneização, quanto da proliferação de identidades segmentadas e diferenciais. Utilizando um conceito clássico, acentuam-se os processos de diferenciação e de des-diferenciação por meio da uniformização social, através do consumo e dos meios de comunicação de massa. Assim, se por um lado, afirma-se a uniformização, por outro, há um reconhecimento da manifestação de outros “regimes de significação”. Neste novo contexto predominam as imagens onde significantes flutuantes estão à disposição de coletividades locais ou globais, veiculados através dos mais variados meios de comunicação, os quais estão presentes no âmbito local, sejam eles de origem global ou circunscritos à localidade

Acentuamos, também, o questionamento pós-moderno do imaginário otimista do iluminismo, que revela a face fugidia e contingente do que se denominou modernidade. Esta visão que retém a idéia do aberto e fugidio, que emerge como tensão da sociedade

moderna, entre a necessidade de fixações e o ocultamento da patente presença da contingência, concebe uma forma particular do político, sintetizada na forma da política como hegemonia. Retomando mais uma vez a afirmação de Lefort, a sociedade moderna

“torna-se teatro de uma aventura indomesticável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido, o conhecimento permanece minado pelo desconhecido, o presente se revela indomável, combinando tempos sociais múltiplos não sincronizados uns em relação aos outros na simultaneidade...” (Lefort, 1983: 119).

Na afirmação do caráter contingente, onde atores e conteúdos não são determinados *a priori*, concebemos a ação como processo interativo de construção social no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediados pelo discurso, tornando-os participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos desse “jogo” de forças, a partir do qual têm possibilidade de influir nas próprias regras do “jogo” de construção do social. É nesta arte que se constroem identidades, articulando diferentes elementos, criando sentidos a partir dos quais podem ser identificados atores, razões, mecanismos e objetivos pertinentes a estas composições. Nesta direção, podemos afirmar que nem os atores e nem o campo de oposição são constantes, mas apenas as possibilidades de sua emergência.

Isto impõe uma questão metodológica para a análise do campo empírico das ações coletivas e uma base analítica para uma distinção entre movimentos sociais e outras formas de ações coletivas. Este será o objetivo do presente capítulo, isto é, propor um conceito analítico de movimento social e orientar a análise de fenômenos empíricos.

1. Do comportamento à ação política

Tomamos, aqui, como ponto inicial a definição de ação coletiva feita por Alberto Melucci (1996: 20). Segundo este autor, uma definição mínima, de caráter geral, pode ser formulada “*como um conjunto de práticas sociais (i) envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, (ii) expondo características morfológicas similares na contigüidade do tempo e espaço, (iii) implicando um campo de relações e (iv) capacidade da população envolvida de construir sentido daquilo que eles fazem*”. Esta definição absorve um conjunto de fenômenos empíricos pertinentes àquele *continuum* ao qual nos referimos anteriormente. Nos capítulos anteriores procuramos discutir diferentes concepções quanto à caracterização de distintos níveis da ação, seja num sentido mais genérico da atividade humana, conforme Arendt, seja como grau de consciência política, segundo Gramsci, seja ainda no campo dos movimentos sociais segundo Touraine e Melucci. Apresentamos estas diferentes caracterizações, de forma sintética, na página que segue. Examinando o quadro, identificamos uma polaridade entre um conteúdo material ou econômico (constrangimentos econômicos, distribuição de recursos, necessidades vitais, econômico-corporativo), por um lado, e um conteúdo simbólico por outro (orientação simbólica, conteúdo simbólico, unidade intelectual e moral), e a presença de campo político institucional.

Excetuando a perspectiva de Hannah Arendt, podemos identificar, assim, o econômico, o político e o ideológico que, em Gramsci explicitamente, estão relacionados à consciência política. Ao concebermos o espaço social como discurso, as manifestações situam-se no interior de uma configuração social e como tal é uma configuração significativa (Mouffe, 1993: 114) onde aqueles componentes ou dimensões adquirem significados. Assumindo o conceito de discurso, coloca-se a impropriedade na distinção

das expressões ou manifestações coletivas nos termos de lutas materiais e não-materiais, ou de um caráter econômico, político ou ideológico/cultural. No mesmo plano, uma diferenciação das mesmas não é deduzida da (des)funcionalidade de um sistema ou subsistemas ou, ainda, de incongruências entre esses.

QUADRO 02 – Caracterização dos três níveis⁴⁹ de ação dos movimentos sociais segundo Touraine e Melucci, da vida activa segundo Arendt e da consciência coletiva segundo Gramsci

AUTORES	NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES OU ATIVIDADES		
ALAIN TOURAINE	Condutas coletivas Condutas coletivas decorrentes de constrangimentos econômicos ou políticos	Luta política Lutas que visam a transformação de certas relações de força ou mecanismos particulares de tomada de decisão	Orientação cultural Movimentos sociais como ação conflitual em relação às orientações culturais dentro de um campo de historicidade (Identidade, oposição, totalidade)
MELUCCI	Movimento reivindicatório Distribuição de recursos no interior da organização “eficiência funcional dos aparatos”	Movimento Político Luta pela ampliação na participação das decisões, colocando-se contra o desequilíbrio do jogo político que favorece certos interesses em detrimento de outros (negociação)	Movimento antagonista - coloca questão a produção social e direção do seu desenvolvimento (conteúdo simbólico, conflito crescente, calculabilidade decrescente)
HANNAH ARENDT	Labor Necessidades vitais produzidas pelo labor e introduzidas ao processo da vida (consumo)	Trabalho Artificialismo da existência humana – transcende as vidas individuais através da produção de um mundo artificial (mundaneidade/	Ação Atividade que se exerce entre os homens sem a mediação das coisas – pluralidade como condição para a política “estar entre

⁴⁹ Encontramos este arquétipo triádico de classificação também em Karl Marx na forma das etapas do capitalismo, socialismo e comunismo. Poderíamos, ainda, remeter este modelo à forma mítica de visão do mundo antigo: céu, terra e inferno. No campo dos movimentos este modelo encontra-se também em Manuel Castells (1999) ao distinguir entre “identidades legitimadoras”, “identidades de resistência” e “identidades de projeto”. O arquétipo triádico encontramos-no já na concepção herética da “História Messianica” de Joaquim di Fiori, cujos traços principais são a divisão do tempo em três eras: do Pai, do Filho e do Espírito Santo ou da Lei, da Graça e da Sabedoria e o conflito final entre o Anti-Cristo e Cristo. Esta concepção herética da história é contraposta à visão agostiniana, a qual assegura que as instituições existentes são já a realização do plano divino (Chauí, 1994: 25). Naquela visão triádica, num primeiro momento, suprime-se o caráter teológico e, num segundo, o esforço é de desvencilhar-se da visão messiânica.

		permanência/ durabilidade)	os homens” Espaço público. (Imprevisibilidade)
	comportamento		
GRAMSCI	Econômico-corporativo Unidade homogênea do grupo social	Solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo -Estado – igualdade político-jurídica	Superação do círculo corporativo Fins econômicos/ políticos e unidade intelectual e moral - Hegemonia / Universalização

A análise das manifestações e organizações coletivas no campo empírico deve, portanto, considerar seus significados dentro das relações em que estão inseridas. Assim é que objetos físicos ou simbólicos não têm uma significação em si mesmos, pois que seus significados são estabelecidos a partir de um sistema de relações com outros objetos, não dados fora de relações socialmente construídas. Da mesma forma que é o sistema de regras que atribui significado aos objetos, também constitui a posição do sujeito como agente social. Como afirma Chantal Mouffe, “*b mesmo sistema de regras que faz de um objeto esférico uma bola de futebol, faz de mim um jogador*” (Mouffe, 1993: 115). Na mesma direção, eventos não domesticáveis, simbolizáveis ou integráveis no interior de um discurso não trazem em si uma direção, um significado, mas provocam um deslocamento no discurso, cuja tentativa de simbolizá-los pode resultar em formas distintas de fixação, ou quando não simbolizados levar a uma desintegração social, conforme observamos no capítulo anterior.

É nesta direção que uma construção analítica para classificação das manifestações coletivas, na perspectiva desenvolvida aqui, torna-se possível a partir das fixações de sentido que proporcionam um quadro mais ou menos coerente ao que é dito e feito. Estas

fixações, por sua vez, podem ser relacionadas a um discurso hegemônico, como discurso que fixa sentidos em torno de pontos nodais que imputam um caráter universal e positivo a um discurso particular de normas, valores, visões e percepções para uma descrição do mundo e referência à ação. Como já referido anteriormente, na constituição de uma hegemonia o antagonismo é constitutivo e cumpre uma função estabilizadora, cujo encobrimento e esquecimento do antagonismo e do caráter contingente de uma fixação resultam do “trabalho” ideológico. Mas é também o antagonismo que se coloca como fonte de deslocamentos que revelam as fissuras e o caráter não positivo de uma hegemonia.

O conceito de hegemonia proporciona, assim, um ponto de partida para uma caracterização e distinção das manifestações coletivas. Propomos, assim, três categorias analíticas: a) Manifestações que expressam uma *aderência a uma configuração hegemônica*, numa forma naturalizada que proporciona padrões de comportamento; b) Manifestações que revelam um *conflito no interior de uma lógica hegemônica*, quanto aos processos decisórios e operacionais, o que implica em procedimentos de negociação e disputa de poder. Estes conflitos ocorrem no campo interpretativo, circunscrito à coexistência polissêmica de significados que não se excluem no curso dos conflitos políticos; e c) Manifestações que *exprimem ou tornam visíveis posições antagônicas*, através das quais os sentidos fixados são negados e tendentes a serem substituídos. Estas três formas analíticas, numa dinâmica social concreta, podem evoluir em diferentes direções, conforme o deslizamento de significados sob o significante.

As categorias propostas permitem uma diferenciação entre manifestações coletivas comportamentais de movimentos sociais, uma distinção entre comportamentos e ação

coletiva que implica em atos de vontade⁵⁰. Podemos ainda fazer uma distinção em termos de movimentos sociais *lato sensu* e *estrito sensu*. O que denominamos como manifestações de aderência a uma hegemonia corresponde ao conceito de comportamento coletivo, a noção de relações de conflitos no interior de uma configuração hegemônica contém o conceito de movimento social *lato sensu* e um antagonismo exprime o conceito de movimento social *estrito sensu*. De forma sintética, o quadro abaixo sintetiza o modelo proposto:

QUADRO 03 – Composição do modelo analítico

PROCESSO POLÍTICO – LUTA HEGEMONICA		
Discurso: Totalidade relacional de uma seqüência de significados que juntos constituem uma referência mais ou menos coerente ao que dito e feito. Momento: Posição diferencial articulada através do discurso. Elementos: Diferenças não articuladas discursivamente.		
ADERÊNCIA A UMA CONFIGURAÇÃO HEGEMÔNICA Naturalização: padrões de comportamento.	CONFLITOS NO INTERIOR DE UMA LÓGICA HEGEMÔNICA Processos decisórios e operacionais.	MANIFESTAÇÃO DE UM ANTAGONISMO Negação dos sentidos fixados.

⁵⁰ Conforme Hannah Arendt, comportamento se contrapõe aos feitos e a um caráter monolítico e conformista, pertinente ao plano do extraordinário. Conforme desenvolvida no capítulo anterior, a noção de comportamento que utilizamos aproxima-se à visão de Hannah Arendt, enquanto a visão de ação se distancia, no sentido de não se limitar a atos extraordinários ou dos grandes feitos no sentido oriundo da experiência grega.

Cidadania regulada (Positivção do direito)	Cidadania política Direito como direito político (Interpretação do Direito)	Cidadania como direito a ter direito (Criação de direitos)
Comportamentos	Movimento <i>lato sensu</i>	
		Movimento <i>stricto sensu</i>

As categorias propostas provêm uma moldura analítica abstrata que, para a aplicação ao estudo de fenômenos empíricos, devem ser situadas a partir de discursos concretos articulados nas relações sociais, definindo os seus níveis. Vão nesta direção, por exemplo, os ensaios feitos por Jacob Torfing (1999) na análise do nacionalismo e racismo, meios de comunicação e o moderno *welfare state*, onde reinterpreta respectivas teorias na perspectiva da teoria do discurso. O que propomos, aqui, é a aplicação desta perspectiva na análise de fenômenos situados no âmbito local, de grupos e suas relações e intervenções no campo social e política. Do ponto de vista metodológico, diferentes recortes poderiam orientar uma análise, partindo-se, por exemplo, das categorias como “democracia”, “ecologia”, “gênero”, “trabalho”, “saúde” etc. Propomos, como eixo analítico, a questão dos direitos centrada no conceito de cidadania. Não se trata de uma discussão normativa, a partir das diferentes abordagens sobre a questão, mas prioritariamente a análise de discursos articulados pelos grupos e sua postura diante da noção do próprio direito. Nessa linha de raciocínio e de uma possível classificação de manifestações coletivas, podemos traduzir aquelas três categorias abstratas para o campo de análise empírica.

A primeira categoria remete à concepção naturalizada do direito, a qual não se restringe às regras formais, compreendendo também formas sedimentadas e o modo como as mesmas estão inscritas na dinâmica cultural e simbólica da sociedade. Não se trata, nesta acepção, de uma cidadania regulada, mas a maneira como a regulação é concebida. A partir de diferentes perspectivas, diversos conceitos são utilizados para designar um alheamento e um ocultamento do caráter político do direito. Vão nesta direção as designações de cidadania tutelada, limitada, delegada etc (Benevides, 1991; Chauí, 1984). Neste sentido, uma postura diante do direito pode ser comum diante de diferentes concepções e teorias, sejam de cunho liberal, social-democrata ou composições historicizadas. O ocultamento do processo de definição dos direitos, como processo político, leva a considerá-lo como algo alheio. O que em termos políticos é expresso como sendo “coisa deles” ou “coisa dos doutores”. É nestes termos que a questão do direito não se coloca como problema político da cidadania, mas nos termos do favor (clientelismo), tutela (populismo) ou a composição do favor, tutela ou sentido pedagógico e substituição de seus agentes (vanguardismo)⁵¹. Vão também nesta direção análises recentes que acentuam uma despolitização do direito e sua filantropização. Esse termo é utilizado por Yazbek (1995) para designar uma refilantropização da pobreza no contexto atual da política social e utilizado por Vera Telles (1999) para arrazoar uma filantropização da pobreza. Em termos da teoria do Direito, podemos fazer um paralelo com o “paradigma” do Direito Natural, como direito positivo e se apresenta fundamentalmente como

⁵¹ Esta caracterização é utilizada por Marilena Chauí (1984) em relação aos tipos de partidos políticos no Brasil, do ponto de vista da representação, que apresentamos aqui como formas sedimentadas e que podem ser reproduzidas nos diferentes níveis, condicionando relações sociais e posicionamentos diante dos “direitos”.

instrumento “*de gestão da sociedade ao permitir, proibir, comandar, estimular e desestimular comportamentos*” (Lafer, 1988: 47).

Este nível pode ser distinguido analiticamente das interações onde se salientam aspectos políticos dos direitos no campo da regulamentação, onde não se coloca em questão o “conteúdo”, mas fundamentalmente as normas de ordenamento funcional. Isto implica num pluralismo enquanto campo de negociação para resolução de conflitos dentro de uma “lógica do razoável”⁵². A noção de uma “lógica do razoável” tem conteúdo variável e definido no interior do discurso hegemônico. No campo jurídico coloca-se a resolução de problemas práticos da governabilidade e supera uma visão monista do direito com um pluralismo jurídico (*Ibidem*: 71). Isto corresponde a um processo de descentralização política, onde o direito não é derivado, mas mediado pelo Estado. Neste sentido, toda cidadania é regulada, o que se diferencia é a forma dos “atores” se colocarem diante do que é regulado. No primeiro caso o regulado se coloca como algo fixo e determinado e, neste último, como algo negociável dentro de uma determinada lógica hegemônica, na qual as relações e “princípios de legalidade” são estabelecidos.

O carácter contingente de todo processo de fixação possibilita o rompimento de uma lógica que define o *modus operandi*, onde o conflito pode deslocar-se para o campo do antagonismo. Neste sentido, a cidadania põe-se como uma prática que tenta articular um discurso e criar uma liderança moral, intelectual e política, constituindo-se num imaginário social ou “programa”, onde novas demandas sociais podem ser inscritas. Isto proporciona um horizonte de significação e ação estruturadora em torno do conceito de

⁵² Uma “lógica do razoável”, segundo Lafer se contrapõe a uma visão formalista do direito, daí também a crítica ao direito formal, que como demonstrou Arendt, serviu de base legal do próprio autoritarismo (Lafer, 1988: 76s)

cidadania, como significante tendencialmente vazio e essencialmente ambíguo. O significante “cidadania” é reiterável, mas seu significado se manifesta a partir de um contexto e situação específica. Em outras palavras, é o que Bakhtin considera como identidade do sinal, cujo elemento que o torna uma forma lingüística é sua “*mobilidade específica*”, seu contexto e situação precisa (Bakhtin, 1992: 94). Nesta acepção reiteramos que a análise empírica não parte da consideração dos fenômenos como um dado, cuja caracterização se coloca *a priori*, mas resulta da análise das relações. Desta forma um mesmo grupo pode conter diferentes momentos, o que nega também uma unidade monolítica e permanente. Assim sendo, a análise pode revelar, em diferentes momentos, posturas comportamentais, conflitivas ou revelatórias do caráter contingente de uma pretensa objetividade, ou fechamento do conceito de cidadania. Neste último caso, à medida que é colocada uma nova forma de objetivação, também contingencial, mesmo em se concretizando, não elimina o antagonismo vez que ela se efetiva com a exclusão de outros elementos. Daí que o antagonismo só existe como uma irrupção metafórica da linguagem natural e não definível como tal (Torfing, 1999: 44). É um campo indecidível em que se insere a discussão e estabelecimento de princípios éticos que norteiam as práticas e o posicionamento valorativo diante destas. É também neste campo que se estabelecem limites e o processo mais ou menos democrático pode ser identificado no como e por quem estes limites são estabelecidos.

Ao estabelecermos estas categorias, as manifestações coletivas, em torno do direito, não são definidas a partir de sua localização, de um caráter institucional ou não institucional, governamental e não governamental e nem do grau de organização ou sujeitos predefinidos. A multiplicidade de grupos e manifestações coletivas, que “salta aos

nossos olhos”, não é definida *a priori*, mas se insere analiticamente neste continuum, cuja análise parte das relações que estabelecem aderências, conflitos e antagonismos. Nestas relações é que formas sedimentadas podem ser reproduzidas, onde normas estabelecidas aparecem obscurecidas de seu caráter político, ou podem servir de lastro para a manifestação de conflitos e antagonismos. Outras construções identitárias tornam-se possíveis nestes confrontos, para o qual valores, acontecimentos são atualizados, seja como “marcos de referência” ou “repertórios de ações coletivas”. Nestas relações condições de possibilidade são explicadas e criadas e “oportunidades políticas” percebidas e provocadas. São estes componentes que a análise deve buscar, o que leva a considerar a formação dos grupos e, ainda, num outro nível, a sua inserção em redes discursivas. As redes articulam diferentes centramentos no interior de um campo de discursividade (excedente de sentido que escapa à lógica de um discurso) decorrente da fixação parcial de um discurso, tornando possível a competição entre diferentes discursos. Nesta direção, grupos com uma mesma constituição podem diferenciar-se segundo os tipos de redes e graus de participação nas mesmas. Podendo, também, um mesmo grupo ou grupos similares participarem de diferentes redes, o que pode resultar num fator de diferenciação entre eles. Desta forma, apesar da similaridade observável, a partir da qual o pesquisador poderia deduzir uma identidade, estes grupos podem apresentar significados ou sentidos não articuláveis, revelando fontes de diferenciação e de conflitos no seu interior. Por outro lado, é a partir destas redes que os grupos procuram identificações que transcendem sua condição local. É nessa análise que emergem, tomando como base o modelo analítico, *aderências a uma configuração hegemônica, conflitos no interior de uma lógica hegemônica ou expressões de posições antagônicas*.

Para fins de uma análise, impõe-se uma melhor definição de rede, uma vez que esta noção remete a diferentes conexões entre atores sociais e que podem ser classificadas de forma distinta, tendo cada nível não apenas espaços específicos como sua efetivação demandar maior ou menor dispêndio de energia. Isto permite ao pesquisador estabelecer recortes analíticos em diferentes níveis da ação coletiva. De maneira geral, a noção de rede remete a características de não centralidade organizacional, horizontalidade, complementaridade e abertura ao pluralismo de idéias e à diversidade cultural (Scherer-Warren, 1999: 60). Neste sentido, as redes distinguem-se das organizações verticais que caracterizaram o movimento operário tradicional. Caberia, no entanto, analisar as diferentes situações em que estas diferenças tenderiam a se acentuar ou se reduzir. Coloca-se, assim, a questão se estas características de uma maior ou menor flexibilidade seriam uma tendência das sociedades mais complexas ou estaria relacionada a determinadas conformações conjunturais relativas às relações políticas. Em termos da análise impõe-se a observação de diferentes conotações destas características, conforme o nível e contexto das formas de organização, seja como grupos ou do que denominamos redes.

Tendo isto presente e tendo presente a construção teórica precedente, estabelecemos três níveis da presença de redes, cujo significado, para as ações coletivas a serem analisadas, podem ter diferentes sentidos e desdobramentos. Assim, num primeiro nível, as redes situam-se nas relações cotidianas e se apresentam de formas mais ou menos sedimentadas e se relacionam às interações locais através de vínculos primários (família, vizinhança, trabalho, grupos de amigos...). Estas redes apresentam relações mais ou menos estáveis e visam a comunicação, a troca e apoio, implicando num menor dispêndio de energia relacionado ao tempo e espaço.

Um segundo nível, é o de redes que se formam a partir de grupos⁵³ com interesses mais específicos e que exigem um maior grau de organização, com divisão interna de atribuições entre seus membros, formas definidas para obtenção de recursos e organização do tempo. Neste nível encontramos uma diversidade de grupos, cujas bases de constituição podem estar relacionadas a diferentes campos da atividade humana, sejam esportivas, culturais, associativas, religiosas etc e que em determinadas situações podem ser mobilizados e integrar redes locais. Estas redes podem ter um caráter mais permanente ou podem também manifestar seus elos em períodos transitórios em torno de problemas coletivos, indo além de vínculos mais diretos cujos momentos de visibilidade dependem de iniciativas e de um maior dispêndio de energia. É nesta direção que Alberto Melucci identifica os movimentos, nas sociedades complexas, como redes submersas, cuja passagem de uma latência para uma visibilidade ocorre temporariamente como expressão de um conflito (Melucci, 1996: 115). Este nível de solidariedade está ligado a anseios compartilhados, construídos e relativos a uma coletividade, podendo ter um caráter estratégico e potencial de fortalecimento da sociedade civil. É neste sentido que Ilse Scherer-Warren fala de uma dupla face – estratégica e de solidariedade – das redes e indicaria, segundo a autora, um conceito propositivo dos movimentos (Scherer-Warren, 1997).

Um terceiro nível, compreende redes que transcendem o local e que se constituem a partir de temáticas, lançando mão de instrumentos como fóruns de discussão e formas mais ou menos permanentes com um núcleo de coordenação flexível. Estas redes se constituem como espaços particulares de informação, solidariedade, assim como espaços

⁵³ Estes grupos podem estar inseridos em determinadas instituições ou resultantes de redes primárias.

onde diferentes discursos são veiculados. Apesar da pouca visibilidade ou visibilidade ocasional, conforme sugere Melucci (1996), consideramos que na análise cabe verificar a idéia de que estas redes são proporcionadoras de “programas” ou pontos de referência a partir dos quais grupos locais dimensionam e definem suas formas de ação. Cabe perguntar se e como estas redes estabelecem elos com redes globais, incluindo-se as redes virtuais. Como observa Milton Santos (1996), as redes virtuais tornam-se realidade social no processo da ação, podendo incluir dinâmicas locais, regionais e globais e como tal, proporcionar novos recortes espaciais e, conforme entendemos, formas de manifestações de aderência, conflito e de antagonismo. Desta maneira, questões locais podem assumir uma dimensão universal e estas se expressarem simbolicamente em nível das ações locais (Scherer-Warren, 1997).

Nestes diferentes níveis, cabe estabelecer também as formas de relações com organismos governamentais e não governamentais. Impõe-se à pesquisa social desvendar estas relações, o impacto destas articulações no campo das ações locais e como estas redes potencialmente são espaços para processos articulatórios de produção de sentidos e como se inserem no campo social através da presença e mesmo criação de espaços públicos.

Considerando que as redes proporcionam um fluxo dinâmico de informações, visibilidade de articulações, mesmo que temporárias, as redes incluem-se como espaços de divulgação e articulação de configurações significativas. Nesta direção, a análise de manifestações e organizações locais deve considerar as interações nos diferentes níveis acima mencionados, a partir das quais diferentes discursos são articulados na constituição de imaginários sociais que orientam a ação daqueles atores.

2. Caminhos para a constituição de um corpus

Dispensando maiores demonstrações, evidencia-se que o recorte de uma pesquisa é definido pelo olhar do pesquisador. Isto implica que o processo de construção de um *corpus* pressupõe uma (re)definição da relação entre pesquisador e atores, o reconhecimento de que a investigação se constrói num campo artificial, no qual o pesquisador não observa a ação “natural”, mas de sua condição. Nesta acepção, o conhecimento produzido pelo pesquisador não substitui e nem se contrapõe ao conhecimento dos atores, vez que se reconhece a capacidade destes definirem suas próprias ações. Há um processo dialógico e um reconhecimento de que ambos são atores sociais mutuamente irreduzíveis. Ratifica-se que o conhecimento produzido pelo pesquisador se distingue do conhecimento militante e proporciona um outro olhar sobre os fenômenos, a partir de um lugar reconhecido na relação entre observador e observado. Nesta acepção, o “discurso” do pesquisador insere-se num campo dialógico controvertido de construção de sentidos, nos múltiplos níveis implicados no campo político social. O pesquisador participa, assim, de uma incerteza na qual testa os limites de seus instrumentos e de seus valores (Melucci, 1996: 390s). Estes sentidos controvertidos, numa pesquisa, estão presentes seja como interdiscurso, seja como ausências e silêncios provocados pela presença do pesquisador e por “ouvintes ausentes”.

Há, portanto, o reconhecimento de uma relação complexa entre observador e observado, porque não estamos lidando com coisas, mas com um processo continuamente ativado pelos atores sociais, seja no campo da relação observador e observado, seja nas relações ativadas pelos observados no campo de suas atividades. Este fluxo, no entanto, só

pode ser pensado e captado através de conceitos que proporcionem recursos para criar uma ordem diante da fluidez da ação e de seus conteúdos (Adorno, 1975: 157). Assim é que o pesquisador defronta-se com um fluxo que é captado e fixado como momentos. A pesquisa, no entanto, não se configura como processo de observação de um momento, mas da observação de uma trajetória, a partir do qual se estabelecem momentos. Na perspectiva da teoria do discurso impõe-se, necessariamente, a observação longitudinal, na qual o pesquisador possa acompanhar as atividades, as relações, estabelecendo momentos para constituição de um *corpus*. O observador, assim, teria acesso às práticas articulatórias das e nas relações estabelecidas pelos grupos. Isto demanda um programa de pesquisa extenso e mobilização de diferentes recursos e instrumentos.

Nos limites de uma tese de doutorado, optamos por uma segunda alternativa para a construção de um *corpus*. Recorremos, desta forma, a relatos de lideranças e participantes de grupos, aonde eles estabelecem os momentos de sua trajetória. Estes depoimentos constituíram-se a partir de duas questões básicas: a) a trajetória do depoente em relação a sua participação no engajamento social e b) o relato das atividades desenvolvidas pelos grupos. O “depoimento”, como afirma Lang (1996, 3), *‘busca obter dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre a vivência em determinadas situações ou a participação em determinadas instituições’*⁵⁴. Há evidentemente uma seleção de fatos a partir da memória e uma reinterpretação a partir do momento atual, que inclui a presença do pesquisador. Os depoimentos proporcionam uma leitura individual,

⁵⁴ Depoimento é uma das modalidades dentro do que se define como *História Oral*. A categoria de depoimentos se distingue, segundo Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (1996: 3), da “*História Oral de vida*”, que é um relato da vida do entrevistado, e do “*relato oral de vida*”, que é um relato que aborda um determinado aspecto ou fase da vida do entrevistado. Quanto a *História Oral* como recurso de pesquisa utilizado nas Ciências Sociais, remetemo-nos particularmente a Paul Thompson (1992).

mas que podem ser confrontados entre si e revelar, através de acontecimentos rememorados, a relevância de determinados fatos, os processos envolvidos e o nível de socialização do grupo.

Um depoimento não se coloca como uma reconstrução dos “fatos como de fato foram”, mas como são lembrados e filtrados a partir de idéias e crenças e que possuem alguma razão de ser e relação ao presente; é uma reconstrução do passado com visões e valores de hoje, juntando fatos passados às experiências da vida e perspectivas de futuro do narrador (Lang, 1996: 2). Isto implica que os significados são significados “atuais”, ainda que certos aspectos permaneçam no esquecimento. Porém, é correto afirmar que aquele sentido significativo, aquilo que tem um significado social se preserva. Como afirma Paul Thompson (1992: 145),

*“...o material de entrevistas gravadas, todos eles (os fatos) representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a **percepção social** dos fatos, além disso, estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos. Com essas formas de evidência o que chega até nós é o **significado social**, e este é que deve ser avaliado”.*

O tema proposto pelo pesquisador leva não apenas a ativar a memória, mas também a organizar o rememorado a partir de uma moldura de pensamento do depoente.

Neste sentido, há acréscimos, permanências e supressões. Há relatos factuais precisos, passíveis de serem confirmados, mas há, também, relatos que possuem uma “*factualidade simbólica*”, isto é, são psicologicamente “*verdadeiros*” e revelam diferentes sentidos, valores e crenças que orientam as ações. Isto leva, como observa Paul Thompson (1992: 184), a atribuir uma credibilidade diferente aos relatos orais, isto é, uma credibilidade não factual. Nesta lógica não há fontes orais “*falsas*”. Isto permite, ainda,

perceber diferentes visões dentro de um conjunto social, não concebendo um grupo como um indivíduo, resultante de um processo racional dentro da consciência desse “quase indivíduo” (*Ibid*: 323), mas das relações que se estabelecem no seu interior. Isto permite, outrossim, estabelecer como e a partir de que as unidades sociais são construídas (muitas vezes como uma unidade frágil e outras vezes adquirindo “vida própria”), substituídas, alteradas ou virem a desaparecer. No caso de grupos, esta forma de abordagem assume particular importância pelo fato de oferecer a possibilidade de salientar fenômenos negligenciados ou não percebidos pelos pesquisadores (Alberti, 1996: 2) e mesmo explicitando desafios e limites de um quadro analítico construído pelo pesquisador.

Considerando estes depoimentos é que a análise visa situar quais, como e se noções de direito se constituem como “pontos nodais” e em que direção se orienta(ra)m as ações e a leitura das mesmas. É assim que convocamos os próprios atores a darem sua visão e leitura sobre os fatos, permitindo conhecer versões de indivíduos sociologicamente qualificados, inseridos em uma dada conjuntura, cuja análise é uma interpretação do pesquisador destas versões. O antagonismo nos servirá como eixo de leitura da memória dos depoentes.

A alternativa assumida para a constituição de um *corpus* levou-nos a colher depoimentos junto a lideranças e participantes de grupos presentes em distintas áreas geográficas, mas que desenvolvem atividades de caráter semelhante. Optamos, assim, por pesquisar grupos que se autodenominam “grupos de saúde”, entendidos como portadores de ações coletivas e inseridos num processo de fixação de sentidos no campo do direito à saúde. Esta escolha levou em consideração características presentes nestes grupos, entre as quais destacaram-se: a sua pouca visibilidade, em contraste com período anterior

quando chegou a se articular o Movimento Popular de Saúde (MOPS), em nível nacional; sua presença nos Conselhos de Saúde, estabelecendo uma relação com conquistas de direitos formalizados na Constituição Federal de 1988; sua relação com outros grupos, a exemplo, de grupos feministas; e sua relação organizações não governamentais. Assim é que os grupos de saúde, segundo nossa avaliação, representavam uma situação mais comum quanto a presença de grupos e movimentos no quadro político da década de 1990. Como exceção, poderiam ser citados os movimentos dos sem terra, entre os quais destacou-se o MST pela visibilidade e pela atenção que mereceu de pesquisadores.

Além dos depoimentos utilizamos-nos de outras fontes, como material produzido ou empregado pelos mesmos, referências sobre entidades e organismos com os quais têm relacionamento.

No capítulo seguinte procuramos situar o contexto onde se engendrou um determinado discurso sobre saúde pública no país e considerado como um dos marcos de referência para a análise dos grupos de saúde escolhidos.

CAPÍTULO V

“GRUPOS POPULARES DE SAÚDE”: DEFINIÇÃO E CONTEXTO

Como tentativa de demonstração do potencial do modelo de análise, conforme anunciado, a pesquisa foi encaminhada para a investigação de “grupos de saúde”. Inicialmente faz-se necessária uma delimitação do que entendemos sob esta denominação. O conceito de grupo é utilizado aqui para designar uma coletividade constituída a partir de relações primárias, a qual pode vir a ser um canal para a inclusão de tensões da esfera privada no espaço público. Grupos são, portanto, unidades integrantes da Sociedade Civil, conforme definida por Gramsci (1978b: 49) e que, num sentido mais restrito e com objetivo operacional, compreendem o conjunto de associações e formas organizativas, distintas de outros grupos de interesse como partidos, sindicatos, associações empresariais que se fundamentam em compromissos legais⁵⁵. Nesta direção, os grupos aqui referidos não se constituem a partir de um campo funcional e nem dispõem de instrumentos imediatos de poder. O pertencimento origina-se do ingresso voluntário decorrente de uma identificação com conteúdos simbólicos e visões sobre diferentes aspectos da vida social e que os constitui como identidades coletivas.

Estes grupos podem ter uma maior ou menor capacidade para tornar público seus pleitos e podem ou não assumir características de um movimento social no sentido

⁵⁵ De forma semelhante, Sergio Costa (1997a:17) define sociedade civil, como conceito operacional, o “conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera da política (partidos, lobbies ect.) e da economia (sindicatos, associações empresariais...)”. Evitamos, no entanto, um corte entre grupos de interesse político, econômico e grupos associativos e consideramos pertinentes as características que seguem no texto para uma distinção que leva em conta os aspectos relativos a sua forma de constituição e nível de institucionalização.

analítico aqui proposto. Esta definição estabelece um primeiro recorte e que remete a processos moleculares, permeados por diferentes discursos.

Um segundo recorte, relativo ao termo saúde, faz-se necessário. O tema da saúde é pertinente a um amplo campo e é incorporado de múltiplas formas por diferentes grupos. Assim é que essa temática não se constitui propriamente num componente identitário. Desta forma, participantes de experiências coletivas concretas, na área de saúde, recorrem a adjetivos, seja referindo-se a uma categoria social, seja a um aspecto ou conteúdo. A exemplo, podemos mencionar aqui a designação “Grupo de Saúde Feminina”, “Grupo Feminino de Saúde”, “Grupo de Saúde Natural”, “Grupo de Saúde Alternativa”, “Grupo de Saúde Popular”. Isto se estende a coletividades mais amplas como o “Movimento de Saúde Popular”, “Movimento Sanitarista” etc. A presença desta temática pode figurar ou não como um eixo central, aparecendo apenas como um componente subordinado a um tema considerado estratégico. Neste caso, a exemplo do MST, encontramos grupos de saúde no seu interior, mas cuja temática está subordinada à bandeira da luta pela terra.

Além dos aspectos considerados acima, é necessário atentar para o tema da saúde como objeto de uma polêmica crescente sobre pressupostos e, conseqüentemente, sobre formas de execução prática. Isto leva ao debate sobre ciência médica e pressupostos quanto a concepções sobre corpo, indivíduo e sociedade, a partir das quais são concebidas diferentes representações de saúde e doença. Nas últimas décadas, este debate define-se em subcampos polarizados entre o modelo biomédico e modelos “emergentes”, as

chamadas “medicinas alternativas”⁵⁶. Este debate, de uma forma ou de outra, está presente nas diferentes atividades na área da saúde.

1. O Movimento de Saúde: conquistas e desafios

Diante deste leque de possibilidades e de questões de pesquisa, restringimo-nos ao campo dos “Grupos Populares de Saúde”, o que introduz um terceiro termo e que leva a um outro recorte. O que designamos genericamente de “Grupos Populares de Saúde”, numa breve genealogia, surgem na conjuntura política particular das décadas de 1970 e 1980 e lhes dá um caráter bastante particular. Seu surgimento advém do engajamento de profissionais da área da saúde, ligados ou não a grupos políticos, e da Pastoral da Saúde da Igreja Católica (Sader, 1991; Jacobi & Nunes, 1981; Jacobi 1993). Estas são as duas matrizes fundantes que passam a marcar presença junto à “classe popular”, naquele período, com desdobramentos quanto às concepções, práticas e formas de inclusão desse

⁵⁶ As concepções sobre saúde têm subjacentes diferentes imaginários sociais acerca do corpo, do ambiente, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. É um campo polêmico que nas últimas décadas tornou-se particularmente acirrado, balizado a partir da reação ao modelo biomédico ou biomecânico, apoiado no padrão newtoniano-cartesiano como suporte e status científico (Boscán, 2000; Luz, 2000). Esta controvérsia se insere no conjunto do debate sobre concepções de ciência e sua forma desenvolvida no Ocidente. Bastaria lembrar, aqui, a crítica de Illich ao processo de “medicalização” de diversas funções da vida social absorvidas pela “função médica” que, em outros tempos, eram desempenhadas por outros agentes e instituições. O conjunto de discursos e práticas médicas ou “saber médico” também é tema central em *“O nascimento da clínica”* de Foucault. A literatura neste campo é ampla e aborda tanto aspectos filosóficos, epistemológicos, assim como as relações quanto à institucionalização e profissionalização da medicina. A oposição à biomedicina acentua-se particularmente nas décadas de 1960 e 1970, onde se inscrevem a psiconeuroimunologia e a reavaliação ou afirmação de métodos desqualificados pela medicina ortodoxa, cujos praticantes estavam ou estão submetidos inclusive a medidas penais. Isto tem redefinido as querelas no interior dos Conselhos de Medicina acerca do estatuto científico e profissionalização das chamadas “medicinas alternativas” e geralmente, se aceitas, definidas como “complementares”. Neste sentido, por exemplo, ver o debate do V Congresso Latino-americano de Ciências Sociais e Medicina, realizado em 1999 na Venezuela, em particular os textos apresentados por Roberto Briceño-León, Madel L. Luz e Marianela Castés Boscán (Briceño-León et alli, 2000). Tema instigante de pesquisa a que não será tomado como eixo aqui, mas que está presente nos grupos pesquisados.

debate no campo político. Um movimento que conflui, naquele contexto, na luta mais ampla pela “redemocratização” e teve papel fundamental na redefinição da política de saúde, formalizada na Constituição Federal de 1988. Naquele processo, a VIII Conferência de Saúde, realizada em 1986, constitui-se num marco e num momento de visibilidade do discurso médico-social. Este discurso começa a ser construído na década anterior e conflui no Movimento Sanitarista, o qual agrega outras forças sociais, entre as quais setores da Igreja Católica com atividades nesta área. O princípio “A saúde é um direito de todos e um dever do Estado”, locução introdutória da seção sobre saúde na Constituição federal (Art. 196), é expressão do modelo médico-social proposto e assumido naquele Congresso.

O discurso médico-social deve ser compreendido a partir do debate sobre Saúde Pública que emerge no Brasil a partir do início da década de 1970. Este debate ocorre no confronto entre aquele modelo e os modelos precedentes, o curativo e o preventivista. Estes modelos se compõem ou se contrapõem ao setor da saúde privada. O modelo curativo, difundido ao longo do século XX, se impôs com o grande desenvolvimento e êxito da tecnologia e das drogas médicas e está arraigado no imaginário social (Luz, 1997). O modelo preventivista, por sua vez, foi introduzido no Brasil no Pós-Guerra, cujas práticas foram patrocinadas por organismos internacionais. Nesta perspectiva foram implementados os Departamentos de Medicina Preventiva (DMPS) na Faculdade Paulista de Medicina e a de Ribeirão Preto, ainda na década de 1950, e tornados obrigatórios na Reforma Universitária de 1968. Este modelo estava imbricado com o conceito de história natural da doença, incorporando o meio ambiente não como fruto das relações sociais; daí um conceito ecológico da saúde, que vê a doença como desequilíbrio na interação entre o

hóspede e seu ambiente. Este discurso, originário dos EUA, foi concebido numa leitura civil dos problemas de atenção médica, que no Brasil assumiu uma leitura estatal e uma perspectiva racionalizadora da atenção médica. O modelo preventivista configurou-se como sistema de atenção à saúde na primeira década do Regime Militar e revelou seu esgotamento com a crise financeira do Sistema Previdenciário no início dos anos 1980. É a partir e em oposição a este modelo que se desenvolve o modelo médico-social, identificado com o Movimento Sanitarista (Ramos, 1986; Escorel, 1998).

Não há uma concordância entre os autores quanto a considerar este Movimento como ator coletivo. Sarah Escorel (1998: 191s) identifica três posições distintas nas análises deste Movimento. Há autores que não consideram o mesmo como um ator coletivo, tendo em vista não identificarem uma organicidade e nem uma unidade de discurso e de atuação. Um segundo grupo argumenta que este ator restringia-se a setores progressistas da tecnoburocracia governamental, os quais teriam se colocado como porta-vozes de interesses de setores da Sociedade Civil. Finalmente, há quem conceba este Movimento como tendo se constituído em um ator coletivo. Estas análises têm como preocupação desvendar impasses ou contradições, assim como apontar as suas conquistas.

Não é nosso objetivo a análise deste Movimento, o que seria uma pesquisa em si relevante e, do ponto de vista da nossa reflexão, rica como processo articulatório de um discurso. Contemplamos, aqui, aspectos considerados relevantes para a análise dos grupos investigados, os quais se situam num outro tempo. A nosso ver, o que se evidencia é um processo complexo de construção de um discurso “contra-hegemônico”, inicialmente em oposição ao modelo preventivista vigente no Sistema Nacional de Saúde, implementado pelo Regime Militar. Esta oposição evolui para além de seu âmbito, preconizando uma

democracia participativa, inserindo-se no Movimento pela Redemocratização. Evidencia-se, ainda, um processo não homogêneo e que se consolidou no embate político com o Regime Militar, permeando o Estado e a Sociedade Civil e revelando, assim, a face não monolítica do “Estado Autoritário”. O Movimento Sanitarista, portanto, decorreu da articulação de programas governamentais com setores e experiências que derivaram de outras iniciativas da Sociedade Civil. Crise que se acentua à medida que o discurso autoritário já não absorvia os deslocamentos ocorridos na década de 1970 e que se tornava cada vez mais dependente do discurso da oposição, inicialmente no nível implícito e gradativamente tendo que admitir e reconhecer publicamente a existência de um interlocutor⁵⁷.

Para arrolar aspectos que consideramos fundamentais na evolução deste Movimento, recorremos ao trabalho de Sarah Escorel, “*Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitarista*”. Não se trata aqui de buscar uma origem, mas arrolar fatores que se constituíram em aportes para a emergência do discurso em pauta. A apresentação destes aspectos não se coloca numa ordem de antecedência, mas devem ser vistos como aspectos que se interligam e se influenciam mutuamente.

Há um reconhecimento de uma base universitária na evolução do Movimento Sanitarista, a qual está relacionada aos Departamentos de Medicina Preventiva (MDPS). Estes espaços proporcionaram condições para o desenvolvimento de diferentes programas, entre os quais, os programas de medicina da comunidade e de regionalização/integração docente/assistencial. Há o reconhecimento, ainda, da influência das discussões propostas

⁵⁷ Em relação à transformação do discurso autoritário ver Forget (1994). No campo da saúde o processo de abertura significou o surgimento de espaços institucionais, vez que o Regime Militar, diante do crescimento da oposição, lançou mão das políticas sociais para sua legitimação. Nesta direção é que recursos foram canalizados para programas na área de saúde, seja no campo do atendimento, seja no campo da pesquisa.

pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS). É no âmbito da OMS que se desenvolvem os conceitos de extensão de cobertura, participação comunitária, auxiliar de comunidade (agente de saúde), entre outros. Esta discussão culminou na declaração de Alma-Ata de 1978, na qual os governos se propuseram o lema “Saúde para Todos no Ano 2000”⁵⁸. Além de propor uma estratégia de Atenção Primária à Saúde a partir dos níveis intermediário e comunitário, estabelece uma relação entre saúde e desenvolvimento, propondo que

“devem as atividades de saúde ser desenvolvidas conjuntamente com a adoção de medidas tais como a melhoria da nutrição, especialmente materno-infantil; o aumento da produção e do emprego e uma distribuição mais eqüitativa da renda pessoal; o combate à pobreza; e a proteção e a melhoria do meio-ambiente” (OMS, 1979: 15).

Neste sentido, estabelece-se uma relação da saúde com outros setores em que são salientadas as questões agrícolas, inclusive alteração da posse da terra, a questão de gênero, medidas para o abastecimento d’água, saneamento, habitação, comunicação, educação, emprego, meios de comunicação de massa e a questão da participação (*Ibid*: 37s).

Se a medicina comunitária agradava por oferecer soluções baratas, contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem histórico-estrutural, a partir da qual emerge o modelo médico-social. Esta abordagem é desenvolvida no interior da academia e é

⁵⁸ Tendo como referência vários programas implementados em diferentes países, na Conferência de Alma-Ata avaliou-se a sua contribuição para a cobertura da atenção à saúde, elevação do nível de vida e integração da população. Outro aspecto salientado é o baixo custo, conforme observa Célia L. Ramos (1986: 95): “*a novidade desses programas é que eles eram de baixo custo, simplificados, contavam com a participação da comunidade e baseavam-se, fundamentalmente, na experiência dos médicos de pés-descalços da China*”.

difundida através de diferentes canais⁵⁹. Nesta direção, tiveram papel fundamental o Programa de Estudos Sócio-Econômicos em Saúde (PESES), o Programa de Estudos Populacionais e Epidemiológicos e a produção levada a efeito com a recuperação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ) e o Mestrado em Medicina Social do Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). O IMS em grande medida foi responsável pela divulgação da nova perspectiva através de cursos básicos de Saúde Pública, atingindo, assim, as regiões fora do eixo Rio/São Paulo.

Um segundo componente desta articulação veio do Movimento Estudantil da área de medicina, em certo sentido à margem da União Nacional dos Estudantes (UNE), que estava na clandestinidade. Membros do Centro de Estudos da Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) organizam as Semanas de Estudos sobre Saúde Comunitária (SESACS), que canalizaram estes debates para o Encontro Científico dos Estudantes de Medicina, financiado pelo MEC. A partir destes encontros, estabeleceram-se vínculos entre estudantes de medicina de diferentes regiões, particularmente do eixo Rio, São Paulo e Minas. Outro espaço de articulação foi a SPBPC, a partir do qual foi criado o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), que lança a revista *Saúde em Debate* em 1976. Este Centro foi particularmente responsável pela difusão do pensamento médico-social, cujo lema foi, por um longo período, “Saúde e Democracia”. O CEBES exerceu, ainda, papel fundamental na articulação do Movimento com o Parlamento⁶⁰.

⁵⁹ É a partir desta produção que autores identificam um divisor de águas que deu início a uma teoria social da medicina no Brasil, especificamente com a tese de Sérgio Arouca, *O dilema preventivista*, e a tese de Cecília Donnangelo, *Medicina Social*, defendidas em 1975 na Faculdade de Medicina da UNICAMP.

⁶⁰ Nesta direção, assinala-se a importância da participação do CEBES do I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, organizado pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e realizado em outubro de 1979. No documento elaborado pelo CEBES, *“A questão democrática na Área de Saúde”*, delineava um conjunto de oito medidas: deter o empresariamento, tornar os atos médicos um bem social gratuito, unificar o sistema de saúde, atribuir ao Estado a administração do sistema, este sistema assumir o planejamento e execução a

Paralelo a estes desdobramentos redefine-se o próprio status da profissão médica, através do assalariamento e que aproximou estes profissionais ao movimento sindical. Esta bandeira foi inicialmente encabeçada pelo Movimento dos Médicos Residentes e repercute na Associação Médica com o Movimento de Renovação Médica. Estes movimentos vieram reforçar as propostas do Movimento Sanitarista, isto é *‘programas de transformação da política nacional de saúde e de vinculação com a população na defesa de melhores condições de vida e de saúde, utilizando a mesma estratégia de buscar alianças com os movimentos populares’* (Escorel 1998: 107). É neste sentido que há uma confluência dos discursos em torno dos direitos e de uma redefinição do papel do Estado.

É reconhecido, também, o papel desempenhado naquele período por setores da Igreja Católica, particularmente referente às lutas populares. Estes setores distanciam-se de um discurso de auto-ajuda e da caridade, que prescinde de um espaço público⁶¹, introduzindo uma prática onde um número crescente de pessoas passou a abordar temas do cotidiano, levando a uma politização assentada na noção de justiça social e numa concepção de Reino de Deus na Terra, conforme pregado pela Teologia da Libertação. Em termos de uma prática no campo da saúde, estes grupos tinham as proposições da OMS como uma de suas referências, estabelecendo, inclusive, convênios com organismos internacionais que deslocaram recursos humanos e materiais para apoiar tais ações.

Num texto elaborado por H.C. Cordeiro, J.L. Fiori e R.F.N. Guimarães, em 1979, *“A questão democrática na área de saúde: propostas para um debate”*, que representava o

política nacional de saúde, estabelecer mecanismos de financiamento do sistema, descentralizar o sistema e viabilizar a participação popular em todos os níveis e etapas da política de saúde (Escorel, 1998: 85)

⁶¹ Ver neste sentido a reflexão de Hannah Arendt sobre bondade e caridade, características, da comunidade cristã, cuja referência está fora deste mundo, daí seu caráter apolítico. (Arendt 2000: 63).

pensamento do Movimento Sanitarista, então na sua fase inicial de articulação, faziam-se as seguintes considerações em relação à política de saúde:

- a) O atual estado de saúde da população brasileira é conseqüência de uma dupla determinação. De uma política econômica e social que colocou nas costas dos assalariados quase todo o ônus do crescimento econômico (...) e de uma política de saúde cuja característica mais importante é o empresariamento e cujo objetivo fundamental é o lucro;
- b) Atualmente, a característica profissional mais marcante dos trabalhadores na área da saúde é a perda de sua dignidade enquanto tais;
- c) A política Nacional de Saúde é tratada de modo autocrático;
- d) Os recursos da Previdência Social para a assistência médica estão sendo dirigidos, basicamente, à compra de serviços de empresas privadas;
- e) O lucro das empresas médicas é aumentado às custas do salário da população trabalhadora;
- f) O Governo financia a expansão dos serviços privados com a poupança população;
- g) A característica básica das políticas de Saúde Pública é sua insuficiência;
- h) A política de formação de recursos humanos obedece à mesma ótica da política de saúde: concentração e privatização;
- i) O quadro atual da produção de medicamentos caracteriza-se por uma quase completa desnacionalização e crescente dependência externa;

- j) No setor de equipamentos médicos, a dependência externa é tão grave quanto à dos medicamentos.

Diante destas considerações, segue o texto:

“por uma saúde autenticamente democrática, quatro grandes reconhecimentos: de que a saúde é um direito universal e inalienável do homem; de que são condições de caráter socioeconômico as que viabilizam a preservação da saúde; de que as ações médicas detêm responsabilidade parcial porém intransferível na promoção da saúde; e, de que diante do caráter social desse direito cabe à coletividade e ao Estado a sua efetiva implementação” (*Apud Escorel, 1998: 63s*).

Entre outras medidas, o Movimento Sanitarista propunha deter o empresariamento da medicina, transformando os atos médicos em bem social através da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a descentralização, permitindo a participação democrática da população.

Encontramos uma ressonância daquele texto no Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde⁶², seja quanto ao pressuposto histórico-estrutural, seja nas propostas aprovadas pela mesma. Os participantes dessa Conferência debruçaram-se sobre

⁶² No Anexo I, reproduzimos parte do Relatório da *Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde – Alma-Ata URSS, 6-12 de setembro de 1978*. No Anexo II, encontra-se a transcrição do Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde e no Anexo III, os artigos da Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 referentes à saúde.

três temas: a) Saúde como direito, b) Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e c) Financiamento do setor. Quanto ao primeiro tema afirmava-se que:

1. Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.
2. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.
3. Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade.(...) (*VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986: 118s*).

Evidencia-se que o discurso formulado pelo Movimento Sanitarista constituiu-se num marco de referência para práticas sociais, assim como uma referência para a formulação de uma política de saúde em nível do Estado. É a partir desta referência que se efetivou a implementação do Serviço Único de Saúde (SUS) e, entre outras medidas, a Municipalização da Saúde, criação dos Conselhos Gestores, dos Conselhos Municipais de

Saúde, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Programa de Médico da Família (PMF) tendo como princípio do modelo de Atenção Primária à Saúde. Em seus desdobramentos, diferentes perspectivas e estratégias se tornaram foco de debates, em que se sobressaíram as questões relativas à participação dos canais institucionais e à regulamentação e implementação destas medidas. A partir destas posições e do quadro político, agentes e profissionais da saúde passam a ocupar cargos públicos ou, em nome da autonomia, mantêm-se numa posição crítica em relação ao Estado. De uma forma ou de outra, esta relação com o Estado está presente ao lado de outras dimensões.

Ao salientar a trajetória e as conquistas no âmbito da formalização de propostas e perspectivas do Movimento Sanitarista, incorre-se no risco de não perceber o processo que se dá para além do âmbito formal. Isto é, a articulação de significados e sua inscrição naqueles significantes, como direito, cidadania e participação. As análises têm salientado as vitórias no campo constitucional, mas também têm atentado para os impasses no âmbito institucional. Assim é que se aponta para a ocupação de espaços institucionais por integrantes daquele Movimento, secundarizando as alianças com setores populares que lhe deram sustentação. Indicam-se, ainda, dificuldades advindas da proposta neoliberal (Governo Collor) ou mesmo da prática cotidiana de profissionais da saúde. Outras análises salientam os dilemas emergidos do processo de municipalização, a partir de onde teriam proliferado diferenciações e diversificações quanto à implementação daquelas políticas. Conforme afirma Escorel, evidenciou-se *“um conjunto significativo de dirigentes municipais que apoiaram a proposta na medida em que ela poderia significar a canalização de recursos financeiros, sem aderir ideologicamente aos seus princípios mais*

gerais” (Escorel, 1998: 193). São, aliás, essas diferenciações que vão desarticulando aqueles referenciais que caracterizaram o Movimento Sanitarista.

Esta desarticulação ocorre no processo da luta hegemônica ainda na Nova República, onde as pretensas políticas social-democráticas foram substituídas por políticas conservadoras, assumindo um caráter assistencialista e, no campo específico da saúde, afirmando programas verticais e tradicionais de prevenção e controle (Ibid, 188). Isso se efetiva por intermédio da obstrução daqueles Programas, por forças conservadoras, reproduzindo formas clientelistas e absorvendo ou excluindo grupos dos processos participativos⁶³. Em nível governamental, uma das formas de visualizar essas medidas foi a substituição de ministros e a demissão de representantes do Movimento Sanitarista de seus cargos em instituições de saúde. Anote-se que, coincidente com a Nova República, processava-se o que legitimará no Congresso a articulação de um discurso sobre direito, cidadania e participação, componentes da sociedade democrática defendida por aquele Movimento.

Esse intenso processo de discussão sobre a formalização dos direitos constitucionais não impede a continuidade de um processo político conservador representado pela vitória eleitoral de Collor. É nesta perspectiva que pode ser lida a análise de Wanderley Guilherme dos Santos de que os movimentos tiveram um efeito de superfície, não atingindo a maioria que está fora da vida política. Assim é que o *“Estado brasileiro desperdiça grande quantidade de regulamentos, comandos e diretrizes, dos*

⁶³ Na nossa dissertação de mestrado, *“Aonde existe esperança a gente ainda tem o que pensar’: Formação das e transformação nas comunidades eclesiais de base no Sertão de Pernambuco”*, analisamos a participação das CEBs nos espaços participativos criados na Nova República, com a criação de Comissões Municipais para a gestão, por exemplo, do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor e Projeto São Vicente, onde grupos tradicionais do poder local acabaram por se impor na implementação e utilização daqueles recursos.

quais enorme contingente populacional sequer se preocupa em tomar conhecimento, e ainda menos usar ou usufruir” (Santos, 1993: 104). Nesta direção haveria um excesso de regulação, leis, diretrizes, planos, violando o princípio da credibilidade da lei, onde o comportamento se orientaria por regras não escritas. Conforme o mesmo autor, perpetuar-se-ia um modelo oligárquico da ordem, não chegando a consolidar-se uma ordem poliárquica, a qual se caracteriza, conforme a define, “*por um elevado grau de institucionalização da competição pelo poder (existência de regras claras, públicas e obedecidas) associado à extensa participação política...*” (Ibid: 80). Esta perspectiva sustenta a tese da existência de uma dicotomia entre princípios legais e princípios comportamentais. Em outros termos, esta tese é defendida também por Guillermo O’Donnell ao postular um fosso entre legalidade e os códigos de conduta, ao que denomina “*legalidade truncada*” (O’Donnell, 1993: 132)

No entanto, o aspecto a ser considerado é quanto à inscrição de significados às “*regras claras e públicas*” e às práticas decorrentes. Tais regras colocam-se em nível de significantes vazios, cujos significados não são evidentes e fixos. Isto permite múltiplas inscrições, que não ocorrem no nível da formalização, mas no jogo das práticas políticas⁶⁴. Nesta acepção, o discurso não se reduz ao nível lingüístico, mas se constrói na inscrição de sentidos nas relações e instituições sociais. É neste campo, portanto, que efetivamente se situa a luta hegemônica. Desta forma, o suposto “*hãõ cumprimento da lei*” não decorre apenas de um desconhecimento da lei, mas dos significados articulados a partir daqueles

⁶⁴ Aqui podemos lembrar que na História do Brasil, apesar das mudanças dos sistemas e regimes políticos, houve uma continuidade dos grupos políticos. Caso exemplar foi a proclamação da República, quando se mudou o referente, mas a dinâmica política levou a preservar sentidos e a constituição de um sistema republicano bastante distinto, por exemplo, do sistema francês, frustrando aqueles que se espelharam naquele modelo.

significantes. Assim é que, do ponto de vista do ator, não haveria uma dupla regulação, uma escrita e outra não escrita⁶⁵. Distanciando-nos da perspectiva de Wanderley Guilherme dos Santos e de O'Donnell, não concebemos um dualismo legal, mas um campo político de disputas pela fixação de significados das práticas sociais, onde re-emergem, se reafirmam e se redefinem significados e onde se constituem identidades a partir dos conflitos e antagonismos.

É nesta direção que situamos impasses nos espaços participativos, onde diferentes significados de cidadania, direito ou participação emergem e é neste campo que se consolidam os processos de identificação. Espaços estes que trazem em si acordos, conflitos e antagonismos, onde as ações podem ser situadas no *continuum* entre a reprodução ou possibilidades da (re)construção do social. Estudos recentes, sobre práticas participativas, apontam para a disputa entre diferentes concepções de cidadania e democracia. Exemplo disto encontramos na análise que Baierle (2000) faz do Orçamento Participativo da Prefeitura de Porto Alegre (RS), caracterizando-o como “*produto de um sujeito múltiplo*”. O autor salienta que o OP constitui-se num espaço de emergência de um cidadão e princípios ético-políticos novos e local de confronto de diferentes concepções de cidadania e de democracia. Dentro deste quadro situam-se também os problemas de definição da representação, dificuldades de articulação para além das pautas no âmbito governamental, apropriação desigual de informações. Naquela análise, o autor considera pelo menos quatro concepções concorrentes de cidadania: uma concepção organicista, típica do período Vargas; uma concepção do cidadão como consumidor/contribuinte; uma

⁶⁵ Isto não nega a existência de posturas cínicas no campo dos embates políticos. Consideramos aqui o que podemos identificar como efeito ideológico em que ela (a ideologia) “*logra pleno êxito quando até os fatos que à primeira vista a contradizem começam a funcionar como argumento a seu favor*” (Žižek, 1996: 326).

concepção de resgate da cidadania através da integração dos indivíduos por meio da ação solidária; e uma concepção de cidadania que disputa espaço na afirmação do direito a ter direitos (*Ibid*: 189s).

É nesta direção que situamos dificuldades, impasses e possibilidades de experiências participativas, revelando que a regulamentação não garante reconhecimento de direitos e não há uma uniformidade na sua consolidação. Segundo a nossa perspectiva, uma maior ou menor coesão nestas concepções estaria relacionada com a articulação para além do local. É a partir destes desafios que as reflexões sobre movimentos sociais, como campo temático, direcionaram-se para o domínio da cultura política. (Dagnino 1994 e 2000; Telles, 1994; Alvarez, 2000).

Assumida esta perspectiva e os recortes feitos, adquirem particular importância os discursos sobre Saúde Pública para a análise dos grupos mencionados, os quais se redefinem no decorrer da década de 1990. Período que se define no contexto da “globalização”, que na prática equivale ao projeto neoliberal e sua forma particular de efetivação. Isto significou ajustes estruturais e redefinição do papel do Estado que redimensionaram as políticas governamentais e tiveram efeitos sobre o conjunto da Sociedade e, no caso específico no âmbito de atuação daqueles grupos, uma política de seguridade social subordinada à política econômica que se distanciou das propostas articuladas na década anterior. É nesta esfera que procuramos analisar disputas de fixação de significados da afirmação da “saúde como direito e dever do Estado”, que se tornou um marco de referência para o Movimento Sanitarista. Na análise dos grupos, cabe apurar em que medida este marco tornou-se ponto nodal para os mesmos.

Nas páginas que seguem, procuramos caracterizar os grupos e entrevistados a partir de suas trajetórias, para então analisar os sentidos que emergem dos relatos e práticas, tomando como eixo a noção de direitos.

2. Contexto local e escolha dos grupos pesquisados

Os “grupos populares de saúde”, conforme indicamos anteriormente, resultaram particularmente de iniciativas de profissionais da saúde e da ação da Igreja Católica, inseridas num movimento heterogêneo articulado em torno do discurso da redemocratização, cujo eixo foi a oposição ao Regime Autoritário. No caso específico da Região Metropolitana do Recife, aqueles grupos têm como um de seus precursores a *Operação Esperança*, organismo da Arquidiocese de Olinda e Recife, que teve uma continuidade na rede de Comunidades Eclesiais denominada *Movimento Encontro de Irmãos*⁶⁶. Esta presença da Igreja precedeu a formação de inúmeras associações e conselhos de moradores, particularmente em bairros populares. A estratégia de criar

⁶⁶ A *Operação Esperança* foi criada em 1965 pela Arquidiocese de Olinda e Recife, com o objetivo de prestar assistência às vítimas da cheia ocorrida naquele ano, quando desenvolveu a Campanha de Reconstrução. Foram construídas, então 6767 casas, em colaboração com o Governo do Estado e Municípios, Forças Armadas, USAID, CÁRITAS e recursos da SUDENE, Rotary, Lions. A radicalização e o distanciamento da Igreja do Regime Autoritário levou os agentes, daquele organismo, a aproximarem-se de forma progressiva ao “movimento popular”. Isto gerou também a divergências internas, quanto a suas concepções e objetivos. Na cheia de 1975, agentes da *Operação Esperança* articulam grupos voluntários para socorrer as famílias atingidas pela mesma, mas colocavam como objetivo “atingir um saldo organizacional”. Isto coincidiu com a mudança do clima político nacional decorrente dos resultados da eleição de 1974. As divergências internas levaram ao fechamento da *Operação Esperança* em 1977. A continuidade da ação da Igreja nos bairros dar-se-á através da rede de comunidades eclesiais, denominada *Movimento Encontro de Irmãos*. Uma análise destes fatos e dos movimentos sociais do Recife, daquele período, encontra-se na tese de Willem Assies (1992) – *To get out the mud – neighborhood associativism um Recife. 1964 – 1988*. O autor propõe a seguinte periodização: Primeiro período – 1964 a 1979 – caracterizado pela repressão; Segundo período – 1979 a 1985 – assinalado como de transição; Terceiro período – 1985 1988 – o início da administração por prefeitos eleitos. Conforme esta periodização, a formação dos grupos de saúde tem lugar no segundo período.

associações e conselhos, inicialmente não prevista no âmbito da ação da Igreja, apresentou-se como desdobramento do encontro de diferentes forças políticas atuantes nos bairros. Como partes do movimento anti Regime Militar, aquela estratégia foi possível com a abertura política no final da década de 1970 e ao mesmo tempo foi um fator que contribuiu para que a mesma se consolidasse no decorrer da década de 1980. As outras forças mencionadas, menos visíveis, estavam presentes através das ONGs ou através da militância política de partidos atuantes no MDB e que tinham uma presença nos grupos de base da Igreja. Assim é que a criação das associações de moradores constituiu-se num dos elos com o passado e que remete ao menos para o período pós Vargas com a criação dos Comitês Populares pelo Partido Comunista Brasileiro, mas de forma particular ao período que antecede o Golpe de 1964. É a partir de 1955 que as associações surgem de forma menos atomizada, quando Pelópidas Silveira foi eleito pela Frente do Recife⁶⁷, seguido por Miguel Arraes, em 1959, sendo este eleito governador do Estado em 1961. É naquele contexto também que foi fundada a Federação de Associações dos Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP) em 1962. No mesmo ano é criada a União dos Bairros do Recife, que se constitui como oposição à FABEP, fato relacionado ao rompimento de Cid Sampaio (UDN), com a Frente do Recife. Além desta oposição, a FABEP também enfrentava a oposição da Igreja. (César, 1985; Jaccoud, 1990; Cavalcanti, 1978). De formas e em momentos distintos, o conjunto destas organizações foi reprimido ou submetido ao silêncio com o Golpe de 1964 e sua radicalização em 1968.

⁶⁷ A Frente do Recife compunha-se do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), contando com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), a qual rompe com a Frente nas eleições de 1962. No campo dos movimentos sociais, referimo-nos aqui apenas à formação de associações, mas cabe lembrar o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na gestão de Miguel Arraes como prefeito do Recife, e a importância do movimento social presente no campo naquele período (Cavalcanti, 1978; Calado, 1979).

No processo de abertura política, do final da década de 1970, estas distintas forças políticas articulam-se em torno do discurso da redemocratização, e estão presentes nas associações e conselhos de moradores que “pipocam” a partir do final daquela década⁶⁸. Este conjunto adquire uma visibilidade sob a denominação de “movimento de bairros”, sugerindo uma identidade que eclipsou diferentes perspectivas presentes em seu conjunto⁶⁹. É no interior destas associações e conselhos que são criados os grupos de saúde como atividade complementar, visando o fortalecimento daquelas organizações. Além deste caminho, a formação dos mesmos também ocorreu em espaços eclesiais como atividade da Pastoral da Saúde.

Na última metade dos anos 1980, o processo de redemocratização restitui as eleições para prefeito de capitais e governador, quando políticos da oposição ao Regime Militar foram eleitos como prefeitos de cidades da RMR, incluindo Recife com a eleição de Jarbas Vasconcelos, e Miguel Arraes de Alencar como governador do Estado. Neste novo quadro redefinem-se os espaços de participação, possibilitando novas perspectivas, mas significou também uma maior dificuldade para articular as diferenças presentes no “movimento de bairros”. Coincidente com a abertura política, a Igreja Católica adota

⁶⁸ A exemplo disto, o Movimento Terras de Ninguém, retomando uma bandeira defendida ainda em 1961 e que na época resultou na criação da Sociedade de Amigos de Casa Amarela, se organizou em torno da luta contra a cobrança de foro dos terrenos dos morros de Casa Amarela e que resultou na desapropriação da área pelo Estado na década de 1980. Este movimento tinha nos grupos de base da Igreja seu poder de mobilização e suas lideranças eram em grande parte formada por militantes do PCB, então filiados ao MDB. Este movimento contou também com o apoio de ONGs, particularmente da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE). Foi também um período de crescimento do número de “invasões de terrenos” na RMR. No Recife, a Comissão de justiça e Paz registrou 80 novas ocupações de 1976 a 1980 (Assies, 1992: 122).

⁶⁹ Há que se considerar que até início da década de 1980 os espaços institucionais e organizativos que se colocavam em oposição ao Regime Autoritário não estavam bem delimitados. A delimitação destes espaços tornou-se uma questão fundamental no decorrer da década de 1980, quando o tema da identidade, paralelo ao debate sobre estratégias de ação na nova conjuntura, torna-se central no interior dos diferentes grupos que formavam o “movimento de bairro”. No caso da Igreja, o debate sobre este tema é crucial para entender o processo de fechamento e de exclusão, uma vez que a hierarquia assume o poder de definir uma identidade católica.

medidas cada vez mais restritivas quanto ao envolvimento dos agentes no campo social, assumindo uma posição conservadora tanto em nível interno como em nível de sua presença social como decorrência das restrições impostas por Roma (Assies, 1992: 290).

Neste novo contexto iniciou-se uma crescente desmobilização do “movimento de bairros”. Diferentes aspectos foram arrolados para uma explicação desta desmobilização, indicando Assies, entre outros, a cooptação de lideranças através do clientelismo, a automarginalização de porta-vozes do movimento do processo político, decorrente de uma visão autonomista, o que teria dividido o movimento entre “autênticos” e “não autênticos”, o conflito entre uma matriz discursiva de base comunitária cristã e uma abordagem sócio-política e a saída de cena da Igreja. Ao analisar a evolução dos movimentos sociais do Recife, Willem Assies, levando em consideração estes diferentes aspectos, defende a tese de que, diante da crise hegemônica generalizada, os setores da oposição não tiveram aptidão para articular os interesses particularistas e crescentemente fragmentados num discurso político unificado. Isto teria impossibilitado a sustentação de um projeto de mudança social progressista (Assies, 1992: 295). Não discordando desta tese, observamos, no entanto, que a polarização entre a oposição e o Regime Autoritário implicou numa representação dicotômica do campo político e a democratização revelou a face mais dinâmica do jogo político, no qual as composições tornaram-se mais complexas, incompatíveis com uma visão polarizada que prevaleceu nos discursos anteriores e que permitiu a composição de forças políticas com tradições tão diversas. Uma das formas de visualização desta complexidade revelou-se na multiplicação dos partidos políticos. Desta forma, por exemplo, a dicotomia entre Estado e Sociedade Civil revelou-se problemática à

medida que a oposição “toma-se Estado” através da eleição de governantes e da indicação de lideranças para ocupar cargos públicos.

Dentro desta dinâmica identifica-se um processo de segmentação e uma tendência à formação de grupos específicos e a busca de autonomia pelos mesmos. No campo da saúde, isto levará à constituição de entidades civis com reconhecimento jurídico⁷⁰. Esta foi a forma de conquistar sua autonomia diante das pastorais, associações, conselhos e partidos, tanto política como financeira, esta no sentido de ter acesso a recursos sem a intermediação de outra entidade. Paralelo a isto, grupos abandonaram estas iniciativas, agentes passaram a ocupar cargos públicos e outros grupos continuaram suas atividades em espaços eclesiais, condicionados às perspectivas dos párocos. Na consolidação de muitas destas entidades, podemos distinguir uma reprodução dos padrões espaciais da Igreja, ou seja, a criação de entidades civis restritas a uma área, correspondente à comunidade ou capela, onde prevalecem as relações primárias, ou ainda abarcando uma rede de pequenos grupos presentes numa área geográfica, correspondendo aos limites paroquiais, base onde estes grupos foram constituídos⁷¹.

Um outro aspecto a ser considerado, pertinente aos objetivos da pesquisa, é quanto à presença de ONGs, cujo crescimento tem relação com as mudanças ocorridas ao longo da década de 1980. Como observa Assies, as ONGs emergem como um *locus* para práticas profissionais alternativas no “*campo de forças*” constituído pela Igreja, extensiva à universidade, partidos e ao Estado (Assies, 1992: 289). Nesta direção, houve um

⁷⁰ Esta institucionalização é salientada, por exemplo, por Ruth Cardoso (1994), Maria Célia Paoli e Vera da Silva Teles (2000). Isto se coloca também no contexto dos anos 1990 como consequência de uma política adotada pelo Banco Mundial em relação à projetos sociais, que passam a ser geridos pelas entidades civis. Neste sentido também situamos a importância assumida pela discussão sobre o Terceiro Setor nesta década.

⁷¹ As afirmações feitas aqui têm como base informações colhidas antes da realização das entrevistas, particularmente junto ao Centro Nordestino de Medicina Popular, e evidenciadas na análise.

processo de especialização e autonomização de serviços inicialmente, oferecidos pelos organismos eclesiais e outras instituições onde profissionais e militantes ocupavam o espaço. Assim é que surgiram ONGs com especialização na área do Direito, de gênero, do trabalho, etc⁷². Esta tendência a uma especialização e autonomização ocorreu tanto no âmbito das organizações de base, como no campo dos agentes e profissionais. Significou, ainda, a assunção pelas ONGs, explicitamente, do papel de protagonistas, o que estava encoberto no período anterior, reforçando, então, a idéia de um espontaneísmo e de autonomia dos movimentos sociais. Este novo posicionamento das ONGs contribuiu para o questionamento das visões sobre movimentos sociais como portadores de mudanças na cultura política, presente nas análises e no imaginário da década de 1970 (Cardoso, 1994). Subjacente a estas idéias estava a noção de um sujeito, uma abstração de um organismo coletivo autônomo “que não pensa com nenhuma cabeça, mas todavia pensa....” (Gramsci 1978b: 178). Isto deve ser entendido, entretanto, no contexto da repressão, onde um sujeito coletivo abstrato, além de se apresentar como fator de mobilização, era uma proteção para os agentes políticos.

No novo contexto dos anos 1980, é criado o Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP)⁷³, que assume a articulação dos “grupos de saúde popular” ligados até então à Pastoral da Saúde assim como grupos que haviam sido criados no interior das

⁷² Como ilustração podemos citar o Gabinete de Assessoria Jurídica Popular (GAJOP), fundado em 1982 e que inicialmente era parte de um programa de assessoria jurídica da FASE; o Centro Dom Helder Câmara (CENDHEC) criado em 1989 por membros Comissão Justiça e Paz e de pastorais da Igreja Católica; o Centro Nordestino de Assessoria Popular (CENAP) fundado por assessores e formadores da “igreja progressista”. Na década de oitenta são criadas, entre outras, entidades relativas à questões específicas como de gênero, infância e adolescência, HIV, etc.

⁷³ ONG fundada em 1988, sediada em Olinda-PE, que assessora grupos de saúde da RMR como também presta assessoria para pastorais e movimentos atuantes no Nordeste, particularmente da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Tem uma publicação bimensal, “De Volta às Raízes”, cujo conteúdo está voltado primordialmente para a divulgação de informações fitoterápicas e políticas públicas na área da saúde. Também é um veículo de divulgação de experiências comunitárias no campo da saúde.

associações e conselhos de moradores. Esta ONG passou a ser uma referência para aqueles grupos⁷⁴.

Nos anos 90 configura-se, portanto, um novo quadro do ponto de vista da presença daqueles grupos, num contexto democrático e onde se implementaram programas e instrumentos de participação, formalizados na Constituição Federal de 1988 e regulamentações daquelas medidas⁷⁵.

A referência ao contexto não se coloca como um substrato a partir do qual se determina a ação, mas se coloca como condição para o deslocamento, forma mesmo da temporalidade que não pode ser submetido a regras. O contexto coloca-se, assim, como processo de fixações, sem o qual não haveria deslocamento e a possibilidade mesma de manifestar-se a própria contingência do contexto. Nesta direção, podemos retomar a afirmação de que *“b deslocamento de uma estrutura não significa que tudo passa a ser possível, ou que todo quadro simbólico desapareça, simplesmente porque em um tal universo psíquico no poderia haver deslocamento algum”* (Laclau, 1993, 59).

Tendo presente este novo contexto e os objetivos da pesquisa, estabelecemos critérios, para a escolha dos grupos a serem pesquisados, que contemplassem as diferentes situações acima indicadas. Estabelecemos, assim, como critérios, grupos que se constituíram na década de 1980 e que vivenciaram o processo de transição acima referido; grupos autônomos, formalizados juridicamente, e grupos ligados à Igreja; grupos com

⁷⁴ Cabe observar que os referidos grupos buscam apoio e assessorias pontuais junto a outras ONG's, como por exemplo ao SOS Corpo quando relativo a questões de gênero, e também a órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EBAPE), o qual tem um programa voltado para a fitoterapia ou, ainda a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) também nesta área. Nesta direção, o CNMP tem a particularidade de ter um plano de trabalho voltado especificamente para o monitoramento permanente, articulação e formação daqueles grupos.

⁷⁵ Referimo-nos à Lei Orgânica de Saúde - Lei 8080/90 e Lei 8142/90 - às Normas Operacionais Básicas (NOB) de 1991 e 1993, que regulamentam o processo de descentralização da gestão dos serviços no âmbito do SUS e estabelece mecanismos de participação e financiamento. Ver <http://www.datasus.gov.br/cns>

participação e grupos sem participação em Conselhos de Saúde; e grupos com diferentes níveis de articulação com grupos similares e entidades. A escolha de diferentes grupos visou estabelecer contrapontos para identificar os discursos formulados sobre direito e pertinência de possíveis distinções relativas àquelas situações.

A partir de um conhecimento prévio e de informações obtidas junto ao CNMP, que forneceu uma relação de grupos de saúde da RMR, selecionamos quatro grupos, sendo dois de Olinda, um de Camaragibe e outro do Cabo de Santo Agostinho. No quadro abaixo indicamos os municípios onde os mesmos se encontram, sua situação jurídica, alcance de atuação e o número de pessoas entrevistadas⁷⁶.

Estabelecemos, no capítulo seguinte, os recortes pertinentes à escolha, definição de referenciais, contexto e uma breve caracterização dos grupos pesquisados, seguindo da análise proposta. Esta se propõe a ser um ensaio para submeter à aplicação e demonstração do potencial do conceito de movimento social, anteriormente desenvolvido, para a compreensão das ações coletivas.

Finalizamos o trabalho com a análise dos sentidos que emergem dos relatos e práticas, para o qual elegemos as entrevistas e informações referentes a um grupo, servindo-nos como parâmetro para estabelecer relações e contraposições com o corpus correspondente aos demais grupos.

QUADRO 04 – Grupos pesquisados e suas características gerais

⁷⁶ Para a realização das entrevistas, foi feita uma reunião em cada grupo, quando foram definidas as condições para a realização das mesmas. Entre estas condições, todos os grupos optaram para que tanto as pessoas como os próprios grupos não fossem identificados. Diante disto, denominamos aqui os grupos como A B C D e ao referir-nos às falas indicaremos o grupo e um número atribuído à pessoa entrevistada. Dados das pessoas pesquisadas encontram-se no anexo 4.

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>GRUPOS</i>	<i>SITUAÇÃO JURÍDICA</i>	<i>ÁREA DE ATUAÇÃO</i>	<i>ENTREVISTADOS</i>
OLINDA	A	Entidade civil autônoma	Restrita à comunidade local	5
	B	Grupo ligado à comunidade católica (Capela)	Restrita à comunidade local	6
CABO	C	Entidade civil autônoma	Com participação de representantes de diferentes localidades	11
CAMARAGIBE	D	Grupo ligado à Paróquia	Com participação de representantes de diferentes localidades	12

CAPÍTULO VI

TRAJETÓRIAS, SEDIMENTAÇÕES E RECOMPOSIÇÕES

“A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas (...) histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor” (*Arendt*)

Assumindo os desafios de análise colocados pelas manifestações coletivas crescentes, multiformes, presentes nas últimas décadas nas sociedades atuais, propomos um caminho para o estudo de casos empíricos. Assim é que procuramos delinear a formação e a trajetória dos grupos pesquisados, trajetória esta marcada por deslocamentos respondidos de forma distinta e, segundo estas respostas, redefinindo composições e relações. É também nesta análise que situamos os discursos e posicionamentos em relação às noções de direitos, necessariamente ambíguas e inconsistentes, onde podem manifestar-se antagonismos, conflitos ou aderências ao processo hegemônico.

1. Momentos e trajetórias

Iniciamos a análise do *corpus*, constituído a partir do material coletado, utilizando-nos dos termos que titulam esta seção e que buscam expressar a idéia da dinâmica presente nesse processo. Assim que o termo *momentos* quer exprimir o momento de fixação e que

traz consigo um sentido ativo, o ato de fixar, e anuncia também um “início”. Ao referir-nos a momentos no plural, queremos salientar as diferentes fixações identificadas nas trajetórias, situando eventos que desestabilizam e articulam novos discursos. É a partir dessas “ocasiões”, ou momentos, que identificamos dispersões, sedimentações ou novas formas de agregação. O termo *trajetória*, por sua vez, procura capturar a dinâmica, uma continuidade na descontinuidade, no sentido de que não há um ponto de origem e nem controle sobre as conseqüências dos atos. É esta tensão que permite afirmações, aparentemente contraditórias, feitas por uma entrevistada, quando afirma, por um lado, que *‘hoje eu sei que escrevi esta história, que a gente passa nas comunidades e o pessoal conta’* e num outro momento pondera de que *“muitas vezes a gente vê assim, a coisa passou e a gente não se deu conta. Passou! Morreu o boi!”* (Entrevista C8).

Tomando por base a nossa compreensão dos relatos, e dos aspectos observados, à luz do modelo proposto, identificamos situações bastante distintas entre os grupos pesquisados. Estas distinções são perceptíveis na sua composição, organização, relações e atividades. No aprofundamento destas dissimilaridades, explicitam-se razões das diferenças e também identificação de elementos que permitem que os grupos se autodenominem “grupos populares de saúde”. Nesta direção, salientamos dois aspectos: o primeiro remete às redes de relações precedentes, sejam elas pessoais, familiares ou institucionais, a partir das quais se situam os momentos. Relacionados a estes momentos, salientamos o segundo aspecto, alusivo à intervenção de “alguém”.

Ao estabelecermos momentos, efetuamos um recorte necessário para a análise, não obstante outras seleções sejam possíveis. Isto não significa mera criação do analista, mas uma escolha de pontos presentes nos relatos disponíveis e que marcaram a trajetória

segundo a visão de quem os enuncia. Os relatos refletem uma leitura pessoal e também coletiva.

Para a análise, tomamos como parâmetro um dos quatro grupos, a partir do qual são estabelecidas relações e confrontações com os demais. Escolhemos, assim, o grupo designado aqui como Grupo A, tendo em vista apresentar uma dinâmica mais complexa e composições específicas e nem sempre presentes nos demais grupos, além de ter uma trajetória mais longa.

Considerando o conjunto dos dados coletados e assumindo aquele grupo como referência, organizamos a análise a partir da identificação de quatro momentos presentes na trajetória desse grupo. Utilizamos, aqui, os termos comunitário, político-social, autonomista e pluriarticulatório para nomear os distintos momentos. Por comunitário entendemos uma ação de ajuda mútua voltada para a comunidade; por político-social, uma ação que implica a participação e interlocução com órgãos públicos; por autonomista, a afirmação do grupo diante de outras entidades através da sua institucionalização e constituição de um espaço próprio; e por pluriarticulatório, a iniciativa para articular diferentes grupos e organizações, independente de posições políticas.

Estes momentos não se apresentam como etapas e nem como opostos, podendo estar presentes de forma sincrônica e que se manifestam a partir das atividades e suas relações. Ao propormos estes quatro “inícios”, visamos oferecer um roteiro para a organização da análise, a partir do qual procuramos apreender as passagens de um momento a outro.

1.1.Do comunitário ao sócio-político

O que caracterizamos como momento comunitário pode ser situado num determinado tempo e espaço, mas sua fixação está presente como sedimentação de relações sociais e perpassam a trajetória analisada, independente de ser predominante ou não. Para situar tal fixação, tomamos como ponto de partida a criação e as atividades iniciais do grupo de referência.

As primeiras atividades, que vão consolidar o grupo, tiveram início no começo da década de 1980. Estas foram desenvolvidas a partir de outras ações e grupos da Igreja Católica, cuja presença institucional se efetivou através da Paróquia e de um centro comunitário construído com recursos da Pastoral Social da Arquidiocese de Olinda e Recife, cujo trabalho foi executado pelos moradores na forma de mutirão. Neste sentido são destacadas, pelos entrevistados, as redes de relações formadas em torno da Paróquia e do Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos⁷⁷, manifestando, ainda, relações com associações e conselhos de moradores emergentes, aos quais nos referimos anteriormente. É notória, nestas narrativas, a ausência de um processo espontâneo, evidenciando-se uma intencionalidade, a partir da qual identifica-se um “programa” articulado pela Pastoral da Saúde⁷⁸. Destacamos aqui partes dos relatos que evidenciam os aspectos mencionados e onde a comunidade aparece como uma referência central.

⁷⁷ Movimento mencionado anteriormente como sucessor da *Operação Esperança*. Cabe esclarecer, ainda, que se tratava de um movimento eclesial com uma organização independente das paróquias, com uma coordenação diocesana e sub-coordenações setoriais. Criado em 1969, tinha como lema “*os pobres evangelizando os pobres*” e como método “Ver, Julgar e Agir” orientado para a formação de grupos de reflexão através de treinamentos de animadores populares.

⁷⁸ Sob a designação Pastoral da Saúde identificavam-se, permanecendo ainda hoje, diferentes orientações. No caso de Pernambuco ocorre o mesmo, mas quanto aos grupos estudados identificamos a predominância de uma orientação fundamentada no *Relatório da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de*

Caixa I: “Assim começou o trabalho”

- Eu comecei em 80. Eu sempre acompanhava J. Ele foi ex-presidente do Conselho de Moradores ... Eu acompanhava mais assim em reunião, comissão. Sabe? ... Naquela época era o presidente, era J. Ai quando era para reivindicar alguma coisa (...) ai precisava de ajuda da comissão ... ai eu e meu marido acompanhava. Acompanhamos a luta das casas de Chão de Estrelas, junto com J. Naquela época o advogado que acompanhava era R.. E foi assim que eu fui nascendo na vida da luta popular. Assim! ... Ai foi tempo que, 83, que apareceu uma menina que era freira, que tava pra ser freira, se preparando para ser freira com D. Ai, elas vieram pra cá, mas elas estavam caçando, assim, canto pra se firmar, pra fazer trabalho ... Ai D. foi fazer reunião de verminose, ela fez reunião de verminose, fez reunião de doença de senhoras na minha casa. Depois teve reunião aqui no Centro Dom Helder Câmara ... Era da igreja. Foi feito pela Pastoral Social da Diocese, mas ele era entregue à Igreja (Paróquia) Agora é São José... Ai ele(o grupo) foi crescendo assim. A gente fizemos primeiro socorro, o Curso de Primeiro Socorro. D. foi quem repassou o Primeiro Socorro pra gente, que se a gente não fizesse como a gente ia ter experiência? ... Foi ai que dividimos o grupo para fazer controle da pressão arterial aqui na comunidade... E daí veio uma pessoa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, gaúcha, né?, que também passou aqui. Ai ela sabia, tinha o curso de laboratório, ai ensinou a gente fazer exame de fezes. Ela passou esse curso pra gente, três anos. Depois de três anos a gente ficou fazendo os exames ... Foi ai que a gente foi crescendo e também participando nas lutas. (Entrevista A5)

- Eu iniciei nesse trabalho conhecendo uma pessoa de nome D. ... Ela foi na minha casa através de minha sogra fazer uma pesquisa sobre composição familiar ... A partir desde dia a gente começou a ter acesso à mensagem... e comecei a me interessar em participar. Depois de dois anos de, assim, de muita conversa dela comigo, de a gente estar sempre junta e eu conhecendo o trabalho, eu me interessei e participava, assim escondida porque meu marido é

Saúde -Alma-Ata, organizada pela OSM. Encontramos esta orientação na cartilha “Medicina comunitária: uma concepção e um método de trabalho” (Carriconde, 1985), utilizada pelos grupos naquele período. A partir dos relatos identificam-se pessoas ligadas, então, à Pastoral da Saúde. Assim que são mencionados Dr. C. e a enfermeira D., que iniciaram atividades comunitárias de saúde em Casa Amarela em 1980 e que fundaram o CNMP no final da mesma década. É mencionada, ainda, a presença de religiosas também ligadas à Pastoral da Saúde.

super machão ... E foi a partir daí que eu comecei a me envolver no trabalho. D. era freira... com outras três freiras e através do Pe. P. foram convidadas para fazer um trabalho nessa linha de trabalho popular, no qual Dr. C. foi chamado também para desenvolver um trabalho na Paróquia ... A gente teve o apoio muito grande, que isso foi numa época em que a gente tinha o Arcebispo Dom Helder Câmara, quando a gente tinha o Grupo de Evangelização, Encontro de Irmãos e a Paróquia aqui era voltada para este trabalho.... A partir do Grupo de Saúde, que a gente desenvolvia e com o trabalho da Paróquia, deu uma visão de mundo muito bem maior daquilo que eu vivia... Só que após a saída de Dom Helder e Dom José assumiu a Arquidiocese... houve assim, muitas complicações... porque Dom José não aceita muito o trabalho que era desenvolvido aqui.. (Entrevista A1)

- São 15 anos dessa equipe, porque antes já existia o Grupo de Saúde. Começou com D., com D., com Dr. C. e D. e um grupo de evangelização que já existia aqui... Era um grupo de pessoas que faziam alguma coisa pela comunidade. Não tinha Grupo, não tinha sede, as pessoas trabalhavam voluntariamente, porque gostavam de ajudar as pessoas. Era um grupo de evangelização, tinha também algumas pessoas do movimento, do Encontro de Irmãos... Hoje é um grupo independente... Agora que o grupo também tem o trabalho com plantas medicinais, que tudo começou, que foi o ponto de partida. Troca de plantas medicinais nas ruas, nas esquinas, a gente não tinha sede, e que continua até hoje. A gente continua no, nesse objetivo; é mostrar pras pessoas o valor das plantas, o valor do saber popular, que a gente pode, que a gente tem como se tratar, a maneira das pessoas ser mais saudável, deixar de tomar drogas... a gente faz e fabrica, temos ambulatório, um pequeno ambulatório onde a gente manipula estas plantas e onde repassa pra comunidade a preço de custo. Não temos intenção de ganhar, de ter a sobrevivência deste trabalho. Mesmo as pessoas que não podem, não têm, não deixa de levar o medicamento... O Grupo de Saúde é um grupo muito procurado... se tem uma pessoa doente na comunidade, onde a gente ainda não está sabendo, as pessoas vem e comunicam. É papel da Unidade de Saúde, tem agente de saúde na área, mas primeiro vem no grupo. Isso seja o que for... ” (Entrevista A2).

- Foi um convite de uma pessoa, irmã de J, a partir de A, do conhecimento de A, que é

do Grupo de Saúde, ela me convidou, me apresentou a essa pessoa e comecei o trabalho. Depois eu conheci a esposa de J, que já era do Grupo de saúde. J era ligado à Igreja Católica, à Igreja Matriz, que na época o Pe. A era o pároco na Matriz. E conhecia a esposa de J., Ja, que ela já fazia um trabalho com o pessoal na área de saúde, no Grupo de Saúde. Foi assim que eu comecei, me entrosei no Grupo, até vim os primeiros socorros, o curso dos primeiros socorros e continuei e fiquei no Grupo de Saúde. Depois comecei a fazer exame parasitológico com E (Entrevista A3)

**Na época, R. era advogado da Comissão Justiça e Paz. A construção de casas, referida no relato, ocorreu no início da década de 80 em decorrência da drenagem do Rio Beberibe.*

Nestas memórias, a comunidade aparece como referência fundamental; é a partir dela e para ela que as atividades são desenvolvidas. Vão nesta direção os cursos, os exames, o controle de tensão arterial, o atendimento ambulatorial, a farmácia de plantas. Atividades estas atreladas à valorização do “*saber popular*” e à afirmação de que “*a gente pode, que a gente tem como se tratar; a maneira das pessoas ser mais saudável*”. Nestas falas reproduz-se uma matriz discursiva cristã comunitária, articulada pelo “*desenvolvimentismo comunitário*” sob influência de Dom Helder Câmara, que tinha a comunidade como *locus* de “*emancipação*” (Salem, 1981). Nesta perspectiva, o “mutirão” apresenta-se como modelo de ação, no qual acentua-se a imagem de uma população independente e que resolve os seus problemas. Este ideal é veiculado através do *slogan* “*os pobres evangelizando os pobres*”, que caracterizou o Movimento Encontro de Irmãos. Encontramos este ideal também no campo das atividades de saúde, a exemplo da frase

*“quem resolve os problemas do povo, é o povo”*⁷⁹, enunciada na cartilha “Medicina Comunitária” (Ver nota 2 nesta seção).

O discurso do *“desenvolvimento comunitário”*, apesar de difundir uma denúncia social, deixou irresoluta a especificação de perspectivas e mecanismos de participação no campo político, que incorpora uma visão corrupta e corruptora da política. Salem (1981), na análise do papel da Igreja no Brasil na década de 1970, referindo-se especificamente ao caso do Recife, considera que não teriam sido propostas perspectivas e estímulo à participação na luta política geral, apesar de ter se falado muito em organização e união do povo.

Analizamos, aqui, que os limites políticos deste discurso manifestaram-se com a “política de abertura”, particularmente a partir da forma como foi implementada no Recife pela Administração Krause⁸⁰, que inaugura um novo discurso através do Plano de Desenvolvimento do Recife. Este plano distinguiu-se de planos anteriores, no sentido de propor uma política urbana aliada a uma política social como resposta à crise de legitimidade do Regime Autoritário, revelada pela crescente pressão de grupos sociais na reivindicação de maior espaço (Fontes, 1985: 360). A partir destas diretrizes, entre outras medidas, promove-se a presença da Prefeitura nos bairros, estabelecendo uma relação direta com “as pessoas” através de “barracões”. Propunha-se, ainda, uma “ação comunitária” para a construção de equipamentos comunitários, incorporando o “mutirão”

⁷⁹ Observamos que a utilização dos termos “pobre” e “povo” revelam um sentido ontológico, assim como denotam diferentes visões dos agentes pastorais. Neste último caso, conforme analisa Assies, as discordâncias teriam sido razão do encerramento das atividades da Operação Esperança e a saída de agentes, os quais defendiam uma atuação política. Nesta direção, o autor considera que o Movimento Encontro de Irmãos é o sucessor daquele organismo (Assies, 1992: 118s).

⁸⁰ A título de lembrança, Gustavo Krause foi o último prefeito nomeado (biônico) da Cidade do Recife (1979-1985), sendo sucedido por Jarbas Vasconcelos através do voto.

como mecanismo de participação e vulgarizada particularmente através do “Projeto Um por Todos”. Esta “ação comunitária” rearticula elementos do discurso do “desenvolvimento comunitário”, proposto pela Igreja, a partir de uma outra matriz discursiva e organizacional. Como observa Assies (1992: 289), a categoria “nação” assume o lugar das categorias “pobre” e “povo”. Destacariamos, ainda, a acentuação dada ao processo de “integração” e “incorporação das pessoas”, o que podemos observar na fundamentação da “mobilização comunitária” e na definição de “participação”. Segundo o Plano de Desenvolvimento,

“... a mobilização comunitária se fundamenta, do ponto de vista político, por configurar uma atitude voltada para a democratização das decisões do Setor Público; do ponto de vista social, garante o enriquecimento dos programas, pela incorporação de sugestões às soluções propostas, e assegurar sua adequação ao nível dos problemas de cada comunidade. E sob o aspecto individual, promove a integração psicossocial das pessoas, contribuindo para que os indivíduos tenham melhor compreensão da realidade e do papel que devem desempenhar na sociedade. A comunidade participará, ao lado da prefeitura, nas fases de identificação das carências sociais, de modo a indicar e eleger o conjunto de obras e serviços a serem prioritariamente realizados; da formulação dos programas, objetivando assegurar a idealização de soluções simples, compatíveis com o estágio de desenvolvimento e o grau de aspiração das populações de cada área; na fase de execução das obras, visando proporcionar a ampliação das oportunidades de emprego através da incorporação das pessoas, a programas intensivos de mão-de-obra; e da gestão dos equipamentos comunitários de modo a utiliza-los de forma mais coerente com os hábitos sociais de cada comunidade” (Apud Fontes, 1986: 361).

Se o “desenvolvimento comunitário” foi concebido, tendo a comunidade como *locus* de “emancipação”, a “ação comunitária” proposta pela Prefeitura retira aquele sentido à medida que inscreve outros significados de caráter integrativo, pertinentes à “política de abertura” proposta pelo Governo. Tendo em vista ter sido esta política uma estratégia integrada à “abertura” proposta pelo Regime Autoritário, sua repercussão foi além dos limites da Cidade do Recife e respondida também nesse âmbito.

Isto leva-nos a retomar a discussão desenvolvida anteriormente (p. 100), sobre persuasão, quando afirmamos que a construção de uma articulação hegemônica sempre implica numa exclusão de alternativas, onde a repressão e a força se fazem presentes. Esta repressão pode assumir pelo menos três formas distintas: a) o aniquilamento, inclusive no sentido literal; b) a reorientação das opções, impedindo sua realização e c) a incorporação parcial e modificada de opções de forma subordinada. Neste sentido, a política inaugurada pela Administração Krause é exemplar na última direção, o que provoca fissuras no discurso do “desenvolvimento comunitário”, alterando, portanto, a composição dos grupos articulados pela Igreja. É também nesta direção que podemos afirmar que a partir daquela política, a qual desestabiliza o discurso do “desenvolvimento comunitário”, redefinem-se também as identidades, seja através de uma adesão ao novo discurso, seja através de um processo articulatório, a partir do qual se estabelecem outras relações entre os elementos não articulados pelo discurso do Governo.

Nesta dinâmica situamos uma articulação de um novo discurso pelos grupos ligados à Igreja, recorrendo a outras matrizes discursivas, entre as quais podemos citar a matriz marxista e do novo sindicalismo⁸¹. Cabe observar que esta redefinição ocorre num contexto bastante complexo do “movimento popular” e do campo “das oposições” em Pernambuco⁸². Destacamos aqui dois elementos introduzidos pelos grupos, então ainda

⁸¹ Lembramos aqui a identificação das três matrizes discursivas presentes no movimento social feita por Sader (1991), do marxista, do novo sindicalismo e da eclesial, cujo encontro teria contribuído para a criação do Partido dos Trabalhadores. Há que se levar em conta que a influência, particularmente do novo sindicalismo, em Pernambuco foi menos acentuada que em São Paulo, por exemplo.

⁸² Como expressão desta complexidade é bastante mencionar aqui a multiplicação de siglas partidárias e particularmente a crescentes dificuldades encontradas pela “frente popular”, que em 1985 elege Jarbas Vasconcelos para Prefeito do Recife e Miguel Arraes para Governador do Estado e seu rompimento em 1992. Houve uma mudança no quadro político marcado pelo pluripartidarismo, assim como uma mudança do Estado e que colocou uma questão fundamental para o entendimento da dinâmica dos movimentos a partir dos anos 1980 (Cardoso, 1994: 87).

vinculados à Igreja, isto é, a questão do Estado e uma relativização da visão sobre política (Assies, 1992: 136).

Identificamos, ainda, no termo “popular” um ponto de conexão entre as diferentes perspectivas presentes nas lutas sociais, daquele período, que proporciona um referente a partir do qual se constrói uma cadeia de equivalências. É esta cadeia que possibilita uma releitura do popular e do não popular, assim como um processo identificatório com o “movimento” e de “lutas populares”. Isto abre espaço para outros princípios de leitura e horizontes de sentidos. Nesta direção, lemos a última frase da entrevistada A2, transcrita acima, a qual interrompe a narrativa sobre a relação do grupo com a comunidade. A interrupção súbita é precipitada com a afirmação de que o atendimento aos doentes “*é papel da Unidade de Saúde, tem agente de saúde na área*”. Ou, como podemos verificar no relato de A3, onde uma mudança na orientação das atividades é expressa de forma pensada, situando-a num tempo “*...até que um dia paramos, avaliamos e vimos que não era nosso papel*”. Há uma redefinição de papéis, podendo também dizer da identidade do grupo, onde se estabelece o Governo (Estado) como destinatário a quem deve ser dito “*qual o papel dele*”. Essa afirmação se opõe ao que é enunciado no Plano de Desenvolvimento do Recife, de que a “*mobilização comunitária (...) sob o aspecto individual, promove a integração psicossocial das pessoas, contribuindo para que os indivíduos tenham melhor compreensão da realidade e do papel que devem desempenhar na sociedade*”. Assim que, segundo os participantes do grupo, conforme a fala de A4, transcrito a seguir, o atendimento à saúde é um “*direito de todos*” e é “*dever de todos acompanhar*” o atendimento.

Caixa 2 – “Vimos que é papel do Governo...”

... Depois comecei a fazer exame parasitológico ... até que um dia paramos e avaliamos e vimos que não era esse o nosso papel de fazer exames. Tínhamos material, pessoal, a comunidade confiava muito no exame ... mas a gente, mesmo assim, nós avaliamos e vimos que o papel era do Governo. Por que não procurar as unidades de saúde, de quem seria mesmo o papel? E nosso (papel) seria outro, bem maior que fazer exame. Fazíamos, sim, conscientizando a comunidade de como se prevenir.. mas não dizia pro governo qual o papel dele” (Entrevista A3)

- ... quando eu comecei, o Grupo já existia já há alguns anos, foi através dos primeiros socorros que houve. Nos primeiros socorros a gente trabalhava assim, da gente conhecer mais, como cuidar da questão dos primeiros socorros e aí era uma coisa pra gente ficar todos os dias, pra gente fazer um plantão, que a gente chamava de pronto atendimento, também farmácia...visitava as pessoas nas casas como o propósito de fazer um trabalho de educação à saúde, de conscientizar pra que as pessoas melhorassem, procurassem melhorar a sua saúde, o ambiente, a atenção primária à saúde ... Depois a gente mudou um pouco, dessa forma da gente fazer o curativo. Quem devia fazer isto era o Posto de Saúde, as unidades de saúde. Tinha três unidades de saúde aqui perto do Bairro... e a gente viu que os postos de saúde eles que tem que fazer isto e a gente lutar pra que eles funcionassem, pra que eles fizessem esse trabalho e a gente teria o papel de conscientizar as pessoas pra irem procurar, reivindicar a partir do momento que a gente tinha o conhecimento do controle social, direito de todos, dever de todos acompanhar isso. (Entrevista A4)

É nesta mudança do discurso que situamos o momento sócio-político, que reorienta a trajetória do grupo. Antes de analisar o passo seguinte, contrapomos a trajetória do Grupo analisado com as trajetórias dos outros grupos pesquisados, o que evidenciará diferentes caminhos e fatores que contribuíram para tais diferenças.

Ao analisarmos os relatos dos outros três grupos, encontramos, por um lado, uma similaridade quanto à forma e às atividades que deram os seus inícios e, por outro, apresentam trajetórias particulares. Assim é que analisaremos cada grupo, iniciando pelo Grupo B, o qual se localiza no mesmo município do Grupo acima analisado.

O seu início foi marcado pela presença de religiosas da Igreja Católica. Faz-se referência, ainda, ao Movimento Encontro de Irmãos, ao envolvimento do Dr. C., identificado então com a Pastoral da Saúde. São mencionadas atividades voltadas para as melhorias do bairro, atividades na área de saúde quando são citados a aplicação de barro, a divulgação das plantas medicinais, os primeiros socorros e o acompanhamento a hipertensos. Assim como vimos no Grupo A, para a atuação recorre-se à divisão do grupo com o objetivo de atingir diferentes áreas.

Se no Grupo A é possível identificar um momento comunitário e um momento sócio-político posterior, o Grupo B é marcado por momentos de chegada e de saída de determinados agentes. Assim é que no início, com característica também comunitária, afirma-se que “*tinha bastante gente*” e havia “*um grande envolvimento com outros grupos*”. No entanto, esta dinâmica é quebrada com a saída das freiras e posterior saída da ONG, isto é “*o incentivo que a gente tinha de fora deixou*”.

Caixa 3 – “No início tivemos um grande envolvimento ... mas de repente...”

GRUPO B

- Dali, na década de 80, chegaram as freiras da Divina Providência. Elas moravam ali na casa paroquial. Daí eu fui assim me envolvendo com o movimento de Igreja e elas tinham um movimento bonito, popular. Elas eram bem inseridas na população... Em seguida eu trabalhei com grupo de mulheres, eu criei um grupo de mulher ... Daí começou a vir aquela coisa que eu já tinha antigamente, aquele desejo de mexer com mais, com coisas mais amplas na saúde, mas com qualidade de ajudar na doença.. teve também envolvimento com Dr. C. que ajudou

muito. Deixaram porque eles agora estão mais em outros tipos de movimento, não estão mais assim nas periferias... a gente no início teve um grande envolvimento com outros grupos. A gente sempre estava ligado com o Centro Nordestino. O Centro Nordestino excluiu a gente de certa maneira. Quando a gente fala, eles diz que não, que a gente se afastou. Mas de repente foi esfriando, se afastando, o incentivo que a gente tinha de fora deixou... A saída das freiras também houve desincentivo. As pessoas que ficaram na comunidade não incentivava muito... por outro lado o povo ainda não foram preparados e nem vai ser, vai demorar muito a fazer a troca da farmácia-natureza. Isto também contribuiu muito pra queda do trabalho popular... No início, como eu falei, quando as freiras estavam aqui, um trabalho que eu considero saúde é este, arrumar a rua, arrumar água, arrumar luz, eu acho que isto é saúde. No início a gente trabalhou, mexeu com isto... Depois com o movimento de saúde, a gente não fez muito coisa lá fora, não que tenha abandonado, né. Quando a gente percebe que tem uma necessidade, ajudar numa coisa a gente, tendo condições de ajudar, a gente ajuda, mas não tem envolvimento fixo nisso não. É mais aqui dentro ... (Entrevista B1).

- Ai tinha esta equipe daqui, que conhece este trabalho também, aí eu fui conhecendo este movimento nestes encontros ... Aí eu fiquei ... Aí eu estou neste movimento e como aparecia alguma coisa pra diagnosticar, um remédio, alguma coisa, eu estou sempre fazendo o meu trabalho... A minha parte, como contei, a Pastoral da Saúde já existia, não posso dizer quando começou, o ano, porque quando eu comecei já tinha esta pastoral na comunidade e agora do tempo que eu entrei pra cá, as coisas vai, uma hora melhora, outra hora vai fraquejando, a quantidade na equipe, umas tem mais e aí uns sai e pronto.... Agora alguns procuram tratamento pra problema de coluna, pra dar um tratamento, pessoas da comunidade e as vezes também pessoas de fora também procuram; problema de pressão, problema de coluna, tratamento de rins, esses negócio assim.... Esse grupo não é uma entidade. Tem pessoas que (vem) de outras comunidades, pessoas da mesma comunidade, tem outras comunidades aí tem reunião assim pra longe, aí tem essas reuniões ... Aí também a gente vai, porque o objetivo da gente é passando o que a gente sabe e receber o que a gente não sabe ... (Entrevista B2)

- Comecei a convite de (Entrevistada B1). Ela me convidou para participar num grupo na casa dela. Depois comecei a participar do movimento com mais intensidade. Aí tem a questão do

barro, colocar barro nas pessoas, questão de fazer medicamento, ajudando nos primeiros socorros, comecei por aí, por um convite dela. ... Quando eu comecei tinha bastante gente, então ficava assim, a gente dividiu, cada pessoa ficava numa área, a gente tinha que visitar as pessoas que estavam doentes, já era as vezes medir a pressão, ou alguma doisa que eles estivessem precisando e a gente dividida por área, cada pessoa ficava com aquela área ... a gente aprende muito. Então é como se fosse você estar inconsciente e de repente abre-se uma porta e você passa a ter vários conhecimentos, porque ali não vê só saúde, a gente conversava muito e sempre vinha vários assuntos, várias coisas que a gente não sabia... Mas devido o tempo muito pequeno ficou muito pequeno pra continuar participando. (Entrevista B6)

- Como eu disse, no início havia muita gente, pelo menos foi o que me contaram. O pessoal foi desanimando. Primeiro, a própria equipe também desacreditou um pouco e em segundo lugar houve pessoas que começaram a trabalhar... pelo menos no que eu estou a par, a gente não tem nenhum envolvimento com nenhuma entidade a nível político, de outra organização não governamental. Não tem. Apenas é uma coisa da comunidade, que a comunidade ligada à Paróquia, mas a coisa particularmente é uma coisa nossa. Nós não temos nenhum projeto e nem envolvimento com nenhuma força. (Entrevista B5).

Os relatos revelam a importância da presença externa, particularmente das irmãs, que não tiveram apenas um papel de iniciar o grupo, mas também mediar propostas e relações com outros grupos. Assim como sua chegada marca um início, sua saída marca uma interrupção com outros grupos e um insulamento ao local. Revela-se um lugar vago, vez que com a saída “*houve desincentivo, as pessoas que ficaram na comunidade não incentivava muito*”. Conforme afirma, ainda, a entrevistada,

“então o grupo cresceu bastante, quando tinha aquela influência grande das pessoas... o povo acreditava mais, o povo gostava mais. Eu acho o crescimento do grupo muito mais por conta do povo de fora, as experiências que trazem pra nós, a ajuda que a gente recebe dos voluntários, que recebe a gente, transmite pra gente, que passa o que estudam, tem mais conhecimento” (Entrevistas B1).

São destacados, nesta fala, os elos que atores de fora estabelecem, mediando informações, experiências e conhecimento. Esta relação com o “mundo externo” é salientada também por outros entrevistados, a exemplo da afirmativa do entrevistado B2, ao referir-se à relação com outros grupos, de que *“o objetivo da gente é passando o que a gente sabe e receber o que a gente não sabe”*.

Diante destas afirmações, colocamos a pergunta, que a nosso ver antecede a presença e o acesso ao conhecimento, ou seja o que é mediado e como isto permite a articulação de um conhecimento. Retomamos, assim, a indagação de como se forma uma vontade coletiva, o que põe a questão de um “programa”, conforme discutimos (pp.84s), que organiza e orienta a ação, sem que deixe de envolver um elemento de fé que supre uma “ausência” de argumento. Neste sentido, a saída do mediador desarticula o grupo e o desvincula de uma “vontade coletiva” para além do próprio grupo. Isto, no entanto, não significou que o grupo deixasse de existir, mas sua cristalização, onde são mantidas atividades comunitárias e como afirma um dos entrevistados

“não tem envolvimento com nenhuma entidade a nível político, de outra organização não governamental. Apenas é uma coisa da comunidade, que a comunidade, ligada à Paróquia, mas a coisa particularmente é uma coisa nossa. Nós não temos nenhum projeto e nem envolvimento com nenhuma força” (Entrevista B5).

Há uma suspensão, assim, daquele processo presente no início, expresso pela entrevistada B6 ao referir-se ao aprendizado:

“então é como se fosse você estar inconsciente e de repente abre-se uma porta e você passa a ter vários conhecimentos, porque ali não via só saúde, a gente conversava muito e sempre vinha vários assuntos, várias coisas que a gente não sabia. Não tinha conhecimento, não sabia nem que existia e através daquele movimento a gente tomou conhecimento, passou a perceber, tomar conhecimento disto...”.

Este lugar vago é assumido por uma liderança carismática, sem aquelas referências, onde as atividades se articulam em torno dela, mas que não tem uma continuidade. Isto pode ser constatado na alta rotatividade dos participantes, quando todos os atuais participantes têm menos de três anos de presença no grupo, com exceção da liderança. Esta flutuação é expressa pela afirmação de que *“uma hora melhora, outra hora vai fraquejando a quantidade da equipe, (outra) tem mais e aí uns sai e pronto”* (Entrevista B2).

Os aspectos aqui analisados e as considerações feitas em relação ao Grupo B evidenciam-se de outra forma em relação ao Grupo D. Este grupo, à semelhança do anterior, foi marcado pelas chegadas e saídas, acrescido de um retorno. Como podemos observar nos relatos abaixo, encontramos uma trajetória semelhante, marcada por um início com a chegada de agentes, no caso seminaristas e padres, e existência de uma rede de relações, tendo como referência a Paróquia e o Movimento Encontro de Irmãos, cujas atividades se caracterizam pelo uso de plantas medicinais, pelas visitas aos doentes, reuniões com outros grupos e outras áreas, mutirões etc. Há uma quebra nesta trajetória com a saída daqueles agentes e da ONG, mas há uma reanimação do trabalho com a volta de Pe. I.⁸³.

⁸³ Quando realizamos as entrevistas, haviam transcorrido três anos após a volta do Pe. I. Cabe esclarecer, aqui, que no período anterior haviam vários grupos nesta área e que se desestruturaram. O Grupo D foi constituído a partir de pessoas que participaram de grupos em diferentes bairros. Daí a afirmação: *“com a chegada do nosso Pe. I, aí os outros grupos que estavam morrendo estão se levantando de novo. Nós nos encontramos mensalmente, todos os grupos”* (Entrevistada D7).

Caixa 4 “Vamos ver se levanta este grupo...”

GRUPO D

- Eu comecei a participar deste trabalho faz uns dezesseis anos, no grupo comunitário de saúde, da comunidade mesmo. A gente começou com Pe. B., lá em cima em V. C. A gente, junto com outros grupos, assim a gente se reunia com outros grupos daqui e de outras áreas. Tinha uma turma grande mesmo. Depois a gente conheceu o Pe. I., aí foi, A gente sentiu mesmo assim a necessidade da comunidade. Era um grupo assim evangelizando e conscientizando as pessoas. O nosso trabalho era um trabalho assim mesmo com o Encontro de Irmãos, mesmo um trabalho ativo... Ai a gente se reunia assim, não era um grupo só de saúde, era um grupo de trabalho, trabalho mesmo ... Era todo mundo junto, era Encontro de Irmãos, era Igreja Católica, Apostolado da Oração, Mães Cristãs, todo mundo envolvido na comunidade neste trabalho ... Pra mim foi muito importante. Sabe por que? Porque desde que a gente está assim servindo, está fazendo uma coisa que a gente sabe que vai ajudar outras pessoas, pra gente é muito bom. É muito importante ... Faz 16 anos que começamos e a gente saía. Pra começar este grupo mesmo aqui com Pe.I., também B. viajou, Pe. M.viajou, aí ficou Pe. I. com a gente. Aí a gente ia nas casas, via as necessidades do pessoal e o grupo de saúde foi aumentando... depois Pe. I. foi embora pra Paulista, a gente ficamos aí no B. N., mas a gente sentiu assim muita dificuldade depois (da saída) do Pe. I.. O pessoal foram se desgostando, a gente tinha o apoio do Centro Nordestino, se reunia com a gente aqui, fazia comida alternativa, vinha um farmacêutico, ensinava como a gente fazer aqueles remédios, assim, sabe? Depois foi sentindo a necessidade, foi caindo todo mundo... Aí o pessoal foi se desgostando mais que foi cinco ou seis pessoas só, trabalhando no grupo. Já fui trabalhar como agente de saúde ... Tinha outros grupos, uns existem, digamos assim, uma pessoa duas que é V. C. que ainda, acho que ainda tem umas pessoas assim, feito eu mesma. Não estão bem atuantes. Não têm, acho que, onde se reunir. Tinha S. R., também na Igreja, mas acabou. Eu não sei. Era um povo assim que só trabalhava mais com o padre. Pe. I.foi embora o grupo acabou... O Centro Nordestino aqui deixou de apoiar porque em tudo que acabou mais o grupo, não ficou assim com esta força assim do pessoal se reunindo ... Depois o Pe. I. veio pra aqui novamente, está na V. F., e ele dá muito valor a este grupo, ele gosta muito, mas a gente está junto com ele, participando da reunião da V.F. e vamos nos unir e vamos ver se levanta este grupo.(Entrevista D8)

- Eu comecei quando B., o seminarista, veio pra aqui, passou uns dois anos aqui, e aí formou este grupo e convidou a gente, eu moro bem pertinho onde ele estava formando este grupo. Aí saiu convidando a gente, a gente convidando outros. Eu sei que a gente formou o grupo. A gente se reunia toda a semana, aí passava as experiências dele de plantas medicinais pra gente e o que a gente também sabia passava pra ele. Onde começou, o grupo e foi aumentando, tinha muita gente participando, era muito animado. Quando as pessoas não iam a gente ia buscar nas casas com ele, animava muito porque tinha ele de dentro. Ele sempre estava com a gente. A gente fazia as reuniões nas casas, as pessoas não podiam vir, a gente ia, se encontrava nas casas ... A gente fazia mutirão pra limpar a horta, passava a tarde todinha limpando, convidava as pessoas da comunidade pra vir limpar. Depois que ele foi embora, aí as pessoas também foram saindo, se afastando. Depois veio o seminarista M., também passou um tempo aqui com a gente, deu uma grande força também, ensinou bastante coisa a gente. Depois foi embora também e a gente ficou se arrastando. Ficou se arrastando, a gente passou, já faz uns doze a treze anos se arrastando ... Agora com Pe.I., ou vai ou acaba de vez. (risos). (Entrevista D5).

- Antes eu participava só do movimento da igreja. Aí chegou B., ele era até seminarista na época, aí ele quando ele veio aqui ele começou o trabalho sobre a pastoral da saúde e tal e me convidou pra participar. Eu comecei participando. B. era seminarista e médico. É um francês. Ele passou aqui na comunidade com a gente dois anos, aí ele fundou este grupo daqui do sítio V. C. e Camaragibe. Aí B viajou e disse que a gente continuasse com o grupo, não deixasse o grupo desanimar. Tudo bem, a gente continuou com o grupo. A gente fez até horta e Pe. L. W. A gente fazia medicamento, fazia medicamento como a vick, pomada de confrei, de babatenon, lambedor. Tudo isto a gente fazia. A gente se encontrava lá no salão da Igreja. A gente sempre se reunia. De oito em oito dias a gente se reunia. Aí a gente marcava um dia. Numa semana a gente fazia medicamento, na outra semana a gente fazia reunião. Aquela reunião era uma reunião muito animada ... Agora quando era pra limpar a gente fazia mutirão, aí a gente convidava todos os que diziam que participavam do grupo, aí gente fazia aquele lanche reforçado e todo mundo ia. Aí era uma beleza, era a tarde toda de festa. Mas isto não continuou não. Aí o pessoal foram se desgostando. (Entrevista D6)

- Bem eu entrei a convite do Pe. I. Eu ouvi falar, muitos anos que tem este grupo ... Eu

participava antes do Encontro de Irmãos. Encontro de Irmãos é um movimento parecido, a gente vai lutar pelas causas. Eu não gosto só de trabalho dentro da igreja, eu gosto de trabalhar fora. Bom é a gente lutar pelo menor, a gente procurar os nossos direitos lá fora. Saber das coisas. A política mesmo está envolvida, saber como e que deve se portar. A gente não fica desinformado das coisas. A gente sabe de tudo. Em casa a gente não sabe de nada. É muito bom, depende muito também do padre. Quando o padre é envolvido a gente também se envolve ...Este grupo, ele veio através do P. I., que ele já tem este trabalho em Paulista, ele já quis fundar um aqui, mas foi o tempo que ele foi transferido, aí ficou um pouquinho esquecido, mas a volta dele, aí retomamos de novo. Estamos levantado de novo o grupo ... Tem outros grupos ... mas estava assim sem uma pessoa para se animar, estavam soltas, estavam fazendo, mas precisava de uma pessoa que encaminhe mais, que dê direção, que faça reunião, que se encontre pra amarras. Estavam muito soltas. As pessoas estavam sem ter uma pessoa para incentivar. Com a chegada do nosso padre, aí até os outros grupos que estavam morrendo, estão se levantando de novo. Nos encontramos mensalmente, todos os grupos (Entrevista D7)

Nestes relatos evidencia-se um “tempo em branco” nas trajetórias destes grupos. Utilizando-nos da imagem da rede, a saída dos agentes significou o desatar de um nó, a partir do qual aquela rede se desfaz, permanecendo a lembrança e pessoas de referência nas áreas onde aqueles grupos se constituíram. É a volta de um daqueles agentes que passa a reconstituir-se numa rede, partindo das pessoas de referência, estabelecendo relações entre elas e destas com outros grupos e entidades. Retomam-se as atividades comunitárias, particularmente a partir das plantas medicinais, ainda no âmbito eclesial. Nas palavras de uma entrevistada, afirma-se que “*nós ainda não partimos, estamos só aqui dentro ainda da igreja*” (Entrevista D7), onde o advérbio “*ainda*” deixa em aberto a trajetória futura. Isto contrasta com a perspectiva presente no grupo B, onde se afirma que “*a coisa particularmente é uma coisa nossa*”.

Queremos salientar, aqui, dois aspectos presentes nos relatos referentes à reanimação do Grupo D, a partir da agregação de participantes dos grupos anteriores. O primeiro referente à volta do padre e o que isto representa e, segundo, a criação de um espaço onde se torna possível um processo articulatório para além do grupo à medida que cria relações entre os participantes e destes com outros grupos e entidades.

Quanto ao primeiro, é possível identificar representações sobrepostas, a do clérigo e a identificação deste com uma determinada perspectiva de trabalho. Daí que ser clérigo não é condição suficiente e nem necessária; o que estabelece um processo identificatório é sua orientação e neste sentido é uma referência de uma forma de trabalho, podemos dizer de um determinado discurso. Daí a afirmação de que *“é muito bom. Depende muito também do padre. Quando o padre é envolvido, a gente também se envolve”* (Entrevista D7). É esta referência que serve de suporte para a memória presente nos relatos, o ponto de ligação entre o passado e o presente.

Diferentes entrevistados identificam o Pe. I. com uma forma específica de trabalho na área da saúde e uma ação na comunidade e é a partir desta ação que se assenta um processo de identificação. Isto é expresso, por exemplo, pela entrevistada D7 quando diz: *“Eu não gosto só do trabalho dentro da igreja, eu gosto de trabalhar fora”*. Este *“trabalhar fora”* é marcado pelo serviço na comunidade, cuja satisfação está em prestar um serviço: *“a gente está assim servindo, está fazendo uma coisa que a gente sabe que vai ajudar outras pessoas”* (Entrevista D8). Ou ainda, como afirma a entrevistada precedente, *“eu achei muito bom este grupo, que um movimento, não só na igreja parado e sim, a gente sai, vai lutar pra ajudar uma pessoa carente, a casa que está caindo, a gente faz aquela campanha. Isto é muito importante, não ficar parada”*.

Nas falas acima se evidencia, assim, um discurso de auto-ajuda e da caridade, nas quais um discurso político está ausente. É a partir desta orientação que o trabalho se reestrutura e a partir do qual define-se o papel do padre, o de animar, encaminhar, amarrar e dar uma direção, conforme a expectativa expressa na última frase transcrita na caixa 4.

“Estamos levantado de novo o grupo ... Tem outros grupos ... mas estava assim sem uma pessoa para se animar, estavam soltas, estavam fazendo, mas precisava de uma pessoa que encaminhe mais, que dê direção, que faça reunião, que se encontre pra amarrar. Estavam muito soltas. As pessoas estavam sem ter uma pessoa para incentivar. Com a chegada do nosso padre, aí até os outros grupos que estavam morrendo, estão se levantando de novo. Nos encontramos mensalmente, todos os grupos”. Isto leva a considerar o segundo aspecto presente nos relatos.

À medida que há uma reestruturação, abre-se um espaço para a articulação com outros grupos e é neste campo que os participantes se defrontam com outros discursos. Esta relação com outros grupos faz parte de uma programação, de um calendário. *“E também a gente tem um calendário, que a gente tem fora. A gente já foi assim pra Olinda fazer, pra ter palestra a respeito de plantas. Aí tem palestras que é a farmacêutica, tem palestra assim sobre outros assuntos”* (Entrevistada D9). Ou como afirma um entrevistado,

“participamos do encontro de formação que é do CNMP, lá no grupo de Paulista... O que anima, acho que não só o que anima todos os que participam é aquela coisa de solidariedade. Acho que seja isto, é você captando as propostas, buscando alguma coisa onde você possa levar aos outros” (Entrevista D3).

Fazemos referência aqui à epígrafe que abre este capítulo, de que as *“histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse agente não é autor nem produtor”*, ficando em aberto as possibilidades, inclusive a emergência de conflitos e redefinições da

trajetória futura. Com isto salientamos estes espaços de discussão a partir do qual são possíveis desdobramentos não previstos ou previsíveis.

A análise dos grupos B e D levou-nos a identificar momentos de chegada e de saída. No caso do último Grupo, ocorre um momento de retorno, o que aconteceu recentemente, a partir do qual se rearticulam as atividades com a perspectiva de reanimar o que havia sido interrompido. Tanto num caso como no outro, há uma “interrupção” de uma dinâmica, seja através de insulamento ou de um “tempo em branco”. Neste sentido, essas trajetórias distinguem-se daquela apresentada em relação ao Grupo A, apesar de terem surgido de uma mesma matriz discursiva e organizacional. A partir daquela matriz identificamos um momento comunitário que se constituiu num marco de referência⁸⁴ e que marcou todos os grupos até aqui abordados. Como vimos acima, esta referência, no caso do Grupo A, dá lugar a um discurso sócio-político que não tem peso nos outros dois grupos.

Para fechar este primeiro percurso da nossa análise, queremos situar o último grupo, o Grupo C, que abrirá caminho para retornar à análise daqueles momentos mencionados anteriormente – sócio-político, autonomista e pluriarticulatório - iniciando pelo momento sócio-político.

Uma primeira constatação é que o Grupo C foi constituído num contexto histórico distinto daquele que marcou os grupos anteriores. Como poderá ser acurado nos relatos abaixo, isto ocorre no final da década de 1980, cuja referência discursiva já não é o “desenvolvimento comunitário”, mas a participação política. Conforme afirmação de uma entrevistada o trabalho

⁸⁴ Conforme propõe Goffman, o conceito marcos de referências (*frame*), refere-se a valores culturais, a experiências e a normas que possibilitam a interação

“já não era considerado de pastoral, a gente começava a fazer uma referência maior sobre as plantas e sobre a situação de saúde em cima do município. Ai tinha vários aspectos políticos voltados à saúde e que de certa forma favorecia o crescimento do trabalho. Posso dizer assim ... Ai uma forma foi criar uma organização que atendesse isto” (Entrevista C8).

As circunstâncias em que o Grupo é criado lhe imprimem uma característica particular. A saúde torna-se um eixo a partir do qual se articulam diferentes atividades e o mesmo se constitui como espaço de articulação e formação em resposta a uma demanda não respondida pela pastoral. Deste modo afirma-se que *“era outro tipo de grupo, que tinham assim uma preocupação com outras coisas, não especificamente saúde”* (C8). A rede a partir da qual o Grupo se forma tinha como base diferentes paróquias e não apenas uma, como nos casos anteriormente apresentados, as quais correspondiam a um Setor Pastoral que congregava também a Pastoral da Juventude, a Ação Católica Operária; daí a presença de sindicalistas, e, finalmente, grupos de mulheres que desenvolviam também atividades de saúde⁸⁵. Os relatos do Grupo C, além de situar as trajetórias dos participantes, revelam também suas diferentes perspectivas. Identificam-se, ainda, elementos de ligação precedentes através dos quais o Grupo se articula com outros grupos de saúde, fora do espaço geográfico de atuação e com o CNMP.

Não identificamos no Grupo C um momento comunitário, mesmo que encontremos marcas daquele discurso. Por essa razão e também para registrar diferentes perspectivas articuladas na sua criação, mantivemos as falas que fazem uma retrospectiva e localizam

⁸⁵ Setor Pastoral designa uma subdivisão geográfica da Diocese e que agrupa diferentes paróquias, podendo atingir diferentes municípios. Assim que a área de influência do Grupo não se restringe ao município do Cabo de Santo Agostinho. A Pastoral da Juventude tem sua origem na Juventude Católica Operária, cuja criação foi a de atingir jovens não operários, daí também fazer-se referência à Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP). Quanto à Ação Católica Operária, movimento bastante conhecido e que se redefine em Pernambuco na década de 90, passando a designar-se Movimento de Trabalhadores Cristãos, substituído do sentido restritivo de “católico”.

no tempo e especificam as redes a partir das quais foi criado. Como podemos observar, ainda, o grupo é legalizado, num segundo momento, como entidade civil, daí seus participantes utilizarem o nome da entidade, que aqui designamos apenas como Centro.

Caixa 5 - “Teve toda esta ligação, essa rede com outro tipo de movimento na comunidade”

GRUPO C

-Eu comecei a participar nas atividades da Paróquia (Num bairro do Recife) e também no Movimento de Encontro de Irmãos. No Movimento de Irmãos, o método que o pessoal usava era o “Ver, Julgar e Agir” e às vezes a gente conseguiu, depois de refletir, a gente conseguiu umas ações na área mais social ... No ano de 78/79, Dr. C. e D. vieram morar nesse bairro. Eu comecei a participar um pouco com eles, passando vídeos, vídeos não, slides naquela época ... Eu me engajei também um pouco com os grupos de mulheres que já tinha começado lá naquela área, mas foi o início do Movimento de Mulheres, pras mulheres se conhecer melhor, se organizar melhor. No ano de 82 houve uma Assembléia da Diocese e o pessoal que estava na coordenação pediu gente pra ir pra outras áreas que não tinha agentes de pastoral. Então eu pesquisei algumas áreas e aqui no Cabo tinha um padre muito aberto, o Pe. R. e ele recebeu. Ele queria umas agentes de pastoral.. Então eu comecei a morar no Cabo em 83 com a S, que tinha saído de uma congregação religiosa. E a gente começou organizar a comunidade, organizar grupos de jovens, de mulheres. Isto foi no ano de 83. Agora na área de saúde a gente só começou lá nos anos, no fim de 80 eu acho, no início de 90 com umas palestras com S, que tinha vindo de Petrolina. Ele tinha uma experiência na área de saúde e começou a fazer algumas palestras, ensinar umas coisas simples, como fazer uma tintura, uma pomada. Não, foi mais nas tinturas. Então a gente começou a convidar Dr. C. para dar umas palestras nos anos 90, ele foi pra várias áreas aqui no Cabo e começamos a fazer uns treinamentos lá no ano de 93, 94 com farmacêutico, a gente começou a aprender como fazer as coisas e a gente chamou gente de várias áreas, Centro das Mulheres do Cabo, Destilaria, Pontezinha, Ponte dos Carvalhos. E a gente sentiu a necessidade, depois, de formar um grupo mais organizado ... Começamos a fazer mais treinamentos na área, porque a gente não tinha espaço, treinamentos com os farmacêuticos, E. do Centro Nordestino de Medicina Popular, mas sempre com o objetivo não somente de fazer os remédios e pros remédios ficar acessíveis

ao pessoal mais pobres, mas também de participar nas organizações políticas, como o Conselho Municipal de Saúde, Conselho de Moradores, Clube de mães, Grupo de Mulheres. Antes, eu esqueci, antes de começar este trabalho com saúde eu tinha um trabalho com mulheres aqui no Cabo, Pontezinha, Ponte dos Carvalhos, Usina Bom Jesus, Escada ... (Entrevista C9).

- A minha entrada no movimento popular foi desde adolescente, dentro da Igreja, a partir do Grupo do Crisma, aí veio a Pastoral da Juventude. Aí a partir da Pastoral da Juventude, a meu ver, ela prepara a gente pra caminhar em outros movimentos. Hoje eu vejo a pastoral com estes olhos. Aí tomei dimensão de outras, comecei a enxergar que o movimento popular não só era, eu não tinha nem claro assim, dentro da pastoral o que era movimento popular. Eu vim ter esta visão quando, a partir da Pastoral, aí a participar dos encontros do MTC, da antiga ACO, com V, com aquele pessoal. Aí a partir dos encontros da ACO a gente fazia equipe, grupos lá no bairro ... A partir deste bairro aí continuava com o trabalho na Igreja, junto ainda à ligação, nesta época, da pastoral, eu participava da pastoral e destas coisas ... Daí começou, quando na ACO, aí teve o PT, um monte de coisa assim que ia para os encontros, reuniões era tempo de cão ... Ah sim! Quando esta questão da ACO, aí quando eu conheci, que V. vinha, a gente começou o trabalho das plantas lá. Aí foi quando eu comecei conhecer outras coisas, mas a questão de conhecer o trabalho de saúde foi nos encontros que A. já fazia com a pastoral, com os grupos de mulheres e atingia outras áreas ... Aí começou assim surgir os encontros do Centro Nordestino, foi quando o trabalho do Cabo já começou assim se estruturando mais, tendo outra dimensão, surgiu as palestras, aí C. começou a vim, já não era mais S. que dava os encontros. Aí vinha (Dr.) C., D. trabalhar com as mulheres também. Em todos estes encontros eu vinha com Dona T. Aí foi quando eu comecei a ir pra Olinda, pra Recife, pra outros encontros ... Aí a partir daí esses encontros, aí a gente foi tomando assim, a formação, aprendendo a formação de todo mundo, nunca tinha escutado falar em Conselho de Saúde e nada. Nunca tinha tido assim uma visão maior da saúde, até porque eu era agente de saúde em Escada, do PACS, do Programa do Governo (Entrevista C8).

- No movimento popular eu venho desde a fase de adolescente ... Uma fase que eu estava no Rio, que eu comecei a trabalhar como empregado, uma fase que eu não vivia em movimento popular, mas quando eu vim aí pra Coperbo, em 64, eu comecei a entrar no Movimento Sindical, quando a gente fundou o Sindicato da Borracha, eu fui um dos fundadores e vem caminhando aí nesta caminhada de Movimentos Populares, sempre integrado aos movimentos de Igreja. Também participei em Paulista, no período muito pequeno, mas participei da JOC, Juventude Operária Católica, participei, isto foi mais ou menos em 50 ... Em 64 a gente começou, chegou no período que, de muita agitação, da revolução, né, começou os movimentos de ir para o Rio, de articulação pra se formar um sindicato. A repressão era muito grande, espécie assim meio assustado, a gente tinha esta articulação entre companheiros e quando o negócio foi se abrindo criou-se o Sindicato da Borracha e hoje está aí, um sindicato com um bom passado. Tinha alguns companheiros de partidos, nesta época eu não tinha partido, mas tinha o companheiro P., R., L., P., são tudo líderes sindicais e a gente começou a formar este grupo dentro da Coperbo ... eu estava integrado no movimento sindical. Movimento Popular mesmo depois de 64 eu só vim participar mesmo quando me aposentei em 90. Tinha mais liberdade e aí comecei a participar de movimento da Igreja e através da Pastoral da Saúde foi que eu cheguei ao Centro ... A gente tinha um trabalho através da Igreja, a Igreja São José Operário, era Pastoral da Saúde, mas era muito limitado, porque a gente só ficava na Igreja, porque não havia espaço político no Cabo no momento, né. A situação que estava no momento não dava espaço. Inclusive tinha um Conselho mais fechado. Eu tentei muitas vezes participar deste Conselho, mas eles não davam condições. A gente ficou somente a questão de saúde popular, questão da família, grupo de casais. Depois que começou a aparecer o grupo de (Dr.) C., através de S. do PT. S. foi um dos primeiros que começou a nos dar estas orientações. Comecei a gostar, depois vieram alguns assessores do Centro Nordeste, foi A., foi outro, o irmão dela que eu esqueci do nome, a dar treinamento e preparação de remédios, né, e a gente foi tomando gosto pela coisa e achamos que devíamos criar uma entidade e formamos (Entrevista C10).

Eu queria retroceder um pouco a minha vida, a minha história. Participei do sindicato, na área profissional trabalhei em várias indústrias, trabalhei na Alpargatas. O sindicato dela era dos Sapateiros, da borracha ... Então lá sempre tinha muita força, mas depois entrei na Cosinor, onde tinha o Sindicato dos Metalúrgicos. Aí onde teve um sindicato mais forte. Eu

participei de sindicatos, de comissão de fábrica, fiz piquetagem na porta de fábrica, inclusive com aquele menino que é hoje deputado estadual, J. P. , S. L. ... Entrei neste trabalho de saúde justamente na Igreja, foi um convite para vir um representante através de uma pessoa que levou a proposta, o convite, pra vir uma pessoa da Igreja Católica para representar a Igreja, a comunidade. Na época eu estava sendo um representante da comunidade. Aí eu vim e de lá pra cá eu gostei das propostas, gostei do ambiente e das pessoas, vi seriedade e daí eu fiquei e estou até hoje. Fui trabalhar, dando o que posso. Este primeiro encontro foi, faz uns seis sete anos. Eu já participei de tantos encontros que não me lembro, não tenho nem mais lembrança. Eu não só participei deste movimento, eu participei da ACO, hoje MTC, participei de partido político, eu já fui candidato a vereador na época do PT. Hoje eu estou afastado, não faço mais parte de partido nenhum. Tenho a minha ideologia um pouco esquerdista, não extrema, mas com lógica. Tenho. Então é isto, participei de movimentos ... Veja! O Centro, ele foi criado faz quatro anos, quer dizer oficialmente com registro, cadastrado, muito embora tenha funcionado assim na saúde, pela Igreja, dentro do movimento da Igreja, e eu vim participar porque eu acho que é o meu sangue, eu tenho sangue de caboco, dali do Agreste Pernambucano e tenho na minha vida a ver alguma coisa de natural, que tem aquela vontade, tem uma sede de usar a natureza (Entrevista C1).

- ***Eu comecei no movimento popular quando morava no bairro C. Veio Irmã A. e S. e formou um grupo de mulheres. Ela formou com a gente e a gente ficou participando do grupo de mulheres. ... Veio a história do Centro. M. convidava pra ir participar das reuniões lá na creche, que ia C. fazer encontro com o povo. Aí eu fiquei participando e achando bom porque a gente estava aprendendo a conhecer as plantas, porque eu não tinha conhecimento com as plantas. O problema era juntar com o Centro, manipulando já as plantas no momento ... e fui ficando engajada e achei bom participar do Centro eu acho que é muito importante, porque a gente melhora mais sobre a saúde, a gente tem aquele, como sair de casa pra conversar com as pessoas, não ficar parada num canto só lidando com o serviço de casa, Aí eu acho muito importante ... (O Centro) surgiu assim, que é pessoas de vários bairros, várias comunidades. Daí que surgiu a idéia de formar a entidade. A gente discutindo junto, que é muito importante nas reuniões e achei, todo mundo achou que era importante ... As atividades são formar pra outras comunidades, ensinar as pessoas se alimentar, fazer multimistura, comida que não contem muitas, elas têm vitamina como a folha da macaxeira, como a batata doce, couve. Estas coisas assim. Como a reunião lá nas outras comunidades, lá pelo Ouro Verde, plantar as plantas é lá que é pra fazer remédio e dar curso nas comunidades. (Entrevista C11).***

- *Minha experiência começou pelo meu pai. Meu pai era curandeiro, trabalhava com raiz, mas não dava muito valor, mas depois de alguns tempos apareceu o Pe. G. Aí então ele se interessou muito pelo meu trabalho, disseram a ele que sabia fazer garrafada, fazia remédio em casa pra meus filhos, pras pessoas que apareciam. Aí ele trouxe uma mulher que rezava o povo, quando ele veio pra Recife ... Aí eu comecei a trabalhar, a fazer remédio, ajuntava o povo da comunidade e fazia um debate, assim na hora de se colher a planta pra fazer o chá, ensinava a fazer o lambedor e quinze em quinze dias ela vinha, aí ensinava mais remédio. Aí depois apareceu esse movimento do Centro aqui, então que eu comecei a participar das reuniões, fiz o curso com o Dr. C. e comecei mais a aperfeiçoar o meu trabalho. Hoje estou engajada, faço até debate nas escolas também, as professora me chamam ... Começou só em reunião, em reuniões, fazer, a gente fazia os remédios nas reuniões, ensinando as pessoas, depois disto foi que a gente começou fazer assim como se fosse uma cooperativa agora, né Quando vai pra uma palestra a gente sempre fala, ensina também como fazer e como eu vendo, eu vendo ensinando, porque eu não quero enricar com esse remédio e nunca ninguém vai enricar com o remédio. A gente sempre, além de vender, a gente ensina como fazer o remédio. (Entrevista C7)*

Os relatos aqui registrados dão conta de uma pluralidade de experiências, a partir das quais se articula um discurso tendo como eixo a saúde, particularmente as plantas medicinais. Estas experiências referem-se a grupos comunitários, a grupos de mulheres, a pastorais específicas; experiências de sindicalistas e de militantes de partidos políticos. Conforme explicitado, o objetivo do Grupo não é “somente” uma ação de caridade, mas a organização política, oferecendo assessoria e formação a outros grupos e comunidades⁸⁶. Na criação deste Grupo há, assim, uma composição de uma “vontade coletiva” em nível micro-social, a partir da criação de uma cadeia de equivalência entre diferenças,

⁸⁶ Isto também faz lembrar que é uma trajetória típica de grupos envolvidos em atividades de promoção social da Igreja, onde se confrontam com as limitações organizacionais e discursivas (Fernandes, 1988: 9).

conforme discutimos na p. 113. Isto é dito de outra forma por uma das entrevistadas ao afirmar que

“teve toda esta ligação, essa rede com outro tipo de movimento na comunidade ... cada um tem o seu ritmo diferente, mas todos são contemporâneos. Eu sinto isto, assim de ver crescer mesmo cada um, tendo um olhar diferenciado em alguns aspectos da organização, mas o eixo, assim, o ponto chave, ele é igual a todo mundo” (Entrevistada C8).

Destacamos, ainda, a presença da afirmação de uma autonomia, segundo uma das entrevistadas, para

“atender esta demanda maior e ter também, assim, a gente ter, através do Centro, mais fácil acesso às secretarias, a órgãos públicos, também a ONGs” e sendo, também, “um desafio para o Centro ... (a) questão de auto-sustentação, dos recursos financeiros ... até a nível de formação técnica, tudo numa coisa da gente se liberar do CNMP ... ter uma autonomia enquanto entidade” (Entrevistada C8).

Estas considerações sobre o Grupo C nos enviam aos dois momentos seguintes, propostos como orientadores de nossa análise - sócio-político e autonomista. Desta forma, voltamos ao Grupo de referência para análise da passagem do momento sócio-político para o pluriarticulatório.

1.2. Sócio-político como momento pluriarticulatório

Retomamos a análise do Grupo A que, como vimos, foi marcado por um discurso comunitário e procuramos demonstrar a passagem daquele discurso para um discurso sócio-político, que pode ser sintetizada na afirmação *“vimos que era papel do governo”*⁸⁷.

⁸⁷ Podemos falar aqui de um processo de aprendizagem. À medida que um dado discurso, o qual deu significado à ação e às relações, não oferece parâmetros para situar ou resituar ações em um novo contexto, implica num aprendizado a partir do qual se reorganiza um discurso, reorganizando o processo de

Conforme analisamos anteriormente, o discurso sócio-político reorientou a trajetória do Grupo e também possibilitou uma releitura do popular e do não popular, assim como do discurso sobre saúde a partir de uma releitura do documento da *Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde -Alma-Ata*. Assim é que, por exemplo, a releitura deste documento acentuará a participação política e não mais a comunitária. Nesta direção, explicitam-se também vínculos com o discurso do *Movimento Sanitarista*, que, não ao acaso, está presente na política pública formalizada na Constituição Federal de 1988, conforme já analisamos no capítulo anterior. Na exposição feita por uma das entrevistadas do Grupo A, a articulação destes elementos é explicitada numa fala contínua, na qual a visão de saúde defendida é contraposta a uma visão da saúde como tratamento da doença.

Caixa 6 – “A gente trata de saúde como qualidade de vida”

- Veja bem! A nossa visão é que a saúde, na visão de muita gente a saúde ela está dentro do hospital quando você vai tratar de uma doença, né. Você vai tratar da saúde. A gente diz diferente. A gente diz que a gente quando está indo para um posto médico, quando a gente está indo para um hospital, a gente está indo cuidar da doença. Está querendo tratar da doença. Quando a gente fala de saúde, pra nós a compreensão é muito mais ampla. A gente trata de saúde como qualidade de vida e temos, assim, um seguimento do que precisamos para se ter esta qualidade de

conhecimento. Como observa Klaus Eder (2001), esta reorganização não se caracteriza por um padrão de racionalidade, mas a constituição de uma ordem narrativa que dá significado à ação e às relações. Este autor não utiliza o termo discurso, referindo-se a uma ordem narrativa, que utilizamos aqui como termo equivalente, sem contudo estabelecer uma identidade entre estes, tendo em vista o seu uso em diferentes contextos teóricos.

vida. Pela OMS nós temos oito pontos básicos para termos saúde: Em primeiro lugar vem a terra. A gente não pode ter boa alimentação sem a terra. Terra para plantar, terra para construir. Nós temos que ter isto. Estamos aí vendo o MST levantando uma bandeira muito grande, defende muito a questão da terra porque é a partir da terra que eles vão sobreviver, vão viver realmente. Temos a terra e em segundo lugar a alimentação, que vem da terra e nós temos que ter a terra para poder ter a alimentação. Temos que ter um emprego com salário digno, um salário justo, com um salário que qualifica o cidadão, que dê as condições do cidadão viver e não sobreviver, que hoje está uma catástrofe em nosso país a questão do desemprego. Nós temos que ter uma moradia com saneamento básico, com água encanada e com luz. Essa é a verdadeira moradia que dá condições ao cidadão ter, morar bem, morar dignamente com a família. Nós temos que ter transporte de qualidade, que é um sufoco, é um stress quando pega o transporte quando vai para o trabalho, quem tem trabalho e que tem que voltar mais tarde e pega aquele ônibus cheio. Isto a gente defende também como um ponto para se ter qualidade de vida, que é o transporte. Nós temos que ter educação de qualidade. A gente não precisa aprender a soletrar, aprender as letras, mas nós precisamos de uma educação para viver e não para decorar. Temos que ter o lazer que é importante na nossa vida, a gente defende isto também como um ponto de qualidade de vida e defendemos sobretudo o poder de decisão, porque a Constituinte nos deu esse direito. Se a gente não tiver dentro dos poderes de decisão, que são os Conselhos, a gente não pode contribuir muito para o desenvolvimento. Pois ali estamos dando, estamos

propondo, nós estamos aprovando o que é de melhor, o que nós sabemos no dia a dia, na nossa vivência o que é melhor para a população. Então, esta é a visão diferenciada que nós temos de saúde da visão geral do país, digamos assim. (Entrevistada A1)

A construção da alocação da entrevistada estabelece de imediato um “outro”, identificado como “visão de muita gente”, que se materializa no atendimento hospitalar e identificado como tratamento da doença. Em contraposição a este “outro” estrutura-se a sua fala, a partir do qual se estabelece uma identificação do Grupo com o tratamento da saúde. Este tratamento é qualificado como “qualidade de vida” definida a partir de oito pontos “extraídos” do Documento da *Conferência Internacional sobre cuidados Primários à Saúde*, os quais se constituem como marcos de referência - terra, habitação, trabalho, transporte, lazer, educação e participação⁸⁸. Esta referência ao Documento da OMS proporciona elementos para um “programa” e sua legitimação, assim como deslegitimação do “outro” que não colocaria a questão da saúde, mas o “cuidar da doença”, isto é, tratar os efeitos da ausência das condições para se ter saúde. Outras vozes estão presentes nesta alocação, como o Movimento dos Sem Terra (MST), cujo discurso fornece os elementos para situar a questão da terra e sua relação com a saúde⁸⁹. Desta forma, aqueles oito pontos fornecem uma referência cujos significados não são fixos, a partir do qual outros significados são inscritos, constituindo um outro discurso. Na

⁸⁸ Os oito pontos dizem respeito às atividades ou aspectos relativos a outros setores e sua relação com os cuidados Primários à Saúde. No documento destacam-se a agricultura (terra), água, saneamento, habitação, obras públicas e comunicações, meios de comunicação de massa, atividades agrícolas e industriais, participação da comunidade. (OMS, 1979: 37s). Os oito pontos, identificados pela entrevistada, são já uma leitura daquele documento.

⁸⁹ Citamos aqui uma outra fala, de outra entrevistada, para ilustrar a presença de outros discursos e seu peso no processo de identificação. Ao destacar a importância do Grupo para sua vida a entrevistada faz a seguinte afirmação: “Mudou também a minha cor negra. Eu dizia muito, eu implicava muito. Dizia não sou negra... Então a partir que eu fui descobrindo a minha origem, meus antecedentes, meus avós, já vieram de outros tempos, hoje tenho consciência de que realmente sou negra e não me envergonho de dizer”.

construção deste discurso mostra-se um processo dialógico, manifestado pelos interdiscursos.

A fixação de novos sentidos não só redefine a participação, como já mencionado acima, mas também localiza o espaço de exercício do poder de decisão. Os conselhos são este espaço e conforme afirma a entrevistada, *‘pois ali estamos dando, estamos propondo, nós estamos aprovando o que é de melhor, o que nós sabemos no dia a dia, na nossa vivência, o que é melhor para a população’*. A legitimação deste poder de decisão é ancorada na Constituição Federal. Isto é, alguém “deu esse poder”. O direito de poder decidir não se coloca a partir do Grupo, mas a partir da Constituinte que deu esse direito. É também neste âmbito que se define o mecanismo para exercer tal poder, o “estar dentro dos poderes de decisão”, que são os conselhos.

Como veremos na sequência, é também neste espaço que se manifestam os impasses e conflitos e é a partir destes que o Grupo buscará novas formas de atuação, por exemplo, através da constituição de um outro espaço público.

Para situarmos os impasses e conflitos que se manifestaram no que denominamos momento sócio-político, buscamos analisar aqui a participação nos conselhos, em particular no Conselho Municipal de Saúde e, em seguida, fazer referência às reivindicações feitas pelo Grupo. Cabe observar que as atividades do Grupo não se restringem a esses dois aspectos. Assim é que o Grupo mantém, entre outras atividades, um pequeno laboratório para fabricação de remédios naturais, desenvolve também atividades recreativas, educativas e acompanha também grupos de hipertensos. Estas atividades são colocadas como forma de veicular as temáticas priorizadas pelo Grupo e manter uma presença no bairro. Como exemplo disto, afirma-se que a atividade de

artesanato com papel jornal, é “onde você vai fazer palestra sobre cidadania, o meio ambiente, a reciclagem ... ao invés de jogar o papel em qualquer lugar” (Entrevista A3).

Quanto à análise da participação nos conselhos, cabe lembrar que, em grande medida, estes foram colocados como modelo de participação a partir do fim do Regime Autoritário. A sua implementação, no entanto, colocou diversas questões sobre sua regulamentação, mecanismos de representação tendo em vista a multiplicidade e heterogeneidade dos grupos, assim como a diversidade de ações propostas pelas agências públicas, multiplicando-se também o número de conselhos. Isto colocou, ainda, a questão da relação entre os diferentes atores presentes nestes conselhos e da relação entre os conselhos, aspecto também salientado por Ruth Cardoso (1994) ao analisar a trajetória dos Movimentos Sociais das décadas de 1970 e 1980. As formas particulares desses impasses e dificuldades, conforme a visão de entrevistados do Grupo A, são apresentadas abaixo.

Caixa 7 – “Conseguiram acabar com o Conselho Municipal de Saúde só por um mexido lá”⁹⁰

- Foi aí que a gente foi crescendo e também participando nas lutas. Com o tempo, uma do grupo participou do Conselho Municipal de Saúde, que foi D. . NO Conselho Gestor, como ajudar a trabalhar um trabalho de saúde dentro do local, da unidade de saúde aqui do Posto e D. no conselho de Saúde. Aí a gente unificou a força, porque ele estava trazendo o saber do Conselho Municipal de Saúde pra aqui. Outras estavam trazendo do Conselho Gestor, dos grupos da Unidade de Saúde e como nós aqui trabalhava dentro de tudo isso ... Isto era com D. Ela era quem participava por lá e trazia as informações. Com esta prefeita acabou tudo que é de Conselho. Foi acabado o Conselho. Esse período de dois anos que D. participou

⁹⁰ Cabe esclarecer que as entrevistas foram feitas antes da posse da atual Gestão Municipal. Nos relatos ao referirem-se aos conselhos têm presentes as Gestões de 1992 – 1996 e a Gestão 1997 – 2000. Informamos, ainda, que no primeiro ano da atual Gestão, foi convocada a Conferência de Saúde, onde foram eleitos novos conselheiros.

desse Conselho, essa administração eles faziam um trabalho muito bom. Foi um trabalho que foi levantado esse Conselho com a Conferência para poder ter os delegados, ter eleição dos delegados para participar desse Conselho ... (Depois) elegeram outro Conselho, sem esse (Eleito na Conferência) Conselho saber. Quando vieram saber, as pessoas já eram pra ter eleição pra este Conselho, sem ter uma preparação. Preparação que eu digo, uma Pré-conferência, uma Conferência pra se eleger o outro Conselho. Não teve. E nós fomos as pessoas que foi contra, que não era por aí. Nós do Grupo, não aceitava isso não, desse modo de agir não ... Acabaram o Conselho de Saúde. Aí como é que trabalha uma Secretaria de Saúde que faz um trabalho deste, se não tem um Conselho? ... tudo já veio de cima, tudo caindo e pior que está aí o Conselho. Ninguém quer sentar mais pra discussão. A gente não se assenta mais pra conferir pra outros problemas da Unidade de Saúde, que é que está acontecendo na Unidade de Saúde. A gente não tem mais conhecimento. A gente não tem mais conhecimento porque a gente tinha aquelas reuniões mensais que ele fazia. Quando precisava da gente do Grupo, não ia só A., uma ou duas do Grupo iam participar também. E as propostas eram levantadas ali pra se fazer um trabalho digno, mas não andava e aí acabou tudo que é de Conselho. (Entrevistada A2)

- A gente começamos a participar do Conselho Municipal de Saúde também. Tinha os seminários de saúde e daqui do Grupo ficou uma conselheira que a gente participava como Grupo de Saúde, D. ficando como Conselheira do Distrito 2, que é essa área. E a gente tinha uma boa conselheira, uma boa participação no Conselho Municipal. Ótimo, só que tudo mudou na Gestão seguinte. Era um Conselho participativo, deliberativo também, onde participava do orçamento do Município e toda estrutura em cima do Município, na questão da saúde, questão, é até difícil este nome à saúde, né, porque saúde pra mim é outra coisa a tratar doença. Só que na gestão de J. tudo isto acabou. J., a nova secretária de saúde, a nova secretária de educação juntas conseguiram acabar com o Conselho Municipal de Saúde só por um mexido lá na Secretaria, na Prefeitura, que o povo não sabia. As pessoas do Conselho se reuniam e a Secretaria não participava, trazia documentos já aprovados por eles, era só. O Conselho só tinha o prazer só de ler, mas que já tava aprovado por eles e a gente não podia fazer mais nada. Até a gente questionava, só que não tinha resultados, mas mesmo assim o Conselho em si e a população desistiu. E no final, em 99, a Prefeita mais uma vez conseguiu derrubar de uma vez mesmo esse Conselho que já existiu e construiu um novo Conselho só

com as pessoas da Prefeita, pessoas dela. Pessoas que tinham cargos comissionados na Prefeitura, isto quer dizer, secretaria de saúde, é alguém que trabalha no Gabinete da Prefeita, alguém que tem um cargo comissionado com um vereador, com um deputado. O Conselho antigo, né. Assim mesmo a gente foi à luta e conseguimos colocar na Justiça, que a Prefeita é a Prefeita e a gente nunca teve esta resposta, esse documento nunca voltou e tá toda a população de Olinda, mesmo Olinda inteira na mão da Prefeita, mais uma vez e na mão da Secretária de Saúde. (Entrevistada A5)

-Houve participação por quase quatro anos, que pessoas aqui do Grupo ficaram participando do Conselho Municipal de Saúde aqui e do Conselho Gestor aqui da Unidade mais próxima do Bairro. Por estes quatro anos a gente participava das reuniões do Conselho Municipal e a gente levava as reivindicações ... Sempre tinha alguma coisa pra reivindicar. Nem sempre eram coisas novas pra gente, mas queria saber se tinham andado as outras coisas, que já tinha acontecido antes. E o pessoal achava que ia levando novas. “Eita” O pessoal chegou, deve ter coisa nova pra eles vim aqui cobrar”. Mas assim, a executiva mudou um pouco a lei que tinha criado o conselho. Aí houve uma mudança, coisa assim que até feria a Constituição Federal por conta que estava ferindo a Lei maior que a do Município. E aí foi aprovada na Câmara, criou outro Conselho. Foi criado outro Conselho e daí deu uma confusão muito grande ... foi levado para o Conselho Estadual e o Conselho Estadual deu 60 dias para o Município arrumar, refazer o que tinha feito e o outro Conselho tinha que criar, tinha que existir a Conferência pra fazer outro conselho. Foi feito assim, sem ter feito a Conferência Municipal. Então foi muito publicado. Então deram 60 dias e este prazo já se esgotou e a gente até estava vendo de chamar, de convocar o Fórum pra gente procurar ver como é que ficou ... Dificuldade tinha por conta que é uma coisa nova, que a gente está aprendendo, houve capacitação para conselheiros, houve um investimento muito grande, as pessoas que deram, a formação foi muito bem feito. Aí as pessoas de fato viam o que era um Conselho, viam que a responsabilidade, os conselheiros, a responsabilidade que era. (Entrevista A4)

-Quando a gente diz que bate de frente com o Estado e com a Prefeitura do Município é porque a gente não concorda com algumas posições da Prefeita, de alguns secretários e a gente não concordando a gente não aceita. Da mesma forma que eles não concordam com

algumas posições nossas. Temos aí muito claro o Conselho Municipal de Saúde do Município. O Conselho Municipal ele foi totalmente derrubado pela Secretária de Saúde, pela Prefeita. Derrubado porque vários conselheiros, eles, da parte dos usuários, defendiam realmente os usuários ... Tudo começou quando o Conselho pediu uma prestação de contas e quando a prestação de contas veio, veio com pagamento de contas de celular da Secretária, viagens e tudo isto pago com dinheiro do SUS. Isto não foi aceito pelo Conselho. Após isto se travou uma luta muito grande dentro do Conselho com a Secretaria de Saúde e isto veio fazer com que a Prefeita colocasse um Projeto Lei na Câmara, onde tinha algo dentro do Conselho, se não me engano, que tinha, assim, é um Projeto Lei que tirava os poderes do Conselho, dando poder total a Secretaria de Saúde. Passou na Câmara ... Este projeto passou, passando este projeto o Conselho foi destituído e a Prefeita elegeu um novo Conselho da bancada dela, onde foram pessoas ligadas aos vereadores, que estão na bancada da Prefeita e este Conselho foi implantado. Está uma luta muito grande. Nós não concordamos. Fomos chamados para fazer parte deste Conselho, mas nós fomos lá para dizer que a gente não concordava com este Conselho porque existe um Conselho tirado na 3ª Conferência Municipal de Saúde e o Conselho existe de fato e pela Lei e a gente não estava de acordo com este novo Conselho ... Foi-se para a Delegacia, de lá foi para o Conselho Estadual de Saúde. O Conselho Estadual não resolveu e colocou no Ministério Público. Então a briga está; o Ministério já determinou que a prefeita que ela trouxesse de volta o Conselho antigo, que aquele Conselho não teria poder pra nada, sinal de que o Conselho foi inventado, né. Foi implantado por ela. E que o Conselho que foi tirado na 3ª Conferência puxasse a Conferência Municipal ... O Ministério Público agora que está a frente deste caso (Entrevista A1).

Evidencia-se nos relatos que a participação e avaliação do Conselho Municipal de Saúde está condicionada às duas administrações desse Município, onde o papel do Poder Executivo aparece como definidor do “funcionamento” do referido Conselho. Assim é que os entrevistados, ao se referirem à primeira Administração, fazem uma avaliação positiva, a exemplo da afirmação de que “era um conselho participativo, deliberativo também, onde participava do orçamento” ou, ainda, “onde levava as reivindicações ... nem sempre de coisas novas para a gente, mas queria saber se tinham andado as outras coisas ...”.

Esta avaliação é feita à luz da experiência do Conselho Municipal de Saúde da segunda Administração, a partir da qual se faz uma retrospectiva salientando-se as virtudes da primeira gestão do referido Conselho. A avaliação positiva da primeira gestão tem como referência a segunda, esta caracterizada pela destituição dos representantes legitimamente eleitos numa Conferência Municipal, substituídos por outros conselheiros. Segundo os entrevistados, conselheiros estes ligados à “bancada da Prefeita” e eleitos de forma ilegítima através “de um mexido” nas regras. Expõe-se, desta forma, um conflito político, cuja origem está relacionada, segundo os relatos, ao uso indevido de recursos públicos, ou seja o seu uso privado. Como podemos observar, ainda, este conflito é “transferido” para o campo jurídico. Os relatos remetem, assim, a um debate sobre uma natureza patrimonialista do Estado⁹¹, caracterizado pelo uso privado da coisa pública, cuja expressão seria o clientelismo, o caudilhismo, a corrupção e cujo resultado seria um Estado incompleto (Ivo, 2001: 16). Nosso enfoque aqui será, no entanto, o de explorar o “jogo” que se estabelece no campo de uma cultura política e sua relação com as normas e regulamentações formalizadas. Antes, porém, queremos salientar outro aspecto presente nos relatos e que comporão a nossa análise.

Na contraposição encontrada entre as experiências vivenciadas nos dois períodos mencionados acima, as dificuldades referidas à primeira gestão não estão situadas, segundo as narrativas, num campo político. Estas dificuldades são de outra ordem e tendentes a serem colocadas como “técnicas”. Isto aparece na fala de uma das entrevistadas ao afirmar que *“dificuldades tinha, por conta que é uma coisa nova, que a*

⁹¹ Para desenvolver a nossa análise, não exploramos a vasta literatura a respeito deste tema, cujo debate está presente desde as interpretações do Brasil – Sérgio Buarque de Holanda, Faoro, Caio Prado ... – seja numa literatura mais específica, particularmente presentes nos estudos sobre o Nordeste, a exemplo de Elegia de uma Re(li)gião de Francisco de Oliveira ou os Donos do Poder de Bursztyn.

gente está aprendendo. Houve capacitação para conselheiros, houve um investimento muito grande, as pessoas que deram a formação foi muito bem feita” (Entrevista A4).

Analizando esta afirmação a partir do tempo dos verbos, constata-se a permanência das dificuldades (*tinha* dificuldade - *é* uma coisa nova, a gente *está* aprendendo). Isto coloca para o Grupo a questão do domínio das regras formais, o uso e entendimento da “linguagem técnica”, que condiciona a participação. É também neste campo que se coloca a intervenção das ONGs. Assim é que se afirma: *“É sempre nessa preocupação de qualificar o trabalho dos grupos e dar um apoio mais técnico, um apoio de formação do pessoal. A gente acha, assim, muito importante, porque temos que ter essa vanguarda”.*

Fazendo referência aos relatos do Grupo C, em relação a sua participação no Conselho Municipal de Saúde, encontramos uma situação similar àquela colocada pelo Grupo A relativa à primeira Gestão, onde as dificuldades são situadas no campo “técnico” ou limitações do próprio Grupo. Isto é explicitado nos seguintes relatos.

Caixa 8 – “Em nenhum grupo todos vão ter o mesmo nível, assim de poder fazer propostas”

- A gente tem participado das discussões de tudo relacionada à saúde, tudo relacionado, como se diz, empenho, obrigações dos poderes públicos, do Governo Municipal e nossas opiniões, algumas propostas nossas. No meu caso, tem de algumas propostas foram aprovadas. Tem uma abertura razoável dentro do Conselho Municipal de Saúde do Cabo. Há dificuldades. Uma coisa que eu cobro é porque o Conselho ainda é muito pequeno, os espaços pra reunião do Conselho Municipal de Saúde. Eu sempre digo que o Conselho deve ser aberto ao público, mas como eles acham, as reuniões não tem sentido para o público, apesar que eu tenho convidado o pessoal das entidades que eu faço parte pra fazer parte das reuniões do Conselho, fazer suas cobranças dentro da reunião do Conselho. Acho que é um dever de todo brasileiro participar das reuniões do Conselho. É uma coisa que atinge diretamente todo mundo. Acho que, eu sempre digo, reclamações, sugestões se faz no Conselho. (Entrevistado

C10)

- J. é mais a nossa representante, mas começaram a visitar os hospitais e postos de saúde, levantando as dificuldades e apresentando ao Conselho Municipal de Saúde, levando também a questão de plantas medicinais, agora a dificuldade é que a participação é difícil as vezes, não tem continuidade. S. sabe falar mais sobre isto e J. Não sei se falaram. Que as vezes o aviso da reunião chega em cima da hora, não sabe, tem o dia certo, mas as vezes muda a data e o local. Tem toda esta dificuldade, eu acho com todos os Conselhos. (Entrevistada C8)

- Esta questão da Secretaria, eu acho se a gente tivesse talvez uma equipe mais, mas eu digo de níveis iguais de conhecimento, não é assim dizendo que os outros não saibam, mas cada um tem o seu processo, eu acho que em nenhum grupo todos vão ter o mesmo nível, assim de poder fazer propostas. A gente apresentar este tipo de coisa. A gente poderia até ter uma participação maior junto à Secretaria de Saúde, porque assim a demanda de atividades da Secretaria propõe de certa forma indireta, dava pra gente estar assim mais presente ... Então tem este conhecimento, mas que a gente não tem perna hoje, eu acho assim, recursos humanos, não é por qualidade, mas acho que conforme a ação de prestar, de estar mais perto desses setores da Secretaria ... Todas estas coisas que aconteceu e a relação do CENTRO também assim que a gente tinha este espaço garantido já no Conselho. Agora hoje eu me preocupo assim por conta de se está dando esta intervenção do CENTRO no Conselho. Eu acho assim aquela forma de que a gente está ocupando o espaço, sem estar ocupando como ele deve ser ocupado. Sim! Por conta da, eu acho que a participação de J. ela está um pouco precisando de uma formação maior ... O Conselho ao meu ver, assim, não correspondeu as minhas expectativas que eu tinha em relação ao Conselho de Saúde do Cabo. Pessoas que vieram assim de uma história política muito boa, os membros do Conselho, mas que no entanto as ações não estão sendo efetivadas da forma que deveriam ser. O Secretário tem uma certa abertura, tudo isto e não há ... Aí eu acho também que o CENTRO ele poderia também ser um motivador dentro do Conselho e a gente enquanto entidade representativa dos usuários no Conselho a gente não está despertando essa, não está ocupando o papel de fato que deveria ocupar no Conselho. Eu não sei se foi por conta da escolha que a gente fez, a pessoa que está lá no Conselho ou se faz parte de todo um conjunto ... Tem isto também, esta faca de dois gumes e hoje de certa forma a relação com o governo é um mar de rosas, assim, temos de

certa forma um acesso, só que é uma burocracia tão miserável, tão frustrante também que se diz ter isto mas pra concretizar isto não tem, como no caso do ano passado, da subvenção da Secretaria de Ação Social. O Secretário veio aqui conversou, conversou, a gente levou tudo o que eles pediram, não sei o que e nada deste dinheiro sair. Se a gente fosse um grupo de não ir a luta com o que a gente pode fazer até hoje a gente estava com uma cuia na mão pedindo subvenção do governo. Agora eles não tomaram consciência ou também a gente não se posicionou ainda dizendo que ele tem obrigação de fazer isto, uma vez que de certa forma presta um serviço ou é o serviço da gente que não está tendo assim o impacto que a gente, que deve ter. (...) Tem o Conselho de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente. São estes dois conselhos assim que o Centro tem o perfil, enquanto entidade, de estar nestes conselhos, mas que também é um caso sério – sabe? – nestes conselhos, por conta também do próprio governo, das outras ONG's e é um caso assim que os conselhos, no Cabo, pra andar, é difícil e outra coisa, é que tem tanto conselho que a entidade participa, se encaixa no perfil, que a gente ou bem faz as atividades que o CENTRO tem ou participa só de reuniões de conselho. Porque, assim, uma em cima da outra, uma atrás da outra e a gente não sabe, tem dias que tem duas reuniões de conselho, o Conselho do Meio Ambiente de tarde e outro de manhã e é aquela coisa séria (Entrevista C8).

Como podemos observar nestes relatos, também no Município do Cabo coloca-se uma conjuntura favorável à participação no Conselho de Saúde, tendo em vista a composição da Administração Municipal. Nesta direção, entre os entrevistados há quem afirme ser possível uma maior participação, que não é feita em vista da falta de recursos humanos e/ou qualificação. Assim é que, conforme a avaliação presente na última entrevista acima, a carência de recursos humanos e multiplicação de reuniões gera uma tensão no uso do tempo, isto é, *“ou bem faz as atividades que o Centro tem ou participa só de reunião de conselho”*. Esta última consideração leva-nos a nos deter sobre o uso do tempo e recursos feito pelos grupos. Nos relatos dos Grupos A e C, coloca-se uma tensão quanto ao uso do tempo e dos recursos. Esta tensão pode ser identificada em quatro direções: da organização interna, da articulação, da participação nos conselhos e da

relação com a população. A concentração em diferentes atividades pertinentes a esses quatro campos de atuação, resulta em diferentes possibilidades e limites, imprimindo nos grupos características específicas. Estas características distintas decorrem das suas diferentes orientações, das condições locais e das relações estabelecidas próprias de cada nível. Desse modo, suas escolhas são parciais, uma vez que estão condicionadas e os seus desdobramentos estão para além dos grupos e inscritos nas relações. Isto coloca a questão da autonomia que será retomada adiante. O quadro abaixo procura sintetizar as múltiplas relações possíveis a partir daqueles quatro campos de atuação. Estas relações, simbolizadas pelas setas, podem ser feitas via grupos ou à sua margem, podem ser mais ou menos densas, mais ou menos subordinadas - paritárias.

A partir deste quadro podemos estabelecer certas características distintivas da presença dos dois grupos aqui analisados. Enquanto no Grupo A há uma ênfase na articulação com outros grupos e entidades, já no Grupo C há um reconhecimento de uma ênfase na organização interna, a exemplo da afirmação de que *“a gente ficou mais preocupado na organização interna da gente, do Centro, e a gente não tinha tempo pra continuar esta articulação e a gente está sentindo isto”* (Entrevista C8).

QUADRO 05– Âmbitos de atuação dos grupos.



Observa-se, ainda, que a participação no Conselho de Saúde tem peso distinto nestes grupos, seja pelo tipo de relações aí existentes, seja em decorrência de outros fatores, como aqueles relativos aos recursos humanos. Neste sentido, para o Grupo A, as questões relativa ao Conselho de Saúde têm um peso maior do que para o Grupo C. Isto se revela, por exemplo, no nível de informação dos membros da diretoria sobre o assunto. No primeiro caso, as entrevistas revelam que todos estão informados sobre o assunto, já do Grupo C esta socialização não ocorre, fazendo com que entrevistados indiquem outra pessoa que tem condições para falar sobre o assunto – *“Esta participação, quem poderia falar é S.”*. Quanto à relação com a população, há um reconhecimento por ambos os grupos da existência da dificuldade na relação com a população, as quais se restringem à atividade direta com grupos específicos. Assim que se afirma, por exemplo, que *“a gente*

está aberto a participar, tanto é que a gente tem participado muito fora e deixado um pouco a base ... porque realmente não existe uma comunicação específica, de trabalho diretamente (com comunicação)” (Entrevistada A1). Ou no dizer de um entrevistado do Grupo C, que exprime uma estratégia de mercado,

“A modernidade é o meio de comunicação, nos obriga a fazer isto. Tem que divulgar. Dizem que o ovo da pata é mais nutritivo do que o da galinha e por que o da galinha tem mais saída do que o da pata? Quando a galinha bota o ovo ela avisa todo mundo e a pata não. Então acho que nos falta pessoas para fazer este trabalho, então a gente também fica nesta passadinha leve” (Entrevista C1).

A presença maior ou menor, num destes campos, torna possível localizar os deslocamentos da visibilidade dos grupos. A análise dos relatos permite identificar um direcionamento das atenções para o campo institucional, mas também apresenta uma tendência de um novo movimento em direção à articulação, o que identificamos como momento articulatório, o qual se explicitará adiante.

1.3. Dinâmica do jogo de relações

Esta representação dos Grupos A e C, os quais têm uma atuação mais acentuada no campo da política do que nos Grupos B e D, proporciona as condições para retomar aqueles dois aspectos colocados no início desta seção, isto é, o “jogo” que se estabelece no campo de uma cultura política e sua relação com as normas e regulamentações formalizadas, referidos na p. 192, e as dificuldades que se colocam numa outra ordem, tendentes a serem identificadas como “técnicas”.

Como foi visto nos relatos do Grupo A, após a experiência positiva da primeira gestão do Conselho de Saúde, estabeleceu-se um conflito, quando se afirma que “*tudo acabou*” a partir de um “*mexido lá*” nas regras. O que levou à substituição dos conselheiros eleitos numa Conferência Municipal de Saúde e eleitos novos conselheiros, segundo os entrevistados, de forma ilegítima.

Numa primeira análise, poderíamos considerar a debilidade das instituições e da não clareza nas regras do jogo, daí os casuísmos, mudanças sujeitas ao bloco que está no poder. Neste sentido, as regras dependeriam de quem está no poder e não do campo institucional, que estaria acima das forças políticas. Assim é que se contrapõe uma vivência democrática, assentada em regras claras, e vivências submetidas a uma herança autoritária. A partir desta contraposição, por exemplo, Anete Brito Leal Ivo estabelece uma segunda, decorrente daquela: de que, na vivência democrática, teríamos regras claras e uma incerteza quanto aos resultados e, inversamente, em sociedades de herança autoritária haveria incerteza quanto às regras e certeza quanto aos resultados, visto que necessariamente garantiria os interesses dos grupos hegemônicos⁹² (Ivo, 2001: 17).

Não discordando desta análise, no entanto, a partir da nossa discussão desenvolvida nos capítulos três e quatro, a nosso argumento aponta numa outra direção, levando a uma outra leitura cujas conseqüências também são distintas. Desta forma, consideramos que a questão localiza-se num outro âmbito, que não o do campo da clareza ou não das regras do jogo. Estas, por sua vez, sempre estão submetidas a uma contingência da fixação de sentidos a partir de uma articulação hegemônica que contém uma dimensão ambígua e onde as próprias regras são transformadas segundo a dinâmica do jogo hegemônico. Neste

⁹² Quanto a esta contraposição, a autora baseia-se no texto de Sônia Freury “Política Social, Exclusão e Equidade na América Latina nos anos 90”, *Nueva Sociedad*, 156: pp. 72 – 94.

sentido, tanto as regras são contingentes como os resultados. Por outro lado, a ação política coloca-se como tentativa de controlar as contingências através da fixação e inscrição de sentidos às regras. Defendemos, assim, que a criação de sentidos não ocorre no campo da formalização de regras claras, mas no processo de fixação, onde aquelas regras “assumem clareza” e quanto mais complexo o jogo, maior a dificuldade de tais fixações e maior é a imprevisibilidade dos resultados⁹³. Nesta direção a ação política coloca-se em dois níveis: na definição do próprio processo a partir do qual se possibilita o outro nível, o das possibilidades e limites de fixação dos sentidos. É também neste nível que diferentes “marcos de referência” e “repertórios” são mobilizados e que remetem a processos políticos sedimentados no campo das relações sociais e numa cultura política. Desta forma, os processos políticos caracterizar-se-iam tanto na perspectiva de estabelecer o seu próprio sentido como da construção e delimitação de espaços onde se buscaria fixar esses sentidos e conter uma contingência constitutiva das relações políticas.

É também neste âmbito que identificamos uma luta entre um processo hegemônico, entendido como maneira de fazer política, e a imposição de um processo oligárquico tal como identificado na análise do conflito relatado pelo Grupo A. Nestes termos, podemos situar conflitos e antagonismos na contraposição de duas formas de estruturar a política e que resultam também em diferentes fixações. Estas, por sua vez, mobilizam diferentes “marcos de referência” e “repertórios de ações” materializados através dos significados inscritos no campo institucional expressos, por exemplo, através de um “espírito consuetudinário”, de representações sobre o Estado, a política, a autoridade e outras,

⁹³ Neste sentido poder-se-ia fazer uma releitura das sociedades definidas como democráticas, a partir da crise das instituições e os casuísmos, apesar das regras claras, a exemplo do projeto autoritário populista de Margaret Thatcher.

presentes também nas ações coletivas . Portanto não restritos ao lingüístico. Nesta acepção, identificamos, na análise do conflito acima referido, dois modelos de política, ou seja, luta hegemônica e autoritarismo. Isto não significa que ambos os modelos estejam presentes nas práticas cotidianas de ambos os lados, conforme as circunstâncias.

A partir do nosso modelo de análise proposto, situamos esta ação política como a manifestação de um conflito quanto ao processo decisório e operacional, cuja transferência para o campo jurídico obstaculizou a manifestação de um antagonismo no campo do jogo efetivo da fixação de sentidos às regras. Aqui salientamos também que, se identificamos um encobrimento de um antagonismo através da transferência do conflito para o campo jurídico, haveria de se destacar ainda outros mecanismos na direção de uma despolitização ou ocultamento de um antagonismo. Entre estes mecanismos podemos citar aqui o que Vera da Silva Telles denomina refilantropização da pobreza na qual *“o campo social é despolitizado e fixado como esfera que escapa à ação responsável, pois inteiramente dependente dessa versão moderna das leis da natureza hoje associada à economia e seus imperativos de crescimento”* (Telles, 1999: 100) Isto é, uma positivação assentada numa hegemonia econômica, configurando um discurso objetivista a partir do qual se define uma política social e um determinado desenvolvimento econômico como sendo inexorável. Nesta direção, a análise dos relatos, nestes dois grupos, tendem a acentuar a negação desta inexorabilidade, à medida que confirmam ser o campo das opções políticas onde são geradas ou modificadas as condições sociais, a exemplo da afirmação de uma das entrevistadas:

“Eu vejo muita dificuldade porque estão impondo isto ao povo brasileiro, estão impondo que o povo seja um povo de mendigar, de pedis ... Só é da gente ver quem está aí na luta e tentar fortalecer mais esta luta, porque se a gente cair na desesperança a gente não tem sonho pra viver e a pessoa sem sono é uma pessoa morta. Eu acredito muito assim no potencial das pessoas e que a gente pode transformar a partir mesmo destas dificuldades” (Entrevista C1).

Um segundo caminho se direciona aos “rituais de participação” e que remetem ao domínio “técnico” como desafio e ao qual está referida em grande medida a qualificação de seus membros, conforme expresso nas entrevistas dos grupos A e C. Com isto não queremos afirmar a não importância de tal conhecimento, o que queremos salientar é o deslocamento da questão política para o campo cognitivo, ou seja, o campo das informações e de saber utilizá-las. Consideramos, aqui, que é também neste âmbito que se abrem possibilidades para emergência de conflitos quanto à interpretação, assim como à possibilidade da manifestação do caráter contingente das fixações formalizadas nas regras.

A análise do conflito gerado, com as mudanças efetuadas no Conselho e os seus desdobramentos, situa o que denominamos movimento social *lato sensu*, que não está num lugar, mas na articulação a partir de um processo de identificação em torno do antigo Conselho, e que se efetiva a partir do conflito com a Administração - “*O Conselho antigo, né, mesmo a gente foi à luta e conseguimos colocar na Justiça*” (Entrevista A5). O recurso à Justiça, neste caso, revela também a fragilidade desta articulação em influir ou definir o “jogo” e fixar o jogo a partir das regras estabelecidas para a escolha dos conselheiros. Neste sentido, podemos afirmar, também, que uma manifestação antagônica, ou que venha a manifestar um antagonismo, seria possível num outro nível, num campo político mais amplo que possibilitasse uma pressão para além das forças locais. Para exemplificar isto, podemos lembrar a rede internacional de apoio ao Movimento Zapatista, considerado por

Manuel Castells como o primeiro movimento de guerrilha informacional (Castells, 1999: 97). Outros exemplos, como a pressão internacional em relação ao Processo Jurídico da Morte de Chico Mendes, poderiam ser arrolados aqui e que levaram a redirecionar resultados para direções não previstas, quebrando o que poderia ser previsível em nível local.

Este dimensionamento da força política se faz presente nos grupos pesquisados. Neste sentido, é elucidativa a fala de uma entrevistada do Grupo C ao fazer referência ao futuro da participação no Conselho de Saúde em vista das eleições municipais:

“eu acho assim que a nível do Cabo, vai depender muito da conjuntura atual, de como vai se dar a organização do Governo Municipal. Pronto! A gente está assim com o espírito preparado, porque se com a questão das eleições municipais, se L.C. ganha, aí a relação com a Secretaria vai se outra, vai ter outra relação” (entrevista C 8).

A imprevisibilidade aqui se situa na definição de quem vai ser eleito e não nos desdobramentos a partir do momento que é definido o administrador.

Os relatos revelam uma percepção da fragilidade política, que é colocado pelo Grupo A também no campo das reivindicações, a partir da qual se inicia um novo momento.

Caixa 9 “Grupo de Saúde sozinho realmente a gente fica cansado”

-Em 95 começou a luta pelo saneamento básico na área. Até fomos informados que tinha sido feito um Projeto em nome da área ... É luta de cinco anos. É briga com a Secretaria de Saúde, é briga com a Prefeita do Município ... Essa luta foi encaminhada pelo Grupo de Saúde só que em

97, nasceu um novo grupo, através do Grupo de Saúde também, que é o Fórum de entidades da Área, onde convocamos todas as entidades e fizemos a proposta de unificação, porque o Grupo de Saúde sozinho realmente a gente fica cansado, fica cansado, tem um grande desgaste. Então resolvemos a fazer o Fórum de entidades, também experiência de um seminário que participamos em Goiânia, onde existe um Fórum de Entidades, onde todo o trabalho que fosse feito no Município tinha que ser passado pelo Fórum. Neste Fórum seria aprovado ou não e só era concluído se o Fórum autorizasse. Foi um encontro de plantas medicinais. Foi N. que participou e veio com esta idéia e a gente aqui acatou e fomos a frente. (Entrevista A5)

Mas uma das coisas também que a gente considera uma conquista é o Fórum de Entidades de Peixinhos, onde a gente do Grupo de Saúde puxou este Fórum com a perspectiva da gente unificar as entidades locais para uma luta mais em conjunto, fazer uma luta em comum. Mas a gente sabe que isto é muito difícil ... começou porque estávamos participando de um Seminário, que foi promovido pelo CERIS, onde tinha um pessoal do Paraná participando, colocaram como experiência do Fórum de Entidades de lá O que a gente pode considerar forte dentro do Fórum de Entidade é o GCAC, o Grupo Terceira Idade, o Grupo de Saúde e PSFx, que é a equipe que ela compõe. A outra médica a gente não tem assim um bom relacionamento, assim de luta, de parceiro na luta na comunidade ... (Entrevista A1)

Como podemos perceber, a partir de um outro “marco de referência” e ao que Tilly denomina “repertório de ações coletivas”⁹⁴, introduz-se um novo discurso participativo e outro processo de articulação entre diferentes grupos, incluindo a Equipe do Programa de Saúde da Família ligada à Secretaria de Saúde do Município com a qual existia uma situação de conflito. Nesta direção, revela-se a fissura presente no poder local e explicita também as dificuldades de articulação com outros grupos ou entidades presentes na área. Novos elementos são introduzidos a partir dos quais é possível uma redefinição do discurso, que já não se organiza em torno do popular e do não popular, mas da cidadania. Assim que se afirma *“estas oficinas não são dadas apenas pelo trabalho manual, mas ela é dada pela vontade que as pessoas conheçam, realmente conheçam, mais um pouco um pouco de cidadania. A gente sempre bate muito nisso”*. Ou ainda na distinção feita em relação, por exemplo, da participação de alguns homens, os quais são caracterizados como verdadeiros “cidadãos”.

Como já nos referimos acima, este momento pluriarticulatório está já presente na criação do Grupo C, mas também vimos, apesar da existência de uma articulação, que a organização interna acabou levando a articulação a um segundo plano.

Uma visualização das articulações atuais, mencionadas pelos grupos, é apresentada no quadro abaixo.

Quadro 05 – Entidades com as quais os grupos pesquisados mantêm contato.

GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D
○ CNMP	○ Paróquia	○ CNMP	○ Paróquia

⁹⁴ Lembramos aqui que “marcos de referência” remetem ao campo simbólico e “repertórios”, não destituído deste aspecto, remete à formas a partir do qual novos sentidos são inscritos, daí que uma forma pode expressar diferentes sentidos.

○ Fórum da Terra ○ Fórum de Cidadania do Município ○ Mov. Nacional de Meninos de Rua ○ Encontro de Mulheres do Grande Recife ○ Colégio das Damas ○ Sindicato dos Professores ○ Fórum de entidades ○ Grupos de saúde de outros municípios através do CNMP	○ Grupos de Saúde (?)	○ Centro de mulheres do Cabo ○ Igreja Batista ○ Igreja Presbiteriana ○ CRB ○ MTC ○ Grupos de saúde de outros municípios através do CNMP	○ CNMP ○ Grupo de Saúde de Paulista
---	---	--	--

Este quadro pode ser lido no sentido de revelar as diferentes dinâmicas de articulação presentes nos quatro grupos. Podemos afirmar, ainda, que a perspectiva presente nos Grupo A e C demonstra uma tendência articulatória e que remete a redes. Nesta direção, abrem-se novas possibilidades, que podem ser aproveitadas ou não, e onde não é possível antever um sentido, um sujeito, podendo constituir-se novos processos identificatórios e emergência de ações coletivas que manifestem um antagonismo e expor a contingência das fixações que constituíram uma certa ordem social.

É também nesta direção que situamos a questão dos direitos no nível das práticas articulatórias. É a partir da articulação de um discurso que os direitos se apresentam como algo dado e fixo, ou que é dado através de regras abertas à interpretação ou possíveis à sua redefinição e das regras que definem os direitos. Observaríamos ainda, como salientamos na p. 109, que outras combinações são possíveis à medida que deslocamentos de um discurso, cujos eventos podem ser reintegrados através de processos de naturalização centrados fora das relações políticas ou, ainda, não respondidos

discursivamente levando a uma desintegração da identidade social. É também neste sentido que se coloca a questão da construção de espaços públicos onde se inserem as práticas articulatórias. Na análise feita dos grupos, identificamos duas situações, uma em que a questão dos direitos não se coloca, ao menos no nível dos relatos, e outra onde se afirma o “direito de decisão” legitimado pela Constituição Federal. Neste caso, manifestam-se conflitos quanto à interpretação ou inscrição de sentidos. O primeiro caso encontramos nos grupos B e D e o segundo está particularmente presente no Grupo A, mas também no Grupo C. Neste segundo caso, poderíamos falar de um movimento social *lato sensu*, conforme verificamos na p. 200, e que perpassa os conflitos políticos para além do local. Não identificamos um movimento que manifeste um antagonismo e, segundo ponderamos, não articulável em nível local, mas num nível mais global articulado ao local.

1.4. Autonomia: possibilidades e limites

Isto nos leva ao outro momento não abordado ainda, ou o que denominamos de autonomista. A questão da autonomia é colocada pelos grupos A e C, onde se identifica um momento, mas revela-se ainda como um desafio como os relatos já mencionados revelam. Segundo a visão dos entrevistados, a autonomia está relacionada a uma independência particularmente econômica e técnica. Quanto à identificação de um momento específico, comum aos dois grupos, diz respeito à autonomia frente a um agente específico, no caso a Igreja Católica, situado no tempo e que é paralelo ao momento sócio-político. É o que deixam transparecer os seguintes depoimentos:

Caixa 10 – “Fortaleceu muito quando ele começou a se ver enquanto instituição”

- *Quando a gente trabalhava com o apoio da Igreja Católica, é porque tinha Pe. A, que era um pároco da Igreja, na época, e ele sempre deu muito valor, muito apoio aos trabalhos de base. Ainda hoje ele tá aí no movimento, dando apoio a estas entidades ... Então dissolveram todos os grupos de lá da vila B. e nós continuamos, ficamos firmes na luta, Pe. A. também nos apoiou, sempre estava aqui, não como padre, que ele não poderia, mas como pessoa, uma pessoa que sempre acreditou no nosso trabalho e assim, vejo que foi bom, foi uma coisa ruim no momento, mas foi bom porque a gente conquistou nosso espaço. A gente viu que não poderia, se dissolveria se não tivesse o apoio do outro padre que estava aí, talvez se a gente tivesse seguido a gente tinha acabado com o trabalho que a gente tem, todo, todo o tempo de trabalho que tinha sido feito tinha sido dissolvido, que a gente tinha passado a ser um grupo independente pra ser um grupo manipulado. Não era isto. Eu acho que houve muito fortalecimento do Grupo. Se fortaleceu muito quando ele começou a se ver enquanto instituição também. (Entrevista A3)*

-Só que após a saída de D. H. e D. J. assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, houve, assim, muito, muitas complicações na Arquidiocese, porque D. J. não aceita muito o trabalho que era desenvolvido aqui, como em outras comunidades também. ... E alguns anos após D. H. ter saído, D. J. praticamente expulsou o Pd. A. e o Pd. D., que eram dois padres aqui na Paróquia. Fizemos, assim, formamos um grupo de resistência, resistindo não ao que D. J. queria, mas resistindo a prática que ele estava fazendo as coisas. Não conseguimos manter os padres na Paróquia, mas conseguimos manter vivo a nossa proposta, o nosso ideal que é este trabalho que vive até hoje.(Entrevista A1)

(Ver também entrevista C8 - p. 184)

Observamos que este afastamento em relação à Igreja não significou uma saída das pessoas de referência, as quais permanecem participando ou apoiando o Grupo⁹⁵, inclusive financeiramente ou intermediando projetos financeiros para a manutenção do Grupo, como podemos observar nestas afirmações:

“Então nós registramos há mais de cinco anos, mas ele é registrado, juridicamente ele existe, numa prática e nos papéis. Mas ele tem também o apoio financeiro de uma identidade, que é a T, que é de país europeu. E essa entidade nos financia a quase, eu acho, nove anos. Antes da gente ser um grupo registrado, já financiava porque, através da pessoa de Pe A. que tinha um conhecimento, tem um conhecimento muito grande, credibilidade lá na Irlanda e através dele, dele ter colocado o Grupo, o papel do Grupo, tudo o que o Grupo fazia lá nesta entidade, a entidade resolveu financiar com a ajuda de custo inicial, que era de meio salário mínimo, das pessoas que trabalhavam diretamente dentro do Grupo”.

⁹⁵ Lembráramos a análise feita do Grupo D em relação às chegada, saídas e o retorno e o papel da pessoa de referência.

Este momento autonomista, afirmado pelos grupos mencionados, refere-se, portanto, à autonomia em relação a um agente específico, mas que também colocou uma redefinição dos discursos e relações num processo identificatório do grupo. Como demonstramos na análise feita, as opções e decisões de uma redefinição ocorrem nas relações que estabelecem com outros e a partir das quais ocorrem as identificações. Assim é que a possibilidade de escolha existe, mas esta já se coloca no interior das relações com outros agentes. Dessa forma, a autonomia apresenta-se como possibilidade, no mesmo nível que se coloca a liberdade, a qual existe porque a sociedade não logra constituir-se como ordem estrutural objetiva. No entanto, toda ação social tende à constituição desse objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade⁹⁶. Esta falta abre caminho para opções e à autodeterminação, mas as concretizações das escolhas sempre ocorrem no campo das relações. Isto é, existe a possibilidade de uma autodeterminação à medida que não há uma ordem estrutural objetiva, regida por leis externas, porém, para suprir a falta de uma ordem estrutural, aquelas decisões só se efetivam através de um processo identificatório onde o outro está presente. Sem tal presença eliminar-se-ia a própria possibilidade de sua afirmação.

Demonstramos ao longo da nossa análise, a definição de momentos – comunitário, sócio-político, pluriarticulatório e autonomista - que marcaram a trajetória dos grupos e que implicaram em tomadas de decisão – *“então sentamos e avaliamos e decidimos”* – e como estas escolhas se definiram através de um processo identificatório com outros discursos constituídos num campo político que transcende o local.

⁹⁶ Questão discutida na página 108.

CONCLUSÃO

Como ponto de partida para o nosso trabalho, referimo-nos a uma afluência de movimentos e manifestações coletivas nas últimas décadas, que colocam desafios para a sua análise e tornam os processos sociais e políticos mais complexos. Observamos, no entanto, que não é apenas esta presencialidade que coloca o desafio, mas os próprios contextos teóricos e sociais marcados por transformações que revelam um mal-estar e indicam a obsolescência de instrumentos de análise construídos em períodos anteriores. Um dos sintomas desta dificuldade analítica é denunciada nas tentativas de nomear a sociedade contemporânea, para a qual se recorre a conceitos adjetivados ou antepostos de um “pós” ou da partícula “des” como tentativa de encontrar num outro tempo um parâmetro que possibilite uma identificação do nosso tempo. Nesta direção, consideramos o desafio da análise das manifestações coletivas no contexto de uma reinvenção permanente das sociedades e da Sociologia (Martins, 1998).

Numa referência a Max Weber, vivemos uma nova forma de desencantamento, onde o que é “desencantado” são os “marcos de referência de sentidos” proporcionados pela modernidade e, segundo nossa visão, apenas revelam um outro lado dessa modernidade, o transitório, o fugidio e a contingência daquelas próprias marcas. Nesta direção recolocam-se questões postas pela modernidade como as aspirações emancipatórias que persistem como um horizonte na atualidade.

Diante deste quadro, coloca-se o debate sobre a globalização, compreendida como processo econômico, político, cultural e social, que assumiu uma determinada forma,

hegemonizada nas últimas décadas por uma política de cunho neoliberal. A partir deste processo redefinem-se as relações entre nações, os processos de produção de produção material e, entre outros, uma redefinição do papel do Estado. Isto levou a uma forma particular de desenvolvimento, possível a partir das inovações tecnológicas, particularmente no campo da informática e da comunicação. A combinação destes fatores modificou as condições de produção das sociedades ao mesmo tempo em que se redefine o papel dos Estados-nação e se assiste a desestruturação dos protagonistas tradicionais. É também neste sentido que se coloca a desestruturação do Estado de Bem-Estar, mesmo sob o ângulo de um imaginário. Conforme analisamos, isto redundou num desmanche de conquistas de direitos sociais e a sua transferência para os direitos individuais, isto é, uma tendência de privatização das aspirações de autonomia, criatividade e flexibilidade, na qual o indivíduo-cidadão passa a ser conclamado a assumir seu destino, quando tudo parece estar fora de seu controle. Lembrando Boaventura de Sousa Santos (1995), os indivíduos passam a ser integrados através do consumo compulsivo, apontando para um conseqüente esvaziamento do conceito de cidadania, ou, como sugerido por Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles (2000: 115), para uma tendência à despolitização e à filantropização da pobreza.

Apontamos, no entanto, paralelo a uma polarização entre o transnacional e o local e num sentido inverso ao desmanche dos direitos sociais, para a emergência de novos protagonistas articulados em nível internacional que colocam questões globais e dão visibilidade a questões locais. Nesta direção, afirma-se uma nova compreensão dos direitos para além dos direitos de igualdade (direitos civis, políticos e sociais) na proclamação de direitos de coletividades, relativos à afirmação identitária cultural e de

suas concepções sobre a vida social. Essa proclamação relaciona-se ao processo de globalização e ao enfraquecimento das “grandes narrativas” cujo eixo organizador foi a sociedade do trabalho. Neste sentido, a busca de identidade torna-se eixo fundamental diante dos fluxos globais de riqueza, de poder e de imagens.

Há discordâncias quanto à interpretação dos possíveis cenários futuros, cujas posições oscilam entre a afirmação de uma homogeneização cultural e social e a afirmação de uma heterogeneidade. Neste contexto convivem visões como aquelas expressas por conceitos como “sociedade programada” ou processos de desdiferenciação, ao lado das noções de flexibilidade, heterogeneidade e indeterminação. Considerando este debate, no desenvolvimento do nosso trabalho colocamos a questão de uma previsão em relação ao futuro no campo da política e não num campo de determinações que seriam inerentes ao processo de globalização. Assim é que pudemos estender para o conjunto da sociedade o que Lefort afirma em relação ao Estado Democrático. Isto é, que o Estado Democrático inaugura uma experiência de uma sociedade indomesticável, onde a democracia torna-se o teatro de uma contestação que não se reduz à conservação de um pacto, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente, daí também sua imprevisibilidade.

Esta indeterminação constitutiva do Estado Democrático, como observa ainda Lefort, pode ser identificada com o desaparecimento do “corpo do rei”, como desencarnação do poder e do direito, cujo lugar vago busca-se ocultar e que assume sua forma extrema na experiência totalitária do século passado. Dessa forma, existe uma polaridade entre o indeterminado e a tentativa de preencher este lugar vazio por meio de uma sacralização e um culto à ordem. Nesta acepção, movimentos de contestação não

seriam o resultado de uma crise institucional, mas como face do que o poder não pode dominar inteiramente. Seguindo este raciocínio, evidencia-se também um caráter aberto do direito, ou nos termos de Lefort, a afirmação de sua dimensão simbólica onde a consciência do direito não é redutível a uma objetivação num corpo jurídico. Os direitos, portanto, têm uma dupla face, a de fixar o direito, o que possibilita o ocultamento dos mecanismos indispensáveis ao seu exercício, conforme denunciado por Marx, e por outro lado, a afirmação de um conteúdo simbólico, que abre caminho para a crítica e a ação política, acentuando a condição contingente dos processos sociais.

É nesta perspectiva que argumentamos que a ação coletiva é um processo interativo de construção social, no interior de um campo político, onde atores se articulam, compondo diferenças e semelhanças, intermediados pelo discurso, tornando-se participantes potenciais ou efetivos, diretos ou indiretos do jogo de forças e influir nas regras desse “jogo”. É neste campo que se constituem processos identificatórios, construindo sentidos e a partir dos quais agentes, razões, mecanismos e objetivos destas composições podem ser identificados.

A partir de uma polaridade entre fixar uma ordem e conter um caráter aberto, constitutivo da sociedade, é que consideramos que as ações coletivas podem situar-se num *continuum* entre a reprodução de uma ordem social ou no de sua reconstrução no campo das relações políticas. Levando em consideração estas proposições, podemos afirmar que a política nas sociedades democráticas se coloca como processos hegemônicos de fixação e é nesta direção que situamos as ações coletivas num *continuum* como aderência, conflito ou expressão de um antagonismo social. Neste sentido colocamos, também, a discussão da

questão do espaço público, onde atores se reconhecem e se fazem reconhecer e que se coloca como parte da própria ação política.

Fazendo uma retrospectiva a respeito do debate sobre as ações coletivas no âmbito da Sociologia clássica, identificamos duas orientações básicas que se explicitam na oposição ou numa dualidade entre estrutura e ação. Estas duas perspectivas podem ser identificadas de forma genérica por intermédio da formulação dos conceitos de Movimento Social, particularmente identificado com o marxismo, e o de ação coletiva próximo à Sociologia americana em suas diferentes perspectivas. Situamos, também, a tentativa de síntese entre estrutura e ação – identidade/estratégias - que permeia o debate sobre os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, onde apreendemos uma tendência a identificar os dois conceitos. É nesta direção que fizemos referência a Alain Touraine e a Alberto Melucci como teóricos que buscaram precisar o conceito de movimento social. Assim é que Touraine distingue conduta coletiva de luta política e de uma ação em relação à orientação cultural, que se constitui a partir de três princípios: *identidade, oposição e totalidade*. Alberto Melucci, por sua vez, constrói um modelo analítico que coloca os movimentos sociais como uma das formas das ações coletivas. Convergindo aos três princípios colocados por Touraine, Melucci propõe os conceitos de *solidariedade, conflito e ruptura dos limites de um sistema* para diferenciar distintas orientações das ações coletivas, enfatizando a dimensão cognitiva na construção de identidades coletivas.

É neste campo que se formariam grupos antagônicos referidos a uma funcionalidade dos sistemas político, produtivo, organizacional e reprodutivo ou do mundo da vida. O autor propõe, assim, uma tipologia dos movimentos sociais, referida

àqueles sistemas, como movimentos *políticos, reivindicatórios, antagonistas e de redes conflituais*. A partir destes sistemas, o autor propõe uma tipologia dos movimentos sociais respectivos, definidos como *políticos, reivindicatórios, antagonista e de redes conflituais*.

O modelo por nós proposto leva em consideração as contribuições destes autores, mas se distancia ao não localizar um antagonismo em relação ao sistema, ou entre subsistemas, mas o resultado de um processo sempre incompleto de fixação de sentidos, que à medida que as fixa também exclui elementos possíveis de serem articulados, revelando a contingência de qualquer fixação. Assim é que nas sociedades democráticas confrontam-se diferentes discursos na tentativa de fixar sentidos, o que remete a um processo hegemônico, como processo político no qual se confrontam diferentes programas e onde, a princípio, nenhum grupo tem caráter definido de antemão. É neste campo que os grupos se definem e onde uma articulação seria pertinente tanto à conservação como à mudança. Um movimento, portanto, não se identifica com uma organização, mas com um conjunto de princípios que reorientam e fixam novos significados constituídos no interior da luta política.

Nesta perspectiva há uma reafirmação da ação política, como ato de dar início, conforme Hannah Arendt, ou como ato criador e suscitador que se efetiva nas relações de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio, segundo a perspectiva de Gramsci. A ação política criaria, assim, espaços e oportunidades para redefinir a própria questão do direito. Nesta acepção a noção do direito a ter direito se coloca como parte da luta política e não como pré-condição da mesma.

Partindo destas considerações buscamos uma referência na teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Estes autores retomam a perspectiva

gramsciana de hegemonia, radicalizando-a a partir da crítica aos resquícios de um essencialismo que remete a uma tentativa de um preenchimento de uma falta constitutiva, em cujo seio ocorreriam os processos articulatórios. Os discursos consistiriam em estruturas descentradas, onde os sentidos são constantemente negociados e construídos, sendo a sua fixação necessária para que a ação seja possível. Estas tentativas de fixação de sentidos sempre são precárias e suscetíveis a deslocamentos provocados por eventos, revelando sua contingência. São estes deslocamentos que tornam possível a explicitação do antagonismo social e a tentativa de ocultá-lo mediante novas fixações. É no campo dessas fixações que se localiza a luta hegemônica, como prática política, a partir da qual dão-se os processos articulatórios, a construção de equivalências, bem como se situam as “forças hegemônicas” e “contra-hegemônicas”, que se constituem mutuamente, ao mesmo tempo em que se constituem e se dissolvem identidades. Desse modo, o antagonismo social é fator de estabilização à medida que é condição para constituição e sustentação de identidades sociais, mas também fator de ameaça da própria identidade.

É neste campo das fixações, portanto, que situamos as ações coletivas, a partir do qual construímos o nosso modelo analítico, que busca estabelecer critérios para distinção entre diferentes níveis das ações coletivas. No interior de uma configuração hegemônica estas ações podem ser de aderência, que se colocam no nível comportamental, conforme definido por Arendt; manifestações de um conflito dentro de uma lógica hegemônica, revelado nos processos decisórios e operacionais; e expressões que manifestam um antagonismo que negam e tendem a substituir os sentidos fixados. Nesta direção não fazemos uma distinção entre lutas econômicas, políticas ou culturais, vez que todos esses níveis são expressos através do discurso. Este modelo aplicado no campo dos direitos

pode ser traduzido na identificação das posições diante da noção sobre os direitos, como direitos positivos e naturalizados, direitos suscetíveis a interpretações ou, ainda, por meio da criação e redefinição da lógica hegemônica sobre os direitos.

A partir do modelo proposto desenvolvemos a análise da trajetória de quatro grupos populares atuantes no campo da saúde, entendidos como portadores de ações coletivas e inseridos num processo de fixação de sentidos no campo do direito à saúde. Analisando a formação destes grupos identificamos um processo de articulação de diferentes discursos constituídos a partir de redes pré-existentes que imprimiram diferentes momentos em suas trajetórias. Estes momentos foram nomeados como comunitário, sócio-político, pluriarticulatório e autonomista. Esse processo de articulação entretanto não é comum a todos os grupos, mas apresentando-se apenas naqueles que mantêm um nível de relações para além de seus espaços, a partir das quais novos discursos são articulados, redefinindo suas identidades, práticas e orientações em relação aos objetivos. Estas redes de relações, por sua vez, inserem-se no processo político ou no que denominamos processo hegemônico. É neste âmbito para além dos grupos que ocorrem os processos articulatórios a partir dos quais os grupos, através de identificações inserem-se naquele processo hegemônico. Por outro lado, a quebra das relações para além do local equivaleu a um isolamento.

Constata-se, também, uma indeterminação nestas trajetórias, uma vez que estas também são definidas a partir de escolhas. Nesta direção, há uma afirmação de uma autonomia. No entanto, na análise demonstramos também que a partir destas escolhas são estabelecidas relações que tornam possível redefinir suas identidades, demonstrando-se assim uma dependência do outro para a sua própria constituição. Nesta direção há uma

valorização da independência e autonomia construídas na dependência que torna possível sua própria constituição.

Como procuramos demonstrar, é este desdobramento que permite situar uma aprendizagem, assim como uma reorganização do próprio processo de conhecimento. Desta forma, a prática articulatória proporciona referenciais para os grupos situarem-se num contexto, instaurarem um processo de identificação e construção de “vontade coletiva” e inserir-se no campo da luta hegemônica não redutível à sociedade política. Assim é que destacamos as redes de relações a partir das quais se constituíram cadeias de equivalências possibilitando articular vontades e estabelecer pontos nodais que se constituíram como “marcos de referência” e que orientaram as ações e redefiniram identidades. Podemos citar aqui, a exemplo, a introdução de um discurso sobre o direito à saúde e posto como dever do Estado que marca a passagem do momento comunitário para um momento sócio-político. Dessa forma, identificamos nestas relações um fator de diferenciação entre os grupos, de uma maior ou menor capacidade de construir ou ocupar espaços públicos relacionados também ao grau de sua visibilidade.

O modelo submetido à prova mostrou-se sensível às diferenças e suficientemente maleável para permitir que as trajetórias dos grupos constituíssem a organização da análise apresentada, o que permitiu destacar particularidades e onde transparece a história de cada grupo. Histórias estas marcadas por relações, presenças, apoios e pessoas de referência. Apesar destas particularidades implicarem um caráter indecível às ações coletivas, as mesmas são engendradas a partir de redes, envolvendo conflitos, processos de identificação ou oposição. Estas condições dadas imprimem também suas marcas nestas trajetórias. Desta forma, por exemplo, a questão do direito à decisão e a sua efetividade

nos Conselhos de Saúde, como foi demonstrado, está condicionada também às sedimentações sociais decorrentes de processos políticos anteriores. Isto põe também a questão dos direitos no âmbito da luta hegemônica e sujeita ao jogo de forças a partir do qual os sentidos são fixados, conforme análise, por exemplo, do conflito gerado na destituição de conselheiros e a indicação de outros pela administração municipal. Os resultados obtidos na análise, revelam a pertinência do modelo proposto para dar conta da dinâmica indecível que caracteriza a movimentação de grupos em torno dos direitos.

Acreditamos, assim, termos demonstrado a aptidão heurística do nosso modelo e seu potencial em proporcionar um outro olhar para interpretação e compreensão das ações coletivas e analiticamente estabelecer níveis de diferenciação entre estas ações, podendo vir também contribuir no debate enfrentado pelos agentes destas ações.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W. (1975), *Dialética negativa*. Madrid: Taurus.

ALEXANDER, Jeffrey. (1987), “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2, 4: 5-28.

_____. (1992), *Lãs Teorias Sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial: Análisis multidimensional*. Barcelona, Gedisa.

ALBERTI, Verena. (1996), *História oral na Alemanha: semelhanças e dessemelhanças na constituição de um mesmo campo*. Comunicação apresentada no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT “História Oral e Memória”. Caxambu.

ALEXANDER, Jeffrey. (1992), *Las teorías sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial: análise multidimensional*. Barcelona: Gedisa.

ANDERSON, Perry. (1977), *Sur le marxisme occidental*. Paris: François Maspero.

_____. (1996), “Balanço do neoliberalismo”, in: Emir Sader e Pablo Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1998), *The origins of postmodernity*. London, New York: Verso.

ARENDT, Hannah. (1997), *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

_____. (2000), *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ASSIES, Willem. (1992), *To get out the mud: neighborhood associativism in Recife. 1964 – 1988*. Amsterdam: CEDLA.

AVRITZER, Leonardo e DOMINGUES, José Maurício. (2000), “Introdução” in: Leonardo Avritzer e José Maurício Domingues (orgs.), *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

AVRITZER, Leonardo. (1993), “Além da dicotomia Estado/mercado: Habermas, Cohen e Arato”. *Novos Estudos CEBRAP*, 36: 213-222.

BAIERLE, Sérgio Gregório. (2000), “A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre”, in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

BAKTHIN, Michail (VOLOCHINOV, V. N.). (1992), *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

- BARRETT, Michèle. (1994), “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”, in: Slavoj Žižek (org.), *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BELL, Daniel. (1973), *Advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. (1991), *A cidadania Ativa*. São Paulo: Ática.
- BENJAMIN, Walter. (1984), *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1991), “Teses sobre a Filosofia da História”, in: Flávio R. Kothe (org.), *Walter Benjamin, Sociologia*. São Paulo: Ática.
- BERMAN, Marschall. (1988), *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOBBIO, Norberto. (1998), “Direito”, in: Norberto Bobbio *et alli*, *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB.
- BOSCÁN, Marianela Castés. (2000), “Medicina alternativa (¿Medicina complementaria?) como fenómeno social: hacia la construcción de um nuevo modelo de salud”, in: Roberto Bricño-León, Maria Cecília Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- BOTTOMORE, Tom e NISBET, Robert. (1980), *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRASIL. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Ediuouro.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto. (2000), “Bienestar, Salud Pública y cambio social”. In Roberto Bricño-León, Maria Cecília Minayo e Carlos E. A. Coimbra JR. (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- BURITY, Joanildo. (1994), “Transbordamento do social e hegemonia: qual o jogo da democracia?”, in: Marco G. Aurélio (org.) *Política contemporânea no Brasil*. Recife: Bagaço.
- BURSZTYN, Marcel. (1985), *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes.
- CALLADO, Antonio. (1979), *Tempo de Arraes a revolução sem violência*. 2º edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (1994), “A trajetória dos movimentos sociais”, in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- CARRICONDE, Celerino. (1985), *Medicina popular: uma concepção e um método de trabalho*. Petrópolis: Vozes.

CASTELLS, Manuel. (1974), *La cuestión urbana*. Madrid: Siglo Veintiuno.

_____. (1980), *Cidade, democracia e socialismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1984), “Restruturação económica, revolução tecnológica y nueva organización del territorio”, in: P. Hall *et alli*. *Metropolis, territorio y crisis*. Marco de Reflexion.

_____. (1989), *The information city: information technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Cambridge: Blackwell Publishers.

_____. (1999) *O poder da identidade – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1998), *The rise of the network society*. Vol 1 (The information age: economy, society and culture), Massachusetts, Oxford: Blackwell.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982), *A instituição do imaginário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CAVALCANTI, Paulo. (1978), *O caso eu conto, como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega.

CÉZAR, Maria do Céu. (1985), “As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)”. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 1, n.2: 131-132.

CHAUÍ, Marilena. (1994), “Raízes teológicas do populismo no Brasil”, in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

CHAZEL, François. (1995), “Movimentos sociais”, in: Raymond Boudon (org.), com colaboração de J. Baechler *et al.* ***Tratado de Sociologia***/ Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CHESNAIS, François. (1995), “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. *Economia e sociedade*, 5: 1-30.

COHEN, Jean. (1985), “Strategy or identity: new theoretical paradigms and contemporary social movements”. *Social Research*, 52: 663-716.

COHN, Amélia. (1997), “Estado, políticas públicas e saúde”, in: Ana Maria Canesqui (org.), ***Ciências sociais e saúde***. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.

COHN, Gabriel. (2000), “Perfis em teoria social; Tocqueville e Weber, duas vocações”, in: Leonardo Avritzer e José Maurício Domingues (orgs.), *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

- COSTA, Sérgio. (1994), “Esfera Pública: redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa”. *Novos Estudos CEBRAP*, 38: 38-52.
- _____. (1995), “A democracia e a dinâmica da esfera pública”. *Lua Nova*, 35: 55-65.
- _____. (1997a), “Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil”. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, 43: 3-35.
- _____. (1997b), “Movimentos sociais, democracia e a construção de esferas públicas locais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 35: 121-134.
- _____. (2000), *Teoria social, cosmopolitismo e a constelação pós-nacional*. Florianópolis, mimeo.
- COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro. (1978), “Notas sobre Antonio Gramsci”, in: Antonio Gramsci, *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (1983), “Sobre a questão democrática em Marx e em alguns marxistas”, in: Leandro Konder, Jisália Cerqueira Filho e Eurico de Lima Figueiredo (Orgs.), *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Graal.
- DAGNINO, Evelina. (1994), “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2000), “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”, in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. (1999), “Realismos surpreendentes: o lugar da ação no pensamento de Antonio Gramsci e Hannah Arendt”. *Caderno CRH*, 1: 41- 84.
- DAHRENDORF, Ralf. (1982), *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília.
- DERRIDA, Jacques. (1991), *Limited Inc.* Campinas: Papirus.
- _____. (1995), *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- DOMINGUES, José Maurício. (1997), *Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo*. XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, mimeo.
- DUARTE, Newton. (1993), *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórica social da formação do indivíduo*. Campinas: Autores Associados.
- DURKHEIM, Émile. (1970), *Sociologia e filosofia* (1911). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

- _____. (1978), *Émile Durkheim: Sociologia*. Organização de José Albertino Rodrigues. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais)
- _____. (1999), *Da divisão social do trabalho* (1893). São Paulo: Martins Fontes.
- EAGLETON, Terry. (1997), *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo/UNESP.
- EDER, Klaus. (2001), “As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”. *Lua Nova*, 53: 5-28.
- ESCOREL, Sarah. (1998), *Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- FEATHERSTONE, Mike. (1996), “A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 105 – 124.
- FERNANDES, R.C. (1988), “Sem fins lucrativos”, in: L. Landing (org.), *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER.
- FISHER, Berenice M. e STRAUSS, Anselm L. (1980), “Interacionismo simbólico” in: Tom Bottomore e Robert Nisbet (orgs.), *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FONTES, Breno Augusto Souto Maior. (1986), *Política de planejamento urbano e segregação espacial: o município do Recife na década 1970-80*. Recife: PIMES/Curso de Mestrado em Sociologia, UFPE.
- FORGET, Danielle. (1994), *Conquista e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil*. São Paulo: EDUSP.
- POWERAKER, Joe. (1995), *Theorizing social movements*. London: Pluto Press.
- FREIDSON, Eliot. (1988), *Profession of medicine: a study of the sociology of applied knowledge*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- GIANNOTTI, José Arthur. (1992), “O fim da história ou o fim da picada”. *Novos Estudos CEBRAP*, 34: 31-48.
- GIDDENS, Anthony. (1991), *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- _____. (1996), *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: UNESP.
- GOFFMAN, Erving. (1974), “Frame analysis.” *Essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press.

- GOHN, Maria da Glória. (1997), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- GOMES, José Maria. (1997), *Globalização da política; mitos, realidade e dilemas*. XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.
- GRAMSCI, Antônio. (1978a), *Concepção dialética da História*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1978b), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1978c), *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HABERMAS, Jürgen. (1984), *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. (1987), *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Tomos I e II, Madrid: Taurus.
- _____. (1990), *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote.
- HARVEY, David. (1989), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7ª edição, São Paulo: Loyola.
- HENRICH, Dieter, OFF, Claus e SCHLUCHTER, Wolfgang. (1990), “Max Weber e o projeto da modernidade: um debate com Dieter Henrich, Claus Offe e Wolfgang Schluchter”. *Lua Nova*, 22: 229-257.
- HOBBSBAWN, Eric. (1970a), *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (1970b), *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HUYSEN, Andréas. (1992), “Mapeando o pós-moderno”, in: Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco.
- IANNI, Octávio. (1995), *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JACCOUD, Luciana de Barros. (1990), *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955 –1968)*. Recife: FUNDAJ/Massangana.
- JACOBI, Pedro e NUNES, Edison. (1983), “A saúde posta em questão: movimento por melhores condições de saúde na zona leste de São Paulo”. *Serviço Social e Sociedade*, 17: 133-148.
- JACOBI, Pedro. (1993), *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2ª edição, São Paulo: Cortez.

- JAMESON, Fredrich. (1997), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2ª edição, São Paulo: Ática.
- KONDER, Leandro. (1980), *LUKÁCS*. Porto Alegre: L&PM. (Coleção Fonte do Pensamento Político I)
- KRISCHKE, Paulo J. (1987), "Movimentos sociais e transição política: contribuição da democracia de base", in: Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke (orgs.), *Uma revolução no cotidiano?: os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- KUHN, Thomas. (1975), *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LACLAU, Ernesto. (1986), "Os movimentos sociais e a pluralidade do social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1, 2: 41-47.
- _____ e MOUFFE, Chantal (1989), *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London and New York: Verso.
- _____. (1993), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- _____. (1994), "Minding the gap: the subject of politics", in: E. Laclau (editor), *The Making of Political Identities*. London, New York: Verso.
- _____. (1996), "The death and resurrection of the theory of ideology". *Journal of Political Ideologies*, 1(13): 201-220.
- _____. (1997), "Sujeito da política, política do sujeito". *Política Hoje*, 4, 7(4): 9-28
- LAFER, Celso. (1988), *A reconstrução dos direitos humanos; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. (1996), *A palavra do outro: uso e ética*. Comunicação apresentada no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT "História Oral e Memória". Caxambu.
- LARAÑA, Enrique e GUSFIELD, Joseph. (1994), *Los nuevos movimientos sociales: De la ideologia a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales.
- LASH, Scott. (1990), *The sociology of postmodernism*. London and New York: Routledge.
- LAURELL, Asa Cristina. (2000), "Globalización, políticas neoliberales y salud", in: Roberto Bricño-León, Maria Cecília Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- LEFEBVRE, Henri. (1991), *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática.
- LEFORT, Claude. (1983), *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense.

- LUKÁCS, Georg. (1978), *Historia y consciência de classe*. 2ª edição, Barcelona: Grijalbo.
- LUZ, Mandel T. (1997), “Novas realidades em saúde, novos objetos em ciências sociais”, in: Ana Maria Canesqui (org.), *Ciências sociais e saúde*. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.
- _____. (2000), “La salud em forma y las formas de la salud: superando paradigmas y racionalidades”, in: Roberto Bricño-León, Maria Cecília Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1994), “Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais”. *Cadernos do Ceas*, 144: 39-51
- MARCUSE, Herbert. (1967), *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARSHALL, T.H. (1978), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, José de Souza. (1998), “O senso comum e a vida cotidiana”. *Tempo Social*, 10, 1: 1-8.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1959), *La ideologia aleman* (1845). Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos.
- _____. (1977), “Manifesto do Partido Comunista” (1848)., in: *Textos*. Vol. 3, São Paulo: Edições Sociais.
- MARX, Karl. (1967), *O Capital: Crítica da Economia Política – O processo de produção capitalista*. Vol. 1 (1867), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira..
- _____. (1975), “Manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores” e “Estatuto provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores – Apresentação” (1871), in: Karl Marx e Friederich Engels, *O partido de classe: problemas de organização*. Vol. 2, Porto: Publicações Escorpião.
- MARX, Karl. (1977a), “Crítica da filosofia do Direito de Hegel” (1843). *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Grijalbo.
- _____. (1977b), “Prefácio à ‘Contribuição à crítica da Economia política’” (1859) e “O domínio britânico na Índia” (1853), in: Karl Marx e Friedrich Engels, *Textos*. Vol. 3, São Paulo: Edições Sociais.
- McADAM, Doug. (1994), “Cultura y movimientos sociales” in: Enrique Laraña e Joseph Gusfield, *Los nuevos movimientos sociales: de la ideologia a la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociales.
- MELUCCI, Alberto. (org.), (1984), *Altri Codici; Area di movimento nella metropoli*. Bologna: Il Mulino.

- _____. (1989) "Um objetivo para os movimentos sociais?". *Lua Nova*, 17: 49-66.
- _____. (1990), *Sistema politico, partiti e movimenti sociali*. 2ª edição, Milano: G. Feltrinelli.
- _____. (1991), *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Il Molino.
- _____. (1994), "¿Que hay de nuevo en los 'nuevos movimientos sociales?'", in: E. Laraña e Joseph Gusfield (orgs.), *Los nuevos movimientos sociales: de la ideología a la identidad*. Madrid: CIS – Centro de Investigaciones Sociológicas.
- _____. (1996), *Challenging codes: collective action in the formation age*. Cambridge: University Press.
- MERQUIOR, J.G. (1996), "Marxismo" e "Marxismo Ocidental", in: William Outhwaite, Tom Bottomore et alli (editores), *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MERTON, Robert K. (1957), *Theory and Social Structure*. Chicago: Free Press.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2000), "Condiciones de vida, desigualdad y salud a partir del caso brasileño", in: Roberto Bricño-León, Maria Cecília Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- MOTTA, Roberto. (1995), "Notas para a leitura de Ética Protestante". *Estudos de Sociologia*. PPGS/UFPE, 1, 2: 65-83.
- MOUFFE, Chantal. (1993), "Posmarxismo sin pedido de disculpas", in: Ernesto Laclau (org.), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- MUTZENBERG, Remo. (1998) "Aonde existe esperança a gente ainda tem o que pensar": *Formação das e transformação nas comunidades eclesiais de base no Sertão de Pernambuco*. Dissertação de mestrado. PPGS-UFPE, Recife, mimeo.
- _____. (1999), "Construção de sentido pelos movimentos sociais", in: Breno Augusto Souto-Maior Fontes (org.), *Movimentos sociais: produção e reprodução de sentidos*. Recife: Editora da UFPE.
- NASCIMENTO, Janaina Xavier do. (1998), *Paradigmas dos movimentos sociais: Entre um olhar estratégico e um olhar identitário*. Dissertação de mestrado. PPGS-UFPE, Recife, mimeo.
- NEVEU, Érik. (1996), *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte.
- O'DONNELL, Guillermo. (1993), "Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. Uma visão Latino-Americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas". *Novos Estudos CEBRAP*, 36:123-145.
- OFFE, Claus. (1989), *Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Vol. I (A crise). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- OLSON, Mancur. (1971), *The logic of collective action: public goods and the Theory of Groups*. Cambridge, London: Harvard University Press.
- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. (1979), *Cuidados primários de saúde*. Brasília: UNICEF.
- PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. (2000), “Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil contemporâneo”, in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. (1990), “Ciladas da diferença”. *Tempo Social*, 2, 2: 10.
- _____. (1994), “Linguagem autoritária, voto popular”, in: Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- POULANTZAS, Nicos. (1990), *O Estado, o poder, o socialismo*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Graal.
- QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. (1999), *Lideranças populares, esfera pública, identidades*. Tese de Doutorado. PPGS/UFPE, mimeo.
- RAMOS, Célia Leitão (1986), “Participação popular nos programas de saúde” e “Anexo: Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde (1986)”, in: Maria Cecília Minayo (org.), *A saúde em estado de choque*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/FASE.
- ROBERTSON, Roland. (1994). “Mapeamento da cultura global”, in: Mike Featherstone, *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes.
- ROUANET, Sérgio Paulo. (1984). “Apresentação”, in: Walter Benjamin, *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- ROUANET, Sérgio Paulo. (1987), “Razão negativa e razão comunicativa”, in: Sérgio Paulo Rouanet. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SADER, Eder. (1991), *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SALEM, H. (1981), *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1995), *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, IFCS/ Universidade do Rio de Janeiro, mimeo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1997), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª edição, São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Milton. (1996), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hicitec

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1994), *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SCHERER-WARREN, Ilse. (1987), *Movimentos sociais. Um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: Editora da UFSC
- _____. (1997), *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999), *Redes e espaços virtuais. Uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. <http://www.cfh.ufsc.br/~cso5421/REDESEV2.html>
- SCHILD, Verônica. (2000), “Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas ‘novas democracias’ ”, in: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- SMELSER, N.J. (1963), *Theory of Collective Behavior*. New York: MacMillan.
- TARROW, Sidney. (1994), *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: University Press.
- TELLES, Vera da Silva. (1990), “Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. *Tempo Social*, 2, 1: 23-74.
- _____. (1994), “Sociedade Civil e a construção de espaços públicos”. Evelina Dagnino (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. pp 91-102.
- _____. (1999), “A ‘nova questão social’ brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade”. *Cadernos CRH*, 1, 30/31: 85-110.
- THOMPSON, John. (2000), *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4ª edição, Petrópolis: Vozes.
- THOMPSON, Paul. (1992), *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TILLY, Charles. (1978), *From mobilization to revolution*. Massachusetts: Anderson-Wesley.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. (1977), *A democracia na América*. São Paulo: EDUSP.
- TORFING, Jacob. (1999), *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and Žižek*. Oxford and Massachusetts: Blackwell.
- TOURAINÉ, Alan. (1969), *A sociedade post-industrial*. Lisboa: Moraes.
- _____. (1978), “Os movimentos sociais”, in: Marialice Mencarini Foracchi e José de Souza Martins, *Sociologia e Sociedade; leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

_____. (1984), *Le retour de l'acteur*. Paris: Foyard.

_____. (1994), *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

VALLA, Victor Vincent. (2000), “Participación social, directos humanos y salud: procurando comprender los caminos de las clases populares”, *in*: Roberto Bricño-León, Maria Cecilia Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr (coordenadores), *Salud y equidad: una mirada desde las ciencias sociales*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

WEBER, Max. (1944), *Economia y sociedad. Esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Economica.

_____. (1963), “A política como vocação” e “A ciência como vocação” (1922). *Ensaio de Sociologia*. Organização e Introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1992), “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas ciências sociais e econômicas”. *Metodologia das ciências sociais* (1922 e 1951). São Paulo: Cortez.

_____. (1994), *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904). 9ª edição, São Paulo: Pioneira.

YAZBEK, Maria Carmelita. (1995), “A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social”. *Cadernos ABONG, Série Especial: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social - I*. São Paulo: ABONG.

ŽIŽEK, Slavoj. (1992), *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1993), “Mais allá del discurso”, *in*: Ernesto Laclau (org.), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

_____. (1996), “O espectro da ideologia” e “Como Marx inventou o sintoma?”, *in*: Slavoj Žižek (org.), *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

ANEXOS

ALMA-ATA 1978

CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE – OMS/UNICEF

Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde – Alma-Ata URSS, 6-12 de setembro de 1978.

4. Recomendações

1. Relacionamento entre a saúde e o desenvolvimento

A **Conferência**, reconhecendo que a saúde depende do desenvolvimento econômico e social e para o mesmo também contribui, RECOMENDA que os governos incorporem os cuidados primários de saúde aos seus planos nacionais de desenvolvimento e nesse âmbito os fortaleçam, dando ênfase especial a programas de desenvolvimento rural e urbano e a coordenação das atividades de saúde dos diferentes setores.

2. Participação comunitária nos cuidados primários de saúde

A **Conferência**, considerando que a autoconfiança e a consciência social aos níveis nacional e comunitário se incluem entre os fatores fundamentais de desenvolvimento humano, e reconhecendo que cabe às pessoas o direito e o dever de participar do processo de aprimoramento e manutenção de saúde, RECOMENDA que os governos incentivem e assegurem a plena participação da comunidade por meio da efetiva divulgação de informação pertinente, da crescente alfabetização e do desenvolvimento dos necessários instrumentos institucionais que possibilitem aos indivíduos, as famílias e as comunidades assumir a responsabilidade por sua saúde e bem-estar.

3. O papel das administrações nacionais dos cuidados primários de saúde

A **Conferência**, reconhecendo a importância do adequado apoio administrativo e financeiro, em todos os níveis, para o desenvolvimento nacional coordenado, neste incluídos os cuidados primários de saúde, e para a aplicação prática de políticas nacionais, RECOMENDA que os governos reforcem o apoio de sua administração geral aos cuidados primários de saúde e atividades afins através da coordenação de diferentes ministérios e da atribuição de apropriada responsabilidade e autoridade aos níveis intermediário e comunitário, acompanhada da provisão de suficientes recursos humanos e materiais a esses níveis.

4. Coordenação da saúde com outros setores afins

A **Conferência**, reconhecendo que o aprimoramento da saúde de todos os povos, para ser significativo, requer a coordenação planejada e efetiva de serviços de saúde nacionais com as atividades de saúde em outros setores, RECOMENDA que, nas políticas e planos nacionais de saúde, sejam levados em inteira consideração os insumos de saúde de outros setores; que sejam adotadas medidas específicas e viáveis em todos os níveis — especialmente aos níveis intermediário e comunitário — para a coordenação dos serviços de saúde com todas as demais atividades que contribuam para a promoção e os cuidados primários de saúde; e que as medidas de coordenação levem em conta o papel dos setores administrativo e financeiro.

5. O teor dos cuidados primários de saúde

A **Conferência**, frisando que devem os cuidados primários de saúde focalizar os principais problemas de saúde na comunidade, reconhecendo porém que tais problemas e suas modalidades de solução variarão de um país e de uma comunidade para outra, RECOMENDA que os cuidados primários de saúde incluam pelo menos: educação no tocante a problemas prevalentes de saúde e aos meios para sua prevenção e controle; promoção da distribuição de alimentos e da nutrição apropriada, provisão adequada de água de boa qualidade e saneamento básico; cuidados de saúde materno-infantil, inclusive planejamento familiar; imunização contra as principais doenças infecciosas; prevenção e controle de doenças localmente endêmicas; tratamento apropriado de

doenças e lesões comuns; promoção da saúde mental; e fornecimento de medicamentos essenciais.

6. Cuidados primários de saúde abrangentes ao nível local

A Conferência, confirmando que os cuidados primários de saúde incluem todas as atividades que contribuem para a saúde e se inserem entre a comunidade e o sistema de saúde, RECOMENDA que, para que os cuidados primários de saúde sejam abrangentes, todas as atividades de desenvolvimento devem guardar inter-relação e equilíbrio entre si de modo a se concentrar nos problemas de maior prioridade, definidos de comum acordo pela comunidade e pelo sistema de saúde, e que as ações de saúde, que devem ser culturalmente aceitáveis, tecnicamente apropriadas, controláveis e devidamente escolhidas, sejam aplicadas em combinações que satisfaçam necessidades locais. Isso implica a integração mais rápida e harmônica possível de programas de finalidade única as atividades relacionadas com os cuidados primários de saúde.

7. Apoio dos cuidados primários de saúde no âmbito de sistemas nacionais de saúde

A Conferência, considerando que os cuidados primários de saúde são à base de um sistema nacional de saúde abrangente e que deve esse sistema ser organizado no sentido de apoiar os cuidados primários de saúde e dar-lhes eficácia, RECOMENDA que os governos promovam os cuidados primários de saúde e as atividades afins de desenvolvimento de modo a acentuar a capacidade e a determinação para que o povo resolva seus próprios problemas. Isso requer uma estreita vinculação entre o pessoal dos cuidados primários de saúde e a comunidade, e que cada equipe seja responsável por uma área definida. Requer também a reorientação do sistema existente no sentido de assegurar que todos os níveis do sistema de saúde apoiem os cuidados primários, facilitando o encaminhamento de pacientes e a consulta quanto a problemas de saúde; proporcionando assistência na forma de supervisão e orientação, além de apoio logístico e suprimentos; e melhorando a utilização de hospitais de encaminhamento de casos.

8. Necessidades especiais de grupos vulneráveis e de alto risco

A Conferência, reconhecendo as necessidades especiais daqueles que, por razões geográficas, políticas, sociais ou financeiras, estão menos aptos a tomar a iniciativa de recorrer aos cuidados de saúde, e manifestando grande preocupação pelos grupos mais vulneráveis ou em mais alto risco, RECOMENDA que, como parte da cobertura total das populações por meio de cuidados primários de saúde, seja atribuída alta prioridade as necessidades especiais de mulheres, crianças, populações que trabalham sob alto risco e os setores desprivilegiados da sociedade, e que, abrangendo todos os lares e locais de trabalho, sejam mantidas as necessárias atividades para identificar sistematicamente aqueles que estão submetidos aos mais altos riscos, proporcionando-lhes constantes serviços e eliminando os fatores que contribuem para a má saúde.

9. Funções e categorias dos recursos humanos em saúde e nos setores correlatos para fins de cuidados primários de saúde

A Conferência, reconhecendo que o desenvolvimento dos cuidados primários de saúde dependem não só das atitudes e aptidões de todo o pessoal de saúde como também de um sistema de saúde destinado a apoiar e complementar o pessoal de vanguarda, RECOMENDA que os governos atribuam alta prioridade a utilização integral de recursos humanos, definindo sua função técnica, suas qualificações de apoio e as atitudes requeridas de cada categoria de profissional de saúde, de acordo com as tarefas que devam ser desenvolvidas para assegurar a eficácia dos cuidados primários de saúde, e preparando equipes integradas por pessoal de saúde comunitária, outros agentes de desenvolvimento, pessoal intermediário, enfermeiras, parteiras, médicos e onde aplicável, médicos e parteiras tradicionais.

10. Treinamento de recursos humanos em saúde e em setores correlatos para fins de cuidados primários de saúde

A Conferência, reconhecendo a necessidade de pessoal treinado em número suficiente para apoiar e prestar cuidados primários de saúde, RECOMENDA que os governos tomem a si ou apoiem a reorientação e o treinamento, em todos os níveis, do pessoal existente, e a revisão de programas de

treinamento de novos agentes comunitários de saúde; que os profissionais de saúde, especialmente os médicos e enfermeiras, sejam social e tecnicamente treinados e motivados para servir a comunidade; que todas as formas de treinamento incluam atividades de campo; que os médicos e outros profissionais da saúde sejam exortados, ao início de suas carreiras, a trabalhar em áreas mal servidas; e que se atente devidamente para a educação continuada, a supervisão de apoio, a preparação de instrutores de pessoal de saúde e o treinamento em saúde do pessoal de outros setores.

11. Incentivos para o serviço em áreas remotas e negligenciadas

A Conferência, reconhecendo que, nos cuidados primários de saúde, os serviços voltados para as necessidades dos menos privilegiados requerem dedicação e motivação especial, mas que, mesmo assim, é essencial à necessidade de recompensar e reconhecer, de forma culturalmente adequada, os serviços prestados em condições difíceis e rigorosas, RECOMENDA que o pessoal de saúde de todos os níveis conte com incentivos relativamente proporcionais ao isolamento e as dificuldades das condições em que vive e trabalha. Tais incentivos devem adequar-se a condições locais e revestir formas tais como melhores condições de vida e trabalho e oportunidades de treinamento adicional e educação continuada.

12. Tecnologia apropriada de saúde

A Conferência, reconhecendo que os cuidados primários de saúde requerem a identificação, o desenvolvimento, a adaptação e a aplicação de tecnologia apropriada, RECOMENDA que os governos, as instituições de pesquisa e ensino, as organizações não governamentais e, especialmente as comunidades, desenvolvam tecnologias e métodos que contribuam para a saúde, tanto no sistema de saúde como nos serviços afins; que sejam cientificamente bem fundamentadas, ajustadas a necessidades locais e aceitáveis para a comunidade; e que sejam mantidas pela própria população, em harmonia com o princípio de autoconfiança, a um custo que esteja ao alcance da comunidade e do país.

13. Apoio logístico e facilidades dos cuidados primários de saúde

A Conferência, consciente de que o êxito dos cuidados primários de saúde depende de um apoio logístico adequado, apropriado e constante em milhares de comunidades de numerosos países, o que suscita novos problemas de grande magnitude, RECOMENDA que os governos assegurem a criação de eficientes serviços de natureza administrativa, assistencial e de manutenção, abrangendo todas as atividades no campo dos cuidados primários de saúde ao nível comunitário; que haja constante disponibilidade de suprimentos e equipamentos apropriados e suficientes em todos os níveis do sistema de saúde, principalmente para agentes de saúde comunitária; que o fornecimento e a estocagem, em condições seguras, de suprimentos perecíveis, tais como vacinas, mereçam especial atenção; que haja um fortalecimento apropriado das instalações de apoio, inclusive hospitais, e que os governos garantam a eficiência e a adequação, ao ambiente socioeconômico, dos transportes e de todas as facilidades físicas no campo dos cuidados primários de saúde.

14. Medicamentos essenciais

A Conferência, reconhecendo que os cuidados primários de saúde requerem um constante suprimento de medicamentos essenciais; que a provisão de medicamentos representa significativa parcela das despesas do setor da saúde; e que a progressiva extensão dos cuidados primários de saúde, de modo a assegurar a eventual cobertura nacional, acarreta grande incremento na provisão de medicamentos, RECOMENDA que os governos formulem políticas e normas nacionais de importação, produção local, venda e distribuição de drogas e produtos biológicos de modo a assegurar, ao mais baixo custo possível, a disponibilidade de medicamentos essenciais nos diferentes níveis dos cuidados primários de saúde; que adotem providências específicas para prevenir a excessiva utilização de medicamentos; que incorporem remédios tradicionais de eficiência comprovada; e que estabeleçam eficientes sistemas de administração e suprimento.

15. Administração e monitoria

A Conferência, considerando que a aplicação prática dos princípios dos cuidados primários de saúde requer o fortalecimento da estrutura administrativa e dos processos de monitoria, RECOMENDA que os governos desenvolvam a estrutura administrativa e apliquem, em todos os níveis, procedimentos apropriados de controle para planejar e aplicar os cuidados primários de saúde, aprimorar a alocação e distribuição de recursos, monitorar e avaliar programas com a ajuda de um sistema simples e relevante de informação, compartilhar o controle com a comunidade e prover as diferentes categorias de pessoal de saúde com apropriado treinamento em administração.

16. Pesquisa de serviços de saúde e estudos operacionais

A Conferência, salientando ser suficiente o conhecimento em matéria de cuidados primários de saúde para que os governos iniciem ou expandam sua aplicação, mas re-conhecendo também que é necessário resolver muitas questões complexas e a longo prazo, que a contribuição de sistemas tradicionais de medicina requer maiores pesquisas e que, à medida que avança a execução, novos problemas emergem constantemente, RECOMENDA que cada programa nacional reserve uma percentagem de seus recursos para a pesquisa continuada de serviços de saúde; organize unidades de pesquisa e desenvolvimento dos serviços de saúde e áreas que operem paralelamente ao processo geral de execução; estimulem a avaliação e a retro-informação para a pronta identificação de problemas; atribuam responsabilidade a instituições de ensino e pesquisa, fazendo assim com que colaborem estreitamente com o sistema de saúde; estimulem a participação de agentes de campo e membros da comunidade; e empreendam um esforço continuado para treinar pesquisadores a fim de promover a autoconfiança nacional.

17. Recursos

A Conferência, reconhecendo que a aplicação dos cuidados primários de saúde requer a efetiva mobilização de recursos destinados à saúde, RECOMENDA que, como expressão de sua determinação política de promover o critério dos cuidados primários de saúde, os governos, aumentando progressivamente os recursos destinados à saúde, darão prioridade principal à extensão dos cuidados primários de saúde a comunidades des-servidas; estimularão e apoiarão diferentes formas de financiamento dos cuidados primários de saúde, incluindo, quando apropriado, meios tais como o seguro social, as cooperativas e todos os recursos disponíveis ao nível local, através do ativo envolvimento e participação das comunidades; e adotarão medidas para maximizar a eficiência e a eficácia das atividades afins à saúde em todos os setores.

18. Compromisso Nacional

A Conferência, afirmando que os cuidados primários de saúde requerem um enérgico e constante compromisso político em todos os níveis de governo, baseado na integral compreensão e no apoio da população, RECOMENDA que os governos expressem sua vontade política de propiciar saúde para todos, através de um constante compromisso para com a aplicação dos cuidados primários de saúde como parte integrante do sistema nacional de saúde, no âmbito do desenvolvimento socioeconômico geral, com a participação de todos os setores pertinentes; para com a adoção, quando necessário, das leis que possibilitem essa aplicação; e para com o incentivo, a mobilização e a manutenção do interesse e da participação do público no desenvolvimento dos cuidados primários de saúde.

19. Estratégias nacionais

A Conferência, frisando a necessidade de estratégias nacionais para traduzir as políticas sob cuidados primários de saúde em ação, RECOMENDA que os governos elaborem, o quanto antes, estratégias nacionais com metas bem definidas e desenvolvam e apliquem planos de ação para assegurar a acessibilidade dos cuidados primários de saúde a toda a população, atribuindo a prioridade mais alta às áreas e aos grupos desservidos, e procedam à reavaliação dessas políticas,

estratégias e planos de cuidados primários de saúde, a fim de assegurar seu ajustamento a estágios mais avançados de desenvolvimento.

20. Cooperação técnica

A Conferência, reconhecendo que todos os países podem auferir mutuas lições em matéria de saúde e desenvolvimento, RECOMENDA que os países compartilhem e intercambiem informações, experiência e conhecimentos em matéria de desenvolvimento dos cuidados primários de saúde, como parte da cooperação técnica internacional, principalmente entre países em desenvolvimento.

21. Apoio internacional

A Conferência, reconhecendo que, para promover e manter os cuidados primários de saúde, e para superar os obstáculos a sua aplicação, há necessidade de sólidas e coordenadas medidas de solidariedade e apoio internacional, e recebendo de bom grado as ofertas de colaboração das organizações das Nações Unidas e de outras fontes de cooperação, RECOMENDA que as organizações internacionais, as agendas multilaterais e bilaterais, as entidades não governamentais, as instituições de financiamento e outros participantes no campo da saúde internacional, agindo de forma coordenada, estimulem e apoiem o compromisso nacional para com os cuidados primários de saúde e canalizem em seu benefício crescente apoio técnico e financeiro, com respeito integral à coordenação desses recursos pelos próprios países, dentro de um espírito de autoconfiança e autodeterminação, bem como com a máxima utilização de recursos localmente disponíveis.

22. O papel de apoio da OMS e do UNICEF

A Conferência, reconhecendo a necessidade de um plano mundial de ação em prol dos cuidados primários de saúde como esforço cooperativo de todos os países, RECOMENDA que a OMS e o UNICEF, orientados pela Declaração de Alma-Ata e pelas recomendações desta Conferência, continuem a estimular e apoiar estratégias e planos nacionais de cuidados primários de saúde como parte do desenvolvimento global; RECOMENDA que a OMS e o UNICEF, com base nas estratégias e planos nacionais, formulem o quanto antes planos de ação voltados para os níveis regional e global que promovam e facilitem o mútuo apoio de países, particularmente através do uso de suas instituições nacionais, para acelerar o desenvolvimento dos cuidados primários de saúde; e RECOMENDA que a OMS e o UNICEF promovam continuamente a mobilização de outros recursos internacionais em prol dos cuidados primários de saúde.

Anexo II

RELATÓRIO FINAL DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE (1986)**

INTRODUÇÃO

O presente relatório final reflete um processo de discussão que, iniciado nas pré-conferências preparatórias estaduais e municipais, culminou com a participação, na VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), de mais de 4.000 pessoas, dentre as quais 1.000 delegados. Este processo materializou-se nos textos, debates, mesas-redondas, trabalhos de grupos e seus relatórios, resultando neste documento aprovado na plenária final da Conferência.

As plenárias da VIII CNS contaram com a participação efetiva de quase todas as instituições que atuam no setor, assim como daquelas representativas da sociedade civil, dos grupos profissionais e dos partidos políticos.

O documento apresentado para aprovação em plenária era o relato consolidado das discussões havidas durante três dias, nos 135 grupos de trabalho (38 de delegados e 97 de participantes), onde foram discutidos os temas: Saúde como Direito, Reformulação do Sistema Nacional de Saúde e Financiamento Setorial.

Estabeleceu-se, portanto, dois níveis de discussão: um que ocorreu durante os trabalhos de grupo, subsidiados pelas apresentações e mesas-redondas sobre os temas e outro que se concretizou na assembléia final. O processo altamente participativo, democrático e representativo que permeou todo o debate na VIII CNS permitiu um alto grau de consenso, caracterizando uma unidade quanto ao encaminhamento das grandes questões, apesar da diversidade de proposta quanto às formas de implementação.

A comissão relatora cumpriu rigorosamente o regulamento, incorporando todas as modificações aprovadas pela assembléia de delegados e sinalizando apenas as contradicções mais evidentes.

Para efeito de fidelidade ao rico processo de debate que ocorreu na Conferência, faz-se necessário destacar alguns pontos que, numa simples leitura das conclusões referentes aos três temas, não se revelam com a necessária ênfase:

1. Em primeiro lugar, ficou evidente que as modificações necessárias ao setor saúde transcendem os limites de uma reforma administrativa e financeira, exigindo-se uma reformulação mais profunda, ampliando-se o próprio conceito de saúde e sua correspondente ação institucional, re- vendo-se a legislação que diz respeito à promoção, proteção e recuperação da saúde, constituindo-se no que se esta convencendo chamar a Reforma Sanitária.
2. A questão que talvez mais tenha mobilizado os participantes e delegados, foi à natureza do novo Sistema Nacional de Saúde: se estatizado ou não, de forma imediata ou progressiva. A proposta de estatização imediata foi recusada, havendo consenso sobre a necessidade de fortalecimento e expansão do setor público. Em qualquer situação, porém, ficou claro que a participação do setor privado deve-se dar sob o caráter de serviço público "concedido" e o contrato regido sob as normas do Direito Público. Em relação a esse tema, e impressão da comissão de redação que a proposição "estatização da indústria farmacêutica", aprovada na Assembléia Final, conflita com esse posicionamento geral, por não ter sido objeto de uma discussão mais aprofundada.
3. Outro tema bastante polêmico foi aquele relativo a separação da "Saúde" da "Previdência". O entendimento majoritário foi o de que a Previdência Social se deveria encarregar das ações

* A sistematização final deste relatório foi elaborada por Guilherme Rodrigues da Silva, Sólon Magalhães Vianna e Roberto Passes Nogueira.

próprias de "seguro social" (pensões, aposentadorias e demais benefícios) e a saúde estaria entregue, em nível federal, a um único órgão com características novas. O setor seria financiado por várias receitas, oriundas de impostos gerais e incidentes sobre produtos e atividades nocivas à saúde. Até que se formasse esse orçamento próprio da saúde, a Previdência Social deveria destinar os recursos, que ora gasta com o INAMPS, para o novo órgão e ir retraindo-se na medida do crescimento das novas fontes.

4. No tema financiamento houve alto grau de consenso sobre alguns princípios importantes que devem orientar a política de financiamento setorial. O relatório parece mais indicativo do que conclusivo, revelando que esta discussão exige um maior aprofundamento.

A Comissão relatora observa que este relatório espelha fielmente o momento político materializado na VIII CNS. Sendo, mais que nada, o resultado coerente desse momento e devendo constituir-se em objeto de reflexão, visando, sobretudo, a continuidade do processo de reformulação setorial.

TEMA 1

SAÚDE COMO DIREITO

1. Em seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. E, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

2. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas.

3. Direito à saúde significa a garantia, pelo Estado, de condições dignas de vida e de acesso universal e igualitário às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, em todos os seus níveis, a todos os habitantes do território nacional, levando ao desenvolvimento pleno do ser humano em sua individualidade.

4. Esse direito não se materializa simplesmente pela sua formalização no texto constitucional. Há, simultaneamente, necessidade do Estado assumir explicitamente uma política de saúde conseqüente e integrada às demais políticas econômicas e sociais, assegurando os meios que permitam efetivá-las. Entre outras condições, isso será garantido mediante o controle do processo de formulação, gestão e avaliação das políticas sociais e econômicas pela população.

5. Deste conceito amplo de saúde e desta noção de direito como conquista social emerge a idéia de que o pleno exercício do direito à saúde implica garantir:

- trabalho em condições dignas, com amplo conhecimento e controle dos trabalhadores sobre o processo e o ambiente de trabalho;

- alimentação para todos, segundo as suas necessidades;

— moradia higiênica e digna;

— educação e informação plenas;

- qualidade adequada do meio ambiente;

— transporte seguro e acessível;

— repouso, lazer e segurança;

— participação da população na organização, gestão, controle, supervisão e ações de saúde;

— direito à liberdade, à livre organização e expressão;

— acesso universal e igualitário aos serviços setoriais em todos os níveis.

6. As limitações e obstáculos ao desenvolvimento e aplicação do direito à saúde são de natureza estrutural.

7. A sociedade brasileira, extremamente estratificada e hierarquizada, caracteriza-se pela alta concentração da renda e da propriedade fundiária, observando-se a coexistência de formas rudimentares de organização do trabalho produtivo com a mais avançada tecnologia da economia capitalista. As desigualdades sociais e regionais existentes refletem estas condições estruturais que vem atuando como fatores limitantes ao pleno desenvolvimento de um nível satisfatório de saúde e de uma organização de serviços socialmente adequada.

8. A evolução histórica desta sociedade desigual ocorreu quase sempre na presença de um Estado autoritário, culminando no regime militar, que desenvolveu uma política social mais voltada para o controle das classes dominadas, impedindo o estabelecimento de canais eficazes para as demandas sociais e a correção das distorções geradas pelo modelo econômico.

9. Na área de saúde, verifica-se um acúmulo histórico de vicissitudes que deram origem a um sistema em que predominam interesses de empresários da área médico-hospitalar. O modelo de organização do setor público é anárquico, pouco eficiente e eficaz, gerando descrédito junto à população.

10. Este quadro decorre basicamente do seguinte:

- não-prioridade pelos governos anteriores do setor social, neste incluída a saúde, privilegiando outros setores, como por exemplo o da energia, que contribuiu para a atual dívida externa;
- vigência de uma política de saúde implícita que se efetiva ao sabor de interesses em geral não coincidentes com os dos usuários dos serviços, acentuadamente influenciada pela ação de grupos dedicados à mercantilização da saúde;
- debilidade da organização da sociedade civil, com escassa participação popular no processo de formulação e controle das políticas e dos serviços de saúde;
- modelo assistencial excludente, discriminatório, centralizador e corruptor;
- falta de transparência na aplicação de recursos públicos, o que contribuiu para o seu uso dispersivo, sem atender as reais necessidades da população;
- inadequada formação de recursos humanos tanto a nível técnico quanto nos aspectos ético e de consciência social, associada a sua utilização em condições insatisfatórias de remuneração e de trabalho;
- controle do setor de medicamentos e equipamentos pelas multinacionais;
- privilégio na aplicação dos recursos públicos na rede privada de assistência médica, como também em programas de saneamento e habitação;
- interferência clientelística no que se refere à contratação de pessoal;
- excessiva centralização das decisões e dos recursos a nível federal.

11. O Estado tem como responsabilidades básicas quanto ao direito a saúde:

- a adoção de políticas sociais e econômicas que propiciem melhores condições de vida, sobretudo para os segmentos mais carentes da população;
- definição, financiamento e administração de um sistema de saúde de acesso universal e igualitário;
- operação descentralizada de serviços de saúde;
- normalização e controle das ações de saúde desenvolvidas por qualquer agente público ou privado de forma a garantir padrões de qualidade adequados.

12. Para assegurar o direito a saúde a toda a população brasileira é imprescindível:

- garantir uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana, democrática, popular e exclusiva;
- assegurar na Constituição, a todas as pessoas, as condições fundamentais de uma existência digna, protegendo o acesso a emprego, educação, alimentação, remuneração justa e propriedade da terra aos que nela trabalham, assim como o direito à organização e o direito de greve;

- suspender imediatamente o pagamento dos juros da dívida externa e submeter à decisão da nação, via Assembléia Nacional Constituinte, a proposta de não da dívida externa;
- implantar uma reforma agrária que responda as reais necessidades e aspirações dos trabalhadores rurais e que seja realizada sob o controle destes;
- estimular a participação da população organizada nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o controle social sobre as ações do Estado;
- fortalecer os Estados e municípios, através de uma ampla reforma fiscal e tributaria;
- estabelecer compromissos orçamentários a nível da união, Estados e municípios para o adequado financiamento das ações de saúde

13. E necessário que se intensifique o movimento de mobilização popular para garantir que a Constituinte inclua a saúde entre as questões que merecerão atenção prioritária. com este objetivo a partir da VII Conferencia Nacional de saúde devera ser deflagrada uma campanha nacional em defesa do direito universal a saúde, contra a mercantilização da medicina e pela melhoria dos serviços públicos, para que se inscrevam na futura constituição:

- a caracterização da saúde de cada individuo como de interesse coletivo, como dever do Estado, a ser contemplado de forma prioritária por parte das políticas sociais;
- a garantia da extensão do direito à saúde e do acesso igualitário as nações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis, a todos os habitantes do território nacional;
- a caracterização dos serviços de saúde como públicos e essenciais.

TEMA2

REFORMULACAO DO SISTEMA NACIONAL DE SAUDE

1. A reestruturação do Sistema Nacional de saúde deve resultar na criação de um Sistema Único de saúde que efetivamente represente a construção de um novo arcabouço institucional separando totalmente saúde de previdência, através de uma ampla Reforma Sanitária.

2. A nível federal, este novo sistema deve ser coordenado por um único Ministério, especialmente concebido para esse fim. com este objetivo o Poder Executivo deve encaminhar, a curto prazo, mensagem ao Congresso, garantindo-se, entretanto, que a reformulação proposta seja prévia e amplamente debatida por todos os setores da sociedade civil. A unicidade de comando deve ser reproduzida aos níveis estadual e municipal.

3. O novo Sistema Nacional de saúde devera reger-se pelos seguintes princípios:

a) referentes à organização dos serviços:

- descentralização na gestão dos serviços;
- integralização das ações, superando a dicotomia preventivo-curativo;
- unidade na condução das políticas setoriais;
- regionalização e hierarquização das unidades prestadoras de services;
- participação da população, através de suas entidades representativas, na formulação da política, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das ações de saúde;
- fortalecimento do papel do município;
- introdução de praticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o direito democrático de escolher a terapêutica preferida.

b) atinentes às condições de acesso e qualidade:

- universalização em relação à cobertura populacional, a começar pelas áreas carentes ou totalmente desassistidas;
- equidade em relação ao acesso dos que necessitam de atenção;

- atendimento oportuno segundo as necessidades;
- respeito à dignidade dos usuários por parte dos servidores e prestadores de serviços de saúde, como um claro dever e compromisso com a sua função pública;
- atendimento de qualidade compatível com o estágio de desenvolvimento do conhecimento e com recursos disponíveis;
- direito de acompanhamento a doentes internados, especialmente crianças;
- direito à assistência psicológica sem a discriminação que existe atualmente.

c) relacionados com a política de recursos humanos:

- remuneração condigna e isonomia salarial entre as mesmas categorias profissionais aos níveis federal, estadual e municipal, e estabelecimento urgente e imediato de plano de cargos e salários;
- capacitação e reciclagem permanentes;
- admissão através de concurso público;
- estabilidade no emprego;
- composição multiprofissional das equipes, considerando as necessidades da demanda de atendimento de cada região e em consonância com os critérios estabelecidos pelos padrões mínimos de cobertura assistencial;
- compromissos dos servidores com os usuários;
- cumprimento da carga horária contratual e incentivo a dedicação exclusiva;
- direito à greve e sindicalização dos profissionais de saúde;
- formação dos profissionais de saúde integrada ao Sistema de Saúde, regionalizado e hierarquizado;
- inclusão no currículo de ensino em saúde do conhecimento das práticas alternativas;
- incorporação dos agentes populares de saúde como pessoal remunerado, sob a coordenação do nível local do Sistema único de saúde, para trabalhar em educação para a saúde e cuidados primários.

4. O principal objetivo a ser alcançado é o Sistema único de saúde, com expansão e fortalecimento do setor estatal em níveis federal, estadual e municipal, tendo como meta uma progressiva estatização do setor. Os prestadores de serviços privados passarão a ter controlado seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo ainda coibidos os lucros abusivos. O setor privado será subordinado ao papel diretivo da ação estatal nesse setor, garantindo o controle dos usuários através dos seus segmentos organizados. Com o objetivo de garantir a prestação de serviços à população, deverá ser considerada a possibilidade de expropriação dos estabelecimentos privados nos casos de inobservância das normas estabelecidas pelo setor público.

5. As atribuições básicas de cada nível do Governo devem ter por fundamento o caráter federativo da nossa República, de tal modo a romper com a centralização que esvaziou, nas décadas recentes, o poder e as funções próprias das unidades federadas e de seus municípios. O SISTEMA UNICO DE SAUDE deve reforçar, neste sentido, o poder político, administrativo e financeiro dos Estados e municípios.

6. No SISTEMA UNICO DE SAUDE, o **nível federal** terá como atribuições principais:

- formulação e condução da política nacional de saúde; regulamentação das normas de relacionamento entre o setor público e o setor privado; formulação de normas e o acompanhamento e avaliação das ações de cobertura assistencial; condução e execução de programas emergenciais que escapem as possibilidades de intervenção das Unidades Federativas; definição das políticas setoriais de tecnologia, saneamento, recursos humanos, insumos básicos, financiamento e informações; determinação de padrões de qualidade homogêneos para os setores público e privado.

7. Permanecerão no âmbito da competência do novo órgão federal os serviços de referência nacional e os serviços e atividades considerados estratégicos para o desenvolvimento do sistema de saúde, tais como: órgãos de pesquisa, de produção de imunobiológicos, de medicamentos e de equipamentos. As linhas de pesquisa desenvolvidas nas áreas de saúde devem ser amplamente discutidas entre as instituições de pesquisa de serviços e universidades visando a um direcionamento mais produtivo e relevante na resolução dos problemas de saúde do País.

8. Todos os serviços federais de caráter local que tenham relação direta com o atendimento a população, com exceção dos mencionados anteriormente, serão transferidos com os respectivos recursos humanos, materiais e financeiros aos Estados e municípios, segundo planos e programas a serem elaborados conjuntamente pelas instituições participantes e as representações da sociedade organizada e que considerem a viabilidade política e a factibilidade técnico-financeira da transferência.

9. A nível estadual, destacam-se as seguintes funções:

— gestão, planejamento, coordenação, controle e avaliação da política nacional de saúde na Unidade Federativa (UF); responsabilidade pela elaboração do plano diretor de saúde da UF, que devesse orientar a integração das atividades do subsistema estadual de saúde, incluindo as atividades do setor privado; prestação de serviços de saúde, vigilância sanitária e epidemiológica e outros de responsabilidade do sistema, em coordenação com os sistemas municipais; gerência do sistema estadual de informação de saúde; compatibilização das normas e diretrizes federais com o quadro jurídico-legal da UF e as peculiaridades dos sistemas de saúde estaduais e regionais; responsabilidade pelos serviços de abrangência estadual e regional, especialmente os de caráter secundário e terciário, e por aqueles outros programas, projetos ou atividades que não possam, por seu custo, especialização ou grau de complexidade, ser executados pelos municípios.

10. O nível municipal terá seu papel definido de acordo com as características e peculiaridades de cada caso, exercendo esse papel em estreita coordenação com o nível estadual. Como diretriz básica, o município terá a seu cargo, como responsabilidade mínima, a gestão dos serviços básicos de saúde.

11. Os municípios de grande porte terão a seu cargo a gestão integral do Sistema Municipal de saúde. Naqueles municípios em que não hajam condições imediatas para assumir a gestão do sistema municipal, esta será realizada conjuntamente pelo município e Secretaria Estadual de saúde da Unidade Federada.

12. Os hospitais universitários e das Forças Armadas devem estar totalmente integrados ao SISTEMA UNICO DE SAUDE, sem prejuízo das funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços dos primeiros*.

13. O relacionamento do poder público com a rede privada prestadora de serviços deve fundamentar-se no controle efetivo sobre essa rede.

14. A implantação imediata de um novo relacionamento entre o setor público e o setor privado devesse ser implementada nos seguintes moldes:

— para os estabelecimentos privados que já se relacionam com o INAMPS, estabelecer um novo contrato-padrão regido pelos princípios do DIREITO PUBLICO, passando o serviço privado a ser concessionário do Serviço Público;

* No Relatório Final submetido à discussão plenária havia a seguinte redação deste item:

"Os hospitais universitários e das Forças Armadas devem estar funcionalmente integrados ao Sistema único de saúde, sem prejuízo das funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços dos primeiros."

- esses contratos devem ser reavaliados sob critérios de adequação ao perfil epidemiológico da população a ser coberta e de parâmetros de desempenho e qualidade;
- não devem ser celebrados novos contratos/credenciamentos a partir de 30 de marco;
- as novas relações devem possibilitar a intervenção governamental, que pode chegar a expropriação, sempre que caracterizada a existência de fraude ou conduta dolosa. Trata-se, por conseguinte, de aplicar no campo da saúde instrumentos de proteção da sociedade similares aqueles já adotados nas relates do governo com outros setores;
- os incentivos concedidos à chamada medicina de grupo deverão ser revistos.

15. Para as regiões onde for necessário ampliar a cobertura assistencial, e houver escassez de oferta de serviços por parte do setor publico, descer-se-á proceder:

- ao redirecionamento dos fundos públicos tais como FAS/Caixa Econômica Federal e FINSOCIAL/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para financiamento exclusiva da rede do setor publicam estadual e municipal;
- a suspensão imediata de financiamento, por parte desses fundos (FAS/CEF e FINSOCIAL/BNDES), para ampliação, reforma e construção de estabelecimentos privados ou para compra de equipa-mentos.

16. A maior participação do setor publico como prestador de serviços e viável, justa e socialmente desejável. Para isso e necessário o aprimoramento de seus procedimentos gerenciais, de forma que possa operar com maior eficiência e aumente seu grau de resolubilidade, de modo a satisfazer as necessidades da população.

17. com relação ao aparelho setorial produtor de bens, propõe-se:

- o fortalecimento dos laboratórios e das indústrias de equipamentos de saúde estatais;
- a estatização de setores estratégicos na área de produção de imuno-biológicos e na de produção e comercialização de sangue e hemoderivados;
- a estatização da indústria farmacêutica.

18. Proibir a propaganda comercial de medicamentos e produtos nocivos à saúde.

19. E necessária à formulação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, contemplando particularmente a produção de insumos, equipamentos, medicamentos e materiais biomédicos, segundo as prioridades a serem estabelecidas na política Nacional de saúde.

20. Neste sentido, e necessário ampliar o espaço de atuação e de investimento publico nesses setores estratégicos, especialmente no referente à pesquisa, desenvolvimento e produção de vacinas e soros para uso humano, assim como aprofundar o conhecimento e utilização de formas alternativas de atenção à saúde.

21. Para garantir este processo e precise uma ampla revisão das formas de relacionamento entre o setor publico e as empresas nacionais e internacionais, de maneira que as relações contratuais preservem a soberania nacional e protejam as inovações geradas internamente.

22. Controlar e fiscalizar rigorosamente a qualidade dos insumos de uso setorial e a comercialização dos medicamentos e alimentos, através de uma adequada vigilância sanitária.

23. As ações Integradas de saúde deverão ser reformuladas de imediato, possibilitando o amplo e eficaz controle da sociedade organizada em suas atuais instancias de coordenação (CIS, CRIS, CLIS e/ou CIMS). Em nenhum momento a existência das AIS devera ser utilizada como justificativa para protelar a implantação do Sistema único de saúde.

24. Será constituído um novo Conselho Nacional de saúde, composto por representantes dos Ministérios da área social, dos governos estaduais e municipais e das entidades civis de caráter nacional, como partidos políticos, centrais sindicais e movimentos populares, cujo papel principal será o de orientar o desenvolvimento e avaliar o desempenho do Sistema único de saúde, definindo políticas, orçamento e ações.

25. Deverão também ser formados Conselhos de saúde em níveis local, municipal, regional e estadual, compostos de representantes eleitos pela comunidade (usuários e prestadores de serviço), que permitam a participação plena da sociedade no planejamento, execução e fiscalização dos programas de saúde. Devera ser garantida a eleição das direções das unidades do sistema de saúde pelos trabalhadores desses locais e pela comunidade atendida.

26. É indispensável garantir o acesso da população às informações necessárias ao controle social dos serviços, assegurando, a partir da constituição de um Sistema Nacional de Informação:

— maior transparência as atividades desenvolvidas pelo setor;

— adoção de políticas de saúde que respondam efetivamente a complexidade do perfil socioeconômico da população brasileira.

27. A efetivação das propostas da VIII Conferencia Nacional de saúde e a continuidade do processo de discussão sobre a questão da saúde devem ser asseguradas através do aprofundamento das teses debatidas e do estudo dos Temas Específicos, como forma de subsidiar a Assembléia Nacional Constituinte e criar as bases para uma Reforma sanitária Nacional. Os participantes da VIII Conferencia Nacional de saúde propõem, com esta finalidade, a criação do Grupo executivo da Reforma sanitária, composto por órgãos governamentais e pela sociedade civil organizada, de forma paritária. Cabe ao ministério da saúde a convocação e constituição do referido Grupo, segundo os critérios aqui propostos.

TEMA3

FINANCIAMENTO DO SETOR

1. Devera ser constituído um orçamento social que englobe os recursos destinados as políticas sociais dos diversos Ministérios e aos distintos fundos sociais. Este orçamento será repartido por setor, cabendo ao de saúde uma parcela de recursos que constituirão o Fundo único Federal de saúde. A nível estadual e municipal serão formados Fundos Únicos de saúde de maneira análoga.

2. Os Fundos de saúde, nos diferentes níveis, serão geridos juntamente com a participação colegiada de órgãos públicos e da sociedade organizada.

3. Os recursos destinados à saúde serão determinados através da prefixação de percentual mínimo sobre as receitas publicas.*

4. O financiamento do sistema de saúde será responsabilidade do Estado, a quem cabe levar uma política de descentralização, articulando a participação efetiva dos Estados e Municípios com uma ampla e profunda reforma tributaria.

5. Os recursos da previdência serão gradativamente retirados do financiamento das ações de saúde, devendo ser substituídos por fonte(s) alternativa(s), permitindo melhorar as prestações pecuniárias (aposentadorias, pensões, etc). Os recursos financeiros da previdência Social devem destinar-se exclusivamente para custear um seguro social justo aos trabalhadores da cidade e do campo. Desta

* *As seguintes redações substitutivas ao item 2 foram aprovadas em plenária, mas são contraditórias entre si:

1. **"De imediato, a proposta de percentual mínimo do orçamento da União para a saúde devera ser elaborada por Comissão constituída nesta Conferencia para de bater no Parlamento e Sociedade Civil, antes mesmo da eleição da Assembléia Nacional Constituinte, de forma a influir já no orçamento de 1987."**

2. **"... através da prefixação de um percentual mínimo de 15% sobre as receitas públicas."**

forma, o orçamento da previdência deve ser administrado pelos trabalhadores e utilizado somente para a concessão de benefícios e aposentadorias igualitárias para trabalhadores rurais e urbanos.

6. Os recursos oriundos das contribuições compulsórias da previdência Social das empresas devem deixar de incidir sobre a folha de salários, passando a ser calculados sobre os ganhos do capital. Isto implicaria maior estabilidade das receitas previdenciárias e impediria o repasse para o consumidor. Por outro lado, tal forma de cálculo de contribuição à Previdência deixaria de penalizar as empresas intensivas em mão-de-obra.

7. O percentual de desconto do salário dos trabalhadores deveria ser reduzido, adequando-se a nova realidade. O desconto dos aposentados deveria ser suprimido.

8. A distribuição de recursos financeiros não deve levar em consideração apenas o contingente populacional de cada região sua arrecadação fiscal. Deve também considerar as condições de vida e de saúde da região, promovendo assim uma distribuição mais justa dos recursos.

9. A descentralização, um dos princípios propostos para a reorganização do sistema de saúde, só se concretizaria mediante uma reforma tributária que:

- elimine a atual regressividade das formas de financiamento da política de saúde;
- estabeleça fontes estáveis de receita para que os programas de atenção à saúde não fiquem comprometidos nas conjunturas recessivas;
- garanta maiores recursos aos Estados e municípios para que estes desenvolvam seus programas;
- assegure ao Governo Federal a capacidade de reduzir as desigualdades regionais;
- elimine as deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas relate-las ao gasto com assistência à saúde e a alimentação;
- reveja critérios de dedução do imposto de renda das pessoas físicas com o pagamento dos serviços de saúde;
- crie instrumentos de taxação de bens de consumo nocivos à saúde como fonte adicional de receita para o setor;
- acrescente como fontes adicionais à taxação de indústrias poluentes, empresas de desmatamento e jogos de azar;
- elimine a isenção de tributação sobre os ganhos totais de categorias "privilegiadas" (militares, magistrados e parlamentares);
- destine obrigatoriamente para os Fundos de saúde um percentual fixo sobre os seguros obrigatórios de veículos;
- tribute as empresas proporcionalmente ao número de acidentes de trabalho, como mecanismo financeiro coercitivo de estímulo à sua prevenção.

Constituição da República Federativa do Brasil – 1988

Título VIII – DA ORDEM SOCIAL – Capítulo II – DA SEGURANÇA SOCIAL – Seção II – Da Saúde.

Artigo 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Artigo 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Artigo 198 As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I — descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II — atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III — participação da comunidade. Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do artigo 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Artigo 199 A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.

Artigo 200 Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II — executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV — participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI — fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII — colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.